

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

**MARCELO DE CARVALHO AZEVEDO ANACHE**

A CONSTRUÇÃO DE UM METAPARADIGMA: uma proposta de *framework* pluralista  
para a ciência econômica

RIO DE JANEIRO

2019

MARCELO DE CARVALHO AZEVEDO ANACHE

A CONSTRUÇÃO DE UM METAPARADIGMA: uma proposta de *framework* pluralista  
para a ciência econômica

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia (HCTE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Benevenuto Guisard Koehler.

Coorientador: Prof. Dr. Luiz da Costa Laurencel.

RIO DE JANEIRO

2019

## FICHA CATALOGRÁFICA

### CIP - Catalogação na Publicação

A532c Anache, Marcelo de Carvalho Azevedo  
A construção de um metaparadigma: uma proposta de  
framework pluralista para a ciência econômica /  
Marcelo de Carvalho Azevedo Anache. -- Rio de  
Janeiro, 2019.  
217 f.

Orientador: Carlos Benevenuto Guisard Koehler.  
Coorientador: Luiz da Costa Laurencel.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio  
de Janeiro, Decania do Centro de Ciências  
Matemáticas e da Natureza, Programa de Pós-Graduação  
em História das Ciências e das Técnicas e  
Epistemologia, 2019.

1. Metaparadigma pluralista na Ciência Econômica.  
2. Framework pluralista. 3. Finitude de  
significados. 4. Espaço vital. 5. Agir comunicativo.  
I. Koehler, Carlos Benevenuto Guisard, orient. II.  
Laurencel, Luiz da Costa, coorient. III. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

---

MARCELO DE CARVALHO AZEVEDO ANACHE

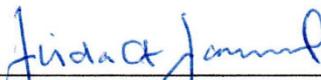
A CONSTRUÇÃO DE UM METAPARADIGMA:  
UMA PROPOSTA DE FRAMEWORK PLURALISTA PARA A CIÊNCIA ECONÔMICA

Tese submetida ao corpo docente do Programa de História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia (HCTE), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia.

Aprovada em: 16 de dezembro de 2019



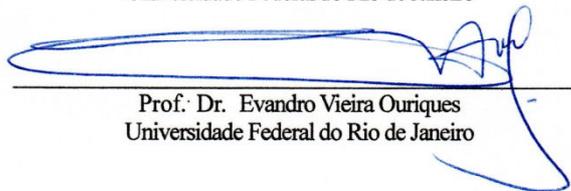
Prof. Dr. Carlos Benevenuto Guisard Koehler  
Universidade Federal do Rio de Janeiro



Prof. Dr. Luiz da Costa Laurencel  
Universidade Federal Fluminense



Prof. Dr. Mércio Pereira Gomes  
Universidade Federal do Rio de Janeiro



Prof. Dr. Evandro Vieira Ouriques  
Universidade Federal do Rio de Janeiro



Prof. Dr. Miguel Antonio Pinho Bruno  
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística



Prof. Dr. Felipe Kezen Vieira  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus pais Ana Maria, eternamente presente, e Waldemar, o melhor pai que um filho pode ter, e a JESUS CRISTO, que me emprestou seu colo nas horas de aflição.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor e orientador Dr. Carlos Benevenuto Guisard Koehler pelo seu enorme interesse, sempre indicando a direção a ser tomada nos momentos de maior dificuldade que, certamente, foram fundamentais para o desenvolvimento dessa etapa.

Manifesto gratidão ao meu co-orientador, Dr. Luiz da Costa Laurencel, professor que me acompanha desde a graduação, tendo também me auxiliado como co-orientador no mestrado e agora, nesse momento, me proporcionando a oportunidade de mais uma jornada acadêmica em busca de um título tão sonhado. O Prof. Laurencel, como o chamo desde a minha graduação, foi, sem dúvida, de suma importância na elaboração desta tese. Agradeço, principalmente, pelo tempo a mim dispensado.

Em especial, à minha namorada Renata Campos, por toda a sua compreensão. Ao meu irmão mais novo, Bernardo, que se mostrou sempre incansável e prestativo durante este trabalho. Ao meu irmão mais velho Henrique que, mesmo muito ocupado, dedicou-me incentivos. Ao meu pai, Waldemar, pela sua paciência e espírito muito evoluído de amor e dedicação à família.

Ao amigo de infância, o rubro-negro Carlos Eduardo Spertini, sempre bastante dedicado e companheiro.

Aos amigos, Antonio Domingues, Bruno Pelluso, Luiz Henrique, Joannis Tsakiridis e Igor. Destaco a amiga Ana Carolina Mangureira, que sempre me salvou com aquelas referências de difícil acesso, e todas as pessoas que de alguma forma, direta ou indiretamente, contribuíram para a execução desta jornada.

Gostaria de agradecer aos professores do HCTE, José Carlos de Oliveira, Mércio Gomes, e ao carinhoso Evandro Ouriques. Também agradeço aos professores Amitava Dutt, Sheila Dow, John Davis e Miguel Bruno pela atenção concedida e celeridade nas respostas aos meus e-mails, além do envio de artigos. Gratidão pelos incentivos do Prof. Felipe Kezen, desde quando me passou o bastão para lecionar a disciplina de Metodologia da Ciência Econômica na graduação de Economia. Sem dúvida todos tornaram viável a realização desta tese. Por fim, agradeço, também, o secretário do curso, Robson Borralho, por sua paciência e presteza, além da maneira cordial com que me tratou em todos os momentos.

## **EPIGRAFE**

Se isso soa como abertura, ecletismo e tolerância à ambiguidade, eu me declaro culpado. A alternativa é o fechamento prematuro, o determinismo míope e o sectarismo (Samuels 2000, 312).

## RESUMO

ANACHE, Marcelo de Carvalho Azevedo. **A construção de um metaparadigma**: uma proposta de *framework* pluralista para a ciência econômica. Rio de Janeiro, 2019. Tese (Doutorado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia), Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia (HCTE), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

A partir da ocorrência dos apelos por uma Economia pluralista há mais de quatro décadas e das dificuldades encontradas para sua concretização, dadas às ambiguidades sobre o que exatamente se entende por esse conceito, essa tese busca, através de um *framework* demonstrar como um metaparadigma pluralista pode solucionar essa incipiência. Os caminhos para a sua concepção passam pela análise das dimensões paradigmáticas das escolas de pensamento neoclássica, pós-keynesiana e evolucionista. Além disso, as possibilidades de instrumentalização do metaparadigma proposto, também são oferecidas via filosofia da linguagem de Wittgenstein, utilizando o conceito de finitude de significados, assim como pelo conceito de espaço vital de Lewin, que busca dar contornos ao comportamento do indivíduo e, por Habermas, através da teoria do agir comunicativo. De modo a consubstanciar o uso dessas três abordagens como forma de instrumentalização, utiliza-se a visualização de redes, através do mapeamento de semelhança de ocorrência correlacionada de palavras, o qual é um método de análise multivariada.

Palavras-Chave: Metaparadigma; Pluralismo; Framework.

## ABSTRACT

ANACHE, Marcelo de Carvalho Azevedo. **A construção de um metaparadigma**: uma proposta de *framework* pluralista para a ciência econômica. Rio de Janeiro, 2019. Tese (Doutorado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia), Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia (HCTE), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

*From the appeal of a pluralist economy for more than four decades and the difficulties encountered in its realization, given the ambiguities about exactly what is meant by this concept, this thesis seeks, through a framework to demonstrate how a pluralist metaparadigm can solve this incipience. The paths for its conception go through the analysis of the paradigmatic dimensions of the neoclassical, post-Keynesian and evolutionary schools of thought. Moreover, the possibilities of instrumentalization of the proposed metaparadigm are also proposed via Wittgenstein's philosophy of language, using the concept of finitude of meanings, as well as Lewin's concept of living space, which seeks to outline the behavior of the individual and, therefore, Habermas, through the theory of communicative acting. In order to substantiate the use of these three approaches as a means of instrumentation, we use the visualization of networks through the mapping of similarity of correlated occurrence of words, which is a multivariate analysis method.*

*Keywords: Metaparadigm; Pluralism; Framework*

## Sumário de quadros

Quadro 1. Características de Sistemas Fechados e Abertos .....	30
Quadro 2. Características dos níveis filosóficos de Dow .....	38
Quadro 3. Paradoxos macroeconômicos e seus mecanismos .....	132
Quadro 4. Vertentes pós-keynesianas e seus principais temas e autores.....	149
Quadro 5. Três Tipologias do Pluralismo na Economia.....	165
Quadro 6. <i>Framework</i> : comparação conceitual estilizada de três paradigmas econômicos ..	168
Quadro 7. Estratégias para comparar as dimensões paradigmáticas de diferentes paradigmas da Economia .....	172

## Sumário de figuras

Figura 1. As tarefas do metodólogo em Caldwell .....	25
Figura 2. O Pluralismo Crítico de Bruce Caldwell.....	27
Figura 3. Pluralismo Estruturado de Sheila Dow .....	37
Figura 4. Paradigmas no discurso econômico .....	89
Figura 5. Mapa de conhecimento da ocorrência de correlação entre palavras na Economia Evolucionária do BibTechMon .....	192
Figura 6. Mapa de ocorrência de correlação para a palavra “post keynesian” – incluindo todos os resumos que contém o termo de 1978 a 2012.....	192
Figura 7. Representação do conglomerado vermelho da figura 6 ampliado. ....	193

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. REVISANDO O PLURALISMO NA ECONOMIA.....	20
1.1. O Pluralismo Crítico de Bruce Caldwell .....	20
1.2. O Pluralismo Estruturado de Sheila Dow .....	27
1.2.1. Sistemas Fechados e Sistemas Abertos .....	29
1.2.2. Os níveis filosóficos .....	31
1.2.3. As Escolas de Pensamento: a incomensurabilidade parcial .....	39
1.3. O Realismo Crítico de Lawson.....	43
1.3.1. O debate sobre o realismo das hipóteses .....	44
1.3.2. Realismo Científico .....	51
1.3.3. Realismo Crítico: Fundamentos Filosóficos.....	52
1.3.4. Metodologia Realista Crítica no contexto da Economia .....	59
1.3.5. Implicações para a Economia segundo os desenvolvimentos de Tony Lawson .....	66
2. O PLURALISMO COMO METAPARADIGMA.....	76
2.1. Uma tentativa de pluralidade e suas perspectivas para o pluralismo .....	76
2.2. A complexidade das classificações, o limiar da Economia e o processo de mudança no mainstream segundo Colander, Holt e Rosser .....	79
2.3. A dominância institucional e paradigmática das teorias neoclássicas: o processo de <i>path dependence</i> .....	89
2.4. A reivindicação pluralista pela ortodoxia .....	101
2.5. Uma avaliação dos argumentos da ortodoxia e da heterodoxia a partir das perspectivas de Mäki e Ouriques .....	106
2.6. O arcabouço de construção de um metaparadigma pluralista de Dobusch e Kapeller .....	109
3. O PLURALISMO COMO METAPARADIGMA A PARTIR DE UM <i>FRAMEWORK</i> ESTILIZADO.....	112
3.1. Economia Neoclássica .....	112
3.1.1. Elementos Centrais .....	112
3.1.2. Terminologia, análise e concepção da Economia.....	114
3.1.3. Ontologia .....	115
3.1.4. Epistemologia .....	117
3.1.5. Metodologia.....	118
3.1.6. Ideologia e objetivos políticos.....	119

3.1.7.	Debates e análises atuais.....	120
3.1.8.	Delineamento: ramificações, outras teorias econômicas e outras disciplinas ..	121
3.1.9.	Delineamento da Economia Neoclássica a partir da Economia Clássica.....	123
3.2.	A Economia Pós-keynesiana .....	124
3.2.1.	Elementos Centrais .....	124
3.2.2.	Termos, análise e concepção da Economia .....	128
3.2.3.	Ontologia .....	130
3.2.4.	Epistemologia .....	132
3.2.5.	Metodologia.....	136
3.2.6.	Ideologia e objetivos políticos.....	144
3.2.7.	Debates e análises atuais.....	146
3.2.8.	Delineamento: ramificações, outras teorias econômicas e outras disciplinas ..	147
3.2.9.	Delineamento a partir do <i>mainstream</i> .....	150
3.3.	A Economia Evolucionista .....	151
3.3.1.	Elementos Centrais .....	151
3.3.2.	Terminologia, análise e concepção da Economia.....	152
3.3.3.	Ontologia .....	154
3.3.4.	Epistemologia .....	155
3.3.5.	Metodologia.....	156
3.3.6.	Ideologia e objetivos políticos.....	156
3.3.7.	Debates e análises atuais.....	158
3.3.8.	Delineamento: ramificações, outras teorias econômicas e outras disciplinas ..	158
3.3.9.	Delineamento a partir do <i>mainstream</i> .....	160
3.4.	<i>Framework</i> Pluralista: a construção de uma metaparadigma estilizado .....	160
3.4.1.	As razões que justificam uma abordagem pluralista .....	161
3.4.2.	As tipologias do Pluralismo.....	163
3.4.3.	O metaparadigma pluralista.....	167
3.5.	Integração, diversificação, comparação e intercâmbio a partir do <i>framework</i> pluralista: operando o metaparadigma .....	171
3.6.	A instrumentalização do metaparadigma pluralista.....	174
3.6.1.	A Filosofia da linguagem de Wittgenstein .....	174
3.6.2.	O espaço vital de Lewin .....	177
3.6.3.	Habermas e a teoria do agir comunicativo .....	183

3.7. A ocorrência correlacionada entre palavras .....	188
CONCLUSÃO.....	194
REFERÊNCIAS .....	200

## INTRODUÇÃO

Como contraponto ao dogmatismo instaurado na ciência econômica, alguns autores seguem questionando o predomínio do *mainstream*, com o objetivo de abrir espaço para as discussões geralmente heterodoxas, ao mesmo tempo em que promovem debates que questionam a forma com que o ensino e as pesquisas em Economia se organizam. Esses questionamentos, quase sempre, têm um viés pluralista como pano de fundo, em busca do restabelecimento da conexão entre a teoria e a realidade, tal que a ortodoxia ceda espaço às correntes excluídas, admitindo não apenas um espaço marginalizado para a heterodoxia, mas sim que seja possível alcançar o objetivo final de atingir o pluralismo nas abordagens em Economia.

É difícil conceituar pluralismo em Economia, mas em linhas gerais ele diz respeito à aceitação de que os fatos econômicos, por sua complexidade e interligação com fatores históricos, políticos, sociais, institucionais e ideológicos (e isso para não falar em questões comportamentais e psicológicas ou mesmo culturais e antropológicas dos agentes econômicos) devem ser tratados sob diferentes perspectivas analíticas, ganhando em variedade e profundidade de compreensão.

A ideia geral é uma busca por posições teóricas que sejam mais representativas da realidade (tanto da comunidade acadêmica, quanto do objeto estudado), que seja crítica à defesa de uma única corrente de pensamento econômico como o *mainstream*, e por isso, de forma geral o objetivo dos pesquisadores que defendem o pluralismo das abordagens em Economia não deve ser visto apenas como uma crítica em busca da compreensão de uma ciência econômica menos dogmática, mas também como recuperação da Economia com um caráter social, cujas competências dialogam com outras ciências humanas, tais como sociologia, psicologia e filosofia, numa abordagem interdisciplinar.

Mäki (1997) e Fernandez (2011) iluminam os debates sobre pluralismo quando apresentam a importância de diferenciar, conceitualmente, o pluralismo da pluralidade. E a diferença entre essas concepções sugere que pode haver pluralidade sem pluralismo: o que parece ser um cenário próximo do que a ciência econômica atravessa.

O conceito de pluralismo, acima elucidado, é complexo e muito debatido, o de pluralidade, no entanto, é bem intuitivo: é um conceito descritivo que expressa a existência de múltiplas e distintas opiniões. O pluralismo, em contrapartida, é um conceito normativo –

como deveria ser o comportamento da economia. A pluralidade descreve a existência de várias posições sobre as mesmas questões, enquanto o pluralismo aponta que a coexistência de diversas posições teóricas, cuja postura baseia-se no debate crítico, são características desejáveis no meio científico (MAKI, 1997). Então, o pluralismo, enquanto conceito valorativo, afirma e defende que a existência de pluralidade é algo benéfico para o desenvolvimento científico (FERNANDEZ, 2011).

Considerando a Economia como um espaço de pluralidade, de diversidade de teorias e métodos, é importante ressaltar que esse não parece ser um fenômeno exclusivo desta ciência e, mesmo válido também para as ciências naturais, é nas ciências sociais que a pluralidade é central. Isso não quer dizer que as ciências sociais não são objetivas, mas sim que a pluralidade está associada ao fato de serem construídas por seres humanos.

Portanto, o pluralismo é um termo chave no discurso atual da Economia Heterodoxa, enfatizando a necessidade de maior integração teórica e cooperação institucional de diferentes tradições econômicas. No entanto, tanto a natureza do pluralismo quanto o papel concreto atribuído ao pensamento pluralista para o desenvolvimento da Economia têm sido um tanto contestados, apontando para a falta de fundamentos conceituais.

A ascensão do paradigma neoclássico ao domínio sem precedentes no pensamento econômico foi acompanhado pelo crescimento paralelo da literatura sobre o pluralismo econômico, principalmente apresentado por escolas de pensamento econômico, que se viram cada vez mais marginalizadas. Na introdução de seu livro, *Economic Pluralism*, Robert Garnett *et al.* (2010) distinguem duas ondas de tais contestadores pluralistas. Enquanto a primeira onda (dos anos 1970 e início dos anos 1980) foi construída em torno de uma variedade de escolas heterodoxas de pensamento, amplamente desinteressadas uma pela outra, a segunda onda de escritores (por exemplo, Fullbrook, 2009; Marqués e Weisman, 2010) engajou-se em noções mais integradas e pós-kuhnianas de pluralismo. Especificamente, Garnett *et al.* apontam para a petição de Hodgson *et al.* (1992) na *American Economic Review* como o ponto de virada nas discussões sobre o pluralismo. Assinada por 44 importantes economistas, a petição pedia um novo espírito de pluralismo na Economia, envolvendo conversas críticas e comunicação tolerante entre diferentes abordagens.

Tais apelos por reforma e pluralismo parecem ter se intensificado nos últimos anos, provavelmente devido à uma certa perda de hegemonia da Economia Neoclássica no final da última crise financeira global (se tornado mais vulnerável às críticas internas e externas das

heterodoxias), e também a um crescente número de dissidentes dentro da corrente econômica dominante (COLANDER *et al.*, 2004). É neste contexto que enxerga-se a necessidade de um quadro que permita o pluralismo na práxis de pesquisa, independente do contexto paradigmático. A ideia central de um *framework* pluralista à partir de um metaparadigma, portanto, apela não apenas à economistas heterodoxos ou dissidentes, mas, de fato, a todos aqueles que estão insatisfeitos com o domínio institucional e conceitual da Economia Neoclássica.

Geralmente, o termo “paradigma” – como famosamente invocado por Thomas Kuhn (2003 [1962]) como a nova construção do conhecimento científico – liga-se fortemente ao aspecto sociológico da investigação científica, onde diferentes disciplinas acadêmicas são percebidas como campos sociais específicos. O relato kuhniano tem sido criticado por uma variedade de razões, mais notavelmente por sua nebulosa conceitualização do que exatamente um paradigma é ou deveria ser (Masterman [1970] recolhe 21 diferentes categorias de uso anexadas a esse termo na *Structure of Scientific Revolutions* de Kuhn). Portanto, nessa tese se subscreverá uma compreensão do termo como um conceito meramente descritivo, descrevendo cientistas e suas percepções como socialmente embutidas em uma certa filosofia ocupacional, assim fundindo a ideia kuhniana de paradigma com *insights* da sociologia do conhecimento (BERGER; LUCKMANN, 1966).

Tal entendimento do que o termo deve significar para ser útil para a geração de *insights* ainda está longe de ser um conceito simplista, mas vem com uma série de pressuposições divergentes – ainda que teoricamente e socialmente relevantes – que podem ser interpretadas como hipóteses sobre as restrições sociais enfrentadas por cientistas que operam em áreas paradigmáticas distintas. Em geral, um paradigma científico implica uma certa perspectiva teórica, que contém (entre outras coisas) aspectos ontológicos e teleológicos.

Esses aspectos bastante teóricos que implicam um conjunto compartilhado de categorias analíticas, por sua vez, dão origem a rotinas institucionais específicas. Estes são fenômenos emergentes, que surgem dos “estilos de pensamento” compartilhados, implementados pela perspectiva teórica comum dos praticantes de um paradigma (isto é, o “coletivo de pensamento” em Fleck, 1979). Embora essas rotinas tenham uma origem comum em certos “estilos de pensamento”, elas são em si mesmas constituídas como mecanismos sociais, muitas vezes na forma de instituições específicas ou códigos informais de conduta. Assim sendo, é possível argumentar que uma abordagem tão pragmática do termo “paradigma” é aplicável à Economia, e que a compreensão dele aplicável a fenômenos

principalmente sociais poderia fomentar o surgimento de tendências mais pluralistas no pensamento econômico atual.

A partir dessa concepção de paradigmas, introduz-se o conceito de metaparadigma com o intuito de se comparar diferentes tradições econômicas ao longo de determinadas dimensões inclusas em um *framework* pluralista. Assim sendo, é razoável supor que o uso de tal comparação como uma diretriz conceitual facilita a consideração da “comensurabilidade” de diferentes paradigmas através de questões como: será que paradigmas diferentes se relacionam com objetos distintos ou similares? Seus pontos de vista teóricos ou implicações políticas conflitam, se complementam ou coincidem? A terminologia específica da teoria de uma escola de pensamento pode ser traduzida para a linguagem das outras? Em suma, a problemática que essa tese pretende sustentar é que é possível a construção de um *framework* que apoie a gênese de um metaparadigma pluralista.

A fim de apreciar plenamente o que se entende por *framework* e evitar quaisquer equívocos, é necessária uma definição clara. Portanto, de acordo com Popper (1994), um *framework* é um conjunto de pressupostos básicos ou princípios fundamentais de origem intelectual que formam a base subjacente para a ação. Assim, pode ser interpretado como uma estrutura que compreende entidades relevantes ou um conjunto de princípios e ideias orientadoras que sustentam uma argumentação.

A primeira razão que leva a escolha do presente objeto de pesquisa é a incipiência da produção brasileira sobre o tema do pluralismo enquanto método para investigação econômica, em especial no que tange às abordagens mais aprofundadas dos argumentos epistemológicos, ontológicos e metodológicos.

Uma segunda razão é que ao observar um resumo da literatura existente até o momento percebe-se que o pluralismo é um modo preferível de conduta científica, justamente por razões epistemológicas, ontológicas e metodológicas.

A partir do entendimento de que os paradigmas são, em última instância, construções sociais (BERGER; LUCKMANN, 1966) - construções formuladas pelo homem, que servem como pilares centrais para ajudar os cientistas a descrever, categorizar e avaliar todos os tipos de eventos ou processos factuais – faz sentido reavaliar conscientemente a postura paradigmática utilizada, que carrega uma pesada bagagem de concepções, pressuposições e até mesmo preconceitos. O objetivo de um metaparadigma pluralista não é apenas refletir,

mas, eventualmente, reverter essas pressuposições e suavizar o caminho para uma prática orientada para o pluralismo.

Nesse espírito, reiterando o que foi afirmado por Dow (2008a), quer se evitar as controvérsias entre as diferentes escolas de pensamento buscando uma forma de diálogo da ciência em que a compreensão mútua passa a ser a razão de ser do discurso científico. Isso significa que o paradigma é um conjunto básico de princípios para guiar a prática.

Por fim, resume-se em três argumentos o que se considera ser o principal ativo de um metaparadigma pluralista. Primeiro, o conceito poderia ajudar a sintetizar os “*puzzles* resolvidos” de diferentes tradições econômicas em um único corpus. Segundo, poderia fornecer as várias áreas do pensamento econômico, atualmente incluídas sob o rótulo de “Economia Heterodoxa”, com uma rede muito mais ampla de periódicos e acesso a disseminação de artigos, levando a uma rede de citações muito maior. Em terceiro lugar, tal quadro pluralista poderia dar origem a um diálogo construtivo entre os paradigmas da Economia. Dado o conhecimento obtido sobre paradigmas e seus desenvolvimentos históricos, essa tese pretende apresentar mecanismos para uma possível mutação da ciência econômica à longo prazo.

A partir das perspectivas apresentadas acima, essa tese se inicia com uma revisão da literatura abrangendo três autores que oferecem uma gênese sobre o pluralismo na Economia. São eles: Bruce Caldwell, com a sua proposição do Pluralismo Crítico; Sheila Dow, com as ideias do Pluralismo Estruturado e; Tony Lawson com a abordagem do Realismo Crítico. O uso desses autores permitirá avançar em direção das principais problemáticas encontradas para a adoção do pluralismo.

O segundo capítulo apresenta o arcabouço de construção de um metaparadigma pluralista através do *framework* proposto por Dobusch e Kapeller (2012), mas de forma preliminar a essa discussão, achou-se de suma importância levantar as discussões no que diz respeito às reivindicações do pluralismo, tanto de correntes de pensamento, como de docentes e de discentes. Também antes de apresentar as concepções para a consecução do *framework* de um metaparadigma pluralista, apresenta-se uma melhor compreensão para a dominância institucional e paradigmática das teorias neoclássicas, explicada pelo processo de *path dependence*. Outra questão de relevância abordada foi o contraponto da escola neoclássica, em que a mesma apresenta suas razões para reivindicar o *status* de pluralista. Em seguida, utilizou-se das ponderações de Mäki e Ouriques para um posicionamento sobre os

antagonismos relatados entre o processo de dominância institucional (*path dependence*) e a reivindicação da escola neoclássica como uma abordagem pluralista.

O terceiro e último capítulo se destinou a construção do metaparadigma pluralista, lançando mão de um *framework* com três escolas de pensamento: neoclássica, pós-keynesiana e evolucionista. A proposta do metaparadigma respaldou sua análise sobre as dimensões paradigmáticas de cada uma dessas escolas de pensamento, onde se optou por um recorte das dimensões paradigmáticas descritas para cada escola. Além disso, dedicou-se uma tipologia para os diferentes tipos de pluralismo no contexto do pensamento econômico. Também foram desenvolvidas as razões que justificam essa abordagem pluralista, utilizando-se das categorias ontologia, epistemologia e metodologia. Em seguida, buscou-se, a partir das taxonomias utilizadas por Dobusch e Kapeller (2012) encontrar uma prática para o funcionamento do metaparadigma pluralista. Em continuidade utilizou-se as possibilidades de instrumentalização do metaparadigma proposto, primeiro através da filosofia da linguagem de Wittgenstein, utilizando o conceito de finitude de significados. Após, apresentando o conceito de espaço vital de Lewin, que busca dar contornos ao comportamento do indivíduo. E, por fim, fazendo uso da teoria crítica de Habermas, através da teoria do agir comunicativo. De modo a consubstanciar o uso dessas três abordagens como forma de instrumentalização, utiliza-se a visualização de redes, através do mapeamento de semelhança de ocorrência correlacionada de palavras, o qual é um método de análise multivariada.

## 1. REVISANDO O PLURALISMO NA ECONOMIA

Pretende-se, neste capítulo, através de uma revisão sobre os autores primordiais que se dedicaram a debater as problemáticas envolvidas na abordagem pluralista na Economia, apresentar subsídios para o diálogo entre teorias e correntes de pensamento, justamente por reconhecer que a complexidade do objeto da Economia exige mais do que uma visão teórica exclusiva.

Dessa maneira, de início se abordará o Pluralismo Crítico de Bruce Caldwell, considerado o precursor do pluralismo, que enfatiza o tema de uma perspectiva metodológica e prescritiva. Em seguida, o olhar se volta para as ideias de Sheila Dow, outro expoente do tema, que de maneira complementar ressalta a ausência de referência aos fundamentos epistemológicos e ontológicos para uma melhor compreensão do pluralismo metodológico. Para finalizar, apresentam-se as ideias do Realismo Crítico de Tony Lawson, que advém da obra do Realismo Transcendental de Roy Baskhar. O intuito em abordar o Realismo é destacar a importância da ontologia na compreensão da realidade social, assim como para uma proposta de pluralismo metodológico.

### 1.1. O Pluralismo Crítico de Bruce Caldwell

O primeiro autor a ser abordado é Bruce J. Caldwell, professor e historiador do pensamento econômico. A escolha deste autor para iniciar o tratamento sobre o tema é justamente por ele ser considerado o precursor do Pluralismo na Economia. Caldwell ganha esse status após a publicação de seu livro *Beyond Positivism*, em 1982.

Caldwell (1994 [1982]) inicia seu livro, mais precisamente em seu prefácio, comentando da motivação para a consecução da sua pesquisa. Havia nesta época uma lacuna em termos de textos direcionados para os economistas que se preocupavam com o estudo da metodologia econômica. A literatura que se debruçava sobre a metodologia econômica, em sua maioria, abrangia questões filosóficas, entretanto sua produção se encontrava amplamente dispersa. Não é à toa que a primeira parte do livro se dedica a filosofia da ciência.

Mais especificamente, a primeira parte de seu livro é dedicada ao relato sobre a história da filosofia da ciência no século vinte, partindo do Positivismo Lógico com o Círculo de Viena, passando pelo Empiricismo Lógico, pelo falsificacionismo de Karl Popper (1902-1994) e concluindo com os filósofos da chamada Tradição do Conhecimento, Thomas Kuhn (1922-1996), Paul Feyerabend (1924-1994) e Imre Lakatos (1922-1974).

Caldwell (1994 [1982]) salienta ao final dessa primeira parte os “germes” que teriam contribuído para um declínio do positivismo. O que se destaca é o espírito dogmático com que os positivistas agiam, pois se recusavam a permitir que elementos qualitativos e subjetivos entrassem em suas reconstruções racionais da ciência, limitando suas análises e criando lacunas em suas descrições da ciência. Em última análise, os positivistas:

Em sua busca por conhecimentos certos ou prováveis - sejam aquelas declarações verificáveis ou falseáveis, ou hipóteses que são prováveis em um grau elevado e numericamente especificado - eles falharam em ver que as decisões mais importantes tomadas na ciência, e estas incluem a escolha sobre a própria direção da ciência em si, são, em última análise, feitas por homens que deveriam estar cientes de sua própria falibilidade, mas que esperançosamente tentam ser racionais de qualquer maneira (CALDWELL, 1994 [1982], p. 90, tradução nossa).

Como alternativa à visão positivista, a dita Tradição do Conhecimento amplia drasticamente o número e tipos de método de investigação permitidos dentro da filosofia da ciência. Isto é, a disciplina não deve mais se restringir a análises lógicas de explicação, confirmação e estruturação teórica, mas também incluir investigações de ampla gama de atividades científicas, como existe dentro das disciplinas isoladas. Para Caldwell,

A principal diferença entre as abordagens mais contemporâneas e as dos positivistas é que as primeiras enfatizam o papel (específico) da história da ciência como uma verificação para testar as reconstruções racionais dos filósofos (CALDWELL, 1994 [1982], p. 90, tradução nossa).

A segunda parte de *Beyond Positivism* se propõe a analisar, através de uma coleção de ensaios críticos, alguns dos principais trabalhos metodológicos da era positivista na Economia. O objetivo foi examinar as obras dos metodólogos da Economia sob o ponto de vista da filosofia da ciência. Caldwell (1994 [1982]) aborda os debates de Lionel Robbins (1898-1984) e Terence Hutchison (1912-2007) sobre o *status* dos postulados fundamentais da Economia e o método apropriado de análise econômica; o debate de Terence Hutchison e Fritz Machlup (1902-1983) sobre a necessidade de testar suposições; a contribuição única de Milton Friedman (1912-2006), rotulada de instrumentalismo metodológico; e o apoio de Paul Samuelson (1915-2009) ao operacionalismo e ao descritivismo. Todos esses autores procuraram encontrar bases definitivas e estabelecer os cânones de uma Economia ideal, porém essa tarefa se mostrou incompleta.

Na terceira e última parte de seu livro, o economista precursor do pluralismo tenta responder a seguinte questão: a filosofia da ciência é uma ferramenta útil para entender a metodologia econômica? Caldwell (1994 [1982]) se utiliza de um exame detalhado da era

“positivista”<sup>1</sup> na metodologia da Economia, vista da perspectiva da filosofia da ciência do século XX, na tentativa de responder tal questão.

Caldwell (1994 [1982]) ao avaliar a literatura metodológica da Economia descobriu muitas ambiguidades, já que enquanto muitos metodólogos da Economia tinham uma compreensão mais sólida sobre as questões filosóficas, outros não possuíam. Em suas palavras:

Ao avaliar a utilidade de um conhecimento da filosofia da ciência para uma compreensão da metodologia econômica, descobrimos que a velha noção de que um pouco de conhecimento é perigoso parece inteiramente apropriada: a filosofia da ciência, tomada em pequenas doses, ajudou a enlamear o pensamento de muitos dos metodólogos "positivistas". No entanto, nosso estudo também demonstrou que uma compreensão mais completa das questões filosóficas permite separar argumentos distorcidos, separar debates semânticos daqueles que são mais substantivos, esclarecer posições ambíguas e sistematizar uma literatura que, em um primeiro exame, pode parecer falta de coerência (CALDWELL, 1994 [1982], p. 213-214, tradução nossa).

O autor acredita que, embora o erro possa ser eliminado, há um desejo pela emergência de uma metodologia única. Entretanto, para ele seria muito lamentável, pois levaria a uma padronização direta e dogmática do processo científico em Economia. Assim sendo, não se deve esperar (e certamente não é bem-vinda) uma metodologia única e definitiva a ser implementada quando ferramentas filosóficas são aplicadas à metodologia econômica.

Retornando a filosofia da ciência, para o economista precursor do pluralismo a contribuição mais significativa do crescimento dos “filósofos do conhecimento” foi a demonstração de que a busca por uma metodologia científica única, universal e prescritiva é quixotesca. O confirmacionismo não fornece algoritmos logicamente atraentes de escolha. O instrumentalismo só é viável naquelas situações em que a adequação preditiva é o único objetivo. E o falsificacionismo de Popper, embora reconheça o problema da indução e busque apenas eliminar o erro, esbarra em problemas na aplicação quando estritamente interpretado e perde a força prescritiva quando interpretado de forma imprecisa.

Após reconhecer que as tentativas de aplicação de um critério de demarcação através da filosofia da ciência não obtiveram êxito, Caldwell (1994 [1982]), no último capítulo de *Beyond Positivism*, questiona qual deve ser o papel do metodólogo a partir dessa constatação. Para ele a tarefa do metodólogo incluiria:

---

<sup>1</sup> Caldwell (1994 [1982]) aponta que nenhum dos metodólogos da economia listados em seu livro parecia capaz de concordar sobre o que significa ser um positivista.

(...) promover o entendimento do processo científico entre os membros de sua profissão; sistematizar o jargão; racionalmente reconstruir o conteúdo metodológico de vários programas de pesquisa; promover um ambiente em que tanto a novidade como a crítica possam operar livremente. Poucos, penso eu, discordariam da conveniência de tentar alcançar tais objetivos (CALDWELL, 1994 [1982], p. 245, tradução nossa).

Assim sendo, a abordagem metodológica que Caldwell defende é rotulada como “pluralismo metodológico”, porque parte do pressuposto inicial de que não existe um método de avaliação teórico que seja universalmente aplicável e logicamente convincente. Ainda segundo ele, mesmo que exista tal método, nunca teríamos certeza de que o encontramos, mesmo que tenhamos (CALDWELL, 1994 [1982]). Posteriormente, Caldwell (1990, p. 65, tradução nossa) rebatiza sua visão ao afirmar que a posição que defende é “(...) provavelmente mais bem apelidada de pluralismo crítico”. Essa afirmação não representa nenhum tipo de mudança em suas ideias, mas apenas enfatiza a importância da crítica enquanto critério de avaliação.

Por conseguinte, o objetivo com a obra *Beyond Positivism* era esclarecer a finalidade do trabalho metodológico. Para isso Caldwell (1988) propunha familiarizar os economistas com os desenvolvimentos do século vinte dentro da filosofia da ciência, enfatizando os problemas atuais enfrentados nesse campo. Além disso, ele pretendia, com o uso da filosofia da ciência, explicar vários debates metodológicos entre os economistas do *mainstream*. Em suma, *Beyond Positivism* pretendia levantar questões como: o que está além do positivismo? Como se deve fazer o trabalho metodológico na era pós-positivista?

De uma perspectiva mais global, o pluralismo de Caldwell crê que a finalidade primária do trabalho metodológico na Economia é melhorar a compreensão do que é a ciência econômica e, com sorte, aperfeiçoá-la. Para realizar esses objetivos, o pluralista empreende avaliações críticas de forças e limitações de vários programas de pesquisa na Economia e na metodologia econômica. Finalmente, novidade e crítica são ambos importantes para o pluralismo. Uma regra que captura satisfatoriamente a posição pluralista é: “buscar novidade e continuamente tentar reduzi-la através da crítica” (CALDWELL, 1988, p. 235, tradução nossa).

Caldwell (1988) explicita que a crítica não é realizada com o propósito de descobrir ou aplicar algum critério universal de demarcação, o que deixa bem claro que seu objetivo não é resolver o problema da demarcação. A questão a ser levantada era como então saber o

que valeria como Economia se não houver a tentativa de solucionar o problema da demarcação.

O pluralismo metodológico observa os profissionais da Economia e suas discordâncias para poder compreendê-la. Por exemplo, um observador casual da disciplina é capaz de discernir um enorme e amorfo *mainstream*, que está cercado de todos os lados pela heterodoxia, um grupo tão diverso que algumas vezes parece que somente a ligação entre eles é uma insatisfação com a análise do *mainstream*.

A pergunta que resta a fazer é: quais grupos devem ser incluídos? A metodologia pluralista entende que todos os grupos devem ser levados em consideração, pois ela incentiva tanto as novas abordagens para a teorização da Economia quanto a defesa da ortodoxia contra os ataques que tais novidades trazem. Isto é, somente através do choque constante de uma diversidade de ideias é que posições se tornam nitidamente definidas, inteligíveis e compreendidas. Em resumo, Caldwell (1988, p. 236, tradução nossa) coloca: “(...) eu estou afirmando que muito pode ser ganho ao desviar nosso foco de atenção da questão filosófica da demarcação e em direção à preocupação mais prática com as formas de crítica”.

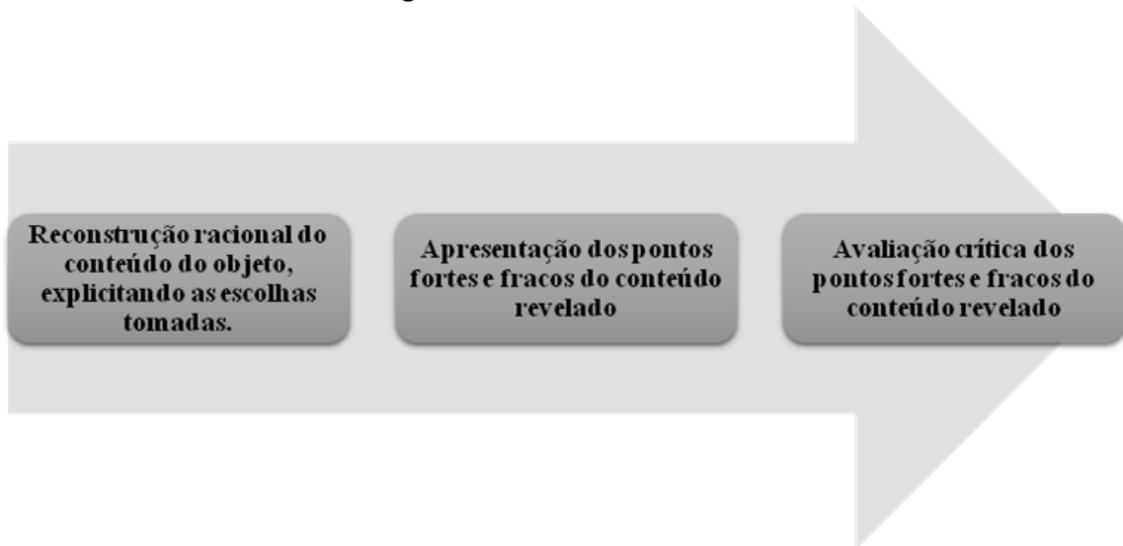
Embora o método de Caldwell pretenda atenuar o caráter prescritivo da metodologia popperiana, o seu prescritivismo se reproduz, *lato sensu*, com aspectos de orientação metodológica. Outra observação a ser feita se refere a última frase de *Beyond Positivism*, onde Caldwell (1994 [1982], p. 252, tradução nossa) escreve: “(...) E com sorte, essa percepção pode levar a uma ciência melhor e, certamente, mais honesta”. Por esse trecho também entendemos que o discurso crítico também está compreendido por uma posição ética.

Caldwell (1994 [1982]) descreve quais devem ser as quatro tarefas específicas do metodólogo da Economia que atua na vertente do pluralismo metodológico. Essas amplas prescrições podem ser elencadas da seguinte forma: 1) Reconstrução racional do conteúdo metodológico das teorias e dos programas de pesquisa, tratando cada reconstrução de forma explicitamente clara; 2) Avaliação crítica do conteúdo metodológico revelado na reconstrução racional, apontando os pontos fortes (se houver) e as limitações do objeto em análise; 3) Discussão crítica sobre os pontos fortes (se houver) e as limitações das posições metodológicas racionalmente reconstruídas sob exame; e 4) Avaliação metodológica de programas alternativos de pesquisa, cujos fundamentos epistemológicos e metodológicos diferem radicalmente daqueles da teoria *mainstream* (ortodoxa), com o fito de criticá-los em

seus próprios termos, ou ainda, por falhar em não demonstrar como podem ser comparados a outros programas.

Podemos então, esboçar uma esquematização do pluralismo crítico de Caldwell conforme a figura 1.

**Figura 1** - As tarefas do metodólogo em Caldwell



Fonte: Borba (2013, p. 39)

Em resumo, as prescrições metodológicas do pluralismo são definidas por Caldwell no final de *Beyond Positivism*:

(...) Pluralismo metodológico [crítico] parte do pressuposto que nenhuma única metodologia correta pode ser descoberta. A reconstrução racional, seja de programas de pesquisa em teoria econômica ou dos escritos de metodólogos da Economia, é o primeiro passo da análise. Uma vez que tais reconstruções podem ser empreendidas a partir de uma variedade de pontos de vista, o metodólogo deve deixar explícito qual é seu arcabouço teórico para a análise. A crítica dos elementos que foram reconstruídos é feita então conforme esse arcabouço (CALDWELL, 1994 [1982], p. 250, tradução nossa).

Após descrever sinteticamente as orientações metodológicas do pluralismo, fica perfeitamente esclarecido que o âmago da proposta de Caldwell repousa na crítica racional e sistemática como instrumento de superação ao dogmatismo.

Voltando a questão da reconstrução racional, deve-se enfatizar que ao explicitar os objetivos de uma dada reconstrução é possível permitir que os críticos percebam se tais objetivos foram alcançados e se outras abordagens são factíveis. Em relação a avaliação e discussão crítica, Caldwell (1994 [1982]) defende que a discussão metodologia não é um trabalho inútil e que o papel do metodólogo é, primeiro, mostrar que não existe um método

único e, por fim, demonstrar que críticas e debates frutíferos são possíveis e podem obter resultados mesmo que não haja solução para o problema da escolha da teoria.

Por fim, enfatizando a última das quatro prescrições de Caldwell, Bianchi (1992) destaca que as vantagens seriam promover a novidade na ciência, estimular a crítica não dogmática e diminuir a incomensurabilidade entre teorias e promover o diálogo entre diferentes programas de pesquisa. Com o intuito de sustentar esta orientação metodológica através da apreciação do conteúdo crítico, Caldwell (1994 [1982]) ofereceu uma distinção entre crítica externa e crítica interna.

No que concerne a crítica externa, esta se denota por desafiar os fundamentos epistemológicos de um determinado programa de pesquisa. Ou seja, esse tipo de crítica ocorre quando as metodologias dos campos de pesquisa opostos são fundadas em sistemas epistemológicos rivais. Isso pode levar as contribuições dos programas de pesquisa alternativos a serem ignoradas ou rotuladas de inconsequentes. Em outras palavras, quando os opositores desses programas alternativos avaliam seus fundamentos epistemológicos como ininteligíveis, eles estão desafiando as restrições epistemológicas situacionais que seus adversários avançaram. Para Caldwell (1994 [1982]), esta tarefa já seria ambiciosa demais pensando nos filósofos profissionais, quanto mais para os economistas. Além disso:

Essa crítica é baseada em uma teoria epistemológica alternativa, que rejeita uma abordagem priorista dos fundamentos do conhecimento científico. Uma vez que cada campo possui uma teoria epistemológica rival, a crítica externa que simplesmente postula uma teoria como correta, então acha que todos os pontos de vista antagônicos são insuficientes, e que dificilmente pode ser considerado convincente. No mínimo, uma comparação só pode ser feita adequadamente depois que as forças e fraquezas relativas das teorias epistemológicas concorrentes forem cuidadosamente investigadas (CALDWELL, 1994 [1982], p. 248-49, tradução nossa).

No que tange a crítica interna, a mesma se caracteriza quando os propósitos, objetivos e metodologia de uma abordagem específica são considerados como dados, e então o programa de pesquisa é avaliado em seus próprios termos. As vantagens da crítica interna são várias, dentre elas permitir uma conversação mais focada entre os possíveis debatedores, mantendo o diálogo de um com o outro e não além um do outro, evitando, inclusive, os debates semânticos. Mais ainda, a crítica interna apresenta a vantagem de que, se bem-sucedida, possivelmente, provocaria maior reflexão por parte dos proponentes de um programa, forçando-os na direção do estabelecimento deste em bases mais fortes.

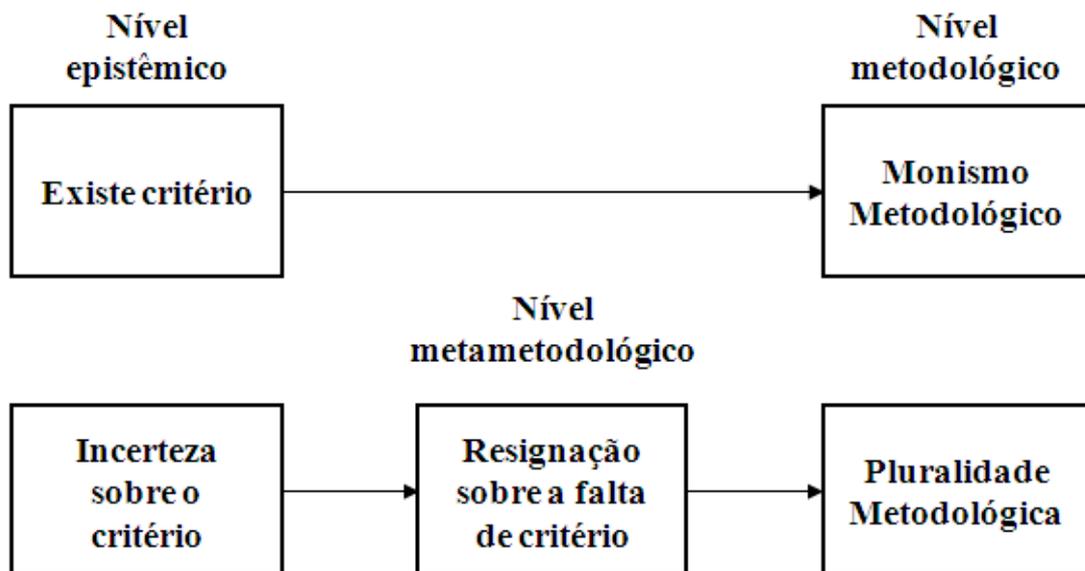
A crítica interna é cabível e oportuna em todos os momentos da ciência, posto que o dogmatismo é uma atitude anticientífica por excelência. Nas palavras de Caldwell (1994

[1982], p. 249, tradução nossa) “a crítica interna como arma estratégica é mais poderosa quando bem-sucedida do que a crítica externa, uma vez que leva em consideração os objetivos teóricos e as restrições situacionais de um adversário”.

Caldwell (1994 [1982]) também adiciona que os diversos programas de pesquisa, proponentes de teorias, devem estar abertos às críticas, apresentando suas construções teóricas e demonstrando como as mesmas podem ser comparadas com as dos seus concorrentes, pois do contrário não conseguirão atrair adeptos.

Enfim, com a reconhecida ausência de um critério epistemológico de julgamento sobre as posições metodológicas, isto é, sem critérios para a escolha de teorias rivais, restou para Caldwell admitir o pluralismo e crer que a coexistência de teorias e métodos diferentes é benéfica para o desenvolvimento da ciência. Assim sendo, em função da incerteza sobre o critério de decisão na escolha da teoria, o pluralismo se posiciona em um nível metametodológico. A figura 2 procura sintetizar a estrutura do pluralismo crítico de Bruce Caldwell.

**Figura 2** - O Pluralismo Crítico de Bruce Caldwell



Fonte: Cavalieri (2009, p. 170)

## 1.2. O Pluralismo Estruturado de Sheila Dow

Após examinarmos o pluralismo crítico de Bruce Caldwell, abordaremos nesta seção a proposta pluralista de Sheila Dow, que diferente de Caldwell não emprega uma espécie de

prescrição metodológica, mas, ao contrário, se preocupa com os níveis filosóficos onde o pluralismo pode ser forjado.

O propósito de Dow é tentar distinguir o pluralismo nos diferentes níveis filosóficos (ontológico, epistemológico, do método e metodológico) e, de acordo com diferentes posições ontológicas e epistemológicas, avaliar se a validade da posição pluralista difere entre esses diferentes níveis.

Mas antes de abordar a posição pluralista de Dow, convém ressaltar que seu argumento seguiu um determinado raciocínio crítico sobre a metodologia do *mainstream* econômico, ao ressaltar que, a partir de 1960, houve uma mudança na visão de que a natureza do mundo e do conhecimento era tal que seria impossível identificar categoricamente a verdade absoluta. Portanto, só seria possível entender o mundo como um sistema aberto. No entanto, essa mudança epistemológica foi abordada com as ferramentas da antiga epistemologia dualista projetada para uma compreensão de sistema fechado da realidade.

Para Dow (1997a), a insustentabilidade dessa posição começava a se fazer sentir em tentativas de gerar conhecimento de novas maneiras mais aptas a sistemas abertos; tais tentativas requeriam a presunção de que algum tipo de conhecimento era possível. Havia uma literatura crescente nas ciências físicas e na matemática que desenvolveu noções não-dualistas de conhecimento científico. Um exemplo é a noção de sistemas abertos e auto organizados de Prigogine e Stenger (1984). Do que seria tradicionalmente considerado como as categorias dualistas de caos e ordem, Prigogine e Stenger mostraram não só que o caos pode sair da ordem, mas também que a ordem pode sair do caos; são os processos de interconexão, não os estados dualísticos, que são o foco apropriado de atenção. A partir disso, Chick (1995) identificou uma mudança na epistemologia da ciência, sugerindo que:

"o homem está passando por uma rápida fase de evolução de sua consciência e que a manifestação de conflito entre escolas de pensamento é na verdade um choque entre diferentes formas de organização psíquica, coexistindo em uma transição" (CHICK, 1995, p. 35, tradução nossa).

Como Dow entende que uma compreensão do que está implícito no pluralismo metodológico e no pluralismo do método tem sido dificultada pela falta de referência aos fundamentos epistemológicos e ontológicos, e que eles podem ser caracterizados a partir de sistemas abertos ou fechados, enfatizaremos a seguir as propriedades de ambos os sistemas. Em seguida, trataremos dos níveis filosóficos do pluralismo, ou seja, do pluralismo ontológico, epistemológico, do método e metodológico, que juntos irão compor a gênese do

que Dow denominou pluralismo estruturado<sup>2</sup>. E, por fim, demonstraremos como Sheila Dow compreende o papel das escolas de pensamento da Economia em compatibilidade com o pluralismo.

### 1.2.1. Sistemas Fechados e Sistemas Abertos

Dow (1997b) define e distingue os argumentos que caracterizam a natureza dos sistemas abertos e fechados. Para ela, um sistema aberto é aquele cujos limites não são predeterminados. Além disso, a natureza e o alcance de suas variáveis constituintes e a estrutura de suas inter-relações também não são predeterminados (isso não é uma questão de variação estocástica). Em contraste, os limites de um sistema fechado são predeterminados, assim como a gama completa de variáveis constituintes e a estrutura de suas inter-relações (isso não exclui a possibilidade de variação estocástica).

No nível ontológico, o sistema é um sistema de processos e fenômenos reais. Uma compreensão da realidade como conformando-se a um sistema aberto pode envolver noções de criatividade humana e liberdade de escolha, por exemplo. Uma compreensão de sistema fechado da realidade pode envolver a noção de um grande plano por parte da divindade e a ausência de livre arbítrio. Os sistemas de conhecimento aplicados a essa realidade podem ser abertos ou fechados em ambos os casos.

Dow (1997b) argumenta que pode parecer que uma ontologia de sistema aberto implicaria uma epistemologia de sistema aberto e, da mesma forma, para uma ontologia de sistema fechado. Mas, mesmo que a realidade seja um sistema aberto, pode-se argumentar que o conhecimento só pode ser adquirido procedendo como se a realidade fosse um sistema fechado. Alternativamente, mesmo que a realidade seja um sistema fechado, pode-se argumentar que o conhecimento humano inevitavelmente não pode abranger todo o sistema, de modo que ele próprio deve estar em conformidade com um sistema aberto.

A mentora do pluralismo estruturado denota a teorização do equilíbrio geral como um bom exemplo de uma estrutura teórica de sistema fechado, ao destacar que:

As variáveis são claramente definidas com significado fixo, e os limites do sistema são bem definidos de acordo com quais variáveis são endógenas e quais são exógenas. O objetivo é chegar a um acordo sobre a melhor representação das relações estruturais entre variáveis para aplicação universal. Isso implica conformidade de representação através do formalismo. O critério de avaliação de

---

<sup>2</sup> Primeiramente Dow (1997b) utiliza o termo “pluralismo modificado”. Depois, chama a mesma ideia de “pluralismo moderado” (DOW, 2002a), até que, por fim, usa a denominação “pluralismo estruturado” (DOW, 2004).

conformidade com os princípios da lógica clássica reflete uma epistemologia de sistema fechado; onde o critério adicional é aplicado de bom ajuste nos testes econométricos, uma ontologia de sistema fechado é evidente (DOW, 1997b, p. 90, tradução nossa).

Se a realidade é um sistema aberto, então qualquer sistema teórico fechado só pode ter aplicação parcial. Os sistemas formais são necessariamente fechados, uma vez que é necessário dar significado fixo às variáveis e especificar as relações estruturais e as variáveis exógenas.

Apresentamos a seguir um quadro sintético com as principais características dos componentes dos sistemas fechados e abertos que foram definidos por Dow (2004):

**Quadro 1** - Características de sistemas fechados e abertos

<b>Sistemas Fechados</b>	<b>Sistemas Abertos</b>
1. Todas as variáveis relevantes podem ser identificadas;	1. Pode não ser possível, em um sistema complexo, que todas as variáveis relevantes sejam identificadas;
2. Os limites do sistema podem ser especificados, de modo que fique claro quais variáveis são exógenas e quais são endógenas; essas categorias são fixas;	2. Os limites do sistema são semipermeáveis e/ou suas instâncias não são perfeitamente claras e/ou podem sofrer mudanças; isso implica que a classificação entre variáveis endógenas e exógenas pode não ser fixa.
3. Apenas as variáveis exógenas especificadas afetam o sistema, e elas o fazem de forma conhecida (ou predeterminada);	3. Podem existir importantes variáveis omitidas e/ou seus efeitos no sistema podem ser incertos;
4. As relações entre as variáveis são conhecidas ou aleatórias;	4. Existe um conhecimento imperfeito das relações entre variáveis; as relações podem mudar, por exemplo, devido à criatividade humana;
5. Os componentes são separáveis (independentes, atomísticos) e sua natureza é constante;	5. Pode haver inter-relação entre os agentes e/ou eles podem mudar (por exemplo, os agentes podem mudar);
6. A estrutura das relações entre os componentes é conhecida (ou predeterminada).	6. Conexões entre as estruturas podem não ser totalmente conhecidas e/ou podem mudar; estrutura e agentes são tipicamente interdependentes.

Fonte: Adaptado de Dow (2004, p.283)

A partir desta categorização de sistemas abertos e fechados, Dow entende que a realidade estudada em Economia diz respeito à ontologia dos sistemas abertos, que permite a defesa do pluralismo em oposição à perspectiva monista. A ideia de Dow é desvendar os diferentes sentidos possíveis do pluralismo e como eles se relacionam com diferentes posições ontológicas e epistemológicas.

### 1.2.2. Os níveis filosóficos

Dow (1997b) distingue seus níveis filosóficos para o pluralismo em quatro: ontológico, epistemológico, de método e metodológico. Com relação ao pluralismo ontológico, o mesmo envolve a crença de que a realidade constitui uma pluralidade da própria realidade, que em sua forma pura, nega a existência de forças unificadoras na natureza. Se a natureza é pluralista, então não há espaço para a teorização geral. Em Economia, essa posição está mais intimamente associada ao pós-modernismo, que enfatiza a fragmentação até mesmo da verdade. O pluralismo ontológico implica o pluralismo epistêmico (a compreensão é fragmentada). Juntos, esses pluralismos negam qualquer espaço para a teoria.

Cabe ressaltar que, de acordo com Corazza (2009), na perspectiva pós-moderna, a ciência econômica assume uma dimensão, em certo sentido, relativista, fragmentada e, socialmente, condicionada. Ela valoriza conceitos científicos, como o de relatividade, desequilíbrio e incerteza, associados a uma visão do tempo e do espaço instável e descontínua. Em oposição às ideias de totalidade e universalidade da ciência moderna, o pós-modernismo envolve a ideia da fragmentação e descontinuidade e a negação de leis gerais que governariam o sistema econômico.

Entretanto, o conteúdo do pós-modernismo desmente essas implicações, pois declarações gerais são feitas sobre a realidade, teorias são apresentadas e declarações metodológicas são realizadas. Assim sendo, o puro pluralismo ontológico e suas implicações são insustentáveis, já que qualquer afirmação teórica requer a crença em alguma regularidade na compreensão e/ou na natureza. Então, as únicas possibilidades seriam um pluralismo modificado (regularidades parciais), ou a crença em regularidades universais.

Em outras palavras, entre o monismo puro, que em seu nível ontológico possui uma natureza unificadora e uma realidade de sistema fechado, e sua posição dual, isto é, o pluralismo puro de natureza fragmentada, Dow (1997b) propõe a instância do pluralismo modificado, onde há uma gama de entendimentos da realidade como um sistema aberto.

Muitos economistas não *mainstream*, além dos pós-modernistas, mantêm uma posição pluralista modificada, baseada em uma ontologia organicista<sup>3</sup> (por exemplo, o

---

<sup>3</sup> A ontologia organicista adotada pelos economistas não *mainstream* rejeita o indivíduo imutável e também rejeita o indivíduo determinado apenas por leis e mudanças sociais. O homem como resultado de circunstâncias socioeconômicas do passado não seria suficiente para explicar o comportamento individual. Pela ontologia organicista, a sociedade é um todo acima das partes, considerando a interação entre as partes e o todo de maneira antagonista à atomística. Ou seja, esse ponto de vista da ontologia organicista se afasta da naturalização dos fenômenos econômicos colocada pela concepção natural-positivista, conforme apontam Bruno e Caffè (2017).

organicismo de Keynes<sup>4</sup>). Essa posição sustenta que há regularidades na natureza em que a ciência deve procurar identificar, mas que essas regularidades são de processo e não de eventos; elas não podem ser isoladas de irregularidades evolutivas ou algo parecido. A Economia, assim como o conhecimento, é mais bem compreendida como um sistema aberto.

A Economia *Mainstream*, por outro lado, tradicionalmente viu seu escopo como sendo definido por regularidades universais que podem ser separadas dualistamente de irregularidades e são mais bem compreendidas dentro de um sistema teórico fechado (DOW, 1990a). No entanto, a maioria dos economistas do *mainstream*, notadamente os dedutivistas, não são explícitos sobre sua posição ontológica.

No que tange ao pluralismo epistêmico, o mesmo implica uma pluralidade de entendimentos da realidade, ou seja, não há uma maneira conhecida de estabelecer o que constitui o conhecimento verdadeiro. Ao contrário disso, o positivismo lógico requer que a teoria seja avaliada com referência a um conjunto independente de fatos, implicando que há apenas uma maneira na qual (corretamente) conhecer fatos.

O positivismo lógico sofreu séria ameaça na década de 1960, período em que a noção de que a autoridade tinha acesso exclusivo à verdade era fundamentalmente questionada. Na filosofia da ciência, o falibilismo de Popper (2002 [1935]) lançou as bases, mas foi Kuhn (2003 [1962]) quem capturou a imaginação com seu argumento de que o entendimento é específico do paradigma.

Dessa mudança desenvolveu-se uma perspectiva distinta de compreensão, que pode ser observada tanto na abordagem retórica/hermenêutica<sup>5</sup> quanto no pós-modernismo, já que ambos assumem uma posição pluralista quanto à compreensão. O pluralismo epistêmico pós-modernista, cujo indivíduo possui uma pluralidade de compreensão, segue diretamente da ontologia pluralista pós-moderna. Já na abordagem retórica/hermenêutica, a compreensão da realidade é expressa por meio de uma pluralidade de narrativas. Assim, a realidade não é apenas discutida por meio de uma pluralidade de narrativas, mas a própria realidade deve ser lida como uma pluralidade de narrativas. Não há base para escolher uma narrativa em detrimento de outra (DOW, 1997b).

---

<sup>4</sup> A discussão sobre a visão ontológica de Keynes é um debate ainda controverso. A ontologia social organicista do pensamento de Keynes é uma contraposição à visão ontológica atomista.

<sup>5</sup> A abordagem retórica / hermenêutica é inspirada na visão de Rorty (1979) de que a filosofia não pode espelhar a natureza; nenhuma posição é tomada sobre se a realidade última é uma pluralidade ou não.

A crença lógica positivista em uma compreensão objetiva unitária dos fatos, no entanto, persiste em grande parte da Economia (LAWSON, 1994a). Uma exceção significativa é a posição epistêmica explicitamente pluralista tomada por Weintraub (1989). Sua posição passou de ser lakatosiana (que, como base para a avaliação da teoria, requer um conjunto de fatos unitários) para negar o alcance da avaliação da teoria, com base na situação de que os fatos são carregados de teoria, ou seja, há uma pluralidade de compreensão da realidade.

Dow (1997b) argumenta que epistemologicamente, deveria haver um paralelo direto de uma compreensão pluralista (possivelmente de uma realidade pluralista) entre agentes econômicos e economistas. Por exemplo, no caso dos pós-modernistas e da abordagem retórica, não há base para escolher entre os entendimentos de agentes ou de economistas. Em contraste, a posição positivista lógica implica uma compreensão unitária dos fatos pelos agentes e uma compreensão unitária correspondente pelos economistas (embora ambos possam ser expressos probabilisticamente).

Curiosamente, tal paralelo não é evidente no trabalho de Weintraub (1989), pois, segundo ele, se os fatos são carregados de teoria para os economistas, certamente eles também devem estar carregados de teoria para os agentes. Uma aceitação desse ponto teria profundas implicações para a teorização do equilíbrio geral (ou *mainstream*). É a pluralidade de compreensão (ou enquadramento) dos agentes econômicos, na visão pós-moderna, que enfraquece a teorização em geral.

Os economistas não-*mainstream*, que não os empregadores do pós-modernismo e a abordagem retórica (pós-keynesianos, ou economistas institucionalistas/evolucionistas, por exemplo), empregam uma epistemologia de sistema aberto que permite uma gama de entendimentos, mas também teorizações. Seguindo diretamente de uma ontologia organicista, ou da visão de que a compreensão humana da realidade (seja essencialmente orgânica ou não) é necessariamente limitada, argumenta-se que só podemos entender a realidade como um sistema orgânico aberto. A filosofia de Keynes (1973), por exemplo, fornece uma epistemologia para sistemas orgânicos abertos.

Como o conhecimento em geral é baseado em conhecimento imperfeito, é inevitável que haja uma gama de entendimentos da realidade, tanto entre agentes quanto economistas. Mas essa epistemologia difere do pluralismo puro, na medida em que existem regularidades no processo de geração de conhecimento de agentes e economistas que limitam o alcance das

crenças racionais. A escolha da crença (entre agentes e economistas) é uma questão de debate racional.

No que concerne o pluralismo do método, Dow (1997b) o define como a posição metodológica onde não há critérios decisivos para selecionar um melhor método de análise. A principal influência é Popper (2002 [1935]), que viu um papel para a lógica situacional nas ciências sociais, dadas as dificuldades com o falsificacionismo. Caldwell (1991), que também parece apoiar o pluralismo do método, assim como Popper (2002 [1935]), entende que a escolha do método deve, então, ser dependente do problema.

Dow (1997b) critica autores como Hutchison, Boland e Solow, alegando que os mesmos defendem o pluralismo do método, mas que neles não há nenhum indício de um posicionamento em termos de pluralismo nos níveis epistemológico ou ontológico. Isto é, já que os três subscrevem uma epistemologia e ontologia unitárias (em conformidade com as do positivismo lógico), em outras palavras, se ocorre uma compreensão unitária de regularidades que podem ser percebidas, então o pluralismo de método só pode ser explicado em termos da falha da metodologia tradicional em produzir critérios satisfatórios para a escolha de métodos.

A crítica de Dow também recai sobre o trabalho de Mayer (1993), que defende um conjunto particular de critérios de escolha do método, baseado na distinção entre teoria pura e teoria aplicada. Para ela há uma ausência de explicação epistemológica para a necessidade de uma gama de métodos, dada uma ontologia e epistemologia unitárias. Portanto sua crítica parte da ausência de conexão explícita entre a teoria pura e a teoria aplicada de um corpo de pensamento, onde tal ausência é julgada como incoerente.

Ao que parece o pluralismo do método poderia ser justificado por uma epistemologia pluralista. Já que a realidade pode ser entendida de várias maneiras, e não há motivos para preferir um entendimento sobre outro, também não há motivos para escolher um método de adquirir conhecimento sobre outro. A abordagem retórica/hermenêutica assume uma posição agnóstica (diferentes métodos são tomados por seus próprios méritos, mas não há defesa do pluralismo; na verdade, há uma negação da metodologia em geral). A abordagem pós-modernista pode ser interpretada como advogando uma pluralidade de métodos. Uma de suas características mais notáveis é a negação de teorias gerais. Mas, como foi sugerido anteriormente, qualquer posição pós-moderna sobre o método é autocontraditória. A essência do pós-modernismo é evitar as declarações normativas e, de fato, a teoria em geral.

A defesa de uma gama de métodos é implicada pela epistemologia do sistema aberto de abordagens como a adotada por economistas pós-keynesianos, ou economistas institucionalistas/evolucionistas. É exigido por uma epistemologia de sistema aberto que o conhecimento seja adquirido reunindo evidências e construindo argumentos a fim de construir uma crença racional. Essas contribuições para o conhecimento são incomensuráveis no sentido de que elas não se acumulam em uma única estatística de probabilidade, ou seja, não se encaixam na teorização de sistemas fechados.

Certamente, a escolha de uma variedade de métodos depende da natureza do problema e do contexto. Mas a escolha é guiada (e, portanto, limitada) pela razão, pela convenção e pela visão (visão de mundo/ontologia). São essas diferenças que explicam diferentes escolas de pensamento que têm em comum a teorização de sistemas abertos (DOW, 1990b).

Finalmente, a visão (ou ontologia) determina como os problemas são identificados e interpretados. Portanto, dada uma ontologia de sistema aberto, existe uma gama de possibilidades, enquanto em uma ontologia unitária de sistema fechado, existe apenas uma.

Abordando o último nível filosófico, denominado pluralismo metodológico, Dow (1997b), assim como Caldwell (1994 [1982]), distingue esse pluralismo como uma posição metametodológica, recomendando que os metodólogos estudem uma série de metodologias por meio de reconstrução racional. Como já abordado em Caldwell, o pluralismo crítico envolve a avaliação dessa gama de metodologias por meio de uma série de critérios. O raciocínio subjacente é que não há base para decidir sobre uma metodologia. Ao invés de dedicar esforços infrutíferos para encontrar a melhor metodologia, os metodólogos devem dedicar seus esforços para promover a compreensão metodológica entre os economistas, esclarecendo a natureza das diferentes possibilidades e demonstrando suas forças e fraquezas de acordo com diferentes critérios.

Uma observação levantada por Dow (1997b) sobre a proposta pluralista de Caldwell é que o mesmo apoia a ideia hermenêutica de acolher cada abordagem por seus próprios méritos para promover um melhor entendimento entre os praticantes delas. No entanto, o elemento crítico é adicional, e representa a diferença metametodológica fundamental da abordagem hermenêutica.

A abordagem retórica/ hermenêutica aceita pluralidade de compreensão e pluralidade do método como uma descrição da realidade, mas recusa-se a fazer qualquer julgamento

normativo sobre a natureza ou extensão dessas pluralidades. Já os pós-modernistas acolhem positivamente as pluralidades de compreensão e método (quanto mais, melhor, como reflexo de uma realidade fundamentalmente fragmentada). Caldwell, ao contrário de seu ponto de partida popperiano, parece considerar uma ampla pluralidade de metodologias como uma necessidade lamentável, e espera que o resultado do pluralismo metodológico seja um estreitamento das possibilidades.

Bruce Caldwell é criticado por Dow ao não descrever seus fundamentos epistemológicos e nem mesmo ontológicos de seu pluralismo metodológico. Dow (1997b) enfatiza os seguintes questionamentos:

Qual é a razão para uma gama de metodologias em primeiro lugar? É na natureza do conhecimento (e realidade) que é assim, como a abordagem de sistema aberto sugere? Ou é uma limitação temporária em nossa compreensão, como a abordagem eclética<sup>6</sup> sugere? Ou é pura loucura que metodologias e metodólogos persistam, apesar da fragmentação do conhecimento (e possivelmente da realidade), como a abordagem retórica e os pós-modernistas sugerem (DOW, 1997b, p. 96, tradução nossa)?

O pluralismo metodológico crítico visa explicitamente ir além da descrição. Porém uma questão a ser ultrapassada é determinar quais os critérios para a crítica. Caldwell (1994 [1982]) defendeu particularmente críticas nos próprios termos de uma metodologia como forma de promover uma maior compreensão de uma determinada metodologia. Tal esforço é claramente preferível à crítica muito comum de uma metodologia pelos critérios de outra.

Entretanto, Dow (1997b) alerta que essa proposta de Caldwell só é viável até certo ponto. Se a justificativa do pluralismo metodológico é epistêmica, então, assim como os fatos são carregados de teoria e as teorias são carregadas de metodologia, o conhecimento dos metodólogos deve ser impactado por sua própria visão da realidade e de como o conhecimento é construído. O pluralismo epistêmico, afinal, é um reconhecimento de que existem diferentes entendimentos da realidade, mas, em geral, qualquer economista ou metodólogo tem apenas um entendimento.

Embora Dow concorde que a tentativa de compreensão de diferentes metodologias em seus próprios termos deva promover um debate mais construtivo entre os economistas, ela ressalva que o escopo dessa compreensão é sempre condicional à própria posição ontológica e epistemológica do metodólogo. Mas, sem uma epistemologia pluralista, qual é a justificativa para o pluralismo metodológico?

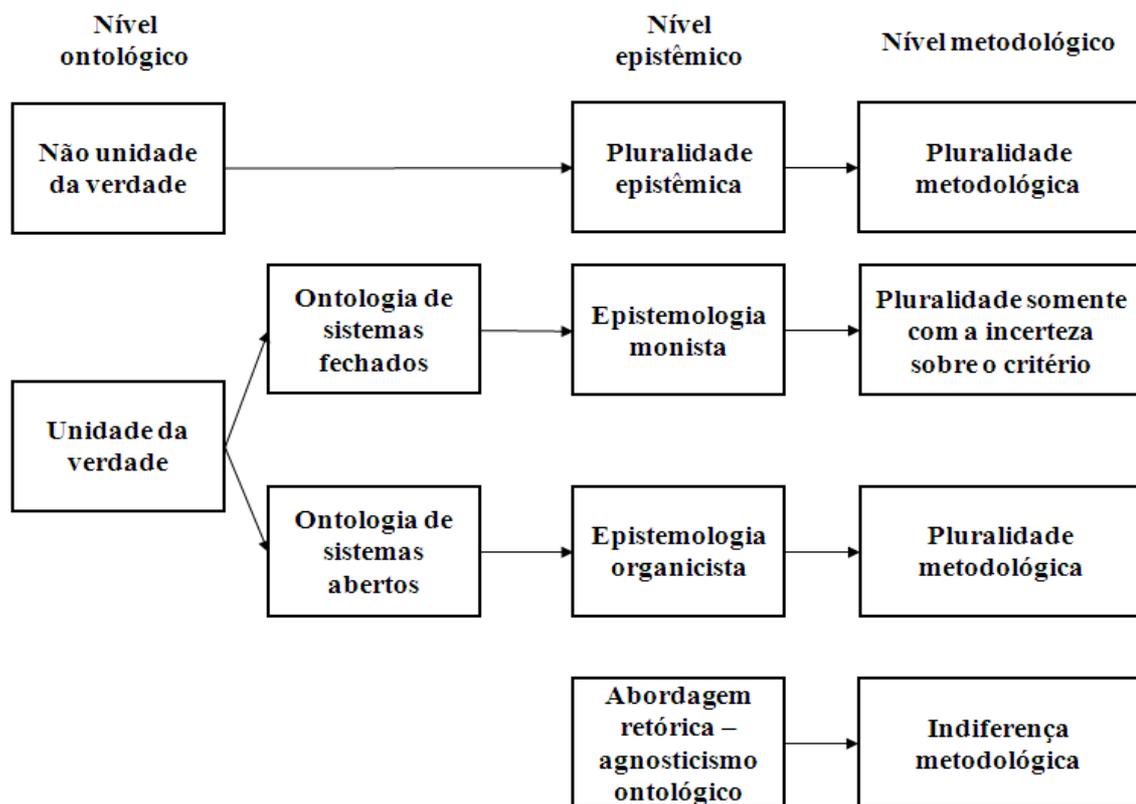
---

<sup>6</sup> Essa abordagem é distinguida por Sheila Dow (1997b) como aquela que entende que a escolha do método deve ser dependente do problema, isto é, se trata de uma versão do pluralismo, porém sem quaisquer indícios de pluralismo nos níveis epistêmico ou ontológico.

As afirmações de Caldwell sobre o pluralismo metodológico têm um tremendo apelo em sua defesa do comportamento civilizado, racional e não egoísta. Mas o pluralismo metodológico, como apresentado, carece de força por causa de sua falta de fundamentos epistêmicos e ontológicos. Em termos epistêmicos tradicionais (ou seja, dualistas), o pluralismo metodológico pode ser interpretado como não-metodologia porque não estabelece padrões. Entendido como o dual da metodologia tradicional, o pluralismo metodológico pode ser entendido como de acordo com a abordagem retórica, que nega qualquer papel à metodologia.

Para melhor visualizar o pluralismo estruturado de Dow, segue abaixo a figura 3 com os níveis filosóficos:

**Figura 3** - Pluralismo estruturado de Sheila Dow



Fonte: Cavalieri (2009, p. 173)

Concluindo, a contribuição de Dow está em assimilar o pluralismo metodológico como um meio de melhorar o conhecimento, que ao ser compreendido como um sistema aberto faria esse pluralismo plenamente justificado. Os metodólogos não podem escapar de seus próprios preconceitos mais do que qualquer outra pessoa. Mas uma consciência ontológica e epistêmica pode aumentar a conscientização sobre esses preconceitos, o que, por

sua vez, pode aumentar a conscientização entre os economistas em geral de seus preconceitos (e melhorar o entendimento mútuo).

Para uma melhor visualização dos níveis filosóficos, diante das dimensões do monismo puro, do pluralismo puro e do pluralismo modificado, propostos por Dow (2012), segue abaixo o quadro-resumo:

**Quadro 2** - Características dos níveis filosóficos de Dow

<b>Níveis Filosóficos</b>	<b>Monismo Puro</b>	<b>Pluralismo Puro</b>	<b>Pluralismo Modificado</b>
Ontologia (visão da realidade)	Forças unificadoras na natureza; realidade como um sistema fechado.	Natureza é fragmentada: aberta, mas não sistêmica. Ou nega completamente a ontologia.	Gama de entendimentos da realidade como um sistema aberto, correspondendo às escolas de pensamento.
Epistemologia (teoria do conhecimento)	Identifica leis usando fatos objetivos e significados fixos de termos.	Nenhum meio de comparar entendimentos; sem regularidades; então não há escolas de pensamento.	Sistema aberto de conhecimento visa identificar mecanismos causais em vez de leis.
Metodologia (papel do metodólogo)	Prescritivo: identificar melhor maneira de obter conhecimento.	Descritivo ou nenhum papel.	Analisar criticamente uma gama limitada de metodologias, associadas a diferentes escolas de pensamento.
Método/prática (metodologia real empregada)	Dedutivista: matemática formal + teste empírico	Nada a dizer desde que não haja discussão metodológica	Gama de métodos correspondentes à ontologia particular.

Fonte: Dow (2012, p.132, tradução nossa)

Em resumo, Dow expõe duas possibilidades excludentes no nível ontológico: ou não existe uma única realidade, sendo essa plural e, por consequência exigindo uma pluralidade epistêmica e metodológica, ou a verdade existe e é real, porém, essa conclusão por si só não é suficiente, permitindo diferentes possibilidades no nível epistêmico e metodológico.

A distinção entre sistemas fechados e abertos passa a ser primordial para Dow quando se assume a existência de uma única verdade. Se a realidade (ontologia) for de um sistema fechado, dada suas especificidades determinadas no item anterior, sua adoção deriva numa epistemologia monista e, conseqüentemente, numa metodologia também monista. A pluralidade poderia ocorrer, mas apenas no que concerne à definição dos critérios para a escolha de teoria. Ainda assim, essa pluralidade seria momentânea, enquanto não se alcança o acesso ao critério uno.

Mas se a adoção for uma perspectiva de sistema aberto na esfera ontológica, isso implicaria uma epistemologia organicista, isto é, como o conhecimento advém do intelecto humano, esse interpreta a realidade não-determinística de diferentes perspectivas e apresenta, portanto, caráter imperfeito. A esfera metodológica requer então pluralidade, justamente pela impossibilidade posta no nível epistêmico.

Existe ainda dentro da perspectiva de sistemas abertos a abordagem retórica/hermenêutica, que nega a possibilidade da ciência mimetizar a realidade. Como já comentado anteriormente, e tendo como grande expoente na área os trabalhos de Deidre McCloskey, essa abordagem enxerga a Economia enquanto um discurso, e nega qualquer possibilidade de definição de critérios e mesmo de um acesso à verdade.

Na próxima sessão enfatizaremos como Sheila Dow identifica o papel das escolas de pensamento da Economia em compatibilidade com o pluralismo.

### **1.2.3. As Escolas de Pensamento: a incomensurabilidade parcial**

De acordo com Dow (2004) a noção de escola de pensamento na Economia só ganhou força durante a segunda metade do século XX, quando do crescimento do formalismo matemático como característica metodológica dominante da Economia. No entanto, houve diferentes entendimentos sobre o que define uma escola de pensamento distinta. Nos anos 60 e início dos anos 70 as escolas podiam ser identificadas inicialmente em termos de diferenças teóricas dentro de um quadro metodológico comum. Entretanto, havia uma consciência crescente de que as diferenças entre Cambridge Inglaterra e Cambridge Estados Unidos<sup>7</sup> e entre monetaristas e keynesianos, por exemplo, provinham de diferenças metodológicas, epistemológicas e, em última instância, ontológicas muito mais profundas.

A ideia desenvolvida por Dow está consubstanciada na linguagem como papel crucial para o conhecimento. A maneira como entendemos palavras e conceitos está enraizada em nossa ontologia, e esses entendimentos, por sua vez, têm consequências reais para a construção do conhecimento. Por sua vez, o processo de construção do conhecimento implica em demarcações ou recortes, o que justifica a importância das escolas de pensamento na consecução de determinados modos de pensamento.

---

<sup>7</sup> Durante os anos 60 houve um debate teórico e matemático entre economistas das duas instituições, que ficou conhecido como “o debate das duas Cambridge”. O debate era relativo à natureza e papel de bens de capital e a crítica da visão neoclássica dominante de produção e distribuição agregada.

Para demonstrar a importância das escolas de pensamento na sua compatibilidade com o pluralismo, destacando o papel da crítica e a comunicação, Dow (2004) recorre a uma leitura atenta da incomensurabilidade paradigmática de Thomas Kuhn (2003 [1962]).

Kuhn [2003 [1962]) percebeu o foco de Popper em comunidades científicas para desenvolver uma explicação para a aparente falta de adesão dos cientistas a conjuntos comuns de regras decorrentes da filosofia da ciência. Enfatizando não apenas a ausência de um conjunto universal de padrões, mas também a ausência de um uso compartilhado da linguagem, Kuhn desafiou a visão de que era viável concordar com uma filosofia universal da ciência comprovadamente válida. Pelo contrário, as comunidades científicas se formam em torno de crenças, epistemologias e metodologias ontológicas compartilhadas, das quais emergem conjuntos distintos de métodos e teorias, expressos em termos de significados compartilhados pela comunidade.

Indiscutivelmente, elementos da ideologia estão inevitavelmente embutidos no que é, em última análise, um sistema de crenças, de tal forma que eles não podem ser separados. Esses paradigmas são incomensuráveis na medida em que não há um conjunto independente de princípios pelos quais julgá-los, nem um conjunto compartilhado de significados de linguagem para discuti-los. A ciência normal conduzida dentro desses paradigmas, juntamente com a ciência extraordinária que de tempos em tempos desafia os paradigmas dominantes, concentrando-se na reavaliação dos fundamentos para abordar as anomalias, é como Kuhn entendia o caminho que a ciência segue.

É importante não associar a força do argumento entre paradigmas necessariamente com a presunção de correção em qualquer sentido absoluto. A persuasão é parte e parcela do pluralismo metodológico.

A ciência extraordinária, no esquema de Kuhn (2003 [1962]), é o lócus desse argumento. Se ocorrerem revoluções científicas, alguma comunicação persuasiva deve ter sido possível. Apesar da incomensurabilidade, argumentos fundamentados podem, portanto, ser construídos, expressos e, em algum sentido, entendidos fora do paradigma, em favor da metodologia alternativa preferida. Embora cada paradigma possa ser entendido como um sistema social, existe um sistema social disciplinar maior (Economia, por exemplo) do qual cada um é um subsistema. Existem alguns focos e entendimentos compartilhados que permitem alguma comunicação (expressando concordância ou discordância).

Segue-se então que, na estrutura de Kuhn, a incomensurabilidade não significa ausência de comunicação, mas dificuldade de comunicação. Como Kuhn (2003 [1962], p. 251) coloca, “o que resta aos interlocutores que não se compreendem mutuamente é reconhecerem-se uns aos outros como membros de diferentes comunidades linguísticas e a partir daí tornarem-se tradutores”.

Mais uma vez, o ponto de partida é o reconhecimento da diferença, a partir da qual a comunicação pode construir um exercício de hermenêutica. Assim, a crítica entre paradigmas é possível e pode ser frutífera. O incentivo para se envolver em tal comunicação é estar exposto a novas ideias, novos argumentos e novas perspectivas sobre o próprio paradigma.

A crítica é inevitavelmente conduzida a partir da perspectiva de um paradigma ou algum outro. Mas um dos legados importantes de Kuhn era aumentar a conscientização de que a comunicação entre paradigmas requeria um esforço particular de tradução, qualquer que fosse a linguagem do paradigma.

Nas palavras de Dow:

Para as ciências sociais pluralistas, onde nos preocupamos com paradigmas contemporâneos e não consecutivos, essa distinção tem particular importância. Embora seja uma distração irracional (popperiana) ter todos os economistas engajados em todos os momentos em esforços de ciência extraordinária na forma de tradução, é, no entanto, razoável ter todos os economistas capazes de compreender em algum grau o significado das linguagens de outros paradigmas (ou, pelo menos, consciente de que há uma questão de diferença linguística) (DOW, 2004, p. 287, tradução nossa).

Voltando aos fundamentos ontológicos do pluralismo metodológico, Dow (2004) realça que a estruturação da realidade social (e a linguagem que desempenha um papel importante nessa realidade) sugere uma estruturação também no nível epistemológico. O pluralismo estruturado, então, é a defesa de uma gama de abordagens metodológicas para a Economia que, como a gama de estruturas sociais, não é infinita. A partir de uma estrutura provisória, as escolas de pensamento, como descrições de um sistema aberto, possuem natureza inconstante, não apenas por causa de suas interações, mas também pelo seu próprio modo de compreensão, o que permite coexistirem com o pluralismo.

Uma abordagem metodológica, assim como as estruturas sociais, requer uma comunidade com crenças compartilhadas sobre a natureza da realidade, um foco compartilhado em um segmento particular dessa realidade, categorizações compartilhadas e entendimentos compartilhados dos significados dos termos. Para Dow (2004) as categorizações das escolas de pensamento são compatíveis com a proposta pluralista, além de

servirem como ferramentas que permitem construções de pontes ou conexões entre as diversas linguagens das diferentes abordagens.

O argumento de Dow (2004) referiu-se extensivamente à estrutura de Kuhn, principalmente por sua ênfase na definição de paradigmas em termos de incomensurabilidade na linguagem. Isso reforça o papel das escolas de pensamento em definir o alcance de categorizações e entendimentos específicos de termos. Nas considerações de Dow:

Muitos dos benefícios do pluralismo metodológico, como a criação de novas conexões entre paradigmas, só podem ser derivados se houver suficiente percepção e compreensão da diferença de linguagem que alguma comunicação é possível. Algumas línguas estão mais próximas do que outras, facilitando a compreensão mútua. Mas, sem alguma categorização da própria linguagem, dentro de um quadro de escolas de pensamento, não haveria nenhum ponto de referência sobre o qual basear os esforços para se comunicar (DOW, 2004, p. 288, tradução nossa).

Uma outra justificação para não só a existência de diversas escolas de pensamento, bem como a imprecisão na definição das mesmas, deriva do que Dow (2003a) denomina de modo de pensamento babilônico.

O termo “modo de pensamento” se refere aos princípios de construção e comunicação do conhecimento que sustentam a escolha da metodologia. Um modo de pensamento é "a maneira pela qual argumentos (ou teorias) são construídos e apresentados, como tentamos convencer os outros da validade ou verdade de nossos argumentos" (DOW, 2003a, p. 11, tradução nossa).

A metodologia babilônica, desenvolvida pelo físico Richard Feynman, é uma ruptura com o pensamento cartesiano/euclidiano associado ao sistema fechado de pensamento, e que requer a necessária validade de axiomas (abstrai de problemas práticos para gerar soluções universais no domínio da abstração – sistema governado por regras internas); no entanto, o pensamento babilônico não é diametralmente oposto ao pensamento cartesiano/euclidiano, mas transcende esse dualismo ao promover uma síntese entre o pensamento cartesiano/euclidiano e o pensamento não-cartesiano/não-euclidiano. Essa síntese permite que a possibilidade de conhecimento seja tratada como uma questão de grau, de forma que o conhecimento possa ser apreendido mesmo em condições de incerteza fundamental. Assim, o pensamento babilônico está associado a uma metodologia do tipo sistema aberto de pensamento (KING, 2002).

Dow explorou a natureza e as implicações do pensamento babilônico, a fim de entender as diferenças entre os fundamentos da metodologia econômica convencional e os das metodologias de outras escolas de pensamento. Sendo o pós-keynesianismo uma dessas

escolas de pensamento, a ideia do pensamento babilônico passou a ser uma das maneiras pelas quais o pós-keynesianismo foi identificado.

Um sistema de pensamento babilônico é uma forma de sistema aberto de pensamento, e não o sistema fechado do pensamento cartesiano/euclidiano. Além disso, o pensamento babilônico não é dualista nem atomístico. As categorias usadas para explicar a vida social em um ambiente em evolução não são vistas como caindo prontamente nos duais. De fato, a imprecisão das categorias é vista como tendo o benefício da adaptabilidade em um ambiente em mudança, onde as instituições, o entendimento e o comportamento sofrem mudanças. Em um sistema de pensamento com uma variedade de vertentes incomensuráveis de argumento, as variáveis podem ser exógenas para uma vertente, mas endógenas para outra. Em geral, o conhecimento é mantido com incerteza (pelos agentes econômicos e pelos economistas); portanto, a análise aponta para graus de incerteza (DOW, 2003a).

Além disso, algumas linhas de argumento podem se referir a indivíduos e outras ao nível do grupo, uma vez que as forças causais podem agir em qualquer direção. De fato, os indivíduos não são vistos como independentes, e seu comportamento pode mudar à medida que o ambiente muda. Instituições e convenções fornecem estabilidade para permitir que decisões sejam tomadas em um ambiente incerto. Em outras palavras, a estrutura social é entendida como orgânica.

Ademais, o pensamento babilônico fornece uma justificativa para o pluralismo. Justifica tanto o pluralismo metodológico (metodólogos analisando uma variedade de metodologias) quanto o pluralismo de método (economistas usando uma variedade de métodos). Se o mundo real é entendido como orgânico, não governado por leis universais, há espaço para uma série de metodologias. Além disso, o pensamento babilônico apóia especificamente o uso de vários métodos diferentes para diferentes cadeias de raciocínio. Mas, para serem operacionais, ambas as formas de pluralismo são moderadas pela maneira como o sistema aberto de pensamento é especificado. Como o mundo real é entendido irá governar a escolha particular da metodologia e, por sua vez, a variedade de métodos a serem utilizados.

### **1.3. O Realismo Crítico de Lawson**

Na seção anterior apresentou-se a concepção do Pluralismo Estruturado de Sheila Dow, onde um dos níveis filosóficos abordados foi o ontológico. Com o fito de lançar luz

sobre a problemática envolvida na relação entre teoria e realidade, a presente seção pretende, através do Realismo Crítico na Economia, demonstrar a importância da ontologia na compreensão da realidade social, bem como da adoção da proposta de um pluralismo metodológico esclarecido, compreendendo os limites das opções metodológicas disponíveis.

Assim sendo, inicialmente abordaremos questões como o instrumentalismo, o operacionalismo e o construtivismo, que irão melhor auxiliar a compreensão das problemáticas envolvidas diante de uma dada concepção de propósito da ciência, antes do desenvolvimento do realismo crítico. Em seguida, trataremos dos fundamentos filosóficos do realismo crítico, oferecidos por Roy Baskhar e, por fim, debruçaremos sobre o realismo na Economia, através dos estudos de Tony Lawson.

### **1.3.1. O debate sobre o realismo das hipóteses**

A questão da relação entre Economia e realidade é de longa data e foi trazida de volta à superfície do debate na Economia, quando Friedman (1953) desafiou a ideia de que era preciso haver uma correspondência direta entre teoria e realidade. Ele argumentou que a conexão com a realidade só deveria ocorrer no ponto em que as previsões de uma teoria são comparadas com os resultados reais. As suposições da teoria em si não precisam corresponder à realidade, na verdade ele argumentou que suposições mais irrealistas provavelmente renderiam melhores previsões. As teorias eram simplesmente instrumentos para prever os valores das variáveis.

Apesar de Boland (1979) enfatizar que a metodologia de Friedman combina elementos de instrumentalismo e convencionalismo<sup>8</sup>, no entanto, as afirmações mais controversas de Friedman, de que o propósito da ciência é a previsão e de que o “realismo” das suposições não importa, são instrumentalistas.

Dentro da filosofia da ciência, o instrumentalismo é, por exemplo, um dos lados do debate sobre o status ontológico das entidades referidas por teorias e termos teóricos. Nesse debate, o instrumentalismo é contrastado com o realismo: os realistas afirmam que as teorias e os termos teóricos devem fazer referências reais, que os instrumentalistas negam.

De acordo com Caldwell (1980), cabe aqui um parêntese:

---

<sup>8</sup> A visão convencionalista enfatiza a função organizacional das teorias: a construção da teoria é empreendida para organizar um conjunto de fatos em um todo coerente. Nessa visão, as teorias não são novamente verdadeiras ou falsas, mas são postuladas por um tempo como sendo verdade por convenção, dado consenso dentro de uma comunidade de estudiosos. O principal critério convencionalista da escolha de teorias é a simplicidade: a teoria mais simples organiza melhor os fatos (CALDWELL, 1980).

Em seus ataques contra “suposições realistas”, Friedman não estava avançando um argumento a respeito do status ontológico de entidades teóricas: ele estava preocupado com a metodologia, não com a epistemologia. Por essa razão, Friedman deve ser visto como um “instrumentalista metodológico”, para enfatizar que, embora sua análise seja consistente com as implicações metodológicas do instrumentalismo, ele nunca tratou das questões epistemológicas associadas a essa posição filosófica (CALDWELL, 1980, p. 368, tradução nossa).

As principais características da metodologia de Friedman, que compreendem o núcleo do seu instrumentalismo metodológico, podem ser resumidas da seguinte forma: 1) O objetivo da ciência é descobrir hipóteses que prevejam bem. Nas palavras de Friedman (1953, p. 7, tradução nossa), “o objetivo final de uma ciência positiva é o desenvolvimento de uma ‘teoria’ ou ‘hipótese’ que produza previsões válidas e significativas (ou seja, não óbvias) sobre fenômenos ainda não observados”; e 2) Suposições não são um locus de teste para teorias; seu “realismo” não importa. Se Friedman é um instrumentalista, “realismo” refere-se ao valor de verdade. O realismo é então sem importância porque as teorias não são verdadeiras ou falsas, mas apenas instrumentos.

Para Caldwell (1980), se a ciência busca teorias que tenham poderes explicativos e preditivos, então as teorias que apenas predizem bem, podem não ser satisfatórias, e a visão de que as teorias nada mais são do que instrumentos de previsão deve ser rejeitada. Para Popper (2002 [1935]) o instrumentalismo é insustentável porque não incentiva os cientistas a praticar uma metodologia crítica; ela está satisfeita com a alta correlação e não leva o cientista a buscar explicações mais completas.

Como demonstrado por Caldwell (1980), o próprio Friedman nem sempre seguiu os ditames de sua própria metodologia professada, passando a justificar suas teorias em termos de sua estrutura e suposições. Mas ele havia trazido à tona uma questão que havia deslizado para um segundo plano, a saber, o realismo da teoria econômica. Apesar de ter sido uma questão importante para a história da Economia, sua relevância ficou um pouco diminuída, dado o florescimento da atividade empírica que se seguiu à emergência da macroeconomia moderna e da construção, por exemplo, do NBER (departamento nacional de pesquisas econômicas) nos Estados Unidos.

Contudo, o debate desencadeado por Friedman teve vários resultados relevantes para o desenvolvimento subsequente do realismo crítico, dentre os quais podemos citar: os diferentes sentidos de irrealismo, os princípios que serviriam de norte para a construção de teorias e um questionamento sobre o propósito de uma teoria.

Em relação ao primeiro resultado, o filósofo Ernest Nagel (1963) pontua Friedman por usar pelo menos três sentidos da palavra irrealista em seu ensaio: falsidade, ficção e simplificação. Essa especificação mais detalhada destes diferentes sentidos, em que as suposições podem ser irrealistas, sugeria que alguns tipos de irrealismo eram mais problemáticos do que outros. A questão, então, é se algum ou todos esses sentidos de irrealismo levam, como argumentou Friedman (1953), a melhores previsões. O realismo crítico toma uma posição particular contra os pressupostos fictícios, na medida em que impedem qualquer esperança de identificar mecanismos causais.

Outro resultado foi uma reflexão sobre os princípios que deveriam reger a construção da teoria, caso fosse exigido além do sucesso preditivo. Nesse aspecto, cabe destacar as ideias do teórico Paul Samuelson, que em seu trabalho "*Problems of Methodology*" (1963) argumenta que é inadequado afirmar que a pertinência da teoria recai somente sobre a potência preditiva das hipóteses refutáveis diretas, posto que ao confrontar as consequências observacionais com a realidade, é a teoria que está sendo submetida à prova. Esta ideia se sustenta no princípio do operacionalismo, a qual se associa as ideias do epistemólogo Percy Bridgman.

O postulado principal da corrente operacionalista é que os modelos teóricos requerem certas proposições empíricas que ajudam a conectar a modelagem abstrata com fatos reais, a fim de torná-la mais operacional. Klimovsky (2005, p. 325, tradução nossa) define tais proposições empíricas como "definições operacionais" e argumenta que de acordo com esta corrente "um termo teórico é legítimo se e somente se é possível defini-lo explicitamente, em um contexto que pode ser eliminado ou operacionalmente a partir do uso exclusivo de termos empíricos".

Em sua tese de doutorado, "*Foundations of Economic Analysis: the operational significance of economic theory*", ao longo das linhas do operacionismo, Samuelson (1986) demonstra que os pressupostos associados com um problema de maximização não são suficientes para derivar todas as previsões econômicas e, portanto, é necessário que o pesquisador formule um princípio de correspondência que explicitamente as condições sob as quais as categorias analíticas formuladas no modelo estão associadas às condições da realidade. Samuelson também faz uma distinção insistente entre o cálculo quantitativo e o cálculo qualitativo, destacando a importância deste último, já que nem sempre é possível determinar a magnitude de uma variação, pelo que deve ser possível, pelo menos, determinar o sinal algébrico dele (BLAUG, 1985). O princípio da correspondência e a importância que o autor

dá ao conhecimento, no mínimo das mudanças qualitativas das variáveis, são os elementos que lhe permitem julgar algumas abordagens teóricas, como a teoria do consumidor e a teoria do bem-estar, por seu escasso conteúdo empírico. Como Samuelson (*apud* BLAUG, 1985, p. 123, tradução nossa) argumenta: "Nossos sistemas teóricos são sempre representações idealizadas do mundo real, em que muitas variáveis presentes nele são ignoradas e podem ser precisamente essas que ignoramos que o mantém estável"<sup>9</sup>; por isso a importância das regras de correspondência.

De acordo com Marqués (2004), com base em sua ideologia operacionalista, Samuelson formula uma crítica dos postulados de Friedman sobre a importância de verificar apenas as hipóteses diretas refutáveis de uma teoria, a saber:

Se parece razoável modificar as condições de aplicação de uma teoria (por exemplo, restringindo seu domínio), então deve ser aceito que sua classe de predições consideradas relevantes também pode ser ‘manipulada’, uma vez que estas não são indispensáveis para suas suposições de domínio (...) (MARQUÉS, 2004, p.5, tradução nossa).

Para entender a proposição de Samuelson é importante explicar primeiro que, para este autor axiomas, pressupostos e consequências observacionais são elementos que compõem o mesmo esquema de raciocínio ou estrutura teórica, que lhes dá certas características comuns. Ou seja, uma teoria é composta de axiomas e postulados iniciais, a partir dos quais se formulam os pressupostos teóricos e, em seguida, logicamente se deduzem as consequências observacionais necessárias para verificar as hipóteses refutáveis. Todo esse conjunto de proposições são convertidos para Samuelson em uma unidade lógica na qual cada parte é deduzida, respectivamente, da outra. Tal implicação lógica de algumas proposições para outras é o argumento que impulsiona Samuelson a afirmar que o grau de realismo ou precisão empírica estabelecida para algumas das proposições também devem ser assimilados para o resto, uma vez que estão logicamente implicadas. "Samuelson argumenta que é uma contradição sustentar que qualquer uma das [proposições] pode ter um grau de realismo diferente das outras duas" (WONG, 1973, p. 313, tradução nossa).

De acordo com Wong (1973), especificamente, a crítica de Samuelson é sintetizada em duas questões principais: 1) É uma contradição argumentar que todas as consequências (de uma teoria) podem ser válidas, e a teoria e as suposições não são válidas. 2) É absurdo argumentar que, no caso em que apenas algumas das consequências são válidas, que a teoria e

---

<sup>9</sup> É o caso de variáveis institucionais, frequentemente postas de lado pelos modelos econômicos.

as suposições são importantes, mesmo que sejam inválidas. A parte da teoria e dos pressupostos que correspondem à parte inválida das consequências deve ser eliminada.

Esses problemas são referidos por Wong (1973) como "Teorema F-Twist" e o "corolário F-Twist", respectivamente. Estes dois componentes da crítica de Samuelson, como é digno de nota, evitam analisar a validade de uma teoria através da análise desagregada das mesmas entidades lógicas, já que se trata de raciocínios logicamente válidos a veracidade de uma das proposições ser transmitida transitivamente às hipóteses derivadas dele.

A partir desta perspectiva, a visão crítica de Samuelson se justifica em relação ao que Marqués (2004) apontou, ou seja, a relevância de uma teoria ou a sua validade não descansa unicamente na análise de hipóteses diretas refutáveis, pois embora o pesquisador seja capaz de distinguir entre hipóteses fortes e fracas, a análise da relevância de uma teoria recai necessariamente, por propriedades da lógica formal, em todo o conjunto de proposições.

Por outro lado, Samuelson (1963) enfatiza fortemente que as teorias não são explicações, mas são meramente descrições analíticas dos fenômenos em análise. Compreendendo essas ideias, se pode vislumbrar a importância do princípio da correspondência. Dado que as teorias são apenas descrições técnicas da realidade observável, é necessário ser capaz de expressá-las em linguagem observacional por meio de regras de correspondência, adquirindo assim a entidade de explicação econômica.

É importante enfatizar que, embora Samuelson tenha discernido com Friedman em algumas questões sobre os elementos que permitem qualificar uma teoria válida, ambos "professaram" o mesmo arquétipo de raciocínio da lógica formal. Samuelson tentou obter hipóteses empiricamente refutáveis na Economia, mas sem renunciar ao rigor matemático e à modelagem lógico-formal; Friedman, por outro lado, enfatizou a correspondência das previsões de uma teoria com os fatos reais, independentemente das hipóteses e suposições do modelo serem consistentes com elas. Portanto, o debate fundamenta uma posição epistemológica sobre se os elementos constitutivos da teoria têm uma entidade própria e isolada, ou se formam uma estrutura lógica indivisível. No entanto, é evidente que parte de um "método" comum baseado na modelagem de lógica formal e derivação da consequente hipótese (como posição adotada) permitem avançar para testar a teoria. Ambos os referentes da ortodoxia compartilham uma ontologia comum, que eles não explicitam em suas obras, uma vez que não a consideram necessária ou útil, dando o "pontapé" inicial para que Lawson comece sua tessitura na tentativa de torná-la explícita.

O terceiro resultado relevante, que a discussão sobre o instrumentalismo de Friedman levantou, foi um questionamento mais geral sobre o propósito de uma teoria, qual seja: se ela é mais dirigida à previsão ou à explicação. Havia um entendimento de que poderia haver um *trade-off* entre os dois. Algumas teorias são mais adequadas para uma do que para outra; por exemplo, a teoria da gravidade é melhor para previsão do que explicação, enquanto o inverso é verdadeiro para a teoria da evolução.

O *trade-off* não é completo, no entanto, se existia uma correspondência entre a estrutura de uma teoria e a realidade, então havia alguma chance de descobrir por que uma teoria não previa com sucesso. Além disso, era possível adaptar a teoria a uma mudança na estrutura econômica (como uma mudança no regime cambial) se houvesse alguma correspondência com a realidade. Se, no entanto, a teoria fosse tratada como uma caixa-preta, não havia mecanismo para levar em conta a mudança estrutural. A compreensão pode, portanto, fornecer uma base melhor para a previsão.

A Economia Novo Clássica tentou eliminar os problemas levantados pelo instrumentalismo de Friedman ao confundir teoria com realidade. O critério para a escolha de teorias ainda era o sucesso preditivo, não apenas para economistas, mas também para agentes econômicos que empregavam exatamente os mesmos modelos. Os agentes não eram entendidos na realidade como conhecedores de modelos econométricos, mas se comportavam como se os conhecessem. Esse argumento "como se" era comum para justificar suposições irrealistas (como os empresários que igualam custo marginal e receita marginal – um exemplo de uma suposição fictícia). Mas a diferença com a Economia Novo Clássica era que, uma vez que o comportamento racional (definido no modo específico dos axiomas da microeconomia ortodoxa) significava que nenhuma oportunidade fora deixada inexplorada, exceto pela escolha, a economia e todos os seus componentes estavam sempre em equilíbrio. Este argumento significou uma correspondência muito mais estreita entre teoria e realidade do que na teoria neoclássica, onde surge apenas no final de um processo de desequilíbrio. O problema com esta última visão era saber se as observações se referiam ao equilíbrio ou ao desequilíbrio (para o qual havia pouco equipamento teórico) (DOW, 2003b).

Quer a escolha tenha sido o instrumentalismo de Friedman, o instrumentalismo Novo Clássico ou o operacionalismo de Samuelson, o teor do debate era de que havia um melhor conjunto de procedimentos para os economistas; foi apenas uma questão de resolver o argumento sobre qual conjunto. Todos concordaram que o critério final para a escolha de uma

teoria era o sucesso empírico (entendido em termos econométricos). Isso forneceu o último critério da realidade.

Mas, de acordo com Dow (2003b), houve uma mudança geral no clima intelectual e social na década de 1980, o que desafiou não apenas a ideia de que havia um melhor procedimento para a ciência, mas também que havia uma realidade para avaliá-la. Isso encorajou o que é conhecido como abordagem construtivista da Economia.

O construtivismo surgiu da filosofia da ciência de Kuhn (2003 [1962]). Assim como Popper, Kuhn se concentrou no significado da comunidade científica. Ele ofereceu um relato descritivo da ciência, que era "realista", ao definir o que os cientistas realmente fazem, em vez de prescrever o que deveriam fazer, como Popper havia feito. Ele abordou o fato observado de que os cientistas não seguem, de fato, o critério empírico, mas continuam de acordo com critérios internos àquela comunidade científica em particular. A realidade rompe quando uma disparidade entre teoria e realidade não pode mais ser sustentada, e quando há uma abordagem alternativa (o que ele chamou de paradigma) que parece se encaixar melhor com a realidade. Um exemplo clássico é a Grande Depressão nos anos 1930, que não podia mais ser ignorada, apesar da incapacidade da teoria econômica na época de explicá-la.

A metodologia convencionalista, a qual Boland (1982) argumenta que Samuelson defendeu, se encaixa bem na proposta construtivista. É importante frisar que Kuhn (2003 [1962])) demonstra ser possível haver uma gama de paradigmas com seus próprios conjuntos de convenções, e não há um conjunto final de critérios para decidir qual é o melhor. O critério empírico não é usado em nenhum sentido absoluto. O que constitui um bom teste empírico pode diferir de um paradigma para outro. Porém, mais fundamentalmente, a visão do que constitui a realidade pode ser diferente. O construtivismo questiona toda a noção de "fatos" e, em vez disso, tudo o que temos são percepções subjetivas que diferem de pessoa para pessoa e ao longo do tempo. De fato, o ponto de partida de Kuhn foi as diferentes formas em que a linguagem é usada, dificultando efetivamente a comunicação – sobre "fatos" ou qualquer outra coisa – entre os paradigmas.

O que aconteceu então foi uma alternância dualista entre a visão de que existe (pelo menos em princípio) uma melhor maneira de fazer Economia, e um “árbitro final” dos fatos, por um lado, e a visão de que havia uma infinidade de formas de agir sobre a Economia, e nenhum meio objetivo de escolher entre elas, por outro lado. Na prática, os economistas continuaram a desenvolver e testar teorias. Por incrível que pareça, o construtivismo foi

libertador, na medida em que as convenções ortodoxas aparentemente não são mais justificativas. Mas o resultado foi uma ausência de consenso metodológico e uma relutância em discutir os princípios pelos quais a Economia estava se desenvolvendo (LAWSON 1994a). Ao mesmo tempo, as convenções particulares para a teorização ortodoxa estavam sendo cada vez mais questionadas. As abordagens construtivistas do pós-modernismo e da retórica tiveram um papel importante nesse questionamento, mas pareciam incapazes de oferecer qualquer orientação alternativa; de fato, ter feito isso teria ido contra a conclusão de que nenhuma orientação poderia ser justificada. Foi nesse contexto que surgiram as ideias do realismo crítico.

### **1.3.2. Realismo Científico**

Enquanto para os instrumentalistas os fins últimos da ciência são e devem ser exclusivamente práticos e que as teorias científicas seriam instrumentos que deveriam estar a serviço desses fins, os realistas científicos têm uma perspectiva oposta a respeito destes fins: a ciência tem como objetivo a busca da verdade.

Posto que a maioria dos realistas científicos tem considerado a explicação como uma atividade cognitiva que requer a verdade, ainda assim, grande parte mantém a posição de que a ciência se propõe a dar explicações.

De acordo com Hausman (2000), manter uma concepção realista sobre os fins da ciência comporta compromisso com as posições sobre ontologia, semântica e epistemologia. Para ele é possível formular o realismo das seguintes quatro formas: 1) Fins: a ciência tem como objetivo descobrir a verdade sobre seu objeto de estudo, bem como busca contribuir com o fazer prático humano. Portanto, as teorias científicas deveriam estar a serviço desses objetivos; 2) Verdade: os enunciados que empregam as teorias, incluindo os que comportam (elementos) inobserváveis, são verdadeiros ou falsos, e deveriam ser verdadeiros; 3) Existência: as entidades inobserváveis referenciadas por teorias verdadeiras existem e; 4) Conhecimento: é possível ter uma boa razão ou prova empírica (evidência) para as teorias científicas, inclusive quando as teorias abordam sobre fatos inobserváveis.

O realismo científico combina enunciados sobre os fins da ciência com teses ontológicas sobre a existência de entidades e propriedades inobserváveis, teses semânticas sobre as condições de significado e verdade dos enunciados sobre inobserváveis, e teses

epistemológicas a respeito da possibilidade de reunir provas empíricas (evidência) sobre inobserváveis.

Segundo Hausman (2000), embora no campo da ciência econômica os debates entre realistas e instrumentalistas tenham perdido força, ambos foram centrais na metodologia econômica dos anos cinquenta e início dos sessenta. A controvérsia sobre os fins da ciência era, portanto, nuclear e muito viva, em grande parte porque acreditava-se que dependia muito da adoção de uma perspectiva realista ou instrumentalista.

### 1.3.3. Realismo Crítico: Fundamentos Filosóficos

O realismo crítico é uma série de posições filosóficas sobre uma gama de assuntos, incluindo ontologia, causalidade, estrutura, indivíduos e formas de explicação. Emergindo no contexto das crises pós-positivistas nas ciências naturais e sociais nas décadas de 1970 e 1980, o realismo crítico representa uma ampla aliança de teóricos sociais e pesquisadores que tentam desenvolver uma ciência social propriamente pós-positivista. O realismo crítico situa-se como um paradigma alternativo, tanto para formas científicas de positivismo preocupadas com regularidades, modelos de variáveis baseados em regressão, e a busca de formas legais, como também com vistas à forte mudança interpretativista (ou pós-moderna) que negava a explicação em favor da interpretação, com um foco na hermenêutica e na descrição ao custo da causalização.

Sobre o termo “realismo crítico”, que segundo Hamlin (2000) já podia ser encontrado em 1887 na obra do filósofo alemão A. Riehl, a versão contemporânea, representada, sobretudo, pela obra de Roy Bhaskar, procura enfatizar a mesma relação entre um tipo de realismo e alguns aspectos da obra de Kant; no entanto, o termo surge como a combinação de "realismo transcendental" e "naturalismo crítico". Nas palavras do próprio Bhaskar:

Eu chamei minha filosofia geral da ciência de ‘realismo transcendental’ e minha filosofia específica das ciências humanas de ‘naturalismo crítico’. Gradualmente, as pessoas começaram a misturar os dois e referir-se ao híbrido como ‘realismo crítico’. Ocorreu-me que havia boas razões para não objetar ao hibridismo. Para começar, Kant havia chamado seu idealismo transcendental de ‘filosofia crítica’. O realismo transcendental tinha o mesmo direito ao título de realismo crítico (BHASKAR, 1989, p. 190, tradução nossa).

Definir o realismo crítico não é uma tarefa fácil. A razão para isso é simples, ou seja, o realismo crítico não é um programa empírico, nem uma metodologia, quanto mais uma teoria, porque não explica nada. É, ao contrário, uma posição meta-teórica ou, em outras

palavras, uma postura filosófica reflexiva preocupada em fornecer uma explicação filosoficamente informada da ciência e das ciências sociais, a qual pode, por sua vez, informar investigações empíricas. Podemos pensar nisso em termos de três camadas: nossos dados empíricos, as teorias que utilizamos para explicar nossos dados empíricos e nossas metateorias - a teoria e a filosofia por trás de nossas teorias. Em suma, enquanto o realismo crítico pode ser uma série heterogênea de posições, há uma característica “genética” solta que o une como uma metateoria: um compromisso ao formular uma filosofia propriamente pós-positivista.

O realismo crítico chamou a atenção de muitos economistas insatisfeitos com a metodologia econômica dominante no que tange a sua prática. Embora grande parte do apoio ao realismo crítico venha, portanto, dos que o examinam a partir dessa concepção prática, ele é demonstrado de maneira muito explícita como uma abordagem que foi desenvolvida a partir de perspectivas da filosofia.

O realismo crítico de Tony Lawson é fundado no realismo transcendental de Roy Bhaskar (2008 [1975]). É um argumento filosófico sobre como o mundo real deve ser, dada a natureza da atividade científica. A distinção crucial é traçada entre a ontologia, que se preocupa com a natureza da realidade, e a epistemologia, que se preocupa com a natureza do conhecimento. O objetivo da ciência realista é construir conhecimento sobre o mundo real. Mas o que podemos dizer sobre o mundo real a não ser em termos de nosso conhecimento dele? Bhaskar (2008 [1975]) adverte em confundir os dois, isto é, de cometer a falácia epistêmica.

Nas palavras de Vandenberghe (2016):

O que importa na ciência são as próprias coisas, suas propriedades causais, e não as teorias e conceitos que nós, humanos/as, usamos para acessar a realidade que não criamos. Aqueles/as que confundem nosso conhecimento e modelos de realidade com a própria realidade cometem a falácia epistêmica (VANDENBERGHE, 2016, p. 179).

No coração do realismo crítico está o realismo sobre a ontologia - uma investigação sobre a natureza das coisas. O realismo ontológico afirma que grande parte da realidade existe e opera independentemente da nossa consciência ou conhecimento dela. A realidade não responde totalmente ao levantamento empírico ou ao exame hermenêutico. Historicamente, a ciência social, buscando justamente fundamentar-se em investigações empíricas, tem prestado atenção à epistemologia às custas da ontologia - ou seja, a sociologia se concentrou em como “sabemos o que sabemos”, enquanto questões sobre a natureza do conhecido são amplamente

tratadas como uma reflexão tardia. O resultado tem sido um foco em métodos e formas de explicação, com atenção insuficiente (ou ingênua e equivocada) às questões sobre que tipos de entidades realmente existem no mundo social e como elas são. Isso muitas vezes deixou a sociologia com o que parece ser um realismo implícito quando se trata de dados empíricos, um relativismo não examinado quando se trata de formas de explicação, e um certo receio de quaisquer afirmações sobre a natureza do mundo.

No entanto, a ontologia não é facilmente descartada. A sociologia (e a prática da sociologia) se baseia em certas crenças amplas sobre a natureza do mundo social que informam nossas investigações. Os sociólogos operam com certas crenças sobre a natureza da ordem, estruturas, processos, indivíduos e causas. Essas crenças não são redutíveis aos nossos dados empíricos, e são frequentemente tomadas como garantidas quando construímos nossas teorias. Muitas das características determinadas e importantes do mundo não são empiricamente verificáveis ou quantificáveis, e podem de fato resistir à articulação em teoria, linguagem, números, modelos ou escrutínio empírico. Em tais casos, essas coisas só podem ser reconstruídas por meio de inferências retrodutivas ou abduativas; argumentos que se movem, de um fenômeno social, para uma teoria que é capaz de explicar esses fenômenos. Para fazer isso, precisamos de uma caixa de ferramentas abastecida com recursos conceituais adequados e sensíveis à natureza particular das coisas no mundo social. Por causa disso, os realistas críticos frequentemente se preocupam com questões relativamente abstratas ou filosóficas que surgem de nossas investigações empíricas.

O realismo crítico está preocupado com a natureza da causação, ação (*agency*), estrutura e relações, e as ontologias implícitas ou explícitas com as quais estamos operando. A partir disso, algumas indagações podem ser levantadas, dentre elas: o que entendemos por realismo no mundo social? Existem tipos sociais? O capitalismo, ou classes, ou o estado, ou impérios, existem como entidades sociais? O que constitui uma entidade social? Existem traços consistentes de fascismo? Existem traços consistentes de qualquer entidade social? Essas não são apenas questões que precisam ser objeto de investigação empírica, são investigações sustentadas por questões profundamente filosóficas. Essas investigações meta-teóricas influenciam nossas explicações do mundo social, mas não necessariamente determinam ou legitimam qualquer abordagem particular ou investigação empírica. Embora nossos modelos precisem responder às investigações empíricas, precisamos ser suficientemente “ontologicamente reflexivos” e “vigilantes” sobre nossas investigações.

Precisamos examinar nossas pressuposições sobre a natureza do mundo social e a bagagem ontológica por trás dos termos que usamos (estrutura, causalção), e, em geral, precisamos ter um meio pelo qual possamos atender reflexivamente ao que nossos relatos (*account*) estão reivindicando na compreensão do mundo (RUTZOU, 2016).

Os realistas críticos estão preocupados em mapear o caráter ontológico da realidade social: as realidades que produzem os fatos e eventos que experimentamos e examinamos empiricamente. Ao dizer isso, os realistas críticos não rejeitam nem o interpretativismo nem a modelagem estatística por atacado. Em vez disso, combinando explicação e interpretação, o objetivo é uma investigação histórica sobre artefatos (por exemplo, a abordagem de Latour), cultura, estruturas sociais (por exemplo, a abordagem de Bourdieu), indivíduos e o que afeta a ação e a interação humanas. Entretanto, os realistas críticos abordam a causalidade de forma crítica, usando as regularidades parciais, fatos e eventos que encontramos no mundo social como um trampolim ou portal para entender os processos ou estruturas complexas, em camadas e contingentes que causam essas regularidades, fatos e eventos. Isso deve ser feito sem reduzir a causalção a formas constantes de conjunção nas quais o evento A é sempre seguido pelo evento B; mas para fazer isso, exigimos um relato espesso e robusto de causas, estruturas e processos que seja capaz de fazer justiça à complexidade e heterogeneidade do mundo social. Em outras palavras, exigimos uma boa explicação da natureza do mundo social que não importa ingenuamente modelos causais das ciências naturais (ARCHER *et al.*, 2016).

O realismo ontológico está comprometido com a existência relativamente autônoma da realidade social e nossas investigações sobre a natureza da realidade; entretanto, nosso conhecimento sobre essa realidade é sempre historicamente, socialmente e culturalmente posicionado. O conhecimento é articulado de vários pontos de vista de acordo com várias influências e interesses, e é transformado pela atividade humana - em outras palavras, nosso conhecimento é contextual, conceitual e dependente de atividade. Os realistas críticos acreditam que não podemos ser ingênuos quanto a isso e devemos abraçar uma forma de relativismo epistêmico. O realismo não é uma maneira de interpretação da verdade ou o entendimento dos agentes sobre o mundo, ou a reivindicação de um acesso privilegiado à realidade. Não há como conhecer o mundo exceto sob descrições particulares, mais ou menos historicamente transitórias. Nossos relatos são falíveis e, embora o realismo implique um compromisso com a verdade, não há valores de verdade ou critérios de racionalidade que existam fora do tempo histórico. Por causa disso, todas as nossas representações e nossas perspectivas particulares têm limitações. A ciência é falível e o conhecimento científico é

sempre formulado em termos de estruturas conceituais que, por si mesmas, não são formas únicas de analisar o mundo empírico. Nós só somos capazes de chegar à realidade das coisas de maneiras diferentes. Portanto, profundidade de visão geralmente vem com o custo da amplitude do escopo e vice-versa.

Isso não implica que o conhecimento seja sem esperança ou que a possibilidade de realismo seja uma busca fútil; significa simplesmente que nossas representações do mundo são sempre históricas, perspectivistas e falíveis, o que implica, entre outras coisas, a necessidade do pluralismo metodológico. Como tal, o realismo ontológico não implica a “realidade” de nenhuma de nossas construções, colocando um grande “selo” de aprovação em nossas considerações (*account*); tampouco justifica uma “revogação (*derogation*) do ator leigo” (PORPORA, 2015). Em vez disso, para os realistas críticos, a ontologia deve simplesmente ser entendida como tendo um grau relativo de autonomia em relação à epistemologia e à interpretação.

O realismo crítico é uma aplicação do realismo transcendental nas ciências sociais, que ressalta que a estrutura social depende da atividade humana. Assim sendo, as práticas podem mudar como resposta a compreensão e crítica de teóricos sociais, incluindo os realistas críticos (LAWSON, 1997). Em analogia com o famoso argumento transcendental de Kant para a validade de certos conceitos – para que seja possível a experiência enquanto tal –, Bhaskar (2008 [1975]) argumenta que a realidade deve possuir certas características para que as ciências da natureza sejam possíveis. Por esta razão chama esta posição realismo transcendental.

A grande contribuição de Roy Bhaskar para a humanidade é sua crítica sobre a filosofia positivista da ciência. Por meio de uma investigação filosófica de experimentos científicos, ele mostrou que o modelo hipotético-dedutivo de Mill, Popper e Hempel é mal concebido. Os cientistas não procuram conjunções constantes entre os eventos (leis de cobertura), mas eles olham para a existência de mecanismos gerativos que explicam o nexo causal entre os eventos como uma condição necessária. Ao rebaixar o critério empirista, Bhaskar (2008 [1975]) concebe que os mecanismos geradores podem não ser observáveis, mas isso não os torna não-científicos. Ele cuidadosamente distinguiu o mundo real em três tipos de camadas e argumentou que os mecanismos geradores mesmo sendo reais, podem não ser realizados ou ativos (se outros mecanismos bloqueiam suas operações) ou podem ser realizados, mas não acessados empiricamente (se não há ninguém para observá-los).

Se o mundo real é algo diferente de nosso conhecimento, ele existe em diferentes camadas, porém nem todas diretamente acessíveis. O realismo transcendental sugere que existem três camadas: o Realizado, que experimentamos diretamente; o Empírico, que é uma tentativa de medir o Realizado; e o Real, ao qual não temos acesso direto. É no nível do Real que os mecanismos causais operam; o propósito da ciência realista é descobri-los. Mas só podemos acessar o Real nas camadas do Empírico e do Realizado; a ciência enfoca particularmente o Empírico como meio de sistematizar o conhecimento do Realizado.

Segundo Sayer (2000), a camada Real se refere às estruturas e poderes dos objetos; já na camada do Realizado, o mesmo se refere ao que acontece se e quando os poderes considerados são ativados. Se tomarmos como exemplo a distinção marxista entre força de trabalho e trabalho, a primeira (a capacidade de desempenhar trabalho), em conjunto com as estruturas físicas e mentais das quais deriva, é equivalente a camada do Real, enquanto que o trabalho, entendido como forma deste poder e de seus efeitos, pertence ao domínio do Realizado.

A camada do Empírico é definida como o domínio da experiência e, na medida em que a aprendizagem com relação a mesma é bem-sucedida, ela pode ser efetuada em relação ao Real ou ao Realizado, embora seja contingente (nem necessário, nem impossível) que nós conheçamos o Real ou o Realizado.

Convém ressaltar que, enquanto podemos observar certas coisas como a estrutura de uma organização, bem como quando a mesma age, algumas estruturas podem não ser observáveis. A teoria realista argumenta que a existência em si não depende da observação. Em virtude disto, então, ao invés de confiar puramente em um critério de observância para efetuar proposições acerca do que existe, os realistas também aceitam um critério causal. Ou seja, a admissibilidade da existência de entidades não-observáveis pode ser feita através da referência aos efeitos observáveis que só podem ser explicados como o produto de tais entidades.

Sayer (2000) destaca que tanto os cientistas naturais quanto os sociais alegam, frequentemente, sobre as entidades não-observáveis. Por exemplo, muitos linguistas inferiram a existência de uma gramática generativa a partir da habilidade que as pessoas têm em construir sentenças novas, mas gramaticalmente corretas. Nas palavras de Sayer:

Uma implicação crucial desta ontologia é o reconhecimento da possibilidade de que os poderes podem existir mesmo quando não exercidos, e, assim, que aquilo que aconteceu ou aquilo que se sabe ter acontecido, não exaure o que poderia ter

acontecido ou tudo o que aconteceu. A natureza dos objetos reais possibilita e apresenta, em um tempo dado, restrições àquilo que pode acontecer, mas não predetermina o que ocorrerá. Uma ontologia realista torna, portanto, possível compreender como nós poderíamos ser ou tornarmo-nos coisas que atualmente não somos: o desempregado poderia tornar-se empregado, o ignorante, conhecedor etc. (SAYER, 2000, p. 5).

O que podemos dizer sobre o Real a partir do nível Empírico depende da natureza dos mecanismos causais na camada do Real. A questão crucial é se esses mecanismos causais operam dentro de um sistema fechado ou aberto. Um sistema fechado é aquele em que há tanto o fechamento extrínseco - forças externas não consideradas - quanto o fechamento intrínseco - não há inter-relações consideradas entre as partes do sistema. Os sistemas fechados permitem mecanismos causais semelhantes à lei, que por sua vez geram regularidades empíricas pelas quais as leis podem ser identificadas. Um sistema aberto, por outro lado, está sujeito a influências externas, que não podem ser antecipadas (mesmo sendo aleatórias, o que requer algum conhecimento prévio de sua natureza), bem como sujeito a evolução e interação dentro do sistema, que também não podem ser antecipadas. Além disso, mecanismos causais tomam a forma de poderes, ou tendências, que podem ou não estar ativos a qualquer momento, e que, quando ativos, podem operar simultaneamente e de maneiras que possam contrapor-se mutuamente (BHASKAR, 2008 [1975]).

O argumento-chave dentro do realismo transcendental é o fato observado de que a ciência física procede por meio da experimentação. Um experimento consiste em isolar variáveis de forças externas, isto é, de fabricar fechamento externo. Tirar conclusões de experimentos repetidos, por sua vez, pressupõe que o fechamento interno é satisfeito - que o mecanismo causal identificado em um experimento pode ser considerado repetido em todos os outros. Se o próprio mundo real constituísse um sistema fechado, não haveria necessidade de fechá-lo artificialmente em um experimento. As regularidades estariam presentes nos valores observados das variáveis. Portanto, o mundo físico real deve estar aberto.

Como é amplamente reconhecido que é extremamente difícil construir experiências no mundo social, isso justifica ainda mais fortemente a conclusão de que o mundo social é um sistema aberto. E, de fato, há poderosos argumentos secundários que sustentam essa conclusão filosófica: argumentos que se referem à criatividade do comportamento humano, ao exercício da ação humana, à evolução das instituições sociais, que sustentam um argumento de que o mundo social real deve estar aberto.

Em resumo, então, o realismo transcendental primeiro coloca os holofotes sobre a ontologia como sendo à priori, ao invés de estar subsumida na epistemologia - a natureza da

realidade é importante para como construímos conhecimento sobre ela, e existe independentemente do conhecimento que construímos sobre ela. Segundo, a identificação observada da ciência com abstração e experimentação mostra que existem forças das quais a ciência deve abstrair. Se o mundo real fosse um sistema fechado, isso não seria necessário; seria factível para a ciência identificar todos os mecanismos causais.

Enquanto o realismo transcendental é o único caminho filosófico para o realismo crítico identificado na literatura realista crítica (como exemplificado por Lawson, 1997), existem outras rotas filosóficas. Em particular, a filosofia do iluminismo escocês oferece uma rota alternativa (DOW, 2002b)<sup>10</sup>. Hume concluiu que a existência não podia ser demonstrada apenas pela razão; a ontologia não podia ser acessada puramente pela epistemologia, entendida como razão aplicada à observação. Mas, assim como Bhaskar observa que a ciência procede por meio de experimentos, Hume observou que a ciência (e a conduta mais generalizada) procede com base na crença do senso comum na existência<sup>11</sup>. A necessidade de tal base surge da inacessibilidade dos mecanismos causais subjacentes, que geraram o que observamos e experimentamos. Nos termos que temos desenvolvido, é porque o mundo é um sistema aberto que não podemos esperar identificar os mecanismos causais subjacentes e provar por razão e observação sua existência. A maneira pela qual nós, então, procedemos para construir o conhecimento, vem da inacessibilidade da camada Real.

No que diz respeito ao realismo crítico, a filosofia de Hume nos leva ao mesmo ponto de partida do realismo transcendental. Não há dúvida de que existem outras rotas filosóficas possíveis. Mas, no que diz respeito às implicações para a metodologia econômica, as questões importantes são as mesmas: como construir conhecimento sobre um mundo real que constitui um sistema aberto. Diante disso, a próxima seção se voltará para considerar o que o realismo crítico implica para a metodologia econômica.

#### **1.3.4. Metodologia Realista Crítica no contexto da Economia**

De acordo com Lawson (1994b), os realistas críticos apresentam seus argumentos como sendo de apoio a uma abordagem para a Economia, em vez de uma metodologia específica, sugerindo que essa abordagem pode apoiar uma série de metodologias. A

---

<sup>10</sup> É irônico, e potencialmente bastante confuso, argumentar que a filosofia iluminista escocesa, particularmente a de Hume, deveria fornecer uma rota alternativa ao realismo crítico, já que Bhaskar em particular vê o iluminismo escocês como incorporando a falácia epistêmica, e Hume como tendo inspirado um empirismo baseado em regularidades de eventos observados. O que está envolvido aqui são duas interpretações muito diferentes de Hume e do Iluminismo escocês (DOW, 2002b).

<sup>11</sup> O termo "senso comum" aqui se refere à filosofia do senso comum (COMIM, 2002).

abordagem é de tal forma que coloca o foco na ontologia em primeiro lugar e a epistemologia em segundo, com a ontologia determinando a epistemologia. Consequentemente, a maneira como construímos conhecimento depende da natureza do objeto.

A abordagem realista crítica nos ajuda a entender os corpos de trabalho existentes na Economia, analisando-os em termos de ontologia e epistemologia, por exemplo, o trabalho de Menger, abordado por Clive Lawson (1996). Mas o uso mais poderoso da abordagem é oferecer uma crítica da teoria econômica *mainstream* (LAWSON, 1997). A abordagem predominante da Economia, como exemplificado pelo debate anterior sobre o realismo dos pressupostos, é construir teorias baseadas em pressupostos fictícios sobre a escolha humana, e colocá-las em um contexto que implica um quadro institucional (universal) dado, a fim de gerar proposições. Na prática, essas proposições podem não ser testadas empiricamente; em vez disso, seu valor de verdade é avaliado em termos da consistência interna da teoria. O realismo repousa, então, no “delicado fio” do realismo dos axiomas da racionalidade da teoria microeconômica ortodoxa, que avaliamos por meio da introspecção. Onde as proposições são testadas empiricamente, elas são avaliadas em relação a um conjunto de fatos que são entendidos como objetivos. O teste consiste em uma identificação mais ou menos elaborada das regularidades dos eventos usando técnicas econométricas, de modo que, por exemplo, a taxa de inflação se correlaciona com a taxa de crescimento da oferta monetária.

O foco do debate sobre o realismo das premissas repousou sobre o fato de que a medida em que qualquer modelo é testado o mesmo é capaz de refletir mecanismos causais reais. O argumento de Friedman foi que o poder preditivo do modelo era o melhor teste para se ter um comportamento semelhante ao da lei. O argumento de Samuelson foi, em vez disso, que a própria teoria deveria refletir um comportamento semelhante ao da lei<sup>12</sup>. Mas não havia dúvida de que a identificação de comportamento semelhante à lei era o objeto da prática e que testes empíricos de algum tipo eram a base definitiva para decidir sobre a melhor teoria. A abordagem Novo Clássico foi mais além ao sugerir que os agentes individuais se comportam exatamente da mesma maneira - que eles também estão buscando leis abrangentes por meio de avaliação empírica. Sempre houve uma consciência de que podem haver forças perturbadoras que fazem com que variáveis reais se desviem de seus valores previstos. Mas o objetivo da teoria é visto como sendo o de capturar o máximo possível na realidade, de modo

---

<sup>12</sup> O que se entende por refletir a natureza é crucial. O princípio de correspondência de Samuelson foi uma tentativa de justificar a suposição de que os processos dinâmicos que sustentam a estática comparativa eram estáveis (BLAUG, 1985).

que quaisquer perturbações remanescentes sejam estocásticas. Isto implica que o conhecimento das perturbações são de tal forma que elas podem ser consideradas aleatórias.

Os modelos da teoria econômica *mainstream* são então sistemas fechados. Testá-los por referência ao que é visto como um conjunto objetivo de fatos implica que o mundo real também seja visto como um sistema fechado. Mas o argumento realista transcendental é que, se teorias abstraem (como todos concordam que as teorias dominantes o fazem), então elas devem estar se abstraindo de algo que não pode ser capturado no sistema fechado. Tentativas são feitas para estender o alcance da Economia como se quisesse minimizar o que deve ser abstraído. Em particular, os realistas críticos argumentam que a necessidade de abstração decorre da abertura do mundo social.

Como visto acima, a razão para considerar o contexto em que o realismo crítico surgiu no debate da Economia não é de interesse puramente histórico. Certamente, precisamos compreender o contexto para assimilar a recepção que o realismo crítico encontrou. Porém, mais importante, o realismo crítico em si não pode ser apreendido sem o entendimento desse contexto.

Conforme observado no item discutido sobre o realismo das hipóteses, o debate sobre as doutrinas do instrumentalismo e do convencionalismo na Economia foram encaminhados dentro de uma abordagem que defendia alguma forma de positivismo lógico, na qual as teorias são testadas não apenas por sua lógica interna, mas em última análise, por referência aos "fatos". Já o construtivismo foi uma reação dualista ao positivismo lógico, desafiando as noções de lógica singular e fatos singulares. Em vez disso, a lógica e a compreensão dos fatos eram vistas como específicas de determinados paradigmas ou, nas versões extremas do construtivismo, para indivíduos específicos, que até mesmo são fragmentados. A lógica e os fatos são então construtos (DOW, 2003b).

O dualismo encontrado tanto nas abordagens que estão lastreadas em alguma forma de positivismo lógico, assim como naquelas ancoradas no construtivismo, reflete o pensamento de sistema fechado, que está em desacordo tanto com uma ontologia de sistema aberto quanto com uma epistemologia de sistema aberto (DOW, 2001).

De acordo com Dow (2001, 2003b), partindo de um raciocínio em termos dialético, é possível compreender o realismo crítico como uma síntese que advém da tese do positivismo lógico e da antítese do construtivismo. Esse mecanismo dialético se desenvolve carregando alguns elementos. Em relação ao lado positivista, a teoria econômica *mainstream* oferece a

ideia das regularidades empíricas, entretanto, essas regularidades são interpretadas como um ponto de partida para a teoria e não como uma solução final para a predição. Já no que tange ao construtivismo, o realismo crítico se utiliza da compreensão de que não existem “fatos” objetivos, mas somente conhecimento socialmente construído. Contudo, a referência (*benchmark*) de uma realidade independente do nosso conhecimento dá ao realismo crítico mais espaço para ser otimista de que o conhecimento útil pode ser construído.

Como já fora citado anteriormente, a partir de sua ontologia de sistemas abertos, no qual a camada Real não é inteiramente manifestada na camada Empírica, o realismo crítico tenciona construir o conhecimento dos mecanismos em funcionamento na camada Real, mesmo sem ter acesso direto a eles. Portanto, nunca podemos ter certeza de que o nosso conhecimento é verdadeiro, ou seja, a teoria é falível. Ainda assim, é possível construir argumentos em favor de uma teoria em detrimento da outra. Segundo a teoria realista, há possibilidade da existência de várias tendências, provavelmente de compensação, em funcionamento a qualquer momento. Consequentemente, o que detectamos no nível empírico pode ser muito confuso, não permitindo previsões definitivas. Assim sendo, o objetivo é construir conhecimento sobre essas diferentes tendências, realizando previsões a partir do funcionamento delas, porém sem poder prever valores precisos das variáveis envolvidas.

Como, então, construir conhecimento sobre as diferentes tendências? A metodologia realista crítica estabelece diretrizes sobre como esse conhecimento é construído. Essas diretrizes se baseiam no método de abdução ou retrodução das regularidades identificadas no sistema econômico. A retrodução, através do método transcendental, objetiva identificar as possíveis causas dos fenômenos, conjecturando quais seriam as condições que permitiriam a efetivação de tais eventos, isto é, acessar a camada Real. Esse método é conceituado por Lawson:

Isto consiste no movimento, com base na analogia e metáfora entre outras coisas, desde a concepção de algum fenômeno de interesse até a concepção de algum tipo de coisa, mecanismo, estrutura ou condição totalmente diferente que é responsável pelo fenômeno dado. Se a dedução é ilustrada pela mudança da alegação geral de que "todos os corvos são negros" para a inferência particular de que o próximo será negro, e indução pelo movimento da observação particular de numerosos corvos negros para a alegação geral de que " todos os corvos são negros", o raciocínio retrodutivo ou abduutivo é indicado por um movimento da observação de numerosos corvos negros para uma teoria de um mecanismo intrínseco (e talvez também extrínseco) aos corvos que os descarta serem negros. É um movimento, paradigmaticamente, de um "fenômeno de superfície" para uma coisa causal "mais profunda" (Lawson, 2003, p. 145, tradução nossa).

Sobre as possíveis causas de um evento, Lawson argumenta sobre o poder intrínseco de um determinado objeto:

Para buscar uma explicação causal conforme interpretada aqui, exigimos um modo de inferência que nos leva para trás do fenômeno de superfície às suas causas, ou mais geralmente de fenômenos que estão em um nível para causas que frequentemente estão em um outro nível mais profundo. Isso é retrodução. Leva-nos do reconhecimento de que "este metal antes de nós se expande quando aquecido" para uma concepção da estrutura intrínseca do metal (ou qualquer outro) em virtude da qual o metal tem o poder de se expandir quando aquecido (Lawson, 2003, p. 107, tradução nossa).

Diante das considerações de Lawson, uma regularidade empírica observada é um indício de que pode haver alguma tendência em funcionamento que tenha dominado outras tendências, pelo menos no período de observação. Isso instiga uma investigação mais aprofundada de um tipo substantivo. Nesse sentido, além do estudo das referidas tendências, outro elemento-chave da metodologia realista crítica na construção do conhecimento é o apoio ao pluralismo do método, em função da realidade social estar submetida a um sistema aberto de complexas influências, o que inviabiliza sua representação a partir de um sistema axiomático/dedutivo.

Uma forma de iniciar a busca pelo conhecimento seria partir de algum fechamento. De fato, conforme Chick e Dow (2001) e Loasby (2003), a teorização inevitavelmente já envolveria algum tipo de fechamento. A partir da tomada de consciência da abertura do sistema econômico se estabelece uma necessidade de recorrer ao fechamento como forma de não permitir que tudo seja complexo, interconectado e incognoscível. Uma forma de conter a incerteza do sistema aberto no mundo social real, por exemplo, é encontrado pela formação de instituições, como a firma; este tipo de fechamento pode ser utilizado para que o sistema possa funcionar. Da mesma forma, os economistas precisam separar partes do sistema para o estudo, a fim de tentar identificar mecanismos causais que possam ser considerados, em algum sentido, separáveis.

Loasby (2003) destaca que os modelos fechados não devem ser descartados em favor de sistemas abertos, para ele seria mais apropriado considerar quais fechamentos suportam tipos particulares de abertura e reconhecer o papel de modelos estritamente fechados em processos de mudança. Nas palavras de Loasby:

Modelos fechados de cenários alternativos também podem iniciar a exploração. Ao longo do caminho, modelos fechados podem ser úteis, ou mesmo indispensáveis, para derivar as implicações de subconjuntos de ideias. De fato, uma vez que muitas vezes é mais fácil testar as implicações de uma teoria do que a própria estrutura teórica, modelos fechados são necessários em qualquer ciência experimental para que as experiências sejam adequadamente planejadas. Os modelos fechados permitem a análise de sensibilidade para identificar elementos críticos que exigem uma investigação mais próxima ou redesenho e, portanto, nos ajudam a decidir o que deve ser feito a seguir; dentro da Economia *Mainstream*, esses são usos valiosos, por exemplo, da teoria da decisão e do orçamento de capital. Assim,

modelos fechados são uma grande ajuda - eu diria indispensável - na exploração de sistemas abertos. No entanto, como todas as reivindicações de conhecimento, elas são conjecturas e abertas à refutação; mas, como Smith argumentou, a refutação é o gatilho da busca (LOASBY, 2003, p. 302).

A principal diferença entre os fechamentos da Economia *Mainstream* e os fechamentos do realismo crítico é que os primeiros são considerados como universais e fixos, enquanto os últimos são considerados como parciais e provisórios. Na teoria econômica *mainstream*, por exemplo, a oferta monetária pode ser considerada exógena como um princípio universal. Numa análise realista crítica, a oferta monetária pode ser tomada como dada para uma determinada parte da análise, para uma configuração particular do sistema bancário, enquanto outra parte investiga os mecanismos que geram a oferta monetária para outra configuração. Ou ambos os tipos de análise podem ser aplicados ao mesmo contexto, em um esforço para construir conhecimento a partir de diferentes pontos de partida (DOW, 2003b).

Com relação as qualidades dos fechamentos em sistemas abertos serem provisórios, Chick e Dow (2001) argumentam que:

A questão do fechamento no contexto de sistemas abertos levanta a própria questão do que significa teorizar sobre um sistema, como a economia, que está sempre evoluindo. (...) uma resposta é fugir para a exploração da sintaxe, para derivar relações que não são apenas livres de instituições, mas completamente desprovidas de conteúdo econômico. Outra estratégia, também destinada a liberar a teoria da contingência histórica, é imaginar as condições iniciais da economia; por exemplo, o debate sobre se o dinheiro deriva seu poder do estado ou do consenso social pode ser expresso em termos da origem do dinheiro (por exemplo, Wray, 1998). Um outro exemplo é a modelagem na teoria de circuitos das finanças do capital de giro das empresas: se as empresas são imaginadas a começar do zero em sua forma atual, elas precisarão de capital de fora. Essa suposição contrasta com a suposição implícita de Keynes de que o capital de giro das empresas vem principalmente das vendas do último período; essa suposição implica que a empresa tenha sido e seja uma empresa em funcionamento (Chick, 1997). No último caso, o teórico "mergulha na história" em algum momento e modela o que vê sem se preocupar muito com a forma como as instituições vieram a ser como são. A contingência histórica é aceita. Segue-se que o teórico também aceita que, à medida que as instituições ou comportamentos mudam, a teoria se tornará obsoleta. Essa abordagem requer um período em que as instituições sejam suficientemente estáveis para serem analisadas; o desenvolvimento da teoria requer alguma tranquilidade no mundo real (um ponto feito por Laidler, 1991, no contexto da teoria monetária clássica) (CHICK; DOW, 2001, p. 713, tradução nossa).

As teorias são desenvolvidas dentro da abordagem realista crítica, com base na abdução de regularidades provisórias observadas (o que Lawson chama de *demi-regs*), onde a observação e a teorização dependem de uma série de métodos. A teorização em si envolve o que Hume chamaria de aplicação da imaginação. A maneira realista crítica de colocar isso é a elaboração de metáforas apropriadas para capturar uma crescente compreensão dos mecanismos causais subjacentes. Aqui também pode-se ver que o realismo crítico está

esboçando elementos da metodologia da teoria econômica *mainstream* e do construtivismo de uma nova maneira. A utilidade das metáforas podem ser julgadas a partir de sua aplicação para novos contextos.

Para Lawson (1997) há uma suposição subjacente de que existem regularidades suficientes no mundo social para permitir a construção de teorias, ainda que parciais e provisórias. Se não houvesse regularidades, o conhecimento seria impossível. Mas, como realistas críticos argumentariam, a vida social também seria impossível. Dessa forma, as instituições e convenções que a sociedade desenvolve para permitir que a vida social ocorra nos fornecem algumas regularidades sobre as quais basear nosso conhecimento. Segundo Dow (2003b) essas regularidades são a antítese das regularidades do evento em que a Economia *Mainstream* se concentra, na medida em que são consideradas pelos economistas da teoria *mainstream* como impedimentos às forças de mercado que, de outra forma, geram regularidades de eventos.

Em resumo, a abordagem do realismo crítico é falibilista, isto é, não há presunção de acesso à verdade. Além disso, defende o pluralismo do método, pois parte da conclusão filosófica de que o mundo social real está aberto, ou seja, permite uma gama de diferentes tipos de fechamento. Enquanto uma metodologia pluralista significa diferentes fechamentos para diferentes partes da análise. As teorias são desenvolvidas empregando metáforas para capturar algo dos mecanismos causais para os quais as semi-regularidades observadas fornecem indícios. Tanto as teorias como as semi-regularidades empregam inevitavelmente alguma forma de fechamento, mas o fechamento é parcial e provisório. O objetivo de construir conhecimento dessa maneira é entender os mecanismos causais subjacentes o suficiente para fornecer a base para uma política projetada para transformar a sociedade (DOW, 2003b).

O realismo crítico não pretende advogar qualquer metodologia, mas sim defender uma abordagem para a escolha de uma metodologia específica. Assim, por exemplo, Lawson (1994b) argumenta que o realismo crítico deixa a escolha metodológica para os economistas. Em particular, ele recua de qualquer sugestão de que o realismo crítico possa contribuir para a discussão sobre as diferenças entre as escolas de pensamento. Concluimos na próxima sessão considerando o que o realismo crítico implica para a Economia.

### 1.3.5. Implicações para a Economia segundo os desenvolvimentos de Tony Lawson

Com implicações no Realismo Crítico de Bhaskar, o filósofo e economista britânico, Tony Lawson, criticou os métodos da Economia *Mainstream*, argumentando que os mesmos sofrem de uma inadequação metodológica, não condizente com a realidade social, e que por isso os economistas falham de forma recorrente na ação de prever ou explicar os fatos econômicos.

Lawson inicia seu livro, *Economics and Reality* (1997), relatando as motivações que o levaram a elaborar sua obra, isto é: compensar a negligência efetiva da ontologia em relação a metodologia da Economia Contemporânea (*mainstream*). Como observou:

(...) imediatamente fiquei impressionado com a aplicação generalizada e pouco acrítica de métodos e sistemas formalistas a condições para as quais os mesmos obviamente eram bastante inadequados. Em consequência, meus interesses se voltaram rapidamente para questões de ontologia e, especificamente, para o estudo de como métodos e modos de raciocínio podem ser moldados a percepções sobre a natureza do ser social. (LAWSON, 1997, p. XII, tradução nossa).

Na visão de Lawson (1997) os métodos empregados pela Economia *Mainstream* estão consistentes com o dedutivismo, ou seja, procurando encontrar um padrão de regularidades do tipo “sempre que ocorrer o evento A, ocorrerá o evento B”. Além disso, esse tipo de conjunção constante é compatível com sistemas fechados, necessário para o funcionamento do dedutivismo.

Para Lawson (1997), como essas regularidades não são encontradas, os esforços dos economistas são inevitavelmente inúteis. Somente adotando uma perspectiva realista e pesquisando sob a irregularidade das relações observáveis, a Economia pode começar a progredir.

O centro da crítica de Lawson (1997) sobre a Economia *Mainstream* repousa no tratamento dado por seus métodos, já que os mesmos pressupõem uma realidade social suscetível a fechamentos. Ou seja, Lawson, a partir das ideias do Realismo Transcendental de Bhaskar, o qual denota a natureza como um sistema aberto, entende que a sociedade possua a mesma configuração, isto é, a realidade social seria caracterizada pela agência humana, em outras palavras, pela capacidade do ser humano fazer escolhas intencionalmente.

(...) regularidades de eventos cientificamente significativas não ocorrem com frequência no âmbito social (ou pelo menos ainda não foram descobertas), os objetos permanentes de conhecimento que condicionam as práticas humanas reais devem situar-se em um nível diferente, no das estruturas que governam, mas são irreduzíveis a eventos, incluindo atividades humanas (LAWSON, 1997, p. 29-30, tradução nossa).

Isso quer dizer que existem elementos que participam da causalidade, podendo inclusive anular os seus efeitos, como por exemplo, quando ao segurarmos um objeto e com isso, através desse mecanismo, não permitirmos que o efeito gravitacional ocorra. Será preciso, então, isolar a ação desse mecanismo para identificar o evento. Daí Lawson (1997) acreditar que as regularidades somente podem ser observadas com a intervenção humana, utilizando-se do expediente de isolar os mecanismos de ação nos experimentos.

De forma crítica em relação ao caráter das regularidades encontradas em um sistema fechado, Lawson explica como elas não podem ser garantidas dentro da realidade de um sistema aberto:

Como eventos reais ou estados de coisas podem ser co-determinados por numerosos mecanismos, frequentemente de compensação, a ação de qualquer mecanismo, embora real e talvez expressando necessidade na natureza, pode não ser diretamente manifestada ou atualizada. (LAWSON, 1997, p. 22, tradução nossa)

Um bom exemplo seria a lei da queda de corpos de Galileu que enuncia que todos os corpos próximos à superfície da Terra caem, de fato, com uma aceleração constante. O problema é que existem poucas regularidades de eventos universais. Fora isso, não é verdade que todos os corpos próximos à superfície da Terra caem com uma aceleração constante. Além disso, praticamente nenhum corpo tem esse tipo de comportamento. Desta forma, a lei de Galileu não é uma lei.

Nas ciências naturais é possível atuar em laboratórios produzindo fechamentos, isto é, isolando determinados mecanismos que causam os efeitos sobre um dado objeto com o fito de identificá-los. Entretanto, nas ciências sociais tais fechamentos não seriam possíveis. Além disso, diante de uma realidade social aberta a agência humana está presente, ou seja, a capacidade do ser humano de realizar escolhas de forma intencional. Então, se voltarmos ao exemplo dado anteriormente sobre o efeito gravitacional, aplicando-o sobre uma realidade social aberta, o objeto analisado simplesmente poderia escolher ou optar por recusar-se a cair.

Portanto, o fato da sociedade ser composta por estruturas e indivíduos que agem com seus interesses e objetivos, determinando a realidade, ou seja, exercendo o papel de agentes causais dela, isto é, podendo inclusive alterá-la, invalida a proposição de que a sociedade seja um sistema fechado, obedecendo a conjunções constantes de eventos. Assim sendo, os métodos da Economia *Mainstream* baseados no dedutivismo são inadequados.

Sobre a agência humana é possível apresentar um exemplo ligado diretamente ao agente econômico. Imaginemos um “evento X”, aumento da renda dos agentes, e um “evento Y”, como resultante, qual seja, um aumento no consumo dos agentes. Quando garantimos que o evento Y é resultante do evento X, estamos utilizando de uma conjunção constante. Entretanto, segundo os cânones do Realismo Crítico, mais propriamente remetendo aos seus pressupostos ontológicos, as escolhas reais dos indivíduos abrem a possibilidade dos mesmos não aumentarem seus consumos após o aumento da renda. Desta forma, as conjunções constantes exigidas em um sistema fechado, no qual o dedutivismo a Economia *Mainstream* se apoia, não podem ser garantidas e, portanto, os métodos utilizados por ela sofrem de inadequação ontológica.

Segundo Bhaskar (2008 [1975]), os métodos utilizados pelos economistas representantes da corrente *mainstream* não são possíveis dentro de uma realidade social em que ocorre a agência humana. O autor, nesse sentido, comenta sobre essa inadequação:

Deixando de lado a astronomia, é somente sob condições que são experimentalmente produzidas e controladas que um fechamento e, portanto, uma conjunção constante de eventos, é possível. O empirista está agora preso em um terrível dilema: na medida em que os antecedentes de enunciados semelhantes à lei são instanciados em sistemas abertos, deve haver tanto o caráter universal quanto o status empírico das leis. Se, por outro lado, tentei evitar esse dilema restringindo a aplicação de leis a sistemas fechados (por exemplo, tornando a satisfação de uma cláusula *ceteris paribus* uma condição de sua aplicabilidade), enfrentei a questão embaraçosa do que governa fenômenos em sistemas abertos. (BHASKAR, 2008 [1975], p.55, tradução nossa)

A crise dos *subprimes* em 2008 é um bom exemplo de que a suposição dos modelos encampados pela corrente *mainstream* é resultado de pressuposições irrealistas, que tornam a realidade um sistema fechado e com isso adequado aos métodos dedutivistas, aos quais, entretanto, falham com certa recorrência.

Lawson (2009) critica as modelagens da Economia *Mainstream* em dois aspectos, no qual se destaca a ubiquidade das regularidades empíricas. Segundo ele, a falha preditiva repetida dos modelos de previsão econométrica nos últimos 50 anos é por si só suficiente para lançar dúvidas significativas sobre a validade do pressuposto de regularidades empíricas. Assim sendo, por si só, este já seria um indicador de que a realidade social é constituída por um sistema aberto.

No artigo intitulado *The current economic crisis: its nature and the course of academic economics*, Lawson (2009) enfatiza sua crítica aos modelos matemáticos dedutivos da corrente *mainstream*:

Por que eu suponho que a modelagem dedutivista matemática do tipo perseguido pelos economistas seja um problema em si? A resposta básica, elaborada extensamente em outros lugares em termos filosóficos, pode realmente ser colocada de maneira muito simples. Mas antes de dar a resposta, deixe-me antecipar e tentar antecipar um possível mal-entendido. O problema fundamental da Economia Moderna, como eu vejo, é a insistência dominante de que a modelagem matemática é a única forma útil e adequada de fazer Economia. É essa insistência na modelagem dedutivista matemática que estou procurando principalmente criticar aqui (LAWSON, 2009, p. 762-763, tradução nossa).

Lawson (1997) apontou como as características já destacadas no dedutivismo e especialmente sua concepção de resultados significativos ou leis científicas, associada em última instância com o positivismo, são manifestadas nas vertentes mais proeminentes da Economia *Mainstream* e responsáveis por muitas inadequações. Dentre os métodos mais comuns dentro da corrente *mainstream*, baseados no dedutivismo, Lawson destacou a econometria e a teorização econômica.

Em geral, econométristas preocupam-se em tentar determinar conjunções constantes de eventos, embora de um tipo probabilístico. Não é raro que essas relações procuradas sejam interpretadas como causais. Especificamente, indica que alguma variável dependente “y” é considerada funcionalmente relacionada a um conjunto de variáveis independentes “x”, de modo que os movimentos ou variações nas últimas dão origem a variações previsíveis na primeira. Essas variáveis são tomadas para representar eventos econômicos ou estados de coisas. Dada essa configuração, uma tarefa primordial da econometria é fornecer conteúdo quantitativo para quaisquer relacionamentos hipotéticos. Isso envolve estimar valores de parâmetros dos relacionamentos procurados (e de distribuições de probabilidade associadas) e é usualmente obtido por meio da aplicação de métodos matemáticos e estatísticos à análise de dados econômicos.

De acordo com Lawson (1997), apesar dos contínuos esforços alocados pela econometria na busca de identificação de regularidades, mesmo que de forma probabilística, ainda não houve um considerável êxito. Lawson (1997) faz referência ao economista Haavelmo, que em seu trabalho de 1944 já teria observado que a Economia não teria, até então, conseguido demonstrar leis muito precisas e universais como as obtidas nas ciências naturais. As relações estimadas repetidamente se “desintegram”, geralmente assim que novas observações se tornam disponíveis, ou seja, o sinal e a magnitude dos efeitos de “x” sobre “y” alteram-se drasticamente.

Lawson (1997) argumenta que o tipo de falha continuada, como a comentada acima, se mostra inteligível na primeira parte de seu livro, quando ele apresenta uma realidade social

dependente da agência humana transformadora e, portanto, intrinsecamente aberta e dificilmente suscetível a fechamentos científicos recompensadores. Nas palavras de Lawson (1997, p. 67, tradução nossa): “Dado esse entendimento, não é de se surpreender que qualquer abordagem cujos métodos pressuponham uma onipresença de fechamento local deva falhar”. Isto é, os argumentos apresentados pelo realismo crítico apresentam uma realidade social incompatível com métodos dedutivistas como a econometria.

Em *Economics and Reality*, Lawson (1997), ilustra essa crítica sobre a econometria através do influente trabalho conhecido como “a crítica de Lucas”, realizado pelo economista Robert Lucas no artigo *Econometric policy evaluation: a critique*, em 1976. A questão inicial que o trabalho aborda é a observação de que a teoria e a prática estão fora de sintonia uma com a outra. Essa observação é realizada através de algumas sinalizações, como a indiferença dos previsores econométricos às séries de dados, a remontagem frequente das relações econométricas e a prática de usar padrões em resíduos recentes para revisar estimativas de interceptação para fins de previsão. Especificamente, Lucas (1976) aponta que a importância desses sinais é que eles indicam que os modelos econométricos realmente construídos, bem como as relações probabilísticas identificadas, como conjuntos de conexão de eventos mensuráveis ou estados de coisas, são instáveis. Em consonância com isso, Lawson (1997) destaca o seguinte:

A teoria sobre a qual se baseia a maioria das análises econométricas pressupõe a existência de relações paramétricas estáveis. Mas as práticas observadas dos econometristas indicam que os modelos realmente derivados não são suficientemente estáveis para permitir a previsão bem-sucedida de eventos ocorridos fora do período para o qual os modelos foram inicialmente construídos (LAWSON, 1997, p. 68-69, tradução nossa).

A crítica de Lucas (1976) repousa na formulação da política macroeconômica, ao condenar a previsão dos efeitos de uma mudança na política econômica realizada inteiramente com base em relações observadas nos dados históricos. Ou seja, os parâmetros dos modelos macroeconômicos não eram invariáveis relativamente à política, já que necessariamente se modificariam sempre que a política (regras do jogo) sofresse alterações. Essa argumentação colocou em xeque as conclusões sobre determinada política econômica com base em modelos econométricos, já que os mesmos careceriam de fundamentos dinâmicos. Para Lucas (1976):

Dado que a estrutura de um modelo econométrico consiste em regras de decisão ótimas dos agentes econômicos, e que as regras de decisão ótimas variam sistematicamente com as mudanças na estrutura das séries relevantes para o decisor, conclui-se que qualquer mudança na política sistematicamente irá alterar a estrutura dos modelos econométricos (LUCAS, 1976, p. 41).

Um exemplo importante da crítica de Lucas destacou que a histórica correlação negativa entre inflação e desemprego, denominada como Curva de Phillips, poderia deixar de se verificar caso as autoridades monetárias mudassem suas decisões. Essa situação pode ser considerada quando os formuladores de política econômica no anseio de reduzir sistematicamente o desemprego acabem elevando permanentemente a inflação e, conseqüentemente levando a previsão do aumento dela pelas empresas, resultando finalmente, por alterar suas decisões sobre a contratação de trabalhadores. Lucas (1976) a partir disso observa que:

Se a mudança de política ocorrer por meio de uma seqüência de decisões que não seguem um padrão discutido ou pré-anunciado, ela só será conhecida pelos agentes gradualmente e, talvez, em grande parte, como uma variação maior de "ruído". Nesse caso, o movimento para uma nova [estrutura da Economia], se ocorrer de maneira estável, será não sistemático e econometricamente imprevisível. Se, por outro lado, as mudanças na política ocorrerem conforme as mudanças nas regras são discutidas e compreendidas, há alguma esperança de que as mudanças estruturais resultantes possam ser previstas com base na estimativa do passado [experiência] (LUCAS, 1976, p. 40-41, tradução nossa).

Aqui está o problema básico com a econometria que Lucas (1976) identifica. Os métodos usuais de obter relacionamentos estruturalmente estáveis para simular os efeitos de políticas alternativas exigem que os relacionamentos de eventos procurados sejam invariantes com relação a mudanças nas regras de política, enquanto considerações sobre o comportamento dos agentes otimizadores dão razão para duvidar que tais relações invariantes podem surgir. Para Lucas, diante de algumas características da realidade social a econometria se justificaria:

Assumir a estabilidade das [relações econométricas procuradas] sob regras alternativas de política é, portanto, pressupor que as visões dos agentes sobre o comportamento dos choques ao sistema são invariantes sob as mudanças no comportamento verdadeiro desses choques. Sem essa suposição extrema, os tipos de simulações políticas exigidas pela teoria da política econômica não têm sentido (LUCAS, 1976, p. 25).

Em resumo, Lucas conseguiu apresentar inconsistências dentro dos modelos econométricos da teoria econômica *mainstream*, que podem ser justificadas pela ontologia da realidade social. A realidade para acomodar o mecanismo funcional dos modelos econométricos não condiz com as características ontológicas de um sistema social aberto e dinâmico. Segundo Lawson (1997), a econometria corresponde a um método dedutivista, que ao ser utilizado numa realidade aberta, seria incapaz de produzir conhecimento. E, conclui:

No sistema social aberto em que vivemos, caracterizado como é por incerteza fundamental, a hipótese de expectativas racionais é pouco realista. Embora os seres humanos consigam, habilidosa e habilmente, negociar e realizar suas tarefas cotidianas, o conhecimento realmente possuído está obviamente muito longe das exigências dessa hipótese específica sobre expectativas. De fato, a suspeita deve

sempre ter sido que o recurso a tal hipótese é pouco mais que um ato de desespero (LAWSON, 1997, p. 72).

Além da econometria, outro método também baseado no dedutivismo é a “teorização econômica”. Lawson (1997) afirma que existe um ramo denotado como o mais enaltecido da Economia Moderna (*mainstream*), denominado por seus principais proponentes como *pure theory*, *economic theory* ou simplesmente *theory*. O destaque dado ao seu corpo de pensamento está presente em três características associadas a ele: 1) uma perspectiva individualista, uma exigência de que as explicações sejam expressas apenas em termos de indivíduos; 2) uma aceitação de algum axioma de racionalidade; 3) um compromisso com o estudo dos estados de equilíbrio. Além dessas características, Lawson (1997) adiciona mais uma característica, a preferência por teorias simples e altamente gerais em detrimento de conclusões particulares. Ou seja, a abordagem metodológica dessa concepção teórica é atomista e isolacionista. Lawson (1997) ainda destaca:

Em suma, o alto nível de generalidade que tradicionalmente caracterizou grande parte da "teorização econômica" é bastante consistente com a concepção dedutivista de explicação (...) incluindo a visão de regularidade de eventos das leis (aqui referidos como "axiomas" e "suposições"), do qual depende esta forma explicativa (LAWSON, 1997, p. 92, tradução nossa).

O posicionamento de Lawson quanto ao método dedutivista é que os adeptos do modelo de “teorização econômica” ao acatarem o dedutivismo como pressuposto de legitimidade universal acabam por assumir, explicitamente, que é possível identificar ou formular regularidades sobre os eventos. Entretanto sua aplicação legítima é restrita àquelas situações muito especiais nas quais as regularidades de eventos cientificamente significativas são (ou se poderia esperar que fossem) esperadas; o que na esfera econômica dificilmente se daria em qualquer situação.

É importante lembrar que Lawson (1997) busca desvelar a ontologia pressuposta na “teorização econômica”, já que essa adota o método dedutivo, pois é a partir dessa característica onotológica que se busca explicar a persistência no uso de tal método dedutivista, mesmo reconhecendo a raridade da regularidade de eventos na realidade social.

A teoria econômica *mainstream* lança mão de dois pressupostos: atomismo e isolacionismo. É através desses dois pressupostos que a “teorização econômica” pode garantir um fechamento “fictício” dos sistemas sociais. Para isso ocorrer é necessário um fechamento intrínseco, ou seja, que a estrutura interna, ou intrínseca, de qualquer análise do indivíduo seja constante. Um outro requisito é a redutibilidade, ou seja, que o evento de resultado global, para qualquer descrição de estado, seja redutível às condições obtidas do sistema.

Claramente, as condições de constância intrínseca e redutibilidade são satisfeitas automaticamente se todo e qualquer indivíduo relevante for caracterizado atomisticamente, na falta de estrutura intrínseca. Pois então cada reação é apenas e sempre uma resposta passiva a forças ou estímulos externos (LAWSON, 1997, p. 95-96, tradução nossa).

O atomismo, ou seja, o individualismo metodológico, que é utilizado para a representação de determinados fatos na sociedade, pressupõe que as características relevantes do indivíduo ou agente econômico possam ser descritas objetivamente. Entretanto, Bhaskar considera tal descrição extremamente problemática:

Agora, quando se considera a gama de predicados aplicáveis a indivíduos e comportamentos individuais - daqueles que designam propriedades, como forma e textura, que as pessoas possuem em comum com outras coisas materiais, através daquelas que selecionam estados, como fome e dor, que eles compartilham com outros animais superiores, àqueles que designam ações que são, até onde sabemos, exclusivamente características deles - o problema real parece não ser tanto o de como se poderia dar uma explicação individualista do comportamento social, mas de como alguém poderia dar uma explicação não-social (ou seja, estritamente individualista) do comportamento individual, pelo menos caracteristicamente humano! (BHASKAR, p. 28, 1979, tradução nossa)

Um outro pressuposto, que Lawson (1997) denota como contraditório são os axiomas de racionalidade, já que a realidade social é caracterizada pela agência humana, ou seja, a ideia de que os indivíduos agem através de escolhas. Ao aceitar esse comportamento, entendemos a sociedade como um sistema aberto, o que implica que as conjunções não seriam constantes, isto é, o evento x pode não implicar o evento y, correspondendo assim ao fato dos indivíduos utilizarem-se do ato de escolha.

Assim sendo, o atomismo, utilizado como premissa para promover o fechamento do sistema, pressupõe, como já visto, que a análise do indivíduo seja constante e redutível às condições observadas do sistema. Entretanto, essas características não condizem com a reprodutibilidade, pois elimina a possibilidade de escolha do indivíduo.

Com relação ao pressuposto do isolacionismo, outra premissa ontológica que possibilita a utilização dos métodos dedutivistas na produção da *pure theory*, sua adoção deve-se ao fato da possibilidade de outras condições, incluindo possivelmente novos fatores, que não estão incluídos em um conjunto específico de determinadas condições, mas que, no entanto, são capazes de influenciar o resultado real. Portanto, essa suposição, implica a possibilidade de analisar os indivíduos isoladamente. Nas palavras de Lawson:

(...) a condição extrínseca é mais diretamente satisfeita quando as ações dos indivíduos relevantes são fisicamente isoladas de todas as condições (não constantes) não explicitamente estabelecidas. Em outras palavras, enquanto o desejo de satisfazer a condição intrínseca de fechamento encoraja concepções de indivíduos (ou seus estados) como criptoatômicos, uma necessidade semelhante de satisfazer a condição extrínseca encoraja formulações nas quais cada indivíduo age em relativo

isolamento. Em tal cenário, é claro, o resultado geral de um sistema composto de numerosos indivíduos pode então ser determinado meramente adicionando (ou combinando mecanicamente) suas respostas separadas (LAWSON, 1997, p. 96, tradução nossa).

O desejo dos teóricos da *pure theory* de explicar eventos de alguma maneira teórica, combinados (se implicitamente) com uma crença na relevância universal do modo de explicação dedutivista, os leva a derivar construtos teóricos que têm condições de garantir a causalidade do tipo: "sempre que o evento x ocorrer, o evento y se sucederá"; então a formulação desse evento foi incorporada a eles. O que Lawson (1997) considerou ser improvável é a existência de um conjunto único de condições suficientes desse tipo. Mas as condições intrínsecas e extrínsecas que acabamos de esboçar, focalizando diretamente tanto a natureza dos indivíduos quanto suas condições de ação, parecem constituir escolhas óbvias para a maioria das ocasiões.

Apesar das condições de fechamento intrínseco e extrínseco, isto é, atomismo e isolacionismo, respectivamente, possibilitarem uma descrição compatível com o dedutivismo, o número de eventos econômicos sujeitos a ele são raros. Lawson faz a seguinte menção:

O dedutivismo pressupõe uma omnipresença de encerramentos sociais, enquanto, no caso, fechamentos sociais de um tipo interessante parecem ser extremamente raros, tornando assim a gama de fenômenos socioeconômicos abertos à investigação dedutivista extremamente estreita (LAWSON, 1997, p. 98, tradução nossa).

Lawson (1997) crê que o mundo social é aberto, porque os fenômenos sociais são constituídos por uma combinação mutável de mecanismos internamente relacionados, transitórios, instáveis ou dinâmicos, subjacentes ou imensuráveis, fazendo com que as regularidades de eventos sociais, à rigor, raramente ou nunca ocorram. Assim sendo, o método dedutivista não seria o mais adequado.

Em suma a crítica de Lawson, conforme apresentamos nessa seção, se concentrou nas premissas da teoria econômica *mainstream* (*pure theory and econometrics*), que se sustentam no dedutivismo e exigem dessa forma uma ontologia (compreensão do objeto de estudo) social particular, ou seja, a ubiquidade de fechamentos. Esse tipo de ontologia não conjuga dos ideais do Realismo Crítico, os quais demonstram a inadequação dos métodos utilizados pela corrente *mainstream* da teoria econômica. Essa inadequação parece ser a causa das recorrentes falhas dos economistas ao tentar prever e explicar o mundo real.

Portanto, é possível concluirmos que um dos elementos-chave da metodologia realista crítica é o pluralismo do método. A partir do raciocínio de que a realidade que buscamos compreender é inacessível, nenhum método pode gerar um verdadeiro

conhecimento dela. Se o mundo social real é um sistema aberto, ele está sujeito a complexas influências internas e externas. Em particular, tal sistema não se presta à representação por um sistema axiomático dedutivo singular, uma vez que tal sistema requer que os axiomas sejam verdadeiros para que as conclusões sejam verdadeiras. Em vez disso, o realismo crítico defende o pluralismo, envolvendo o recurso a uma série de métodos destinados a construir o conhecimento de maneiras diferentes, tomando diferentes pontos de partida.

## 2. O PLURALISMO COMO METAPARADIGMA

Tanto a natureza do pluralismo quanto o papel concreto atribuído ao pensamento pluralista para o desenvolvimento da Economia, ainda passam por diversos entendimentos onde, em certos momentos a cobrança se dirige para a falta de fundamentos conceituais amplamente aceitos. A ideia de autores como Dobusch e Kapeller (2012) está na criação de um metaparadigma pluralista ao invés de um pluralismo de paradigmas, pois enxergam que é através de um esforço de interação construtiva entre diferentes tradições teóricas que é factível levar adiante uma proposta pluralista, inclusive, estabelecendo um concorrente paradigmático único ou unificado para a Economia Neoclássica.

O presente capítulo apresenta o arcabouço de construção do metaparadigma pluralista através das ideias propostas por Dobusch e Kapeller (2012), bem como a possibilidade de contribuir para a disseminação de sua prática, auxiliando como uma diretriz para a organização da pesquisa econômica para escolas de pensamento não-neoclássicas (heterodoxas), em particular, assim como para os debates econômicos travados com as distintas escolas de pensamento em geral. Em essência, essa proposta procura desenvolver a substituição dos critérios de demarcação, tradicionalmente invocados entre diferentes tradições econômicas, por um conjunto de princípios pluralistas um tanto ou quanto ecumênicos.

A partir dessa perspectiva se pretende justificar um procedimento descritivo para o termo paradigma, além de elaborar um cabedal do potencial de pensamento pluralista para a pesquisa científica. Em suma, a abordagem através de um metaparadigma pluralista demonstra que é possível substituir as idiosincrasias específicas de um paradigma à lá Kuhn por princípios pluralistas.

### 2.1. Uma tentativa de pluralidade e suas perspectivas para o pluralismo

Na introdução do livro *Economic Pluralism*, editado por Robert Garnett, Erik Olsen e Martha Starr, em 2010, os autores descrevem um relato com demarcações históricas sobre as disputas entre o monismo da teoria econômica *mainstream*, onde imperava a modelagem formal, o teste econométrico e o raciocínio hipotético-dedutivo e um pluralismo com fronteiras bem delimitadas, caracterizado por dois grupos de dissidentes, denominados como pluralistas de primeira onda e pluralistas de segunda onda.

Os pluralistas de primeira onda eram liderados por austríacos, marxistas, sraffianos, pós-keynesianos, institucionalistas e novos clássicos. Esses teóricos, como Desai, Steedman, Kregel, Eichner e Tool, para citar alguns, na década de 1970 e no início dos anos 80, desenvolveram alternativas paradigmáticas às ortodoxias micro e macroeconômicas prevalentes, perseguindo uma estratégia de disputa científica com a ciência dominante no contexto econômico. Essas críticas foram construídas em torno de uma variedade de escolas heterodoxas de pensamento, amplamente desinteressadas uma pela outra. Mais especificamente, essas críticas eram monistas, na busca de alternativas autônomas à teoria *mainstream*. No entanto, eles também eram pluralistas, pois lutavam contra a “semente” do movimento modernista da unicidade da ciência, já que pugnavam pela verdade e por um método contestável na pesquisa econômica. Portanto, seus diversos projetos heterodoxos foram considerados como uma primeira onda de pluralismo na Economia Contemporânea.

No início da década de 1990, no entanto, a insatisfação com essa *gestalt* de pensamento kuhniano originou um novo gênero de pluralismo, onde tolerância, diálogo ativo e aprendizado mútuo, auxiliaram no engajamento de noções mais integradas e pós-kuhnianas de pluralismo. Dessa insatisfação, surgiram os pluralistas de segunda onda com trabalhos pós-positivistas sobre ontologia e epistemologia econômicas, que haviam florescido na década de 1980. Dentro dessa perspectiva filosófica se inclui o trabalho de pragmáticos, pós-modernistas, marxistas e pós-marxistas, keynesianos e pós-keynesianos, feministas, realistas, hermenêuticos, institucionalistas, pós-estruturalistas, e outros, como por exemplo, McCloskey, Amariglio, Mäki, Dow, Samuels e Lawson.

Portanto, esta insatisfação com a noção de ciência como construção de um império ou de uma experiência paradigmática, uma visão monista atribuída a muitos economistas do *mainstream*, bem como a crítica em relação aos pluralistas da primeira onda, fez surgir os pluralistas da segunda onda.

Essa estrita justaposição de pluralismo de primeira e segunda onda é, naturalmente, estilizada por Garnett, Olsen e Starr (2010). Muitos economistas hoje, se identificariam com elementos-chave de ambas as perspectivas. No entanto, as características epistemológicas do pluralismo de primeira e segunda onda são suficientemente divergentes para justificar uma distinção. Os pluralistas da primeira onda dão grande valor à autossuficiência paradigmática. Seu ideal é a escola de pensamento analiticamente unificada e autossuficiente, cujos praticantes não precisam se engajar em diálogos acadêmicos além dos limites de sua própria tradição. Os pluralistas da segunda onda, em contraste, aspiram a um pluralismo milenar: uma

valorização positiva de uma diversidade de visões no sentido mínimo de que aquele que está tão comprometido, não gostaria de reduzir o número de narrativas ou visões disponíveis. Nessa perspectiva, o valor da conversação interparadigmática nunca termina, uma vez que não existe possibilidade, mesmo em princípio, de que “(...) qualquer escola possa possuir soluções finais ou totais (...)” (FULLBROOK, 2003, p. 8, tradução nossa).

Esse tipo de pluralismo pós-kuhniano ganhou maior visibilidade quando Geoffrey Hodgson, Uskali Mäki e Donald McCloskey publicaram uma petição na *American Economic Review* em 1992, requerendo um novo espírito de pluralismo na Economia, envolvendo conversas críticas e comunicação tolerante entre diferentes abordagens e exigindo que este novo pluralismo fosse refletido no caráter do debate científico, na gama de contribuições em seus periódicos e na formação e contratação de economistas.

Em seguida, no ano de 1993, Hodgson, e vários outros economistas criaram um consórcio internacional, o ICARE (Confederação Internacional de Associações para a Reforma da Economia), para servir como uma voz institucional para o novo pluralismo. Em 2000, já com o nome alterado para ICAPE (Confederação Internacional de Associações para o Pluralismo na Economia) se uniu à Associação Britânica de Economia Heterodoxa, a revistas pluralistas como a Revista de Economia Política e organizações pluralistas como a Associação Europeia para Economia Política Evolucionária - todas criando novos espaços de diálogo e colaboração entre escolas de pensamento, anteriormente segregadas (SENT, 2006).

Esse novo pluralismo recebe um apoio adicional nos anos de 2000 e 2001, quando uma série de petições de jovens economistas na França, no Reino Unido, nos Estados Unidos e na Itália estimulou o movimento internacional da Economia Pós-Autista (PAE). Esse movimento, liderado por estudantes, exigia uma Economia mais aberta e científica, guiada por um pluralismo de princípios filosóficos:

[um pluralismo] que considera as várias “escolas” de Economia, incluindo o neoclassicismo, como oferecendo diferentes janelas sobre a realidade econômica, cada uma trazendo à luz diferentes subconjuntos de fenômenos econômicos... [e] rejeita a ideia de que qualquer escola poderia possuir soluções finais ou totais, mas aceita todos os meios possíveis para entender os problemas econômicos da vida real. (FULLBROOK, 2003, p. 8–9, tradução nossa)

O espírito pluralista do movimento PAE despertou estudantes e professores de Economia em todo o mundo, dando origem ao que Fullbrook (2003, p. 2) descreve como um “movimento de paz”, uma tentativa histórica de forjar a união entre economistas dissidentes que, apesar de ser uma minoria considerável e crescente, havia sido dividida em escolas de pensamento separadas. Sheila Dow concorda:

(...) o novo trabalho interessante entre os jovens estudiosos é de natureza sintética, explorando o meio termo entre as escolas de pensamento e desenvolvendo novas ideias como resultado da fertilização cruzada. (DOW, 2008b, p. 9, tradução nossa).

Os movimentos em prol do pluralismo também foram demandados pela classe estudantil. Um grupo criado mais recentemente foi o ISIPE (Iniciativa Internacional de Estudantes para o Pluralismo Econômico) em 2014. Essa organização é formada pela coalizão de 82 grupos de estudantes de Economia de 30 países. Conforme carta aberta assinada pelo ISIPE não seria apenas a economia mundial que estaria em crise, mas o ensino da ciência econômica, onde suas consequências iriam muito além do âmbito acadêmico. Para esses estudantes o currículo da disciplina sofreu um estreitamento dramático nas últimas duas décadas e isso prejudica a habilidade dos formados de encontrar soluções para os novos desafios do século XXI – como a estabilidade financeira, a segurança alimentar e o aquecimento global. O ISIPE defende três tipos de pluralismo: teórico, metodológico e interdisciplinar.

Como observado, os apelos por reforma e pluralismo parecem ter se intensificado nos últimos anos, provavelmente devido ao abalo da Economia Neoclássica no curso da mais recente crise financeira global de 2008 e também a um número crescente de dissidentes dentro da corrente *mainstream* da Economia. Dessa forma, antes de levar avante as concepções para a consecução do *framework* de um paradigma pluralista, é conveniente a partir de Colander, Holt e Rosser (2004), trabalhar um melhor entendimento no uso das terminologias ortodoxia, *mainstream* e heterodoxia. Em seguida, se buscará melhor compreender a dominância institucional e paradigmática das teorias neoclássicas explicada pelo processo de *path dependence*, através do artigo de Dobusch e Kapeller (2009), dentre outros. Entende-se que ambas as abordagens podem ser complementares e, ao mesmo tempo, esclarecer diferentes pontos de vista para uma discussão deveras árdua e complexa.

## **2.2. A complexidade das classificações, o limiar da Economia e o processo de mudança no mainstream segundo Colander, Holt e Rosser**

É importante aqui salientar a maneira como empregamos as terminologias que distinguem escolas, pensamentos, teorias, e como as classificamos em dois grandes grupos, a saber: ortodoxia (*mainstream*) e heterodoxia. Colander, Holt e Rosser (2004) reconhecem ser útil para o argumento deles em defesa da Ordem dos Economistas considerarem cuidadosamente essas terminologias. Como elas são usadas muitas vezes em sentido

pejorativo, espelhando discursos de embate, é necessário mostrar como se relacionam com a ideia de a dinâmica da mudança em uma profissão estar à margem dessa profissão.

Colander, Holt e Rosser (2004) criticam a maneira estática como os historiadores do pensamento econômico classificam a ciência econômica. Por entender a profissão da Economia como um sistema complexo, eles argumentam que esse tipo de classificação, apesar de útil e necessária por controlar uma entidade tão dinâmica, oculta esse dinamismo que ocorre, limitando e perdendo importantes dimensões da profissão. Ou seja, essas classificações padronizadas transmitem um sentido de unicidade das ideias na profissão. Mais especificamente, Colander, Holt e Rosser (2004, p. 486, tradução nossa) destacam o seguinte fato: “é muito mais útil caracterizar a profissão de Economia como um conjunto diversificado de ideias em evolução, frouxamente mantido por sua abordagem de modelagem dos problemas econômicos”.

Portanto, para Colander, Holt e Rosser (2004) o que de fato existe é uma falta de sincronia entre a classificação e a dinâmica da profissão na Economia. As classificações tenderiam a perder a diversidade que existe dentro de um determinado posicionamento e assim não captar novas ideias que estão sendo experimentadas. Elas perdem a percepção importante de que alguém pode fazer parte do *mainstream* e ainda não necessariamente ter ideias “ortodoxas”. Além disso, também enfatizam um núcleo ortodoxo bastante restrito da profissão e transmitem uma imagem de todos os economistas *mainstream* que aceitam esse núcleo. Porém, a realidade em si é mais complicada; economistas *mainstream* geralmente mantêm uma variedade de visões simultaneamente. “Se a variação de pontos de vista aumentar, enquanto o núcleo permanecer relativamente inalterado, a caracterização estática da profissão não será alterada, mas sua caracterização dinâmica será” (COLANDER; HOLT; ROSSER, 2004, p. 486, tradução nossa).

Por exemplo, economistas do *mainstream* na atualidade, como William Baumol, George Akerlof, Thomas Schelling, Truman Bewley e Paul Krugman, em aspectos importantes de seu pensamento, estão trabalhando fora do que geralmente é considerado a ortodoxia da profissão. No entanto, suas ideias são amplamente aceitas e discutidas no *mainstream* da Economia. É esse trabalho que aumentou a variação de visões aceitáveis na profissão. A realidade é que, a qualquer momento, uma disciplina bem-sucedida terá centenas de novas ideias sendo testadas, à medida que novos métodos, novas tecnologias e novas informações se tornarem disponíveis (recursos computacionais). É isso que acontece no limiar (*edge*) da Economia. Porém, apesar dos trabalhos nesse limiar ensejarem originalidade, não

significa que todas as ideias sejam totalmente novas, pois algumas velhas ideias podem ser reabilitadas ou revividas e consideradas úteis e vantajosas dentro do novo contexto que está surgindo.

Como um contraponto à crítica heterodoxa, que se apresentará mais adiante, destaque-se, então, um outro ponto de vista no qual mudanças do tipo evolutivas ocorrem na Economia Neoclássica a partir de mudanças sociológicas. Mais especificamente, Colander, Holt e Rosser (2004) acreditam que a Economia passa por uma modificação da visão-padrão de alterações de paradigma propostos por Kuhn (2003 [1962]).

Kuhn argumentou que as forças motrizes da mudança são aquelas ideias que desafiam o próprio sistema de pensamento de um modo que as coloca fora do *mainstream* e, em última análise, são introduzidas apenas, "funeral após funeral" por uma mudança de paradigma. Entretanto, a partir da perspectiva dinâmica, introduzida por Colander, Holt e Rosser (2004), mudanças alternativas ocorreriam dentro do *mainstream* da Economia, que levando a variações cumulativas e evolutivas resultariam, em última instância, em uma mudança revolucionária. Ou seja, esses autores não aceitam a visão clássica de Kuhn como adequada à Economia e, portanto, as mudanças que levaram a essa revolução *ex-post* foram inicialmente aceitas gradualmente dentro da profissão, mais ao longo das linhas sugeridas por Imre Lakatos (1989 [1978]).

Na visão de Colander, Holt e Rosser (2004), quando certos membros da elite *mainstream* se abrem a novas ideias, essa abertura permite que elas se expandam, se desenvolvam e se integrem na profissão. Entretanto, em alguns casos, essas novas ideias terão origem fora do *mainstream*, advindas daqueles que se consideram heterodoxos, mesmo que a aceitação de tais ideias leve à sua inclusão no contexto da ciência normal de Kuhn e à remoção ao ser identificada como heterodoxa. Isso faz com que a compreensão da mudança revolucionária seja diferente, ou seja, elas seriam induzidas de dentro do paradigma e levariam muito tempo para ser notadas. Ao contrário, o argumento de Kuhn (2003 [1962]), compreende que as mudanças partiriam de fora do paradigma e seriam bastante aparentes.

O processo de mudança leva em consideração tanto os aspectos sociais quanto intelectuais na compreensão da evolução das ideias. Para que a pesquisa no limiar possa afetar a profissão, Colander, Holt e Rosser (2004) destacam a dependência da existência de pares importantes nos principais estabelecimentos acadêmicos representando a corrente dominante da Economia, que estejam abertos a considerar seriamente novas ideias. Ainda que esses pares

tenham desenvolvido o que era considerado a antiga teoria ortodoxa, isso não impediria que fossem simultaneamente criadores e críticos dessa teoria. Colander, Holt e Rosser (2004, p. 487, tradução nossa) complementam: “A consideração e aceitação final de uma nova ideia por uma certa porção da elite torna-se uma chave para o processo de como o fundamento convencional da disciplina evolui”.

Assim sendo, aqueles que desenvolvem novas ideias a partir de trabalhos no limiar devem ser capazes de atrair a atenção de indivíduos influentes para que suas ideias sejam publicadas em locais que receberão atenção e para que pesquisas nesse sentido sejam financiadas. Isso permite que estudantes e defensores dessas ideias sejam contratados por determinadas instituições e, assim, se estabeleçam dentro da corrente principal da disciplina, mesmo quando os autores dessas ideias permanecem um pouco fora da elite dominante.

Por fim, os citados autores abordam os termos “*mainstream*”, “ortodoxo” e “heterodoxo”, buscando delimitá-los e compreendê-los a partir do relacionamento destes termos com a dinâmica de mudança na profissão.

O termo *mainstream* (na Economia), em grande parte uma categoria definida sociologicamente, consiste nas ideias que são mantidas pelos indivíduos que dominam as principais instituições acadêmicas, organizações e periódicos em um dado momento, especialmente as principais instituições de pesquisa de pós-graduação. A Economia *Mainstream* consiste nas ideias que a elite na profissão considera aceitável, onde por elite, Colander, Holt e Rosser (2004) se referem aos principais economistas nas melhores escolas de pós-graduação.

Portanto, o termo *mainstream* não se refere a uma escola historicamente determinada, mas sim a um termo que descreve as crenças que são vistas pelas melhores escolas e instituições da profissão como intelectualmente sólidas e dignas de serem trabalhadas. Em função disso, a Economia *Mainstream* geralmente representa uma abordagem mais ampla e mais eclética da Economia do que a caracterizada ortodoxia recente da profissão.

Já quanto ao termo ortodoxo, Colander, Holt e Rosser (2004) o consideram uma categoria intelectual. Nesse contexto, esse termo denotaria uma descrição mais retrospectiva da Economia. Portanto, ele seria melhor pensado como uma representação estática de uma profissão dinâmica, em constante mudança, e, portanto, nunca é adequadamente descritivo do campo da Economia em seu estado atual. Entretanto, a ortodoxia geralmente se refere ao que

os historiadores do pensamento econômico classificaram como a escola de pensamento mais recente e dominante, que hoje é a "Economia Neoclássica".

O que Colander, Holt e Rosser (2004) pleitearam é que a Economia *Mainstream* moderna é bem diferente desse conceito neoclássico de Economia Ortodoxa. Na perspectiva deles: “Ter os dois termos é importante porque nos permite fazer comparações intertemporais entre a escola de pensamento *mainstream* mais recente, neste caso a Economia Neoclássica, e a atual Economia *Mainstream* em evolução”. (COLANDER; HOLT; ROSSER (2004, p. 489, tradução nossa)

Antes de relacionar a ortodoxia neoclássica com a Economia *Mainstream*, será importante especificar o que se entende por Economia Neoclássica. A Economia Neoclássica repousa sob dois pilares: (i) uma análise que focaliza o comportamento otimizador de indivíduos totalmente racionais e bem informados, como norma de decisão dos agentes econômicos em um contexto estático, e (ii) os equilíbrios que resultam dessa otimização, como norma de atuação desses agentes econômicos.

A ortodoxia neoclássica está particularmente associada à revolução marginalista e seus desenvolvimentos. Léon Walras (1834-1910) e Alfred Marshall (1842-1924) podem ser citados como seus primeiros e grandes desenvolvedores, com *Value and Capital* (1939) de John Hicks e *Foundations of Economic Analysis* (1986 [1947]) de Paul Samuelson como contribuições de grande destaque e importância. É importante ressaltar que os dois pilares citados anteriormente são válidos para os economistas neoclássicos, que tanto consideravam o equilíbrio geral de forma estática (dos primeiros marginalistas até as obras de Hicks e Samuelson citadas nesse parágrafo), quanto os que agora consideram o equilíbrio geral de forma dinâmica.

Colander, Holt e Rosser (2004) destacam que os autores neoclássicos recentes, que passaram a incorporar o modelo dinâmico (equilíbrio dinâmico) assumem:

(...) que os indivíduos entendem as distribuições de probabilidade de possíveis resultados ao longo do horizonte de tempo infinito no momento da decisão. A ortodoxia neoclássica testa os resultados desse modelo usando técnicas econométricas convencionais que são baseadas em uma fundamentação de estatística clássica. Talvez a característica mais importante da ortodoxia neoclássica seja que a dedução axiomática é a abordagem metodológica preferida (COLANDER; HOLT; ROSSER, 2004, p. 490, tradução nossa).

Dois outros aspectos ligados ao termo ortodoxia podem auxiliar e tornar mais clara a compreensão da sua diferença para o *mainstream*. Um deles está ligado a dinâmica temporal, ou seja, a colocação do rótulo de ortodoxia bem como suas especificações ocorrem décadas

depois, ou seja, não são atuais. O outro aspecto é referente ao nome da escola ortodoxa. Geralmente ele vem de um dissidente que se opunha e não de um apoiador das ideias ortodoxas. Por exemplo, Colander, Holt e Rosser (2004) destacam o termo Economia Clássica, que teve esse nome cunhado por Marx (ainda que a escola clássica seja vista como começando no final do século XVIII), argumentando que antes dessa classificação não havia nome para designar a ortodoxia clássica.

Da mesma forma, o termo Economia Neoclássica foi cunhado por Veblen (1900), referindo-se à Economia da última parte do século XIX. Ele tentou vincular a Economia desse período à Economia Clássica, de modo a construir o argumento de ambas serem compostas de teorias não-científicas (ASPROMOURGOS, 1986).

O que fica evidente é a forma datada que se apropria o conhecimento dito ortodoxo. Em cada caso, a classificação foi feita por um economista para criar um alvo melhor para seus julgamentos. Entretanto a crítica de Colander, Holt e Rosser (2004) está na dimensão estática e imutável do pensamento ortodoxo, já que essa visão estática não seria característica da ciência econômica. Em qualquer ponto do tempo, e especialmente no momento em que o termo se torna geralmente usado, uma grande parte da profissão dominante discorda de dimensões importantes do que é então considerado como ortodoxia.

Finalmente, Colander, Holt e Rosser (2004) consideram o termo “heterodoxia”, argumentando que o mesmo é definido em referência aos ortodoxos, significando ser contra o pensamento ortodoxo, ou seja, se define em termos do que não é, e não do que é. Um economista ao se considerar heterodoxo não concorda com a ortodoxia atual entre as escolas de pensamento, conforme definidas pelas classificações do historiador. No entanto, na opinião dos autores, a heterodoxia também tem um aspecto sociológico. Um economista heterodoxo autoidentificado também define seu “eu” [*self*] fora do *mainstream*. Marginalizados, economistas heterodoxos são altamente improváveis de obter financiamento através de canais normais, como a *National Science Foundation (NSF)*<sup>13</sup> nos Estados Unidos, embora possam receber financiamento alternativo de uma variedade de outras fontes. Assim, a heterodoxia envolve aspectos tanto sociológicos quanto intelectuais (e políticos-ideológicos como posicionamento à direita e à esquerda).

---

<sup>13</sup> A National Science Foundation (NSF) é uma agência governamental dos Estados Unidos, independente, criada para promover o progresso da ciência, bem como para promover a saúde, a prosperidade, o bem-estar e, também para garantir a defesa nacional.

Como muitos economistas do *mainstream* também não aceitam aspectos importantes da ortodoxia, a característica adicional determinante de um economista ser heterodoxo é social. Ao se autodenominarem de heterodoxos, estes economistas se recusam a trabalhar no âmbito da Economia *Mainstream*, seja por causa da natureza do processo de modelagem usado, seja pelas suposições enfatizadas (em defesa da Ordem dos economistas *mainstream*). Isso geralmente causa falha na comunicação entre os economistas heterodoxos e os *mainstream*, mesmo quando eles compartilham opiniões semelhantes sobre as limitações da abordagem “ortodoxa”.

Na profissão de economista, várias escolas, muitas das quais com longas histórias, também abrangem a Economia Heterodoxa. Essas escolas têm suas próprias redes e organizações, além de revistas e instituições acadêmicas onde elas dominam. Muitas vezes, o conteúdo intelectual fundamental de uma escola heterodoxa é a rejeição da ortodoxia, ou pelo menos dos principais elementos da ortodoxia. Em Economia, pelo menos, além dessa rejeição da ortodoxia, não há um único elemento unificador possível de discernir de modo a caracterizar a Economia Heterodoxa. De fato, é bem sabido que muitas variedades de heterodoxia têm mais discordância entre si do que propriamente com a ortodoxia.

Mas também deve ser dito: diferentes escolas heterodoxas enfatizavam anteriormente muitas das ideias, que agora estão no limiar da Economia (no *edge* da Nova Economia do *mainstream*). Essas escolas podem desempenhar um papel importante desenvolvendo novas críticas aos ortodoxos. Dentre as mais estabelecidas das escolas heterodoxas com sistemas razoavelmente completos de apoio institucional estão marxistas, pós-keynesianos, feministas, “velhos” institucionalistas e até mesmo austríacos ultraliberais<sup>14</sup>.

Portanto, a grande crítica de Colander, Holt e Rosser (2004) se concentra no uso dos termos ortodoxo e heterodoxo como classificações suficientes de uma ciência que não possui um caráter estático e unidimensional, mas sim uma profissão dinâmica, isto é, em constante mudança. Esses termos quando usados em um cenário atual, tendem a ser retrospectivos, descrevendo crenças que, embora ainda possam aparecer em textos, não são fortes convicções de muitos economistas, e estão sendo criticadas por estes nos limiares da profissão.

Para melhor compreender o aspecto dinâmico da profissão e o papel dos economistas que trabalham no limiar, a distinção entre o *mainstream* e a ortodoxia é central. O limiar da

---

<sup>14</sup> Reconhecemos que essa caracterização simplifica demais o estado da economia heterodoxa. Não só existem muitas subcategorias e escolas dentro desses ramos principais da heterodoxia, mas também existem muitas outras escolas ou abordagens.

Economia é a parte do *mainstream* que é crítica à ortodoxia e a parte da Economia Heterodoxa que é levada a sério pela elite da profissão. Colander, Holt e Rosser (2004) argumentam que a Economia *Mainstream* moderna está aberta a novas abordagens, desde que sejam feitas com uma compreensão cuidadosa dos pontos fortes da recente abordagem ortodoxa e com uma metodologia de modelagem aceitável para o *mainstream*.

Um outro aspecto importante é que para um economista atuar no limiar, não basta apenas criticar por criticar; cabe a ele desenvolver novos métodos e ideias. Nesse ponto a diferença entre *mainstream* e heterodoxia torna-se menos importante quando ambos estão trabalhando no limiar. Dessa forma, economistas *mainstream* e heterodoxos estão trabalhando em questões que desafiam a ortodoxia neoclássica, porque essa ortodoxia não é mais descritiva do que a elite *mainstream* acredita. A visão da elite da Economia está voltada para o futuro (novas ideias a ser consideradas), enquanto as classificações estáticas da Economia são retrospectivas, enfatizando onde a economia tem estado.

Este conceito, "elite da profissão", é impreciso, mas de certa forma compreendido pelos que habitam a profissão. Foram os economistas do *mainstream* que deram importantes contribuições ao pensamento econômico no passado. É possível caracterizar esses economistas ocupando a elite da profissão, quando se incluem como vencedores do Prêmio Nobel (mas não todos), assim como aqueles que possuem destaque nos programas de pós-graduação de certo renome. Uma outra característica seriam os permanentes convites para lecionar nas melhores instituições de ensino, bem como a oportunidade de liderar a organização dos painéis das agências de pesquisa, como a NSF. Exemplos de elite *mainstream* bem conhecidos são Paul Samuelson, Kenneth Arrow, Robert Solow, Thomas Schelling, Amartya Sen, Joseph Stiglitz, Chris Sims, Michael Woodford, George Akerlof, Richard Thaler, Anne Krueger e Jagdish Bhagwati. Como se pode constatar, é um grupo muito difuso.

Reconhecer que existe um elemento de elite no *mainstream* que desempenha um papel crucial no que tange a colocação de novas ideias, que irão demonstrar ser parte do limiar aceitável da Economia, levanta dois problemas: um de quão aberta a elite será, e outra de como essas ideias então disseminarão em todo o restante do *mainstream* e da profissão em geral. Um aspecto de grande relevância na visão de Colander, Holt e Rosser (2004) é que, atualmente, a elite é relativamente aberta quando se trata de novas ideias, mas bastante fechada quando se trata de metodologias alternativas. Se não for modelado, não é Economia, por mais perspicaz que seja. É aqui que as elites heterodoxa e *mainstream* normalmente

colidem. Especificamente, é por causa de seu método, não de suas ideias, que os mais heterodoxos se encontram definidos fora do campo pela elite.

Em relação ao caráter de pluralidade do *mainstream*, Colander, Holt e Rosser (2004) argumentam:

Certamente não estamos afirmando que o *mainstream* é sempre pluralista e de mente aberta, disposto a aceitar visões heterodoxas de braços abertos. Longe disso. Eles são humanos e se fixam em suas maneiras de ver as coisas e frequentemente rejeitam pontos de vista alternativos sem lhes dar uma consideração séria. Isso é parte da natureza humana (COLANDER; HOLT; ROSSER, 2004, p. 492).

Essa falta de pluralidade, conforme já exposto, significa que, de muitas maneiras (inconscientes), a elite *mainstream* pode suprimir as visões dos economistas heterodoxos. Além disso, eles costumam usar seu método como uma ferramenta para proteger visões que não se encaixam muito bem em seu modo de pensar. O que Colander, Holt e Rosser (2004, p. 492) afirmam é que a “mentalidade fechada da elite *mainstream* é geralmente inconsciente e representativa de quase qualquer grupo que tenha o poder de ser assim, incluindo em suas próprias pequenas esferas muitos economistas heterodoxos”. O que também está se afirmando é que os piores tipos de repressão e intolerância heterodoxa não são levados a cabo pela elite, mas sim por economistas cujas credenciais profissionais são medíocres, pela simples razão de não serem tão imaginativos e criativos quanto a elite.

Outra comparação importante entre o *mainstream* e a ortodoxia é que os economistas que trabalham dentro do *mainstream* podem encontrar seus pontos de vista em evolução. Por exemplo, eles podem estar trabalhando com uma abordagem específica, mas depois mudam. Considere as expectativas racionais e a nova revolução clássica na macroeconomia. Um dos primeiros criadores de expectativas racionais, Leonard Rapping, modificou significativamente suas opiniões e tornou-se um economista heterodoxo antes de sua morte prematura. Outro exemplo é Thomas Sargent, outra das figuras principais na aplicação de expectativas racionais à macroeconomia. Como resultado da visita ao Instituto de Santa Fe, ele chegou a renunciar a uma visão estrita das expectativas racionais (SARGENT, 1993). Seu trabalho mais recente com Lars Hansen e outros (HANSEN; SARGENT, 2000) tentou fornecer abordagens quantitativas para lidar com a incerteza Knightiana, e assim ele saiu da ortodoxia, mas permaneceu *mainstream* e está no limiar da fronteira da Economia (COLANDER; HOLT; ROSSER, 2004).

Portanto, de acordo com a discussão acima, o limiar é onde se está buscando inovação na profissão. Se o que funciona no limiar é considerado heterodoxo ou *mainstream*

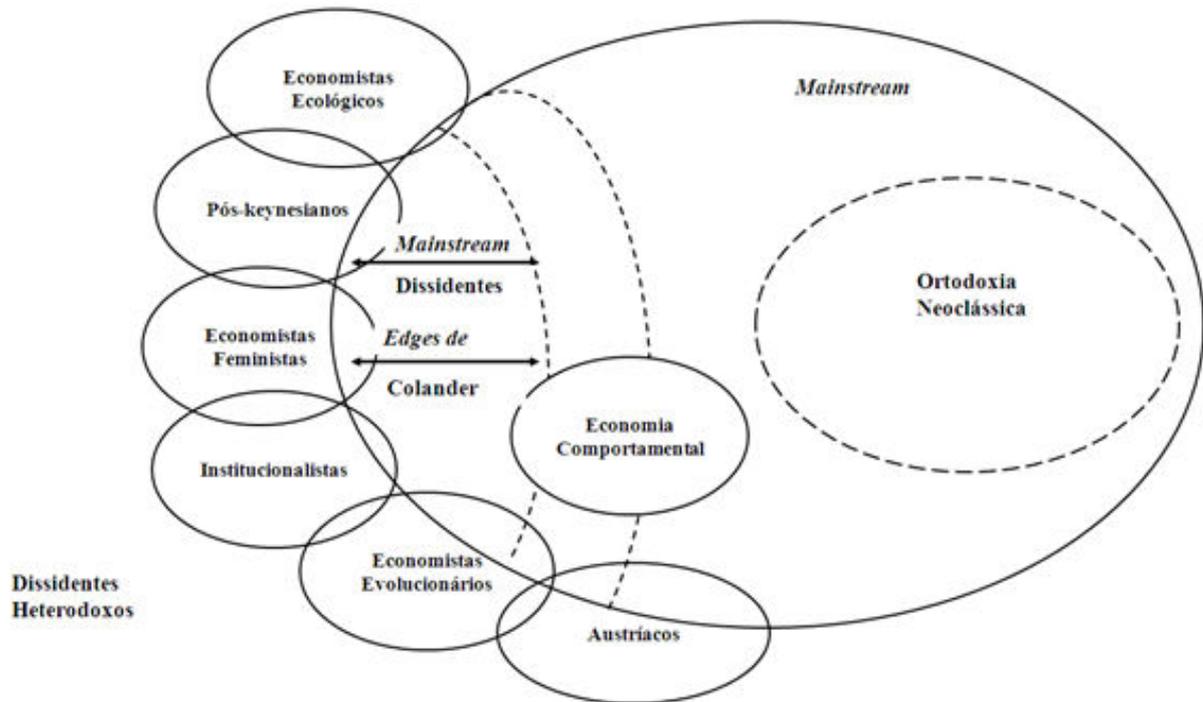
vai depender da tendência do economista em pretender fazer parte do *mainstream* existente, e o grau em que ele se contrapõe diretamente, ao invés de criticar suavemente, o trabalho da elite. Deve-se salientar que o trabalho no limiar tem seus problemas, especialmente para aqueles cuja tendência é se opor, em vez de trabalhar dentro do campo existente e, portanto, encontrar-se na heterodoxia. Esses enfrentam problemas sociológicos significativos de alcançar a aceitação do *mainstream* estabelecido. Os economistas considerados heterodoxos frequentemente podem encontrar dificuldades em obter financiamento para o seu trabalho, e assim virem a ser excluídos do processo de tomada de decisões em suas universidades. Aqueles que estão no *mainstream* e querem se envolver no limiar não têm esse problema sociológico, mas também frequentemente se encontram em desacordo com aqueles que os cercam em algum grau à medida que pressionam contra as fronteiras do *mainstream*.

Por fim, uma outra constatação da dinâmica que ocorre dentro da profissão dos economistas, apresentada por Colander, Holt e Rosser (2004), pode ser observada nas abordagens do estudo de complexidade. No final da década de 90, o *mainstream* aceitou muitos dos métodos e abordagens associados à abordagem da complexidade (Economia Experimental, Economia Comportamental e dinâmica não-linear). Para os autores citados, essa visão mais ampla, inicialmente mantida por um grupo menor de economistas, pode ou não ser mantida pelos indivíduos que trabalham no limiar da Economia. Mas à medida que o trabalho no limiar progride e se acumula, ele muda o cerne da abordagem do economista e, eventualmente, cria uma nova ortodoxia centrada em uma visão de complexidade mais ampla.

A partir das considerações acima, terminologicamente, interpretaremos nessa tese a Economia Neoclássica como a teoria do núcleo dominador (ortodoxo) da Economia “*Mainstream*” corrente, embora reconhecendo que o compromisso com os princípios centrais da Economia Neoclássica varia dentro do *mainstream* e é menos intenso no que Colander, Holt e Rosser (2004) chamam limiar da Economia (“*edge of mainstream*”). Em contraste, trataremos a Economia Heterodoxa como uma coleção de diferentes escolas de pensamento não-neoclássicas que não são totalmente consistentes nem facilmente definíveis. Esta concepção terminológica não só permite explicar as “áreas cinzentas” (DOW 2000, p. 157) entre diferentes tradições (*mainstream* ou não), mas também é, de um modo geral, compatível com uma ampla variedade de interpretações destes termos (COLANDER; HOLT; ROSSER, 2007–2008; DEQUECH 2007–2008; VERNENGO, 2010). Essa terminologia também se assemelha àquela empregada por Dobusch e Kapeller (2009), que é baseada nos fundamentos conceituais apresentados por Backhouse (2004). A Figura 4 resume essas considerações

terminológicas e fornece uma visão geral estilizada do discurso econômico corrente na forma de um mapa paradigmático simplificado de teorização econômica.

**Figura 4 - Paradigmas no discurso econômico**



Fonte: Dobusch; Kapeller (2012, p. 1037)

### 2.3. A dominância institucional e paradigmática das teorias neoclássicas: o processo de *path dependence*

Voltando ao livro de Robert Garnett, Erik Olsen e Martha Starr, em 2010, é perceptível que o engajamento com o pluralismo paradigmático não levou a sugestões correspondentes, ou mesmo compatíveis, para a conduta pluralista da pesquisa assim como sua inserção no aspecto da política econômica. Por um lado, características institucionais como a classificação da produção científica baseada em citações podem ou não ser compatíveis com diferentes abordagens em relação ao pluralismo (DOBUSCH; KAPELLER, 2009). Por outro lado, as discussões entre a ortodoxia e a heterodoxia em torno do pluralismo continuam. Antes de se adotar um posicionamento com relação a esse fato mais adiante, se apresentará na seção seguinte as principais críticas oferecidas por Holcombe (2008)<sup>15</sup>.

<sup>15</sup> A edição especial do *Journal of Philosophical Economics* de 2008 apresenta vários trabalhos que abordam a discussão.

No que concerne ao argumento utilizado por Dobusch e Kapeller (2009), a dominância institucional e paradigmática das teorias neoclássicas poderia ser explicada pelo processo de *path dependence*. No sentido vebleniano a questão a ser abordada é se a Economia como disciplina científica em si está “evoluindo” com o tempo, em outras palavras, se ocorrem mudanças qualitativas na Economia como um empreendimento científico e que, portanto, naturalmente, tem uma dimensão paradigmática.

Diante de algumas dificuldades encontradas em se precisar o domínio da teoria neoclássica sob o olhar apenas do paradigma kuhniano e/ou do ponto de vista lakatosiano, parece razoável complementar essas abordagens com algum tipo de conceito teórico de “meio termo”, como já foi feito uma vez por Sterman e Wittenberg (1999), analisando o *path dependence* potencial de um paradigma. Quando se trata de questões de mudança técnica ou organizacional, os pesquisadores muitas vezes se relacionam com o conceito de *path dependence*, introduzido no discurso econômico por David (1985) e Arthur (1989) para explicar os processos (evolutivos) subjacentes. Na concepção de Sydow, Schreyögg e Koch:

“Definimos (...) *path dependency* (trajeto dependente) como uma situação na qual um ator individual ou um grupo de atores perdeu (pelo menos parcialmente) seu poder de escolher entre alternativas, porque uma trajetória reproduz um certo padrão de comportamento decisório (...)” (SYDOW; SCHREYÖGG; KOCH, 2005, p. 19, tradução nossa).

Para Dobusch e Kapeller (2009) se interpretarmos a comunidade econômica como um grupo distinto de atores compartilhando um esforço comum e compararmos essa definição com a situação da Economia nos últimos 50 anos, parece que a mesma, pelo menos desde a década de 1970, se qualificaria como “trancada” no paradigma neoclássico em termos da teoria de *path dependence*. Para eles não há razões convincentes para que a análise econômica deva permanecer “presa” a um arcabouço conceitual a-histórico.

É possível interpretar através da história paradigmática da Economia que o domínio da Economia Neoclássica teve seu ponto de partida teórico mais relevante na década de 1870, refletido pelas contribuições de Walras, Jevons e Menger no final do século XIX. Esses autores desenvolveram os principais pilares paradigmáticos da Economia Neoclássica, fornecendo uma teoria geral e parcialmente formal das operações de mercado (Walras) e uma estrutura utilitária para tomada de decisão individual (Jevons), baseada na ideia de que os valores marginais são os que importam (Menger). Portanto, a Economia Neoclássica no seu início era um empreendimento puramente teórico e não ganhou muito poder institucional, mas foi, provavelmente por sua elegância mecanicista, já atraente para muitos estudiosos, que logo construíram o código teórico de conduta observado por Veblen:

“Os estudiosos marginalistas que trabalharam entre o final do século XIX e o início da década de 1920 conquistaram os círculos acadêmicos de quase todos os países ocidentais e contribuíram para a criação de um novo sistema teórico dominante. (...) Já no início do século XX, a teoria econômica pura pôde apresentar-se como um corpus doutrinal; o ponto de virada dos anos 1870 finalmente produziu um sistema teórico completamente novo que ainda domina a cena hoje” (SCREPANTI; ZAMAGNI, 1995, 177-178, tradução nossa).

Sobre esse hábito dominante de pensamento, Keynes (1936, p. xii, tradução nossa) comenta sobre o que ele chama de percurso clássico do pensamento econômico: “Para aqueles que foram criados como a maioria de nós, a dificuldade reside não nas novas ideias, mas em fugir das antigas, que se ramificam em todos os cantos de nossas mentes”.

Após a Segunda Guerra Mundial, a comunidade econômica era um pouco mais heterogênea: por causa da migração, diferentes escolas de pensamento se espalharam pela Europa e ao redor do mundo, a teoria keynesiana começou a influenciar no pensamento macroeconômico e, além disso, havia um grupo influente de economistas institucionais nos Estados Unidos da América (SCREPANTI; ZAMAGNI, 1995).

Entretanto, devido às contribuições seminais e formadoras de Popper (1957), que se queixava da pobreza do historicismo, a distopia de Hayek em “*The Road to Serfdom*” (1944), a justificativa epistemológica de Friedman da teoria neoclássica nos *Essays in Positive Economics* (1953), o famoso livro didático de Samuelson (*Principles of Economics*, 1948) e a análise de bem-estar do sistemas de mercado de Arrow e Debreu (1954), financiada por Rand Corporation<sup>16</sup>, permitiam a Economia Neoclássica voltar aos trilhos, ganhando poder institucional e logo se tornando o ator mais importante no contexto da Economia (DOBUSCH; KAPELLER, 2009).

Do ponto de vista da teoria do *path dependence*, a situação do pós-guerra descrita acima, constitui um processo de formação de trajetória, que é principalmente aberto (não-ergódico) (DAVID, 1985), o que significa que existe a possibilidade de múltiplos equilíbrios imprevisíveis ex-ante. Nesse sentido, o processo de formação de trajetórias pode ser entendido como uma luta pelo trajeto “correto” (de um determinado paradigma). Nesse processo, temos que levar em conta a possibilidade de criação de trajeto intencional, no sentido de que agentes poderosos se aliam a fim de gerar o impulso necessário para criar um

---

<sup>16</sup> É uma instituição *think tank*, sem fins lucrativos. Criado originalmente como Douglas Aircraft Company, atua como uma entidade que desenvolve pesquisas e análises para o Departamento de Defesa dos Estados Unidos. Atualmente, os seus trabalhos contribuem com a tomada de decisões e as implementações políticas no setor público e privado.

novo caminho tecnológico, institucional ou (inter) organizacional (SYDOW; SCHREYÖGG; KOCH, 2005).

A Economia Neoclássica tinha, além das contribuições mencionadas acima, um grupo de economistas bem organizados e estrategicamente ativos, que eram (e ainda são parcialmente) coordenados pela *Mont Pelerin Society* (MPS)<sup>17</sup>. Essa organização e seus afiliados tinham um interesse abertamente comprometido em confrontar o socialismo predominante, influenciando a teoria econômica baseada na crença de que o que é essencialmente um movimento ideológico deve ser enfrentado por argumentos intelectuais e pela reafirmação de ideais válidos (DOBUSCH; KAPPELLER, 2009).

Backhouse (2005, p. 385, tradução nossa) referiu-se a esses desenvolvimentos independentes como “histórias diferentes que podem ser escritas”. Além da “ideologia” representada pelo MPS, ele menciona tanto “aprender com os erros” quanto “mudanças na demanda por ideias econômicas” no período de estagflação dos anos 1970, bem como “empreendedorismo acadêmico”<sup>18</sup>, “indivíduos importantes” (como Arrow, Friedman ou Hayek) e “a dinâmica interna da profissão de Economia”. É particularmente essa variedade de histórias, consistindo de elementos tanto emergentes quanto estratégicos, que é a característica central da primeira (contingência) fase de qualquer processo de *path dependence*, como descrito por Sydow, Schreyögg e Koch (2005), e é a razão por sua imprevisibilidade *ex ante*.

Portanto, parece bastante aceitável que os economistas que preferiam a teoria neoclássica por razões científicas, ideológicas ou outras tivessem um interesse vital em participar e afetar o processo aberto de formação de trajetos e melhorar o *status* paradigmático da Economia Neoclássica - uma tendência reforçada pelos interesses políticos abertamente comprometidos do MPS, seus membros e afiliados. Mesmo as publicações influentes mencionadas acima foram significativamente influenciadas pelo motivo político liberal dentro do MPS. A partir deste ponto, o surgimento do paradigma neoclássico como o caminho dominante da Economia pode ser entendido como um caso de criação aprimorada de trajeto.

Aplicar o conceito de *path dependence* sobre o desenvolvimento paradigmático da Economia requer explicar a interação entre o assunto e a estrutura institucional e social da comunidade científica na economia com a ajuda das principais características teóricas do *path dependence* (seguindo Sydow, Schreyögg e Koch [2005], bem como Sterman e Wittenberg

---

<sup>17</sup> Para um estudo detalhado sobre o MPS, ver Walpen (2004).

<sup>18</sup> Nesta “história”, Backhouse (2005) se concentra em novas instituições acadêmicas, como o FMI (Fundo Monetário Internacional) ou o Banco Mundial, e sua influência na economia.

[1999]). Examinando os mecanismos de retroação positiva<sup>19</sup>, tentamos explicar como a dominância neoclássica ao longo do tempo se transformou em aprisionamento paradigmático.

De acordo com Dobusch e Kapeller (2009), a maioria dos estudiosos que lidam com *path dependence* como uma abordagem teórica, sugere as seguintes categorias de mecanismos como (possivelmente) levando a situações de aprisionamento ao longo do tempo: efeitos de coordenação (efeitos diretos de rede); de complementaridade (efeitos indiretos de rede); de aprendizagem (irreversíveis); e seus respectivos mecanismos amplificadores.

No que tange aos efeitos diretos de rede na Economia, os quais podem gerar retornos crescentes de escala, a possibilidade de obter fundos de pesquisa, viabilidades de publicação, enriquecer o currículo universitário ou a probabilidade de encontrar um orientador para uma tese, pode ser entendido como um efeito direto de rede. Segundo Sterman e Wittenberg (1999) esses efeitos diretos de rede criam benefícios imediatos ao se ingressar na comunidade de pesquisa neoclássica (paradigma dominante) e são decorrentes de “processos de *feedback* autoreforçados”. De um ponto de vista sociológico isso pode ser interpretado como dependência mútua entre os cientistas, o que significa que os economistas geralmente têm que aderir a um paradigma estratégico neoclássico dominante para serem levados a sério. Isto é apoiado por estudos empíricos sobre processos de revisão em publicações científicas (BEDEIAN, 2003) sugerindo que aproximadamente um quarto de todos os autores inclui declarações em seus artigos, que eles normalmente rejeitariam, a fim de agradar os revisores do artigo em questão.

Mas retornos crescentes de escala podem, nesse contexto, ser também identificados do ponto de vista teórico. A Economia Neoclássica desenvolveu métodos sofisticados (e parcialmente questionáveis) a fim de manter a realidade alinhada com a teoria. Além disso, existem várias modificações da teoria neoclássica para encontrar certas correntes de crítica sucessiva (variação axiomática). Esta estratégia não só permite defender as fraquezas e falhas da presente teoria argumentando que a incorporação de uma certa crítica apenas tornaria o modelo mais complicado, mas também continuamente fornece novos *puzzles* não resolvidos, que são uma vantagem paradigmática no sentido kuhniano.

Na visão de Dobusch e Kapeller:

A rede neoclássica é, assim, a única maneira de um pesquisador chegar ao topo de sua disciplina: Não importa se olhamos para os principais periódicos, o Prêmio Nobel de Economia ou as principais instituições de formulação de políticas

---

<sup>19</sup> Para mais exemplos, ver Pierson (2000).

internacionais: Um amplo conhecimento e um certo compromisso com/sobre a Economia Neoclássica serve como uma espécie de “condição mínima” para ser reconhecido por essas instituições (DOBUSCH; KAPPELLER, 2009, p. 879, tradução nossa).

Como mecanismo amplificador dos efeitos diretos de rede é possível citar o Prêmio Nobel de Economia, que por várias razões é quase neoclássico. Os critérios para obter o Prêmio Nobel em Economia são definidos pelo Banco da Suécia e são diferentes dos critérios (políticos) dos outros prêmios Nobel. Uma outra observação é que os presidentes do comitê do prêmio foram e ainda são membros da Mont Pelerin Society (MPS)<sup>20</sup> e defensores das políticas de livre mercado. Por fim, a implementação do Prêmio Nobel de Economia foi um projeto organizado pela MPS para favorecer e promover sucessivamente as ideias da Economia Neoclássica (PLEHWE, 2007).

Isso implica que o Prêmio Nobel também é usado como um instrumento estratégico que garante a hegemonia intelectual de uma escola já dominante na Economia ao servir como uma barreira para um novo pensamento. Embora ainda se possa argumentar que não há evidência de tal abuso ideológico do Prêmio Nobel, um breve olhar para a lista de ganhadores do prêmio Nobel em Economia esclarece que há muito poucos deles que podem ser considerados heterodoxos em seus argumentos econômicos. Assim, pelo menos a visão oposta de que o Prêmio Nobel favoreceu o pluralismo teórico de uma maneira ou de outra parece de alguma forma difícil de provar.

Um outro efeito a ser considerado na Economia é o de complementaridade (ou efeitos indiretos de rede). Esse tipo de efeito é encontrado, por exemplo, a partir da aferição de qualidade e excelência científica, utilizando a indexação da produção científica dos periódicos. Existe uma coincidência histórica do aumento simultâneo da dominância paradigmática neoclássica e da indexação de citações como medida dominante para a qualidade e o sucesso da pesquisa, que por sua vez levou a uma situação de legitimação mutuamente reforçadora de ambos os sistemas: os *rankings* de citação e o paradigma neoclássico.

Evidências sobre a força dessa complementaridade entre a reputação do periódico e a rigidez intelectual dentro da Economia também são fornecidas por Hodgson e Rothman

---

<sup>20</sup> A MPS é uma organização internacional fundada em 1947, composta por filósofos, economistas e políticos de diversos países, reunidos em torno da promoção do liberalismo e de seus valores e princípios. A sociedade defende a liberdade de expressão, livre mercado e os valores políticos de uma sociedade aberta, sendo orientada por um ideário liberal ou, segundo seus críticos, neoliberal. Entre seus fundadores, incluem-se Friedrich Hayek, Frank Knight, Bertrand de Jouvenel, Karl Popper, Ludwig von Mises, George Stigler e Milton Friedman.

(1999), que observam o oligopólio institucional ao descrever a mesma questão, além de se referirem a processos *path-dependent*:

Instituições com uma concentração inicial de editores ou autores podem se beneficiar de processos de *feedback* positivo envolvendo, por exemplo, uma crescente capacidade de atrair bolsas de pesquisa, aumentar a visibilidade e reputação, aumentar a capacidade de recrutar pesquisadores líderes e aumentar a produção de pesquisa (HODGSON; ROTHMAN, 1999, p. F180, tradução nossa).

Essa dinâmica geral tornou-se institucionalizada e, portanto, reforçada a partir dos anos 60 por medidas quantitativas objetivas, como o índice de citação ou *Journal Impact Factor*<sup>21</sup> da Thomson Scientific. Esse último classifica os periódicos científicos relacionados ao número de citações que seus trabalhos publicados receberam em um período de três anos e resulta na popular categorização de periódicos de A a E.

Periódicos classificados como "A" na maioria dos casos são muito propensos em reproduzir sua posição hegemônica, levando a um conjunto estável de revistas as quais se referem mutuamente e tornam quase impossível para periódicos novos ou dissidentes a oportunidade de obterem sucesso na corrida pela reputação. A publicação em periódicos de alto nível, no entanto, é crucial para as carreiras individuais de pesquisadores e para a reputação e o financiamento de departamentos inteiros de Economia (LEE, 2008). Quão fatal isso é para a reputação de economistas dissidentes ou heterodoxos?

Dobusch e Kapeller (2009) se debruçaram sobre o índice de citação das ciências sociais da Thomson Scientific e constataram, através de diversos indicadores empíricos, que as lógicas de classificação de citação e sua práxis nos principais periódicos se reforçam mutuamente. Em uma comparação entre os dez principais periódicos *mainstream* e os dez principais heterodoxos, ambos baseados no índice Thomson, foi possível destacar três observações.

A primeira observação é que as citações ortodoxas em um determinado artigo ou periódico aumentam a probabilidade de serem citadas por outros (e, portanto, aumentam o fator de impacto), enquanto uma quantidade maior de citações heterodoxas diminui essa probabilidade.

Já a segunda consideração, adveio do cálculo sobre a interação entre ortodoxia e heterodoxia em termos de citações relacionadas. Isso poderia ser interpretado como uma

---

<sup>21</sup> O fator de impacto de um periódico acadêmico é um índice cientométrico que reflete o número médio anual de citações que os artigos recentes publicados em um determinado periódico receberam. É frequentemente usado como um *proxy* para a importância relativa de um periódico em seu campo; periódicos com fatores de impacto mais altos são frequentemente considerados mais importantes do que aqueles com fatores mais baixos.

medida de abertura dos dois campos de pesquisa. Os dez principais periódicos heterodoxos citam os dez principais periódicos ortodoxos quase onze vezes mais frequentemente do que o contrário. Isso vai ao encontro do argumento de Lee (2008): os principais periódicos são aqueles os quais economistas precisam se referir, mesmo que discordando. Assim sendo, a lógica das métricas de citação leva à consequência paradoxal de que citar uma revista *mainstream* para criticar o paradigma dominante fortalece sua posição na classificação da produção científica.

Um fator principal que impulsiona ainda mais esse desenvolvimento e contribui para o sucesso mútuo do *ranking* de citação e da Economia Neoclássica é, obviamente, o fato de os periódicos ortodoxos formarem uma rede restrita muito mais rígida do que a de suas contrapartes heterodoxas. Em termos de benefícios de rede, as linhas da heterodoxia, muitas vezes dispersas e isoladas, simplesmente não são compatíveis com a rede central da ortodoxia de hoje.

Por fim, as estatísticas relatadas por Dobusch e Kapeller (2009) demonstram que quase duas de três citações nos dez principais periódicos *mainstream* vêm de outro dos dez principais periódicos *mainstream*, corrigindo as autocitações. Na comunidade heterodoxa, essa prática é muito menos comum, pois apenas uma em cada cinco citações reside na rede heterodoxa. Além da divisão óbvia entre ortodoxia e heterodoxia, a rede da comunidade neoclássica é muito mais eficaz - pelo menos em termos do Fator de Impacto da Thomson.

Por causa da lógica de autoreprodução e autoreforço dos *rankings* de periódicos contemporâneos, os editores e revisores dos periódicos mais bem classificados são capazes de definir não apenas o que são trabalhos bons e ruins em Economia, mas também, e acima de tudo, o que em geral deve ser considerado como um artigo de Economia. É essa lógica institucional dos *rankings* de citação que leva a um oligopólio sobre a interpretação por alguns conselhos editoriais e faz com que o seu mecanismo amplificador, que descreveremos abaixo, seja tão poderoso.

O mecanismo atuante como amplificador dos efeitos de complementaridade (ou efeitos indiretos de rede) é a habilidade intrínseca dos proponentes da corrente neoclássica no poder de definir as fronteiras da Economia como disciplina.

De acordo com Whalen (1987), os fundamentos restritos da Economia Neoclássica é o principal critério para decidir que tipo de argumento ou pesquisa se qualifica como ciência econômica. Nesse sentido, as escolas heterodoxas, a metodologia qualitativa e as abordagens

socioeconômicas são repetidamente excluídas da comunidade econômica e rotuladas como sociologia, não representativa ou esotérica, independentemente de lidar com assuntos claramente econômicos: “Um dos privilégios concedidos aos que aderem ao paradigma convencional é que eles não são obrigados a defender o próprio fundamento de sua análise” (WHALEN, 1987, p. 260, tradução nossa).

Assim sendo, parece que tal comportamento pode ocorrer quando os teóricos neoclássicos se deparam com seus críticos. O *Journal of Political Economy*, por exemplo, rejeitou a contribuição de Joan Robinson sobre a controvérsia do capital (LEE, 2004). Os estudantes que iniciaram o movimento internacional da Economia Pós-Autista (PAE) foram atacados e chamados de matemáticos deficientes (SOLOW, 2001). Outro exemplo para as consequências dessa estreita fronteira teórica da Economia é a dificuldade de trazer conceitos ou aspectos interdisciplinares para o debate econômico.

Nas palavras de Dobusch e Kapeller (2009, p. 885-886, tradução nossa): “Um aspecto desse comportamento é obviamente identificar a Economia (...) por meio de uma abordagem metodológica específica e restrita, que marca o limite do território econômico”. Ou seja, o que acaba ocorrendo é, por um lado, um determinado controle sobre pessoas e tipos de argumentos que são aceitos dentro do discurso econômico, enquanto por outro, quais contribuições, seja em relação à teoria ou à política, devem permanecer fora dele.

Por fim, o último efeito que sustenta o processo de *path dependence* advém dos efeitos de aprendizagem. Esse tipo de efeito surge da adaptação a uma determinada tecnologia ou comportamento, no qual resulta em uma maior eficiência em seu manuseio, levando ao acúmulo de conhecimento específico ao longo do tempo (WILLIAMSON, 1985). Além disso, os efeitos de aprendizagem são normalmente atribuídos aos consumidores, o que significa que a implementação de uma nova tecnologia leva a uma aprendizagem (onerosa) dos usuários dessa tecnologia; portanto, a mudança para uma tecnologia diferente precisa enfrentar alguns obstáculos baseados em incentivos (DAVID, 1985).

Esses efeitos de aprendizagem, segundo Dobusch e Kapeller (2009). Desempenham na Economia uma papel tanto no lado da oferta quanto no lado da demanda. Do lado da oferta, um corpo de conhecimento razoavelmente imutável e logicamente consistente, juntamente com um conjunto padrão de métodos, revelam um fragmento nítido de conhecimento. Isso é estabelecido como um critério padrão, mostrando quais conhecimentos e

habilidades são necessários para ser aceito como membro da comunidade econômica. Para eles:

Embora haja um padrão metodológico e teórico tornando-se mais poderoso e estabelecido com cada usuário adicional (efeito direto de rede), o sucesso deste padrão ainda parece ser favorecido pelo fato de que é fácil identificar quais regras devem ser adotadas e quais métodos e teorias devem ser aprendidos pelo coração (DOBUSCH; KAPPELLER, 2009, p. 886, tradução nossa).

Esse conjunto padrão de axiomas e métodos, e todo o complexo da teoria econômica neoclássica construído sobre ele, pode ser entendido como uma espécie de "especificidade de ativos" (WILLIAMSON, 1985). Portanto, esses padrões teóricos são às vezes também referenciados como uma espécie de dispositivo de economia de trabalho e, dessa forma, representam o significado clássico dos efeitos da aprendizagem. Torna-se nesse sentido mais fácil atualizar esses padrões do que fazer algo completamente novo, como por exemplo, aprender a usar um novo conjunto de métodos.

No lado da demanda, Dobusch e Kapeller (2009) citam o manual produzido por Mankiw (2001) como uma versão mais palatável e sem formalizações, portanto de fácil compreensão para ser entregue ao grande público, dentre eles estudantes de Economia e Administração de Empresas. Além disso, as representações de mundo (metáforas) implicadas por essa versão trivial ou mais simples da teoria neoclássica têm forte influência ideológica em relação às políticas de livre mercado. No entanto, eles são amplamente usados para educar alunos, leigos, políticos e estudantes universitários, e são fáceis de seguir na prática se alguns princípios básicos forem compreendidos pelo público.

O amplificador dos efeitos de aprendizagem está ligado a determinadas estratégias que se tornam uma espécie de barreiras à entrada, as quais atuam de forma a prevenir, a priori, o comportamento inovador. Mais especificamente, o ponto de partida inovador das teorias heterodoxas, como por exemplo a Economia Evolucionária ou Economia Ecológica, é, na maioria das vezes, um aspecto da vida que ainda não estava no foco da Economia Neoclássica.

A comunidade econômica neoclássica aceitou as contribuições dessas escolas, na medida em que utilizam os novos e inovadores pontos de partida e tentam implementá-los em suas próprias pesquisas. Em outras palavras, alguns aspectos das ideias dos economistas heterodoxos entraram no *mainstream* e outros não.

Um exemplo a ser citado é o da Economia Evolucionária, que possui como um dos seus principais nomes Joseph Schumpeter. Schumpeter é encontrado nas listas de referências

de economistas neoclássicos quando se observam os desenvolvimentos recentes na teoria neoclássica do crescimento e dos ciclos. Mas o papel intelectual de Schumpeter neste contexto é muitas vezes reduzido a uma figura teórica para revisar a importância da "destruição criativa", que é usada como justificativa para a introdução de saltos tecnológicos espontâneos ou processos simples de difusão, que por sua vez descrevem a fase de transição entre os equilíbrios. Além disso, a maioria dessas contribuições não aborda a questão de por que a economia muda, permanecendo apenas interessada em descrições quantitativas do caminho de um equilíbrio para outro.

De acordo com Dobusch e Kapeller (2009), as referências a Schumpeter na teoria do crescimento neoclássico parecem de alguma forma contraditórias aos principais *insights* da Economia Schumpeteriana, a saber, que não existe equilíbrio e, portanto, a mudança não é a transição entre dois equilíbrios, mas a essência da própria atividade econômica.

Esse e outros breves exemplos revelam uma tendência da Economia Neoclássica de assimilar apenas os fragmentos de uma alternativa teórica que são razoavelmente compatíveis com o corpo existente da teoria neoclássica. Essa é uma conclusão que também vale para o caso da Economia Keynesiana, que foi considerada uma ameaça considerável por economistas neoclássicos, especialmente por meio de seu domínio político e paradigmático de curto prazo no período pós-guerra até a década de 1970.

Na avaliação de Backhouse, parece razoável que:

a mudança para soluções de mercado não ocorreu espontaneamente; foi ativamente promovido por grupos de economistas comprometidos em se opor ao socialismo defendendo a livre iniciativa e revivendo a sorte do liberalismo (BACKHOUSE, 2005, p. 365-366, tradução nossa).

Ainda sobre Keynes, convém ressaltar que apenas um ano após o lançamento da Teoria Geral, John Hicks publicou o chamado *Book Review* da Teoria Geral (1937), na qual ele desenvolveu a famosa IS-LM, diagrama que ainda é muito utilizado hoje em macroeconomia de curto prazo<sup>22</sup>, e afirmou resumir a teoria keynesiana como parte da estrutura neoclássica tradicional. No entanto, ele reteve os pilares centrais da teoria keynesiana como mercados imperfeitos, a preferência pela liquidez, as expectativas e o papel da incerteza. Não obstante, a versão hicksiana da teoria keynesiana, que mais tarde se fundiu em síntese neoclássica e Economia Neokeynesiana, tornou-se a interpretação dominante e popular da contribuição de Keynes, deixando de lado partes importantes da teoria keynesiana original.

<sup>22</sup> Mas nunca usado pelo próprio Keynes.

Já Fullbrook, faz o seguinte relato sobre a formalização matemática da obra de Keynes:

Keynes, um matemático que se tornou economista, disse algumas coisas grosseiras sobre economistas matemáticos. Chocado com o modo como abusavam da matemática, especialmente quando as aplicavam de maneiras sem sentido a fenômenos inadequados, ele não fazia segredo de seu desprezo profissional por sua pretensão vazia. Mas esses economistas logo teriam sua vingança. Liderados por Paul Samuelson nos Estados Unidos e John Hicks no Reino Unido, eles começaram a matemática da teoria de Keynes. Ou, mais precisamente, uma parte de sua teoria. Eles deixaram de fora todos as partes que eram inconsistentes com os axiomas neoclássicos. Seu produto final era uma versão formalizada de Keynes que é como um romance de Henry Miller sem sexo e profanidade (FULLBROOK, 2007, p. 165, tradução nossa).

Portanto, a Economia Neoclássica assimila alguns blocos de construção centrais, mas simples de integrar, de teorias concorrentes, e depois afirma que o trabalho nas áreas relevantes da pesquisa já está em andamento e que a nova alternativa teórica não é, portanto, tão nova. De acordo com Hicks:

Com esta revisão, o Sr. Keynes dá um grande passo para a ortodoxia marshalliana e sua teoria se torna difícil de distinguir das teorias marshallianas revisadas e qualificadas, as quais, como vimos, não são novas. Existe realmente uma diferença entre elas ou a coisa toda é uma luta simulada? (HICKS, 1937, p. 153, tradução nossa)

Essa observação de Hicks (1937) indica que há uma certa estrutura para assimilar parcialmente as teorias concorrentes, a fim de assegurar o poder hegemônico. Se esta estratégia é o resultado de um regime consciente ou apenas um desenvolvimento razoavelmente normal no caso de dominância paradigmática, não pode ser respondida aqui. Tendo em conta a variedade de autores que trabalham no campo acadêmico da Economia, parece mais razoável que, dependendo do caso, ambas as razões possam se tornar verdadeiras. Mas conscientes ou não, a assimilação é claramente uma estratégia importante para fechar as “portas”, isto é, restringir os argumentos e prevenir, a priori, o comportamento inovador.

Na próxima seção, como contraponto às visões heterodoxas sobre o pluralismo, se apresentará as críticas da Economia Ortodoxa, liderada por Holcombe (2008). Compreende-se que a abordagem do *path-dependence* e a análise de Holcombe por serem contraditórias, poderão, enquanto que, ao mesmo tempo, esclarecer diferentes pontos de vista, servir como subsídios para uma crítica a partir das ideias de Mäki (1997) e Ouriques (2017), contribuindo, assim, para um posicionamento mais equilibrado.

#### 2.4. A reivindicação pluralista pela ortodoxia

Holcombe (2008) inicia seu artigo argumentando que os economistas heterodoxos ao defenderem suas próprias escolas de pensamento e criticar outras abordagens, acabam por não serem pluralistas. Isso por si só cria uma tensão permanente entre o pluralismo e a heterodoxia. Helcombe (2008, p. 52, tradução nossa) faz menção a chamada para artigos da conferência da Association for Heterodox Economics de 2006: “artigos sobre pluralismo na Economia, em oposição ao domínio atualmente não-pluralista do *mainstream* neoclássico”. A partir dessa chamada de artigos, levanta duas observações: primeiro, estabelece o pluralismo em oposição ao *mainstream* neoclássico, em vez de abraçar o *mainstream* neoclássico como parte de uma abordagem pluralista da Economia. Segundo, rotula o *mainstream* neoclássico como não-pluralista. Em suma, essas colocações vão no sentido de que as escolas de pensamento heterodoxas e seus periódicos não são pluralistas, e a evidência deste fato se encontraria nas suas declarações explícitas, isto é, se concentram no trabalho dos membros de suas próprias escolas, excluindo os demais.

O que Holcombe (2008) argumenta é que existem pelo menos três metodologias distintas dentro do *mainstream*, o que o tornaria mais pluralista do que muitas escolas heterodoxas de pensamento. Além disso, embora o pluralismo e a heterodoxia não sejam necessariamente inconsistentes entre si, de fato as escolas de pensamento heterodoxas promovem suas próprias ideias e métodos como superiores aos outros e não abraçam o pluralismo.

Sobre esse viés não pluralista da heterodoxia, Holcombe (2008) aponta para o periódico da Union for Radical Political Economists (URPE). Em seu *website*, a revista publica artigos sobre teoria de Economia Política radical e análise aplicada de uma ampla variedade de tradições teóricas: marxista, institucionalista, pós-keynesiana e feminista. Aqui é possível observar a exclusão não só de áreas mais *mainstream* de pesquisa, bem como outras escolas heterodoxas de pensamento. Outros exemplos são o Journal of Post Keynesian Economics, o Quarterly Journal of Austrian Economics, e o Journal of Institutional and Theoretical Economics, onde todos assumem uma posição particular às questões econômicas, assumindo assim uma posição antipluralista por ser antagônica a outras abordagens.

Neste contexto, é interessante notar a variedade de periódicos heterodoxos – alguns mencionados acima – que foram projetados para o propósito específico de publicar trabalhos dentro de uma escola particular de pensamento. Alguns periódicos especializados, como o

Journal of Macroeconomics, o The Journal of Public Economics e o The Journal of Labor Research, tendem a publicar artigos em uma área específica de pesquisa, em contraste com periódicos gerais como The American Economic Review e Economic Journal, que são nominalmente abertos a artigos de Economia em todas as áreas de pesquisa. Os periódicos heterodoxos são como os periódicos gerais, pois estão abertos a artigos que cobrem todas as áreas de investigação econômica, mas apenas publicam trabalhos escritos do ponto de vista de uma escola específica (ou grupo de escolas relacionadas) de pensamento.

Um outro detalhe foi que os periódicos heterodoxos surgiram em resposta à percepção de que as revistas gerais e as revistas de campo não são receptivas a artigos escritos de um ponto de vista heterodoxo, e isso é obviamente verdadeiro em graus variados.

O ponto mais importante é que esses periódicos heterodoxos mostram a tensão inerente entre a heterodoxia e o pluralismo na Economia. Revistas heterodoxas não são pluralistas; em vez disso, elas promovem uma determinada escola de pensamento ou ponto de vista sobre outras abordagens alternativas

Naturalmente, poder-se-ia aceitar a validade de muitas escolas heterodoxas de pensamento, adotando uma abordagem pluralista da Economia, mas então não se seria membro de nenhuma das escolas. Há economistas nessa categoria, como é o caso de Bruce Caldwell, que defende o ecletismo metodológico; mas as pessoas que se declaram membros de alguma escola de pensamento não são pluralistas precisamente porque aceitam e promovem as ideias e métodos de uma escola de pensamento sobre outras. Como a maioria das pessoas que se identificam como economistas heterodoxos também se identificam como membros de alguma escola heterodoxa específica de pensamento, a heterodoxia na Economia é, em geral, antagônica ao pluralismo.

Quanto ao argumento de que a Economia Ortodoxa é pluralista, Holcombe (2008) defende que há pelo menos três abordagens metodológicas distintas que são geralmente aceitas na Economia *Mainstream*, mesmo que sejam metodologicamente inconsistentes entre si. O positivismo metodológico é uma abordagem metodológica claramente identificada com a Economia, graças ao famoso ensaio de 1953 de Milton Friedman defendendo-a. Uma metodologia concorrente é a abordagem do equilíbrio geral axiomático da análise econômica. Ainda outra metodologia concorrente é a estritamente empírica. A abordagem empírica argumenta que a teoria não faz previsões claras sobre os efeitos do comportamento humano, portanto, tudo na ciência social é uma questão empírica. Assim sendo, a única maneira de

entender a realidade econômica é através do exame dos dados, a fim de que se possa descobrir regularidades no comportamento econômico.

Além dessas três abordagens contrastantes que estão no *mainstream*, outras abordagens, como a Economia Experimental, também são aceitas pela ortodoxia, mesmo que entrem em conflito com outras metodologias tradicionais. Mas deve ser suficiente para mostrar que se há pelo menos três diferentes abordagens metodológicas para a Economia que são prontamente aceitas pelo *mainstream*, conseqüentemente a ortodoxia convencional é, de fato, pluralista, ao menos no que tange a sua metodologia.

Portanto, Holcombe (2008) demonstrou que apesar das críticas heterodoxas da ortodoxia alegarem que ela seria inóspita à metodologias alternativas e às escolas de pensamento, essa mesma ortodoxia contém em seu interior pelo menos três metodologias mutuamente inconsistentes, que são geralmente aceitáveis por seu núcleo dominante. Ou seja, a ortodoxia *mainstream* na Economia é pluralista. O positivismo metodológico, a teoria do equilíbrio geral axiomático e o empirismo, que busca regularidades empíricas em fenômenos econômicos que podem ser descobertos por análises estatísticas, são metodologicamente inconsistentes entre si. Um exame das metodologias comumente encontradas nos principais periódicos de Economia revela (pelo menos) três metodologias diferentes que são rotineiramente aceitas pelos economistas ortodoxos e publicadas em periódicos ortodoxos. O que leva a crer que a ortodoxia parece aceitar mais o pluralismo do que seus críticos heterodoxos.

Além disso, durante a última metade do século XX, abordagens que eram consideradas heterodoxas aumentaram sua aceitação dentre a profissão de economista ao ponto de serem agora parte da ortodoxia. Três áreas, que podem ser citadas como exemplo são a Nova Economia Institucional, a Escolha Pública, bem como a Economia Experimental. Como observação adicional, um dos pioneiros em cada uma dessas áreas, que auxiliaram em sua aceitação geral, ganharam o prêmio Nobel de Economia: James Buchanan, pela Escolha Pública (1986); Douglas North, pela Nova Economia Institucional (1993) e; Vernon Smith (2002), pela Economia Experimental.

Lawson (2006) oferece um contra-argumento perspicaz de que, apesar de uma variedade de abordagens no *mainstream*, ele aceita apenas ideias que são estruturadas em um arranjo matemático. Lawson (2003) argumenta que isso requer a aceitação de um sistema fechado, que é ontologicamente oposto à abordagem de sistema aberto das escolas

heterodoxas. Assim, a ortodoxia na Economia é caracterizada por uma visão de sistema fechado do mundo apresentada dentro de uma estrutura matemática, enquanto as escolas heterodoxas têm em comum uma ontologia de sistema aberto e aceitam estruturas teóricas que não têm modelos matemáticos como base. Portanto, o *mainstream* na verdade não é pluralista, porque rejeita a análise não-matemática.

Apesar dos argumentos feitos por Lawson (2003, 2006), Holcombe (2008), mesmo considerando que os motivos apresentados possam dificultar não só um diálogo, mas também a publicação de heterodoxos nos periódicos do *mainstream*, pondera que os motivos alegados não refutam sua observação de que o *mainstream* é pluralista. Mais que isso, no seu entendimento o pluralismo não significa aceitar as ideias de todas as escolas de pensamento e os argumentos de que o *mainstream* é mais pluralista do que as escolas de pensamento heterodoxas. Em outra observação, acredita, que enquanto Lawson (2006) sugere que todas as escolas heterodoxas estão ligadas por uma ontologia comum e são subdivisões de um programa de pesquisa comum, maior, esse tipo de argumento depende criticamente de quais escolas de pensamento são consideradas heterodoxas. Por exemplo, Lawson lista tanto o marxismo quanto a escola austríaca como escolas heterodoxas, onde elas compartilham a mesma visão de sistema aberto da Economia e são críticas do formalismo matemático exigido na Economia *Mainstream*, entretanto a dificuldade está em argumentar que essas escolas são pluralistas, no sentido de ser receptivas às ideias uma da outra.

Em suma, assim como os periódicos *mainstream* não fazem nenhuma declaração explícita de que eles atendem a uma escola em particular, os mesmos publicam trabalhos de uma variedade de metodologias e abordagens incompatíveis. Portanto, o *mainstream* ortodoxo aceita prontamente os trabalhos com base em diferentes abordagens com fundamentos metodológicos que são inconsistentes entre si, bem como já assimilou abordagens anteriormente heterodoxas, apesar de suas inconsistências com outras partes do *mainstream*. Dessa forma, Holcombe (2008) conclui que o *mainstream* ortodoxo é pluralista. Por outro lado, expõe que os economistas heterodoxos mantêm a superioridade de suas escolas de pensamento sobre outros – ortodoxos e outras escolas heterodoxas – de modo que a Economia Heterodoxa não é pluralista.

Uma outra questão inicialmente levantada por Holcombe (2008) advém do seguinte raciocínio: apesar da ortodoxia *mainstream* ser pluralista, no sentido de que os periódicos *mainstream* publicam trabalhos usando uma variedade de metodologias mutuamente inconsistentes, isso não implica que os economistas *mainstream* sejam pluralistas, ou seja,

sejam mais abertos a considerar ideias de outras metodologias e escolas de pensamento, Holcombe desenvolve três razões para justificar seu argumento.

Uma primeira razão para não garantir a pluralidade dos economistas *mainstream*, seria o fato de a maioria dos economistas darem pouca atenção a questões metodológicas. Embora os principais periódicos publiquem artigos com metodologias variadas e potencialmente inconsistentes, os economistas normalmente fazem suas pesquisas sem considerar seus fundamentos metodológicos, ou o grau em que seu trabalho é metodologicamente consistente com o trabalho de outros economistas.

Segundo, na medida em que eles refletem sobre suas metodologias, a maioria dos economistas ortodoxos – assim como economistas heterodoxos – acredita que sua metodologia é superior a outros métodos.

Um terceiro argumento tem a ver menos com os méritos de várias abordagens, mas sim com as vantagens de ser parte do *mainstream*. Rosen (1997) argumenta que a Economia Neoclássica demonstrou seus méritos no “mercado de ideias”. Apoiados pela maior parte da profissão, os economistas do *mainstream* acreditam que é assim que se faz a Economia, e prestam pouca atenção às ideias heterodoxas, simplesmente porque estão fora do *mainstream*. Dessa forma, os economistas tendem a citar e se familiarizar com as ideias que são mais proeminentes dentro da profissão. Portanto, os economistas do *mainstream* não estão rejeitando ideias heterodoxas; eles simplesmente não veem razão para se familiarizarem com elas.

Os pesquisadores tendem a citar o trabalho que remete às origens e fundamentos de suas ideias, e que apresenta familiaridade com a literatura relevante. Ao publicar em periódicos *mainstream*, a citada literatura relevante tende a ser vista como um trabalho anterior que também aparecia nos periódicos *mainstream*, bem como publicado pelos estudiosos mais citados na área. Por essas razões, o trabalho dos economistas heterodoxos costuma ser citado com pouca frequência. Como Lee (2007) observa, isso é verdade não apenas na pesquisa heterodoxa, mas também na pesquisa *mainstream*, que não aparece nos periódicos mais bem classificados. O que é excluído da consideração pelos economistas do *mainstream* não é a pesquisa heterodoxa, mas toda a pesquisa que não aparece nos periódicos mais bem classificados. Conclusão, não existe uma agenda *mainstream* para excluir intencionalmente a heterodoxia; em vez disso, os economistas do *mainstream* dão pouco

reconhecimento a qualquer trabalho – ortodoxo ou heterodoxo – que não é publicado nos principais periódicos *mainstream*.

## **2.5. Uma avaliação dos argumentos da ortodoxia e da heterodoxia a partir das perspectivas de Mäki e Ouriques**

Após as abordagens de Dobusch e Kapeller (2009) sobre o *path dependence* como uma possível elucidação para a dominância institucional e paradigmática das teorias neoclássicas, e das críticas oferecidas por Holcombe (2008) sobre os argumentos que indicariam o pluralismo na Economia Ortodoxa, se estabelecerá nessa seção um posicionamento consubstanciado a partir das perspectivas de Mäki (1997) e Ouriques (2017).

Debates sobre pluralismo frequentemente sofrem de uma ambiguidade de termos e conceitos (SENT, 2006). Assim, para evitar mal-entendidos, tomam-se como ponto de partida as colocações de Mäki (1997) no sentido de distinguir os termos pluralidade e pluralismo. A pluralidade é entendida como uma categoria descritiva que relata a multiplicidade de um item. O pluralismo se refere a uma afirmação prescritiva e não descritiva: é uma "teoria ou princípio que justifica ou legitima ou prescreve uma pluralidade de itens de algum tipo" (MÄKI, 1997, p. 38, tradução nossa).

Outra questão são as várias dimensões do pluralismo e pluralidade. As dimensões do pluralismo descrevem as áreas nas quais uma pluralidade de itens pode ser prescrita ou justificada. Mäki (1997), por exemplo, fornece uma lista extensa sobre essas dimensões. Observe que uma pessoa pode ter pluralismo sobre métodos, mas não sobre realidades, e ainda se chamar pluralista.

As mesmas dimensões permitem categorizar justificativas para o pluralismo. Como o pluralismo é um conceito normativo, requer referências às razões particulares para um certo nível de pluralidade. Essas razões podem ser, entre outras, epistemológicas, pragmáticas ou éticas. É de se compreender que muitos mal-entendidos no debate sobre o pluralismo resultem do fato de que os autores não são claros sobre a dimensão da pluralidade pela qual estão argumentando e que tipo de razões eles fornecem.

A pluralidade não é uma questão de tudo ou nada, mas sim de gradação. Segundo Mäki (1997), as teorias (acrescenta-se métodos, valores, etc.) podem ser substitutivas ou complementares entre si. A tolerância (ou mesmo endosso) de reivindicações rivais à verdade é mais exigente do que a tolerância (ou endosso) de reivindicações complementares. Portanto, endossar uma pluralidade de itens substitutivos requer um maior grau de pluralismo do que

endossar uma pluralidade de itens complementares. Isso não quer dizer que um maior grau de pluralismo em todas as dimensões seja sempre melhor. Maximizar a pluralidade em todas as dimensões não é considerado desejável pela maioria dos pluralistas (CALDWELL, 1988; CALDWELL, 1997; MÄKI, 1997; MARQUÉS; WEISMAN, 2008).

A diferença entre essas concepções de pluralidade e pluralismo sugere que pode haver pluralidade sem pluralismo: o que parece ser um cenário próximo do que a ciência econômica atravessa. O conceito de pluralismo é complexo e muito debatido, enquanto o de pluralidade, no entanto, é bem intuitivo: é um conceito descritivo que expressa a existência de múltiplas e distintas opiniões. O pluralismo, em contrapartida, é um conceito normativo – como deveria ser o comportamento da economia. A pluralidade descreve a existência de várias posições sobre as mesmas questões, enquanto o pluralismo aponta que a coexistência de diversas posições teóricas, cuja postura baseia-se no debate crítico, são características desejáveis no meio científico (MAKI, 1997). Então, o pluralismo, enquanto conceito valorativo, afirma e defende que a existência de pluralidade é algo benéfico para o desenvolvimento científico (FERNANDEZ, 2011).

Assim sendo, a partir das reflexões de Mäki (1997), acredita-se que a ciência econômica, dentro de diversas dimensões, apresenta uma pluralidade, isto é, de metodologias, teorias, ontologias etc., porém, não atua dentro de um pluralismo, ou seja, não consegue estabelecer uma ponte dialógica. É justamente esse entrave ao pluralismo que se pretende ultrapassar mais a frente, quando da apresentação de um *framework*.

Uma outra visão que auxilia na compreensão das disputas paradigmáticas entre a ortodoxia e a heterodoxia na Economia é a proposta de Ouriques (2017), baseada nos conceitos da psicopolítica.

No que tange ao estudo da psicopolítica, Ouriques (2017, p. 312) alerta que:

(...) a psicopolítica é a chave transdisciplinar sinérgica, pois somente o estudo transdisciplinar pode atualmente reunir os resultados muito significativos obtidos pelas ciências humanas e a filosofia ao longo da história, para uma efetiva ecologia de saberes que viabilize da emancipação. Pois se os Estados-nação foram e são construídos para controlar os seres humanos axiomáticamente percebidos como agressivos, as teorias contemporâneas da linguagem permitem reconhecer que as dinâmicas de socialização reais estão nas capacidades cognitivas e afetivas de solidariedade inscritas em sua constituição antropológica como seres de linguagem.

A psicopolítica tem a pretensão de através da tomada de consciência, restabelecer a comunicação, permitindo construir formas de re-harmonização das condições de existência

nas formas de vida que se mostraram decididamente deficientes, possibilitando alcançar um maior nível de bem-estar.

Segundo Ouriques (2017, p. 311), a psicopolítica pode ser entendida,

(...) como a via de emancipação dos estados mentais da ignorância, do ódio e da ganância, que instauram e sustentam os regimes de servidão generalizados que produzem a acumulação histórica de crises econômico-políticas repetidas, não apenas nas formas capitalistas.

A palavra emancipação significa o processo psicopolítico no qual os agentes da sociedade libertam-se gradativa e cumulativamente, com o exercício da força de vontade, dos estados mentais que caracterizam o regime de servidão, comandado pelos Estados-nação, e a servidão voluntária, quando um sujeito transfere para o outro o seu poder (OURIQUES, 2017).

Ainda de acordo com Ouriques (2017, p. 314), “toda experiência humana é a combinação do psíquico com o político”. O “político” se materializa na capacidade humana de criar, fixar e dissolver realidades através dos estados mentais (pensamentos, afetos e percepções) que o sujeito autoriza em rede a ser a fonte de referência para sua capacidade de julgar. Assim sendo, é possível considerar o aspecto político subsidiado pelos estados mentais, ou seja, dentro da psicologia, bem como a psicologia dentro do político.

Afinal, o que é o estado mental de servidão? São os estados mentais que configuram a ruptura do ser humano como ser de linguagem, isto é, é o seu distanciamento da constituição antropológica. Como esclarece Ouriques (2017), esses estados mentais podem ser enumerados como: a) da ignorância de que somos seres de linguagem, portanto que somos seres de comunicação; b) do ódio que advém da ausência da comunicação, na qual os atos da fala independem de sua verdade e; c) da ganância com a qual o sujeito tenta interpor objetos e situações entre ele e o que passa a experimentar como a “lacuna sinistra” e a ameaça de nela precipitar-se.

Consequentemente, a psicopolítica elucida como ocorre o processo de dominação e, portanto, a condenação da sociedade aos já citados estados mentais da servidão. Desta forma, a emancipação depende do exercício psicopolítico da construção de uma cultura de comunicação.

A apresentação das ideias da Psicopolítica, assim como da distinção dos conceitos de pluralidade e pluralismo, teve a intenção de complementar os debates que tanto procuram defender a ausência do pluralismo, dado o monismo imprimido pela Economia Ortodoxa,

quanto àqueles que defendem o pluralismo dessa mesma corrente. Ouriques (2017) ao apresentar as gêneses da Psicopolítica, oferece uma janela de reflexão no que concerne ao diálogo dentro da ciência econômica, mais especificamente a uma maior aceitação de uma corrente ou escola de pensamento por sua rival.

A concepção de um metaparadigma pluralista, tal como se pretende abordar nesse capítulo, é certamente exigente e requer, acima de tudo, economistas pluralistas, ou seja, que sejam suficientemente suscetíveis ao diálogo para trabalhar numa tradição pluralista. Eles precisam ser capazes de comparar cuidadosamente diferentes abordagens econômicas e reconhecer suas semelhanças e complementaridades, enquanto mantêm uma postura pacientemente pragmática em possíveis contradições, sem ignorá-las. Eles também precisam ter uma postura de abertura ao diálogo para com isso estabelecer o pensamento pluralista como prática científica que, em última análise, é a principal preocupação desta tese.

É neste contexto que se faz necessário um *framework* que permita o pluralismo como alternativa ao contexto paradigmático atual. A ideia central de um quadro pluralista, portanto, apela não apenas a economistas heterodoxos ou dissidentes da ortodoxia, mas, de fato, a todos aqueles que almejam uma teoria econômica que possa se corresponder melhor com a realidade.

## **2.6. O arcabouço de construção de um metaparadigma pluralista de Dobusch e Kapeller**

Conforme apresentado no início deste capítulo, as ideias de Dobusch e Kapeller (2012) avançam no sentido de propor um metaparadigma pluralista, ou seja, a busca por interação construtiva entre diferentes tradições teóricas, para chegar a um conjunto melhorado e expandido de declarações explicativas relevantes para o desenvolvimento deste metaparadigma através da utilização de um *framework*.

A partir da nebulosa conceitualização do que exatamente um paradigma é ou deveria ser, compreende-se que ou o termo é totalmente vazio, ou seu estado difuso na obra de Kuhn (2003 [1962]) se deve ao fato de que ele aborda uma série de aspectos distintos, mas conectados, em que todos são relevantes para o surgimento de determinadas áreas científicas como formas especiais de organização social. Assim sendo, Dobusch e Kapeller (2012) adotam uma perspectiva descritiva para o termo paradigma, deixando de lado as suas conotações epistemológicas (por exemplo, a proposição de que paradigmas diferentes são conceitualmente incomensuráveis) e levando em consideração a sua característica descritiva

(por exemplo, indicando que cientistas de diferentes tradições utilizam terminologias distintas, o que pode explicar a falta de compreensão para um diálogo, conforme aponta Dow [2004]).

Em outras palavras, a existência de um paradigma em tal entendimento tem implicações sociais. O que Dobusch e Kapeller (2012) argumentam é que essa abordagem proposta leva a uma concepção persuasiva de “paradigmas”, uma vez que o termo perde suas implicações normativas e metodológicas, mas se torna um termo com uma perspectiva de abordagem dentro de uma análise social. Dessa forma, portanto, é possível subscrever uma compreensão do termo como um conceito meramente descritivo, caracterizado cientistas e suas percepções como socialmente embutidas em uma certa filosofia ocupacional, ou seja, onde a atividade científica está impregnada de *procedural knowledge à la* Polany (conhecimento que se baseia na ação), assim fundindo a ideia kuhniana de paradigma com *insights* da sociologia do conhecimento (BERGER; LUCKMANN, 1966).

Dessa forma, a compreensão sobre o que vem a ser o termo “paradigma” para a geração de *insights* ainda está longe de ser um conceito simplista, o que significa que o mesmo imprime uma série de pressuposições divergentes que podem ser interpretadas como hipóteses sobre as restrições sociais enfrentadas por cientistas que operam em áreas paradigmáticas distintas. Em geral, um paradigma científico implica uma certa perspectiva teórica, que contém (entre outras coisas) aspectos ontológicos e teleológicos. Os pesquisadores, compartilhando tal perspectiva teórica, abrangem (a) uma série de proposições teóricas (dimensão axiomática); (b) uma série de imagens relacionadas, heurísticas e indivíduos importantes (dimensão metafórica); (c) um determinado conjunto de aplicações arquetípicas (dimensão prática); e (d) uma série de conceitos teóricos específicos (dimensão terminológica).

Esses aspectos teóricos que implicam um conjunto compartilhado de categorias analíticas, por sua vez, dão origem a rotinas institucionais específicas. Estes são fenômenos emergentes, que surgem dos “estilos de pensamento” compartilhados, implementados pela perspectiva teórica comum dos praticantes de um paradigma (isto é, o “coletivo de pensamento” em Fleck [1979]). Embora essas rotinas tenham uma origem comum em certos “estilos de pensamento”, elas são em si mesmas constituídas como mecanismos sociais, muitas vezes na forma de instituições específicas ou códigos informais de conduta. Entre esses aspectos sociais de um paradigma estão (a) um conjunto compartilhado de instituições respeitadas (conferências, associações, periódicos acadêmicos, etc. - a dimensão

institucional); (b) uma série de requisitos metodológicos básicos ou de métodos tipicamente aplicados (a dimensão metodológica); e (c) uma concepção similar de padrões acadêmicos, pois eles afetam a qualidade percebida, a originalidade e a robustez empírica de um determinado argumento (a dimensão avaliativa).

Note que, em tal concepção do termo, diferentes paradigmas podem (mas não necessariamente irão) ser não-comensuráveis, devido a diferentes noções de teoria e evidência. Entretanto, como Dobusch e Kapeller (2012) propõem justamente o relaxamento da noção de paradigma, entendem que uma mudança de paradigma não mais implicaria a necessidade de uma alteração, mais ou menos, instantânea e simultânea de todas essas dimensões (uma "revolução", em termos kuhnianos), mas permitiria uma mudança incremental e, portanto, a possibilidade de um desenvolvimento evolucionário. E ainda especulam que se os desenvolvimentos paradigmáticos de fato imitarem processos dependentes de trajetória (DOBUSCH; KAPELLER, 2009), não será surpresa observar-se, ocasionalmente, mudanças muito rápidas relacionadas a uma ou mais dessas dimensões. Portanto, a compreensão de paradigmas como fenômenos principalmente sociais poderia fomentar o surgimento de tendências mais pluralistas no pensamento econômico corrente.

Com relação ao posicionamento de um desenvolvimento evolucionário, cabe aqui uma discordância quanto às colocações de Dobusch e Kapeller (2012). Não é possível imaginar que a mudança em uma dimensão não geraria alterações nas outras dimensões de forma imediata, ou seja, seria inconcebível uma espécie de *coeteris paribus*, pois não iria condizer com a realidade.

Portanto, a proposta de Dobusch e Kapeller (2012) pretende a partir dessa concepção de paradigma permitir a comparação de diferentes escolas da Economia ao longo de diversas dimensões. Assim sendo, o uso desse *framework* como um instrumento de viabilidade do diálogo, facilitaria a consideração da “comensurabilidade” de diferentes paradigmas através de questões como: Será que paradigmas diferentes se relacionam a partir do uso do *framework* como objeto de comparação, dentro da ideia da construção de jogos de linguagem de Wittgenstein (ASSIS, 1993)? Seus pontos de vista teóricos ou implicações políticas conflitam, se complementam ou coincidem? A terminologia específica da teoria de um programa pode ser aceita pelos demais, a ponto de se construir um consenso? Esses questionamentos de alguma forma podem ser úteis para o objetivo mais amplo de se alcançar o diálogo no pensamento econômico.

### **3. O PLURALISMO COMO METAPARADIGMA A PARTIR DE UM *FRAMEWORK* ESTILIZADO**

Nesse último capítulo apresenta-se a construção do metaparadigma pluralista, lançando mão de um *framework* com três escolas de pensamento: neoclássica, pós-keynesiana e evolucionista. A proposta do metaparadigma irá respaldar sua análise sobre as dimensões paradigmáticas de cada uma dessas escolas de pensamento, onde se optou por um recorte das dimensões paradigmáticas descritas para cada escola. Além disso, será desenvolvida uma tipologia para os diferentes tipos de pluralismo no contexto do pensamento econômico. Em seguida serão apresentadas as razões que justificam a abordagem pluralista, utilizando-se das categorias ontologia, epistemologia e metodologia. Finalizando, a partir das taxonomias utilizadas por Dobusch e Kapeller (2012) irá se demonstrar uma prática para o funcionamento do metaparadigma pluralista. Em conjunto se expõe as possibilidades de instrumentalização do metaparadigma proposto, iniciando através da filosofia da linguagem de Wittgenstein, utilizando o conceito de finitude de significados. Após, apresenta-se o conceito de espaço vital de Lewin, que busca dar contornos a cognição do indivíduo. E, por fim, se faz uso da teoria crítica de Habermas, olhando o processo de mediação. O uso dessas três abordagens como forma de instrumentalização, pode ser complementado utilizando a visualização de redes, através do mapeamento de semelhança de ocorrência correlacionada de palavras.

#### **3.1. Economia Neoclássica**

##### **3.1.1. Elementos Centrais**

O termo "Economia Neoclássica" é impreciso e é usado de maneiras diferentes. A maioria dos economistas *mainstream* não se identifica como membros da escola neoclássica. O termo "neoclássico" já havia sido cunhado por Thorstein Veblen (1857-1929) em 1900. Ele descreve a síntese da teoria subjetiva e objetiva do valor em um diagrama de oferta e demanda, desenvolvido por Alfred Marshall (1842-1924). Marshall combinou o entendimento clássico de que o valor de uma mercadoria resulta dos custos de produção com as novas descobertas do marginalismo, afirmando que o valor é determinado pela utilidade individual. Até hoje, o diagrama de mercado que representa a interseção entre oferta (objetiva) e demanda (subjetiva) é um elemento central da Economia Neoclássica.

O núcleo paradigmático da teoria neoclássica forma o *mainstream* econômico de hoje e domina o ensino e a pesquisa em Economia. Segundo a perspectiva neoclássica, o problema econômico central é a organização e alocação de recursos escassos. Isso implica que

a eficiência – entendida como o uso ideal dos recursos disponíveis para maximizar a utilidade individual e, conseqüentemente, o bem-estar de um país – se torne o critério de avaliação mais relevante. Os domínios centrais de pesquisa da Economia Neoclássica são: microeconomia, que analisa o comportamento de famílias e empresas; macroeconomia, que examina agregados econômicos e a interação de mercados; e econometria, que serve como uma ferramenta analítica. No geral, a Economia Neoclássica usa modelos matemáticos para melhor compreender a análise do sistema econômico. Esses modelos são mais adequados para descobrir relações causais.

Como toda escola de pensamento, a Economia Neoclássica está sujeita a mudanças e desenvolvimentos contínuos. Nas últimas décadas, a Economia Neoclássica tornou-se cada vez mais diversificada e buscou integrar a crítica emergente em suas hipóteses. Um exemplo desse desenvolvimento é a flexibilização da premissa de racionalidade ilimitada, através dos insights da racionalidade limitada de Herbert Simon e dos desenvolvimentos mais recentes da psicologia cognitiva via Kahneman e Tversky, e das Finanças Comportamentais de Richard Thaler, que juntos contribuíram para o desenvolvimento da Economia Comportamental, uma área que dentro das ideias de Colander, Holt e Rosser (2004), transitaria no limiar da ortodoxia, integrando assim a Economia Neoclássica. Portanto, é um desafio apresentar uma imagem coerente do campo atual da Economia Neoclássica. No entanto, a seguir, tenta-se delinear outras vertentes desse pensamento, apresentando (1) as suposições ou axiomas elementares e (2) os métodos padrões da Economia Neoclássica.

No que tange as diferentes definições de Economia Neoclássica, Colander (2000) define uma Economia Neoclássica histórica, que não corresponde à pesquisa mais recente da Economia *Mainstream*, sob as seguintes características: a) foco sobre a alocação de recursos em um determinado instante do tempo; b) utilitarismo; c) foco nos *trade-offs* marginais; d) racionalidade prudente (*Far-sighted*); e) individualismo metodológico e; f) equilíbrio geral. Já Colander, Rosser e Holt (2004) argumentaram que fundamental para a Economia Neoclássica era a "Santíssima Trindade", ou seja: racionalidade, egoísmo e equilíbrio. E, por fim, Arnsperger e Varoufakis (2006) ponderaram que três axiomas constituem o núcleo paradigmático da Economia Neoclássica: a) individualismo metodológico; b) instrumentalismo metodológico e c) equilíbrio metodológico.

### 3.1.2. Terminologia, análise e concepção da Economia

Segundo a Economia Neoclássica, o problema econômico central é a natureza limitada dos recursos sociais. Devido a essa escassez, a economia como ciência deve estudar a organização de uma economia, a fim de estabelecer o bem-estar pela alocação ótima de recursos. Simplificando, a economia pode ser entendida como uma economia de troca, na qual atores racionais com alocações de recursos determinadas exogenamente interagem nos mercados. Esses atores negociam entre si, pois a interação gera utilidade mútua. A produtividade é vista como a fonte para o funcionamento da economia e o determinante da riqueza de uma nação.

Na concepção neoclássica da Economia, os indivíduos podem escolher entre diferentes alternativas e o objetivo de suas decisões é maximizar sua própria utilidade. Desse modo, eles agem seguindo o princípio da racionalidade (também chamado de princípio econômico da dualidade), segundo o qual um produto é maximizado para um determinado insumo ou um insumo é minimizado para um determinado produto. Para alcançar um resultado ideal, os agentes econômicos baseiam suas decisões em uma comparação de custos e benefícios em que as unidades marginais – de acordo com os postulados do marginalismo – servem como fatores importantes. De acordo com Mankiw (2001) um tomador de decisão racional só decide tomar uma determinada ação se a utilidade marginal da ação for maior que os custos marginais. Nesse contexto, o conceito abstrato de *homo economicus* é frequentemente usado. Representa um indivíduo ideal que age racionalmente, ou seja, maximiza a utilidade, enquanto se concentra em sua utilidade pessoal.

Ao agregar todas as funções de utilidade individuais, a demanda agregada pode ser derivada. No mercado, há um vínculo entre demanda e oferta agregada. Por meio do mecanismo de preços a oferta e a demanda convergem para um equilíbrio em que a oferta é igual à demanda e o mercado é equilibrado. Essa propriedade faz do mecanismo de preços um instrumento ótimo de alocação. Ao elaborar os pré-requisitos de tal mecanismo de preços, em sua definição de Economia Neoclássica, vale destacar o axioma da substituição bruta (espinha dorsal da Economia Neoclássica, assume que se a demanda para um determinado bem aumenta, seu preço relativo irá aumentar, induzindo a demanda extravasar para o agora bem substituto relativamente mais barato) segundo a qual todos os bens (e serviços) geralmente são mutuamente trocáveis. Somente por meio desse axioma é possível garantir que o mecanismo de preços funcione como um instrumento de alocação e que os equilíbrios de

mercado possam existir. Contanto que não haja falha do mercado – por exemplo, efeitos externos ou a criação de estruturas de monopólio ou oligopólio – o mecanismo do mercado impõe à otimização econômica através da auto-organização. Isso é chamado de estado eficiente de Pareto, já que nenhuma das partes pode melhorar sua própria situação sem piorar a situação de outras.

Embora a microeconomia analise principalmente o comportamento de famílias e empresas em diferentes mercados e tipos de mercados, a macroeconomia concentra-se em agregados econômicos, como o produto interno bruto, a taxa de desemprego ou a inflação, bem como a interação dos mercados (em particular o mercado de bens, o mercado de trabalho e o mercado monetário). As análises macroeconômicas dos principais agregados econômicos são cada vez mais baseadas em fundamentos microeconômicos. O argumento subjacente à necessidade de tais microfundamentos é que as regras para a tomada de decisões individuais não permaneçam estáveis, por exemplo, no caso de uma mudança das condições econômicas induzida por políticas (LUCAS, 1976)<sup>23</sup>. A forma particular de modelagem da Economia Neoclássica oferece as ferramentas estatísticas e matemáticas para o teste de modelos matemáticos e fenômenos econômicos. A abordagem enfoca o desenvolvimento de métodos quantitativos para análise de dados empíricos.

### **3.1.3. Ontologia**

Como já mencionado acima, não há uma definição única de Economia Neoclássica desde que ela se tornou cada vez mais diversificada e porque outras abordagens foram integradas à perspectiva. No entanto, de acordo com o entendimento neoclássico, o problema econômico central continua sendo a escassez de recursos. Também já mencionado, anteriormente, Arnsperger e Varoufakis (2006), descrevem três axiomas que podem ser encontrados em todos os modelos e vertentes neoclássicas e, portanto, constituem o núcleo paradigmático dessa corrente: (1) individualismo metodológico, (2) instrumentalismo metodológico e (3) equilíbrio metodológico.

O primeiro axioma, o individualismo metodológico, implica que os processos no nível macro só podem ser atribuídos às ações dos indivíduos no nível micro. Portanto, todos os fenômenos econômicos podem ser descritos e explicados com referência a ações individuais. Além disso, isso implica que apenas o indivíduo pode ser a fonte de valores morais: ninguém, exceto o indivíduo, sabe o que é melhor para ele. Portanto, a influência ou o

---

<sup>23</sup> Cujas intervenções ficaram conhecidas como a Crítica de Lucas.

estabelecimento de valores por instituições externas, como a religião, é rejeitado. Essa descrição pode, por um lado, ser interpretada como uma fixação ontológica (forma de valorização) dos indivíduos, o que significa que a existência de fenômenos e estruturas econômicas que não podem ser atribuídas ao indivíduo é rejeitada. Por outro lado, o axioma pode ser entendido metodologicamente. Nesse caso, a explicação dos fenômenos sociais só pode ocorrer com referência ao indivíduo (HODGSON *et al.*, 1994). O comportamento dos atores, de acordo com o segundo axioma, é resultado de preferências fixas ou cestas de preferências. A satisfação de tais preferências gera utilidade. Os indivíduos buscam continuamente a maximização de tal utilidade, mas sofrem restrição (por exemplo, uma restrição orçamentária).

A ênfase no individualismo e na racionalidade instrumental leva à seguinte concepção de agentes econômicos: por um lado, os seres humanos e suas preferências são tomados como uma caixa preta, isto é, como relativamente autônomos e independentes de influências externas; por outro lado, assume-se que as pessoas agem de acordo com uma racionalidade instrumental e visam atingir seu objetivo – ou seja, a maximização da utilidade – da maneira mais eficiente possível. Enquanto a lógica de maximização é tomada como uma característica universal de todos os seres humanos, o conteúdo dessas preferências é variável. Consequentemente, os indivíduos podem não apenas se esforçar para maximizar as cestas de consumo, mas também para obter preferências sociais ou éticas (AKERLOF; KRANTON, 2000).

Em suma, as decisões e ações no nível micro levam a um equilíbrio geral no nível macro. O próprio mercado normalmente converge a um estado de equilíbrio, razão pela qual é considerado geralmente estável. No entanto, isso não significa que o mercado permaneça permanentemente em equilíbrio, mas que avance para um estado estático e estável à longo prazo. Não obstante, pode-se concluir, a partir desse entendimento do mercado, que a Economia Neoclássica geralmente assume que existem leis econômicas gerais independentemente do tempo e do espaço. A concepção de tempo visa identificar, comparar e avaliar estados estáticos, em vez de entender e reconstruir sequências de processos dinâmicos. Blaug (2003) vai ainda mais longe ao argumentar que, devido à revolução formalista na década de 1950, as análises da estática comparativa para processos em parte orientados foram substituídos pela definição de um ponto final como uma estática plena.

Uma premissa ontológica adicional da Economia Neoclássica pode ser caracterizada em relação aos sistemas fechados e abertos. Um sistema fechado é definido pela conexão de

todos os elementos (atomísticos e independentes) de um sistema, bem como pela ausência de impactos externos. Além disso, os elementos seguem leis determinísticas e probabilísticas (LAWSON, 2006; HEISE, 2016). Em um sistema aberto, no entanto, nem todos os elementos estão conectados com todos os outros elementos, nem é possível descrever claramente suas interações. Além disso, o sistema pode assumir diferentes configurações, ou seja, não é apenas complicado, mas complexo (HEISE, 2016). Em contraste com muitas outras perspectivas, a Economia Neoclássica assume que a economia é um sistema fechado. Os críticos, portanto, acusaram a Economia Neoclássica de ter um entendimento ontológico que falha em descrever adequadamente a realidade ou que o faz apenas de maneira reducionista (CHICK; DOW, 2001; LAWSON, 2006; HEISE, 2016).

#### **3.1.4. Epistemologia**

A Economia Neoclássica não pode ser inequivocamente atribuída ao realismo ou ao instrumentalismo. Por um lado, a Economia Neoclássica almeja gerar conhecimento ideal sobre o objeto em análise em termos de critérios de plausibilidade, simplicidade e adequação empírica. Esta alegação implica que existe um mundo externo observável, bem como instrumentos apropriados para sua análise. Além disso, o postulado de que a pesquisa neoclássica é isenta de valor (FRIEDMAN, 1953) e a concepção de que os cientistas são observadores neutros, indicam uma proximidade com a realidade instrumentalista. Como a Economia Neoclássica sempre julga as descobertas de outras escolas de pensamento por seus próprios padrões, resulta um monismo científico no qual maneiras alternativas de entendimento são excluídas ex ante ou consideradas obsoletas.

Por outro lado, o uso de modelos baseados em axiomas altamente idealizados e abstraídos é justificado com o argumento de que o fator decisivo não é o realismo dos axiomas, mas o poder preditivo de um modelo e, conseqüentemente, a adequação empírica de uma conclusão esboçada (FRIEDMAN, 1953). Assim, a Economia Neoclássica pode ser considerada instrumentalista. Além disso, uma porção substantiva da Economia Neoclássica pode ser descrita como altamente orientadas a perspectiva a qual se propõe. As características do objeto são menos importantes para a construção de modelos e teorias neoclássicas do que o método que é predeterminado pela perspectiva.

A metodologia formalista da Economia Neoclássica baseia-se na premissa de que as interdependências e causalidades da realidade econômica podem ser modeladas por meio de descrições matemáticas. É baseado no pressuposto de que fenômenos e atores econômicos

reagem e interação de acordo com regularidades observáveis. Além disso, assume-se que os atores agem atomisticamente, ou seja, podem ser isolados causalmente e não serem fundamentalmente interdependentes (LAWSON, 2013). A operação de modelos consiste em duas etapas: primeiro, a consistência lógica de um modelo é testada dedutivamente. Então, o modelo é à la Popper mensurado contra a realidade empírica. Observe, no entanto, que nos últimos anos, uma visão pragmática dos modelos se tornou popular, na qual a adequação empírica é o critério mais importante, em vez de uma coerência dogmática e uma estética matemática formal.

### 3.1.5. Metodologia

Como explicado na seção anterior, a Economia Neoclássica constrói modelos matemáticos formais para descrever as relações econômicas. Presume-se que estas últimas sigam regularidades que podem ser caracterizadas em modelos. Frequentemente, o uso da explicação matemática é considerado uma dominância quando comparado com outras ciências sociais, uma vez que os resultados dos modelos formalistas parecem ser mais fidedignos do que as análises verbais. Os que advogam essa proposta alegam que, ao contrário dos argumentos verbais, as formulações matemáticas são definidas sem ambiguidade e, ao contrário da Economia Clássica, não podem ser interpretadas arbitrariamente (RODRIK, 2015). A Economia Neoclássica trabalha principalmente na tradição da pesquisa dedutiva. Com base em axiomas, as hipóteses são derivadas de considerações teóricas. Isso, no entanto, não significa que hipóteses não sejam revisadas e vinculadas a descobertas empíricas. Por exemplo, a econometria visa desenvolver e aprimorar modelos para garantir a adequação empírica.

Um conceito central de análise econômica é a formulação matemática e a solução de problemas de otimização sob restrições por meio de métodos de otimização estática e dinâmica, como as abordagens desenvolvidas por Lagrange, Kuhn e Tucker ou Hamilton. No contexto da otimização clássica com esses métodos, a maximização da utilidade dos indivíduos sujeita a restrições (problema de programação não-linear), pode ser modelada. Além disso, os economistas ambientalistas usam essa abordagem para, por exemplo, calcular a tributação ideal das emissões de gases de efeito estufa. Assim, o crescimento econômico é descrito como uma função objetivo e os limites da emissão como restrição (VAN DER PLOEG; DE ZEEUW, 2014). Um método adicional é a análise causal, comparativa e exógena de alterações, usando a condição *ceteris paribus*. Por exemplo, em vez de considerar o

desenvolvimento econômico como um processo endógeno no tempo histórico, as relações causais das variáveis dependentes são analisadas mantendo outros fatores constantes. Mesmo enquanto algumas pesquisas se concentram na modelagem dinâmica (por exemplo, modelos de equilíbrio geral estocástico dinâmico [DSGE]), esses métodos continuam a ser aplicados no ensino e na pesquisa neoclássica.

### 3.1.6. Ideologia e objetivos políticos

Segundo a perspectiva neoclássica, as questões éticas não são objeto de análises econômicas básicas, mas só entram em jogo quando questões explicitamente normativas são consideradas. Para Quaas e Quaas (2010), o aumento da riqueza é o objetivo principal da Economia *Mainstream*. Essa autoconcepção explica o foco macroeconômico neoclássico no crescimento econômico como variável alvo. Nesse contexto, as categorias, termos e relações, bem como as heurísticas, são apresentados como livres de valor. A maioria dos economistas neoclássicos diferencia entre fatos e regras, onde estas últimas são apenas um problema em campos explicitamente normativos da Economia Neoclássica, como a Economia do Bem-Estar ou a Política Econômica, que fornecem orientação e análise para decisões normativas vinculadas. Seguindo esse entendimento, os autores de um dos principais livros de Economia argumentam: “Para o tratamento de questões econômicas, precisamos diferenciar cuidadosamente entre fatos e conceitos morais. A Economia Positiva descreve os fatos de uma economia, enquanto a Economia Normativa lida com julgamentos de valor” (SAMUELSON; NORDHAUS, 2010, p. 5). Essa concepção de Economia Positiva geralmente se identifica com a alegação – mal interpretada e simplificada – de Max Weber de proibir julgamentos de valor de análises científicas.

No entanto, os pressupostos da Economia Neoclássica têm uma base normativa que resulta da definição de seu problema fundamental: a alocação de recursos escassos. A Economia Neoclássica assume que os agentes econômicos têm o objetivo de maximizar sua utilidade e que essa maximização pode ser modelada. Como apenas os indivíduos conhecem suas próprias preferências, o mercado é considerado o melhor instrumento para satisfazê-las. A intervenção do Estado é considerada economicamente razoável apenas em caso de falha do mercado, enquanto o mercado perfeito é considerado o caso normal e a concorrência perfeita como o estado ideal.

Ideologicamente, a Economia Neoclássica discute apenas a liberdade negativa, isto é, a liberdade de interferência de outro (como intervenção do estado), em oposição à liberdade

positiva, ou seja, a liberdade de agir conforme a vontade de alguém. Argumenta-se que a liberdade negativa é mais bem realizada em um sistema de mercado. Essas categorizações e termos implicam uma certa crença nos mercados, razão pela qual os economistas neoclássicos são frequentemente associados a uma visão de mundo liberal do mercado. Isso é ilustrado pela abordagem da Economia Ambiental: considera os danos ambientais como efeitos externos que precisam ser escassos e comercializáveis no mercado. Entretanto, autores como Ulrich (2008) criticam a mercantilização dos objetos de análise pelos economistas neoclássicos. Ulrich progride através de uma série de argumentos racionais e filosóficos para abordar questões fundamentais relativas à relação entre ética e economia de mercado. Outra crítica aponta que a Economia Neoclássica é direcionada para objetivos normativos específicos em suas questões e análises: isso pode ser visto no tratamento da busca de benefícios pessoais como o único objetivo da ação empreendedora; ou na aplicação dos *insights* da Economia Comportamental como veículo para a maximização do lucro.

### 3.1.7. Debates e análises atuais

De um modo geral, o modelo dinâmico DSGE (equilíbrio geral estocástico dinâmico) Novo Keynesiano pode ser considerado o padrão atual das análises macroeconômicas do crescimento econômico e dos ciclos de negócios (HEER; MAUSSNER, 2005). No entanto, a pesquisa macroeconômica mudou parcialmente, em particular desde a crise financeira. Pode-se destacar a integração de mercados financeiros que evoluíram no contexto do desenvolvimento de uma vertente denominada macrofinanças (BRUNNERMEIER; SANIKOV, 2014). Nos limites da Economia Neoclássica, surgiram novos campos teóricos, como a Economia Comportamental e a Economia da Complexidade, que suavizam e modificam as premissas neoclássicas tradicionais, como a racionalidade dos agentes, a informação perfeita ou o individualismo metodológico. Portanto, a Economia Neoclássica começa a se desagregar a partir dos seus limiares (*edges*). Em particular na macroeconomia, há uma variedade de projetos de pesquisa não convencionais que, no entanto, são desenvolvidos dentro da estrutura da Economia neoclássica padrão. O sistema básico de axiomas, termos e categorias, isto é, o fundamento paradigmático, permanece inalterado por essas mudanças.

Uma tendência geral é o foco já mencionado na adequação empírica e, como consequência, na crescente importância da econometria. Ao mesmo tempo, pode-se observar um interesse crescente de economistas em outros objetos de pesquisa mais ou menos fora da

Economia. A aplicação do princípio econômico à análise e descrição de fenômenos fora do campo econômico de análise é comumente chamada de imperialismo econômico (FINE; MILONAKIS, 2009).

### **3.1.8. Delineamento: ramificações, outras teorias econômicas e outras disciplinas**

Um grande número de teorias econômicas está relacionado à Economia Neoclássica. Assim sendo, elas necessitam ser diferenciadas entre teorias que aplicam a metodologia neoclássica a novos campos (por exemplo, Economia Ambiental, Economia da Saúde) e teorias que desenvolvem ainda mais métodos neoclássicos (por exemplo, Economia Comportamental, Economia da Informação). Esta seção tem como objetivo fornecer uma visão geral das vertentes teóricas mais importantes.

#### **a) Economia Ambiental e de Recursos**

A Economia Ambiental e de Recursos lida com problemas e soluções referentes ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável de uma perspectiva econômica. Em comparação com a perspectiva heterodoxa da Economia Ecológica, a Economia Ambiental e de Recursos considera os problemas ambientais como uma alocação incorreta de recursos devido à externalidades. Portanto, as soluções visam integrar o meio ambiente ao mercado, atribuindo um preço aos impactos ambientais e gerando incentivos que reduzem o uso de recursos no processo de produção (VAN DER PLOEG; WITHAGEN, 2014; VAN DER PLOEG; DE ZEEUW, 2014). Os representantes da Economia Ambiental compartilham a opinião de que o crescimento estável e sustentável (crescimento verde) não é apenas teoricamente possível, mas também deve ser o objetivo da pesquisa econômica ambiental, a fim de garantir investimentos à longo prazo em riqueza sustentável, bem como aliviar a pobreza à curto prazo pelo crescimento econômico (SMULDERS *et al.*, 2014). Isso pode ser realizado pela dissociação relativa ou absoluta do consumo de recursos ou danos ambientais e crescimento econômico. As principais premissas subjacentes a essa abordagem são (1) a substituíbilidade dos recursos naturais e do capital humano (2) a solução do problema dos retornos marginais decrescentes e, portanto, uma necessária (3) mudança tecnológica (SMULDERS, 2000; HEPBURN; BOWEN, 2012).

#### **b) Teoria dos Jogos**

A teoria dos jogos compreende várias análises e conceitos que modelam a interação estratégica de vários atores em situações interdependentes (isto é, pelo menos um ator

depende da ação de outro ator). As abordagens da teoria dos jogos são usadas em muitas ciências sociais e foram desenvolvidas por John von Neumann (1959 [1928]). Em um jogo, os jogadores recebem determinados prêmios, dependendo da estratégia e do jogo. A análise começa com os retornos e, posteriormente, volta ao ponto de partida. Em alguns jogos (por exemplo, o dilema do prisioneiro), há uma estratégia dominante que é sempre escolhida por atores racionais. Isso leva ao chamado Equilíbrio de Nash, que, no entanto, não precisa ser o melhor resultado em termos objetivos. É feita uma diferenciação entre jogos de soma zero, nos quais os ganhos de um ator são iguais às perdas do outro ator, e jogos que não são de soma zero, nos quais a soma dos *payoffs* não é igual a zero. Em Economia, a teoria dos jogos pode ser aplicada às interações entre empresas (por exemplo, em um mercado oligopolista), bem como a problemas com bens coletivos (por exemplo, o uso excessivo de recursos) (VON NEUMANN; MORGENSTERN, 1944).

Além disso, na Economia Comportamental, as teorias de escolha racional e maximização de utilidade foram testadas usando jogos como o jogo de ultimato, o jogo da confiança ou o jogo do ditador. As experiências em que os participantes reproduziram esses jogos fornecem evidências de que os agentes consideram a justiça mais importante que o ganho monetário e, assim, falsificam o conceito de ator estritamente maximizador (WEBER; DAWES, 2010).

### c) Economia da Informação

A Economia da Informação lida com o papel do conhecimento e da informação em contextos econômicos e, desse modo, problematiza a suposição de informação perfeita. Nessa vertente teórica, a informação é muitas vezes apresentada como sendo distribuída assimetricamente e onerosa de comprar ou receber. Essas assimetrias informacionais podem levar a ineficiências. Estas últimas se tornam aparentes, por exemplo, em mercados em encolhimento ou no desaparecimento de produtos de alta qualidade, que competem com produtos piores, uma vez que a má qualidade desses últimos não pode ser identificada pelos consumidores (AKERLOF, 1970).

Outras questões e análises no campo da Economia da Informação são aversões ao risco dos bancos em tempos de crise, efeitos de reputação, o papel de intermediários e corretores, bem como o papel de sinais e publicidade (STIGLITZ, c1999-2019).

#### d) Nova Economia Institucional

A Nova Economia Institucional (NEI) lida principalmente com o papel dos custos de transação e com as estruturas institucionais que os atores estabelecem para regulá-los. Mesmo que a NEI assuma a maximização da utilidade e agentes individuais, que estruturam e reduzem os custos da transação e da incerteza, construindo instituições, essas suposições não implicam necessariamente uma alocação ótima de recursos. Em vez disso, estruturas institucionais subótimas são possíveis. Estas podem surgir de processos históricos e representam os interesses de um grupo poderoso, que conseqüentemente recebe rendas mais altas (NORTH, 1990). O foco nos agentes individuais e na maximização da utilidade distingue a NEI da “Economia Institucionalista Original”, mesmo que essa diferença possa parecer menos notável devido à incorporação de aspectos culturais e sociais nas análises da NEI (KHALIL, 1994).

#### e) Economia Comportamental

A Economia Comportamental retoma a crítica do *homo economicus* e tenta conceituar a economia como a interação de indivíduos, que são concebidos como atores com racionalidade limitada. A pesquisa, portanto, enfoca as seguintes questões: quais decisões os agentes econômicos tomam e; quais motivações levam à sua ação. Nas teorias do mercado de capitais, em particular, modelos e parâmetros de Economia Comportamental são usados atualmente (finanças comportamentais) (THALER, 2016).

### 3.1.9. Delineamento da Economia Neoclássica a partir da Economia Clássica

A teoria neoclássica pode ser considerada um paradigma, pois é uma perspectiva (mais ou menos) fechada e extensa que pesquisa e interpreta as interações econômicas. Também pode ser percebida como a perspectiva econômica que foi capaz de assumir o controle da Economia Clássica e se estabelecer como a corrente *mainstream* de hoje. Mesmo que algumas suposições e ideias centrais da Economia Clássica tenham sido incorporadas e modificadas, o estado atual da Economia Neoclássica só pode ser parcialmente visto como uma nova edição da Economia Clássica; portanto, o nome pode ser enganoso. A diferença entre esses paradigmas começa com a definição do que é atividade econômica. Enquanto para a Economia Neoclássica, a tarefa da economia é alocar recursos escassos, para a Economia Clássica o fundamental é aquilo que garante a sobrevivência e, portanto, a organização do trabalho e da reprodução. Além disso, a abordagem marginalista nas teorias neoclássicas

sobre crescimento e distribuição e a consequente compreensão do capital diferem da abordagem do excedente de Smith, Ricardo, ou mais tarde, Marx. Segundo este último, é apenas o trabalho que gera a mais-valia da produção no processo de acumulação. Esse trabalho determina o valor dos bens. Além disso, o conceito de preços naturais, determinado pelos custos de produção e que diferem do preço de mercado dependente da demanda e da oferta, não foi incorporado à Economia Neoclássica.

## **3.2. A Economia Pós-keynesiana**

### **3.2.1. Elementos Centrais**

A Economia Pós-keynesiana (EPK) é uma escola do pensamento econômico que deriva do trabalho de economistas como John Maynard Keynes (1883-1946), Michal Kalecki (1899-1970), Roy Harrod (1900-1978), Joan Robinson (1903- 1983), Nicholas Kaldor (1908-1986) e muitos outros. É definida pela visão de que o princípio da demanda efetiva, desenvolvido por J. M. Keynes na Teoria Geral (1936) e, também, por M. Kalecki (1977 [1933]) é válido tanto no curto quanto no longo prazo. Ou seja, que a atividade econômica em uma economia monetária capitalista é orientada pela demanda e que não existem mecanismos internos que garantam o pleno-emprego, ou seja, a plena utilização da capacidade produtiva.

Mais especificamente, de acordo com Oreiro (2011), a EPK, historicamente, desenvolveu-se em duas vertentes complementares, apesar de tratarem de questões teóricas distintas: uma relacionada com a chamada Escola de Cambridge, cujo foco de análise é a teoria do crescimento e a distribuição de renda, que se utiliza de modelos formais com solução analítica fechada (solução de equilíbrio); e a outra relacionada com o assim chamado keynesianismo fundamentalista, cujo foco é o papel da tríade tempo-incerteza-moeda sobre a dinâmica das economias capitalistas, a qual rejeita *in limine* a noção de equilíbrio.

No que concerne a primeira vertente, esta se desenvolveu em torno do crescimento e da distribuição da renda, tendo sua origem nas contribuições seminais de Harrod (1970) e Domar (1970), as quais são uma tentativa de extensão para o longo prazo dos resultados obtidos por John Maynard Keynes (1936) em sua Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda.

A contribuição de Harrod e Domar ao princípio da demanda efetiva foi demonstrar a possibilidade da ocorrência de uma situação semelhante ao equilíbrio com desemprego de Keynes, porém em um contexto no qual o estoque de capital estivesse crescendo de forma contínua ao longo do tempo (enquanto no contexto do princípio da demanda efetiva,

anunciado por Keynes, o estoque dos diferentes bens de capital é dado). O resultado do modelo Harrod-Domar mostrou que a trajetória de crescimento estável com pleno-emprego da força de trabalho é possível, mas altamente improvável. Isso leva ao raciocínio de que as economias capitalistas deverão, via de regra, apresentar um crescimento irregular e desemprego elevado.

Porém, o período 1950-73, denominado a era de ouro das economias capitalistas, demonstrou uma incompatibilidade com o resultado de uma trajetória irregular, como apresentado no modelo de Harrod-Domar. Esse resultado levou autores pós-keynesianos (PK's) como Nickolas Kaldor (1908-1986) e Luigi Pasinetti (1930-) a desenvolverem modelos em que a trajetória de crescimento de longo prazo fosse estável e caracterizada pelo pleno-emprego da força de trabalho. Anteriormente, Keynes no princípio da demanda efetiva apresentou a renda como varável de ajuste entre as decisões de poupança e investimento, agora, para essa nova realidade foi necessário o desenvolvimento de uma nova teoria da distribuição funcional da renda, na qual a participação dos salários e dos lucros na renda passa a ser a variável de ajuste entre as decisões de poupança e de investimento.

A importância dessa nova teoria da distribuição da renda foi estabelecer um segundo mecanismo pelo qual o investimento pode determinar a poupança, ao invés de ser determinado pela mesma. Assim sendo, Kaldor e Pasinetti mostraram que uma variação do investimento irá sempre (numa economia fechada e sem governo) gerar uma variação equivalente na poupança, devido aos efeitos da variação do investimento sobre a distribuição de renda entre salários e lucros (OREIRO, 2011).

Joan Robinson (1970) realizou a extensão do paradoxo da parcimônia<sup>24</sup> para o longo prazo. No modelo de crescimento de Robinson, um aumento da propensão a poupar irá resultar numa redução da participação dos lucros na renda e, dado o grau de utilização da capacidade produtiva, numa redução da taxa de lucro. Supondo que o investimento depende diretamente da taxa de lucro, segue-se que, como resultado do aumento da propensão a poupar, haverá uma redução da taxa de investimento. Daqui se segue que, no longo prazo, um

---

<sup>24</sup> O assim chamado “paradoxo da parcimônia” foi estabelecido por Keynes na Teoria Geral. Esse paradoxo está relacionado com os efeitos macroeconômicos de um aumento da fração da renda que os indivíduos desejam poupar. A ideia do paradoxo é a seguinte: um indivíduo, tomado isoladamente, pode aumentar a sua poupança, se decidir aumentar a fração poupada da sua renda. Isto porque a renda do indivíduo é independente da sua decisão de gasto. Contudo, em nível macroeconômico, a renda é determinada pelas decisões de gasto de todos os indivíduos. Sendo assim, se todos os indivíduos resolverem reduzir os seus gastos de consumo, na esperança de, com isso, aumentar a sua poupança, o efeito final será uma redução de tal magnitude na renda dos indivíduos, que a poupança continuará exatamente igual à que prevalecia antes da redução dos gastos de consumo.

aumento da propensão a poupar será sucedido por uma redução da taxa de investimento e da própria taxa de poupança.

Já no que se refere a segunda vertente, que foi desenvolvida na década de 70, esta foi concebida a partir da crítica à chamada síntese keynesiano-neoclássica, a qual se fundamentava na tese de que as economias de mercado poderiam afastar-se da posição de equilíbrio com pleno-emprego, devido à existência de fatores institucionais que impediam ou limitavam a flexibilidade de preços e/ou salários nominais. Segundo Crotty (1980), a temática dessa vertente não eram o crescimento e a distribuição de renda, como no caso da primeira vertente, mas, sim, a análise do processo pelo qual as decisões de investimento, poupança e financiamento são tomadas no contexto de uma economia monetária de produção onde: (a) a produção demanda tempo; (b) o futuro é incerto; e (c) o estoque de capital não é maleável.

Esse afastamento do pleno-emprego, contudo, seria apenas temporário, pois, no longo prazo, preços e salários seriam totalmente flexíveis. A existência de desemprego e subutilização da capacidade instalada produziria uma deflação generalizada, a qual induziria um aumento do nível de demanda agregada e, conseqüentemente, a restauração do equilíbrio em pleno-emprego.

Para os teóricos da síntese neoclássica, a macroeconomia keynesiana nada tinha a dizer sobre as questões de longo prazo, como, por exemplo, a acumulação de capital e o crescimento econômico, ou seja, esse pensamento fica restrito ao estudo das flutuações de curto prazo do nível de atividade econômica. Dessa forma, tais questões, deveriam ser tratadas pelo instrumental analítico da “velha” macroeconomia (neo) clássica.

Entretanto, um pequeno grupo de economistas keynesianos, que ficariam conhecidos como PK's, passou a criticar essa forma de tratamento das questões macroeconômicas no início da década de 70. Segundo esses autores — dentre os quais, destacam-se Paul Davidson (1978) e Hyman Minsky (1982; 1986) —, a síntese neoclássica tomava como ponto de partida uma leitura incorreta e/ou incompleta da Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda, de J. M. Keynes. A característica fundamental do pensamento keynesiano não seria, segundo esses autores, a análise dos efeitos macroeconômicos da existência de rigidez de preços e/ou salários nominais. Esse fenômeno, ainda que empiricamente relevante, não seria suficiente para definir a revolução no pensamento econômico que Keynes acreditava estar produzindo com a sua Teoria Geral. O aspecto fundamental do pensamento keynesiano estaria na análise dos efeitos da existência da incerteza não probabilística sobre o comportamento e as decisões

dos agentes econômicos, em particular as decisões sobre a determinação do ritmo e da forma nos quais a riqueza é acumulada.

A existência de tal incerteza leva a preferência pela liquidez por parte dos agentes, derivado justamente do comportamento defensivo deles. Em função de a moeda ser o ativo que possui liquidez em maior nível, os agentes podem decidir mantê-la em seus portfólios, como forma de se prevenirem contra a ocorrência de eventos inesperados e desfavoráveis. Desse modo, a moeda torna-se um substituto de outros ativos no portfólio dos tomadores de decisão. Sendo assim, dado um aumento da preferência pela liquidez, o que induz os indivíduos a substituírem ativos menos líquidos por outros mais líquidos, entre os quais a moeda, esta última torna-se, nesse contexto, não neutra tanto no curto como no longo prazo, já que ela pode afetar tanto o ritmo como a forma de acumulação de riqueza.

No que tange a tríade incerteza-moeda-acumulação de capital, Davidson afirma que:

Em suma, todas as discussões sobre problemas macroeconômicos que envolvem investimento, acumulação, crescimento econômico, emprego e produção e dinheiro devem envolver uma análise da tomada de decisões em condições de incerteza para que essas discussões sejam relevantes para a política social. Afirmar que o dinheiro importa em um mundo de previsibilidade completa é ser logicamente inconsistente para as propriedades especiais do dinheiro, pois um estoque de riqueza se deve à sua capacidade de adiar o compromisso de recursos rígidos e de longo alcance. O dinheiro importa apenas em um mundo de incerteza (DAVIDSON, 1978, p. 16, tradução nossa).

Em suma, os PK's estão unidos na rejeição das diferentes versões da Economia Neoclássica como inapropriadas para a análise de uma economia capitalista e monetária. Eles também são unânimes em seu esforço conjunto de construir uma teoria econômica alternativa mais adequada para analisar as características inerentes às economias capitalistas modernas, como desemprego, crises (financeiras), ciclos de negócios, depressões, mudanças tecnológicas e desenvolvimento desigual.

Os PK's entendem a economia como sendo estruturada por instituições como firmas, sindicatos, contratos de salário e crédito, regulamentação governamental e assim por diante. Essas instituições determinam o comportamento econômico em grande medida, e é por isso que a EPK dá certa prioridade às análises macro e mesoeconômicas.

No nível microeconômico, a EPK destaca que o futuro é fundamentalmente incerto. Segue-se que os indivíduos não podem agir perfeitamente de maneira racional, como entendido pelos economistas *mainstream*. Eles preferem tomar decisões com base em regras práticas, pois podem lidar melhor com informações incompletas e complexas. As regras práticas também são muito influenciadas por convenções e normas sociais, que podem levar à

estabilidade (por exemplo, contratos de salário nominal estabilizando o nível de preços), bem como à instabilidade (por exemplo, devido ao comportamento de manada nos mercados financeiros). A incerteza fundamental também molda o comportamento das empresas, que operam em mercados imperfeitamente competitivos, tornando-as formadoras de preços e tomadoras de quantidade.

A EPK estuda uma ampla gama de campos econômicos que vão desde macroeconomia de curto prazo (desemprego, produção econômica e inflação), macroeconomia de longo prazo (crescimento e distribuição), economia monetária, finanças e sistema monetário internacional à abordagens microeconômicas da teoria da firma, teoria do consumo, teoria da taxa de câmbio, financeirização e muito mais. Do mesmo modo, a EPK fornece um rico conjunto de propostas de políticas, que geralmente difere consideravelmente das receitas-padrão oferecidas pela Economia *Mainstream*. Dois exemplos são a ênfase na política fiscal como principal ferramenta para combater as recessões econômicas no curto prazo e a visão de que os bancos centrais devem manter baixas taxas de juros e regular o sistema bancário, em vez de focar estreitamente no combate à inflação. Outro caso em questão seria o endosso de instituições do mercado de trabalho que promovam a negociação coletiva de salários e estabeleçam uma âncora nominal de salário que ninguém pode prejudicar. Isso obriga as empresas a competir por qualidade e produtividade sem causar deflação ao baixar os salários.

Embora pelo nome sejam muito semelhantes, o pós-keynesianismo é bem diferente do velho keynesianismo e da Economia Novo-keynesiana. Os PK's consideram a abordagem novo-keynesiana principalmente neoclássica, com algumas alterações que levam a imperfeições do mercado, mas que não melhoram a análise do mundo real. Não obstante, a Economia Novo-keynesiana, não a Pós-keynesiana, é geralmente o que os alunos aprendem como keynesianismo moderno.

### **3.2.2. Termos, análise e concepção da Economia**

A EPK procura analisar economias capitalistas que são caracterizadas por certas características distintivas. As economias capitalistas são economias monetárias de produção nas quais o dinheiro (crédito) é adiantado pelos bancos ou outras instituições financeiras para as empresas investirem em capital físico e trabalho para produzir bens e serviços; esses são vendidos para obter lucro e pagar as dívidas e os juros incorridos para financiar os investimentos. Esse circuito monetário estabelece não apenas um fluxo circular de renda entre

os principais setores da economia, mas também vincula unidades econômicas, como famílias, empresas ou governos, entre si ao longo do tempo, através de sua estrutura de ativos e passivos. A macroeconomia capitalista forma, assim, um sistema que precisa ser analisado de maneira sistêmica – o que acontece em um setor da economia também afeta outros setores.

Os PK's concebem as economias capitalistas como sistemas altamente produtivos, mas instáveis e conflitantes. A atividade econômica é determinada pela demanda efetiva, que normalmente é insuficiente para gerar pleno emprego e plena utilização da capacidade. As flutuações na demanda efetiva devem-se principalmente a mudanças nas despesas de investimento, que por sua vez são fortemente afetadas pelas expectativas. As expectativas dos agentes econômicos são influenciadas por convenções sociais e regras práticas, devido à incerteza fundamental sobre o futuro. Em tempos de expectativas geralmente otimistas, a demanda por investimentos pode ser dinâmica e desencadear uma fase de forte crescimento do crédito, acumulação de capital e geração de renda (ZORN, 2016).

Um novo dinheiro via crédito é criado para financiar as despesas de investimento. Em seguida, a produção econômica e o emprego são determinados no mercado de bens de acordo com o nível de demanda de investimento. O dinheiro gasto em investimentos aparece como receita nas contas de depósito de outros empresários ou famílias. Um mecanismo de crédito-investimento-renda é assim estabelecido e a demanda de investimento cria uma poupança correspondente. A renda gerada pela produção de novos bens de investimento estimula a demanda de consumo. Se tudo correr bem, as expectativas dos agentes serão validadas à medida que as obrigações de pagamento forem cumpridas e a economia prosperar.

A EPK pressupõe, portanto, que exista um potencial equilíbrio econômico que é determinado por fatores monetários e reais. No entanto, mudanças repentinas nas expectativas podem tirar a economia do equilíbrio. Fases fortes de *boom* devido à expectativas otimistas podem ser seguidas por crises drásticas, que são frequentemente induzidas por expectativas pessimistas, conflitos de distribuição ou fragilidade financeira. Isso deprime as despesas de investimento e consumo, invalida as expectativas de renda e induz um período de inadimplência e crise econômica. Essas fases de expansão e recessão são consideradas características sistêmicas das economias monetárias de produção, que só podem ser mitigadas por certas instituições e políticas econômicas, que ajudam a sustentar as expectativas e atividades econômicas e, assim, reduzem a incerteza sobre o futuro.

Na EPK, o emprego não é determinado no mercado de trabalho, mas a demanda de trabalho é determinada pela demanda agregada no mercado de bens e não pela taxa de salário real. No entanto, o mercado de trabalho determina salários nominais e, portanto, custos unitários nominais de trabalho (KING, 2001). Estes exercem forte influência no nível geral de preços e, portanto, na inflação, bem como na distribuição de renda. Em contraste com a Economia Ortodoxa, na EPK o nível de preços não é determinado pelo nível da oferta monetária, nem a taxa de inflação é determinada pela taxa de crescimento da oferta monetária. Portanto, os PK's não consideram a inflação como um fenômeno monetário. Em vez disso, a inflação é considerada o resultado de um conflito distributivo não resolvido. Esse conflito é causado por reivindicações conflitantes sobre a distribuição de renda entre as principais classes sociais, assalariados em diferentes setores ou indústrias, empresários e rentistas (ou seja, pessoas que obtêm renda de capital com propriedades ou ativos financeiros) e o setor externo em uma economia aberta. Por exemplo, se a meta de salário real de trabalhadores ou sindicatos estiver em conflito com a meta de lucro das empresas, as empresas passarão parcialmente aumentos dos salários nominais aos preços, o que levará à inflação se as empresas tiverem poder de fixação de preços. Embora a inflação seja, portanto, um resultado usual do processo de negociação salarial, mesmo em tempos "normais", ela pode ser acelerada por aumentos repentinos nos custos dos insumos, por exemplo, devido à desvalorizações da moeda ou choques nos preços das mercadorias. (WRAY, 2001)

A busca pelo lucro faz do capitalismo um sistema dinâmico que geralmente cresce ao longo do tempo devido a investimentos e mudanças técnicas. No entanto, a dinâmica do crescimento é fortemente influenciada pelo desempenho econômico de curto prazo, que é impulsionado principalmente pela demanda agregada. A economia está se desenvolvendo no tempo histórico, o que significa que o passado tem um efeito persistente no futuro através da dependência da trajetória. Choques adversos temporários podem, portanto, reduzir permanentemente o produto potencial, assim como uma alta taxa de desemprego pode elevar a taxa de inflação não-acelerada pelo desemprego (NAIRU), e a taxa de crescimento real pode influenciar a taxa natural de crescimento. Os efeitos de curto prazo, portanto, influenciam fortemente o desenvolvimento econômico de longo prazo.

### **3.2.3. Ontologia**

Embora a EPK, como a maioria das outras disciplinas científicas, não forneça uma ontologia filosófica elaborada, suas teorias implicam pressupostos sobre a existência e a

natureza de certas entidades que compõem a realidade econômica. No nível mais abstrato, a EPK pressupõe que as economias capitalistas são compostas por certas estruturas sociais que existem independentemente da observação científica (na filosofia da ciência essa visão é chamada de Realismo). Mais concretamente, estruturas sociais importantes são as classes sociais (por exemplo, trabalhadores, capitalistas, rentistas), que determinam em grande medida o comportamento econômico de agentes econômicos, instituições sociais (por exemplo, valores, dinheiro, normas de consumo, regulamentação do mercado de trabalho) e organizações sociais (por exemplo, empresas, bancos centrais, governos). Essas estruturas sociais formam a natureza da economia monetária de produção capitalista, objeto da análise econômica pós-keynesiana.

Enquanto os PK's acreditam que as economias capitalistas exibem certas regularidades que são geradas por mecanismos causais e que podem ser capturadas por teorias econômicas, eles concebem a economia como um sistema dinâmico que está sujeito a uma mudança permanente no tempo histórico. Portanto, regularidades empíricas também podem mudar, de modo que as teorias econômicas não podem ser consideradas como leis universais.

Ainda que os PK's certamente concordem que as estruturas sociais são, em última análise, baseadas na ação humana, eles rejeitam a ideia de que estruturas sociais ou fenômenos macroeconômicos possam ser reduzidos ao comportamento dos indivíduos. Pelo contrário, os indivíduos sempre agem em um determinado contexto institucional que molda suas crenças e ações e conecta diferentes classes de agentes ou tipos de unidades econômicas entre si. Estruturas sociais e fenômenos macroeconômicos podem exercer poderes causais que afetam o comportamento humano, o que, por sua vez, determina os macro-fenômenos. Macro-fenômenos e instituições podem até exibir propriedades emergentes que não podem ser totalmente explicadas pela agregação de ações individuais. Assim, a EPK assume compromissos ontológicos mais fortes do que o modelo clássico de escolha racional, que adere a um forte individualismo ontológico e afirma que o mundo social é, em última análise, composto apenas por indivíduos e agregados de indivíduos, e que nada além de ação individual pode exercer poderes causais (LAVOIE, 2014).

Uma analogia muito simples às propriedades macro pode ser dada pela seguinte situação: se todos em um estádio de futebol se levantam, ninguém melhora sua visão do jogo, apesar de que se apenas uma pessoa se levanta, isso melhoraria a visão dela. Esse modo de pensar levou à descoberta de vários paradoxos macroeconômicos. De acordo com Lavoie (2014), o termo paradoxo, nesse contexto, significa que o que pode parecer razoável para uma

única pessoa, empresa ou estado pode levar a comportamentos e resultados coletivos não desejados, adversos ou até irracionais, quando todos os indivíduos, empresas ou estados agem de maneira semelhante. Portanto, é importante estudar os macro-fenômenos e suas propriedades por si só e observar como eles, por sua vez, afetam o comportamento individual. Essa abordagem foi descrita como "holismo". Todos esses paradoxos macroeconômicos são, por exemplo, blocos de construção importantes de uma explicação completa da recente crise financeira de 2008. O mais importante desses paradoxos está resumido no quadro a seguir.

**Quadro 3** - Paradoxos macroeconômicos e seus mecanismos

<b>Paradoxos macroeconômicos</b>	<b>O que é isso?</b>	<b>Mecanismo</b>
Paradoxo da Parcimônia	Taxas de poupança mais altas levam a uma redução na poupança total	Quando as pessoas economizam, gastam menos; portanto, as empresas obtêm menos receita e reduzem o investimento. Assim, a renda agregada diminui e o mesmo ocorre com a poupança total.
Paradoxo da dívida	Esforços para desalavancar podem levar a maiores índices de alavancagem	Quando todos economizam mais sua renda para pagar a dívida, a renda agregada diminui e os índices de alavancagem aumentam ("endividamento forçado").
Paradoxo da tranquilidade (ou estabilidade)	A estabilidade é desestabilizante	Uma economia estável torna as pessoas mais otimistas, levando a maiores riscos e maior relação da dívida bruta/receita bruta, o que cria instabilidade.

Fonte: Baseado em Lavoie (2014, p. 18)

### 3.2.4. Epistemologia

Novamente, deve-se notar primeiro que a EPK não fornece uma epistemologia coerente e que cada um dos PK's, provavelmente, têm visões muito diferentes sobre a verdade, o conhecimento e o grau em que é possível obter conhecimento da realidade econômica. No entanto, existem algumas suposições implícitas sobre a relação entre realidade e conhecimento científico, típicas da EPK.

Primeiro, os PK's compartilham a visão de que é tarefa da ciência empírica coletar e sistematizar declarações sobre o mundo, as quais devem refletir a realidade da maneira mais adequada possível. Embora os modelos econômicos sejam sempre uma representação altamente simplificada dos mecanismos causais reais, eles devem capturar da melhor maneira os principais aspectos da realidade, como eles existem. Modelos que conseguem descrever e explicar fenômenos empíricos e cujas suposições não contradizem observações básicas sobre

eventos econômicos regulares reais podem não ser considerados estritamente verdadeiros, mas são certamente mais verdadeiros do que modelos que não explicam corretamente os mecanismos causais reais ou que estão baseados em premissas que não refletem adequadamente nossa experiência da atividade e eventos econômicos cotidianos.

Assim sendo, muitos economistas PK's apoiam explicitamente a visão filosófica do Realismo Transcendental e do Realismo Crítico, apresentados por Lawson (1994b). A ideia principal de Lawson é que o sucesso na ciência depende de encontrar e usar métodos, além de modos de raciocínio, apropriados à natureza do fenômeno. Lawson acredita que, embora alguns fatos estilizados possam ser identificados, uma conjunção constante de eventos raramente ocorre ao se analisar fenômenos econômicos e sociais. Como resultado, o pesquisador precisa ir além da superfície do fenômeno e encontrar as estruturas verdadeiras e os mecanismos causais que explicam o fenômeno observado, dirigindo-se ao essencial e não ao mais geral. Isso, de acordo com Lawson, não é o que os economistas ortodoxos realizam. Ele sugere que não se deve dizer que as teorias *mainstream* não possuam realismo, mas sim que elas não têm realidade<sup>25</sup>.

Segundo, a EPK parece pressupor a necessidade de raciocínio lógico e observação empírica para construir boas teorias econômicas. Em vez de seguir um método dedutivo puro, partindo de, por exemplo, axiomas sobre regras supostamente universais da escolha humana e, em seguida, derivando logicamente proposições mais concretas sobre fenômenos empíricos, a EPK baseia todas as suposições teóricas em evidências empíricas. No entanto, isso não significa que na EPK todas as suposições teóricas sejam rigorosamente comprovadas por raciocínio indutivo, ou seja, evidência estatística. As premissas teóricas devem estar alinhadas com o conhecimento empírico básico do comportamento e fenômenos econômicos reais. Além disso, o raciocínio lógico desempenha um papel importante. Em um nível muito básico, isso implica um desejo de consistência interna das declarações individuais de uma teoria, mas também de coerência geral.

Um exemplo pode ser o vínculo entre premissas microeconômicas (como concorrência, preços e comportamento da empresa) e teoria macroeconômica (como a determinação da distribuição funcional da renda, que é a distribuição do PIB em salários e lucros). Mais especificamente, o raciocínio lógico desempenha um papel importante na criação de teorias econômicas consistentes com a prática e as implicações da contabilidade de

---

<sup>25</sup> Para uma leitura mais ampliada, consultar o capítulo 2 desta tese.

dupla entrada e da contabilidade nacional. As teorias que não levam em conta as identidades contábeis básicas e suas consequências econômicas substanciais são certamente consideradas falhas pelos PK's.

Terceiro, os PK's parecem compartilhar uma certa consciência dos limites do conhecimento econômico. Isso se reflete em certa cautela e modéstia com relação à confiabilidade das previsões econômicas sobre variáveis quantitativas (por exemplo, crescimento do PIB ou inflação) de uma economia dinâmica sujeita a mudanças estruturais. Em tal economia, regularidades empíricas particulares persistem apenas temporariamente. Além disso, os PK's não procuram necessariamente lançar todas as suposições ou hipóteses relevantes em uma estrutura formal, já que esta reivindicaria a posse de um grau de precisão que pode simplesmente não ser atingível devido à complexidade qualitativa do respectivo fenômeno, como, por exemplo, o comportamento de manada nos mercados financeiros. Essa visão pode ser resumida pela regra geral de que é melhor estar aproximadamente certo do que precisamente errado (DAVIDSON, 1984). Segundo Davidson:

Os pós-keynesianos acreditam que é melhor desenvolver um modelo que enfatize as características especiais do mundo econômico em que vivemos do que refinar e polir continuamente um modelo primorosamente preciso, mas irrelevante (DAVIDSON, 1984, p. 574, tradução nossa).

O sucesso preditivo e o maior grau possível de precisão quantitativa não são considerados os principais objetivos das teorias econômicas, pois podem não ser reconciliáveis com a natureza qualitativamente complexa e mutável das economias capitalistas. Os economistas devem estar cientes dos limites do conhecimento econômico e trabalhar para desenvolver teorias realistas, que forneçam uma descrição adequada dos mecanismos causais reais, e explicações plausíveis.

Caldwell (1989) avalia que a crítica mais contundente dos PK's contra a Economia Neoclássica é que falta realismo, ou melhor, falta realidade, argumentando ainda que os PK's valorizam mais a explicação do que a previsão. Portanto, não comungam das ideias do instrumentalismo de Friedman (1953). De acordo com Lavoie (2014, p. 13, tradução nossa) “a estrutura de um modelo não pode ser construída sobre fundamentos descritos em uma economia idealizada ou imaginária. O que é necessário é uma abstração, não uma ficção”.

O objetivo geral da Economia, nessa visão, é relatar acontecimentos plausíveis sobre o funcionamento do sistema econômico no mundo real a partir de fatos estilizados. Essa abordagem se opõe fortemente ao ponto de vista epistemológico do instrumentalismo, que

não se importa com o grau de realidade refletido nas premissas centrais e apenas busca obter previsões corretas.

Adicionalmente é possível trazer à baila um aspecto de fundamental valor epistemológico em Keynes, que serve de bastião para a EPK, pelo menos no que tange ao programa de pesquisa da sua segunda vertente, detalhado no item “a”: a visão de mundo. Esta por sua vez foi verbalizada ou conceitualizada, redundando daí os princípios teóricos fundamentais que definem o conceito de economia monetária de produção.

Segundo Oreiro (2011), para os PK's, Keynes teria desenvolvido, ao longo da sua Teoria Geral e dos seus demais escritos acadêmicos, uma nova visão de mundo no sentido de Schumpeter (1954): uma ruptura radical com relação ao pensamento neoclássico prevalecente até então. A visão de mundo é definida por Schumpeter como o ato cognitivo pré-analítico que define o conjunto de fenômenos que devem ser objeto de análise sistemática. Nas palavras de Schumpeter:

[...] para podermos colocar para nós quaisquer problemas, devemos primeiro visualizar um conjunto distinto de fenômenos coerentes como um objeto de nossos esforços analíticos. Em outras palavras, o esforço analítico é necessariamente precedido por um ato cognitivo pré-analítico que fornece a matéria-prima para o esforço analítico [...] esse ato cognitivo pré-analítico será chamado de Visão (SCHUMPETER, 1954, p. 41, tradução nossa).

Nesse contexto, a visão de mundo de Keynes estaria resumida no conceito de economia monetária de produção, o qual foi introduzido pela primeira vez pelo próprio Keynes em um artigo publicado em um periódico alemão, em 1933. Nesse artigo ele afirma que:

Na minha opinião, a principal razão pela qual os problemas da crise não são resolvidos ou, de qualquer forma, por que essa teoria é tão insatisfatória, pode ser encontrada na falta do que poderia ser chamado de teoria monetária da produção. Eu gostaria de lidar com [...] uma economia em que o dinheiro faz parte própria e afeta motivos e decisões e é, em suma, um dos fatores operacionais da situação, de modo que o curso dos eventos não pode ser previsto, à longo prazo ou à curto prazo, sem um conhecimento do comportamento da moeda entre o primeiro estado e o último. E é isso que devemos dizer quando falamos de economia monetária (KEYNES, 1973, v. 13, p. 408-409, tradução nossa)

Uma vez definida a visão de mundo, tem início a análise científica propriamente dita. Essa, por sua vez, é realizada em dois estágios. No primeiro estágio, o teórico deve verbalizar ou conceitualizar a sua visão de mundo, colocando-a em algum esquema ou representação que permita a sua posterior manipulação (SCHUMPETER, 1954). No segundo estágio, deve-se proceder à construção de modelos analíticos, os quais nada mais são do que uma representação simplificada de uma economia que opera segundo os princípios teóricos que

foram verbalizados no primeiro estágio. Em geral, esses modelos serão apresentados na forma de equações matemáticas, as quais permitem uma definição precisa das relações de causalidade implicadas pelos princípios teóricos sistematizados no estágio inicial. Somente após a definição dessas relações de causalidade, a teoria poderá ser submetida a testes empíricos. Os resultados desses testes irão validar algumas dessas relações de causalidade e rejeitar outras. Aquelas relações que forem rejeitadas irão, por sua vez, promover uma revisão dos elementos constitutivos da visão de mundo original. Nas palavras de Schumpeter:

Trabalho factual e trabalho “teórico”, em uma interminável relação de dar e receber, naturalmente testando um ao outro e estabelecendo novas tarefas um para o outro, eventualmente produzirão modelos científicos, os produtos conjuntos provisórios de sua interação com os elementos sobreviventes da visão original, às quais serão aplicados padrões cada vez mais rigorosos de consistência e adequação (SCHUMPETER, 1954, p. 42, tradução nossa).

### **3.2.5. Metodologia**

Como mencionado acima, o princípio ontológico mais básico do paradigma PK, como é o caso das ramificações heterodoxas da economia, pode ser descrito como uma abordagem holística ou organicista. Ao contrário da Economia Neoclássica, que segundo Lawson (1994b) tem uma concepção baseada sobre átomos isolados (atomicismo), que caracteriza essencialmente a ausência do realismo das teorias ortodoxas, os PK's defendem o holismo metodológico.

Um bom exemplo dessa abordagem organicista é a teoria da escolha pós-keynesiana, na qual decisões de consumo ou outras despesas (ou seja, investimento imobiliário, educação), bem como decisões financeiras (ou seja, decisões de portfólio e tomada de crédito) são fortemente interdependentes entre os indivíduos. Os indivíduos, devido a razões psicológicas e incerteza fundamental, se comparam aos outros e constroem suas decisões parcialmente em regras práticas e hábitos. Essas formas de comportamento de grupo estão no centro das explicações pós-keynesianas da recente crise financeira de 2008. Com base nessa determinação social do comportamento, a teoria pós-keynesiana enfatiza o papel de diferentes classes (as principais são trabalhadores, capitalistas e rentistas) e instituições da sociedade. Isso está em forte objeção à abordagem neoclássica do individualismo metodológico, ainda dominante, que exige que toda explicação dos fenômenos econômicos tenha que partir do comportamento individual (LAVOIE, 2014).

A EPK emprega métodos de pesquisa que correspondem ao princípio do holismo. Dentre outros, os métodos mais importantes são: modelagem formal da macro e estimativa

econométrica, modelagem consistente de fluxo de estoque (*stock-flow consistent*) e modelagem baseada em agentes, utilizando simulações em computador, assim como análises institucionais e estudos de caso.

Os PK's costumam projetar suas teorias macroeconômicas em modelos formais simples, que descrevem as ligações causais entre variáveis macroeconômicas por meio de parâmetros estruturais. As premissas comportamentais subjacentes, por exemplo, sobre o comportamento do consumidor ou da empresa, normalmente não são estritamente modeladas, mas justificadas por fatos estilizados e conhecimento de regularidades empíricas. A desigualdade de renda, por exemplo, pode inserir uma função de consumo agregado pós-keynesiana com base em estudos empíricos sobre comportamento de consumo, mostrando que as famílias ricas têm menor propensão a consumir ou que as famílias mais pobres tentam ajustar seu comportamento de consumo para a próxima classe de renda social mais alta. Esses modelos, portanto, têm microfundamentos, mas não são expressos em uma estrutura formal de otimização restrita. Entretanto, diferentemente da teoria neoclássica, as suposições sobre o comportamento individual geralmente envolvem comportamentos orientados a normas, moldados por instituições e contextos sociais (LAVOIE, 2014).

Modelos macroeconômicos PK's simples podem ser estáticos e focar nos efeitos marginais de mudanças em variáveis exógenas sobre os resultados econômicos no equilíbrio do mercado de bens. Os modelos dinâmicos analisam a mudança de variáveis econômicas ao longo do tempo e investigam a estabilidade ou instabilidade de certas variáveis no estado estacionário, como, por exemplo, a dívida privada. Esses modelos capturam, assim, a natureza sistêmica do capitalismo, mencionada acima, e permitem uma representação de processos dinâmicos e instáveis.

Os parâmetros estruturais desses modelos PK's geralmente são empiricamente estimados por meio de técnicas econométricas convencionais. Da mesma forma, hipóteses teóricas derivadas das teorias PK's podem ser empiricamente testadas através da econometria. Enquanto alguns economistas PK's não gostam da abordagem econométrica por causa de seu ceticismo em relação a regularidades universais, parece que a maioria dos pesquisadores adota o trabalho econométrico. Outra maneira comum de avaliar teorias macroeconômicas é o uso de estudos de caso comparativos de diferentes países, com base em estática descritiva.

Segundo Sarquis e Oreiro (2015, p. 133), a metodologia aplicada por economistas PK's é eminentemente Marshalliana, “a qual consiste em olhar para as partes da economia em

sequência, mantendo constante ou abstraindo o que está acontecendo, ou pelo menos os efeitos do que está acontecendo, nas outras partes do sistema”. Assim sendo, os modelos PK’s são constituídos por “fragmentos” separados (produção, inflação, desemprego, fluxos financeiros etc.) sem a preocupação de como o sistema funcionaria como um todo. Para isso seria necessário a integração desses modelos particulares em um modelo geral a respeito do funcionamento da economia, como, por exemplo, fazem os modelos *stock-flow consistent* (SFC)

Os modelos *stock-flow consistent* (SFC) representam outra vertente da modelagem macro-formal pós-keynesiana que se tornou cada vez mais popular nos últimos anos. Sua característica analítica mais importante é a integração de equações comportamentais (que irão definir o assim chamado “fechamento” ou “causalidade” do modelo, o que envolve a definição das variáveis endógenas e exógenas em um sistema de equações), derivadas da teoria pós-keynesiana, em uma estrutura de regras contábeis rigorosas (observe, no entanto, que a estrutura do SFC não está vinculada a uma escola específica de pensamento<sup>26</sup>).

A intuição por trás da estrutura contábil baseia-se no princípio de que todo ativo é passivo de outra pessoa e toda entrada monetária é saída de outra pessoa. Portanto, a estrutura do SFC garante que todos os fluxos e estoques reais e financeiros do respectivo modelo sejam integrados de maneira abrangente e possam ser rastreados até sua origem. Assim, a modelagem SFC se encaixa muito bem na abordagem metodológica holística da EPK e a contabilidade abrangente permite derivar alguns relacionamentos da contabilidade pura, o que significa que esses modelos dependem menos de equações comportamentais. Para Sarquis e Oreiro (2015, p. 134): “Essa consistência entre fluxos e estoques garante a existência de uma dinâmica intrínseca ao sistema de tal forma que a economia não pode nunca ser vista como um sistema estático, mas sim como um sistema que evolui ao longo do tempo”.

Por exemplo, algumas variáveis funcionam como variáveis de ajuste, garantindo que as restrições orçamentárias de todos os agentes ou setores sejam atendidas simultaneamente. Isso é importante do ponto de vista PK, uma vez que o objeto de análise na EPK é uma

---

<sup>26</sup> Nesse contexto, os diferentes paradigmas da teoria econômica podem ser diferenciados com base em diferentes fechos para um mesmo sistema de relações contábeis. O “fecho” neoclássico pode então ser definido como uma situação na qual: (i) os agentes econômicos tomam decisões com base na maximização de alguma função objetivo, de tal forma que as “equações comportamentais” resultam de algum processo de otimização; e (ii) a produção é um processo essencialmente atemporal de tal forma que a existência de moeda e crédito é vista como um acréscimo desnecessário a estrutura dos modelos formais. Dessa forma, os modelos neoclássicos SFC tendem a apresentar uma estrutura analítica extremamente simplificada, recorrendo-se usualmente ao modelo de Agente-Representativo no qual a riqueza existente na economia pode ser mantida em um ou dois ativos, no máximo (SARQUIS; OREIRO, 2015, p. 134).

economia monetária de produção, como mencionado acima. Até o momento, há uma diversidade de modelos SFC que variam de modelos analíticos relativamente pequenos a modelos muito grandes e complexos que são resolvidos numericamente.

Um desenvolvimento relativamente novo é a combinação de modelos SFC com modelos baseados em agentes, a fim de incorporar agentes econômicos mais diversos nos modelos PK's. Um modelo baseado em agente (MBA) é uma simulação em computador de muitos agentes heterogêneos em interação, que podem ser usados para estudar os resultados agregados ocorridos a partir das interações individuais e suas reações (*feedback*) no nível individual. A metodologia do MBA difere bastante da abordagem do agente representativo, uma vez que o estado de um único agente ao longo da simulação não fornece necessariamente nenhuma informação sobre o estado agregado ou o comportamento do modelo, e o tempo desempenha um papel importante. Ou seja, uma característica fundamental da modelagem baseada em agentes é o surgimento de propriedades macroeconômicas, que não podem ser derivadas do comportamento individual<sup>27</sup>. Portanto, essa modelagem é um esforço promissor para fornecer uma microestrutura explícita para as propriedades macroemergentes dos modelos PK's (LAVOIE, 2014).

No nível mesoeconômico, a EPK faz uso de análises institucionais, que envolvem o método de relatar eventos econômicos (*storytelling method*). As análises institucionais descrevem a estrutura, operação e conexões de instituições e organizações econômicas e que tipo de regularidades ou tendências surgem de suas interações. Uma análise institucional da prática dos bancos e do banco central, por exemplo, pode elucidar como é criado o dinheiro via crédito; como as taxas de juros são determinadas e; como o banco central pode afetar a taxa interbancária de curto prazo (por exemplo, taxa LIBOR, taxa de fundos federais – no Brasil, taxa CDI) por meio de política monetária. Isso permite uma explicação dos efeitos da política monetária, suas capacidades e limites (por exemplo, porque o banco central não pode controlar a oferta de moeda, mas por que consegue atingir a taxa interbancária de curto prazo) e uma comparação de diferentes sistemas monetários. Essa abordagem também pode ser empregada para descrever sobre a ocorrência de certos fenômenos econômicos, por exemplo, a crise financeira de 2008, como resultado de mudanças institucionais estruturais de longo prazo no setor financeiro. Embora essas análises institucionais sejam baseadas em casos

---

<sup>27</sup> De acordo com Lavoie (2014, p. 17, tradução nossa): “Propriedades emergentes podem ser consideradas paradoxos macroeconômicos, ou falácias de composição, que contradizem a pura agregação de um agente representativo”.

empíricos específicos e normalmente não envolvam formalização, elas geralmente fornecem conclusões mais gerais sobre comportamento e eventos econômicos. Além disso, eles podem sustentar modelos macroeconômicos formais que, por si só, são incapazes de fornecer descrições ricas das instituições e comportamentos econômicos subjacentes, que geram certos resultados macroeconômicos (LAVOIE, 2014).

Oreiro (2011) apresenta pressupostos teóricos, que em seu julgamento, fundamentam ou deveriam fundamentar a construção de modelos analíticos de inspiração pós-keynesiana. Esses pressupostos teóricos englobam elementos da “visão de mundo” das duas vertentes da EPK. São eles:

I) o crescimento econômico de longo prazo é, essencialmente, endógeno à operação do sistema econômico, ou seja, a taxa de crescimento do produto per capita e a da produtividade do trabalho não podem (e não devem) ser tratadas como variáveis exógenas aos modelos de crescimento e distribuição de renda. Nesse contexto, o motor fundamental do crescimento da produtividade do trabalho e do produto per capita é o investimento em capital fixo;

II) a distribuição funcional da renda entre salários e lucros tem uma importância fundamental na determinação da taxa de crescimento econômico de longo prazo, devido aos efeitos que a mesma tem sobre a decisão de investimento em capital fixo;

III) as economias de mercado são, inerentemente, instáveis, ou seja, não existem mecanismos de mercado capazes de fazer com que essas economias apresentem uma trajetória de crescimento caracterizada pela estabilidade do grau de utilização da capacidade produtiva e do nível de emprego; além disso, essa instabilidade é endógena, no sentido de ser o resultado da própria estrutura das economias de mercado, sendo, assim, independente da ocorrência de choques exógenos sobre as mesmas;

IV) a instabilidade resulta de uma interação complexa entre fatores reais — como, por exemplo, a relação não linear (na forma de uma curva em C invertido) entre distribuição de renda e grau de utilização da capacidade produtiva — e financeiros — como, por exemplo, a relação entre o grau de endividamento das empresas e a taxa de juros dos empréstimos bancários;

V) a instabilidade é, no entanto, limitada, no sentido de que não se traduz em comportamentos explosivos da taxa de crescimento do produto e do grau de utilização da capacidade produtiva;

VI) as relações comportamentais entre as variáveis econômicas são, em geral, não lineares. Essas não linearidades, por sua vez, resultam de diversos fatores, tais como existência de retornos crescentes (economias estáticas e dinâmicas de escala, externalidades de rede, indivisibilidades, etc.); de efeitos-renda mais fortes do que os efeitos-substituição; etc.;

VII) a presença de não linearidades permite, para certos valores dos parâmetros estruturais da economia, a obtenção de múltiplas posições de equilíbrio;

VIII) o assim chamado problema da integração entre ciclo e tendência, referente à impossibilidade de se fornecer uma explicação teórica unificada para o crescimento de longo prazo das economias de mercado e o fenômeno das flutuações do nível de atividade econômica, pode ser resolvido através do conceito de crescimento cíclico;

IV) a moeda é não neutra no longo prazo, devido aos efeitos que variações da preferência pela liquidez e/ou na forma de condução da política monetária têm sobre (i) a decisão de composição de portfólio e (ii) a decisão de investimento em capital fixo. Nesse contexto, um aumento da preferência pela liquidez que não seja acomodado por um aumento correspondente da oferta de moeda por parte do Banco Central pode produzir uma redução da taxa de crescimento de longo prazo; pois aquele aumento irá induzir os indivíduos a manterem uma fração maior de sua riqueza na forma de ativos líquidos e, conseqüentemente, uma fração menor da mesma na forma de bens de capital. Isso irá produzir uma redução do volume de investimento e, dessa forma, uma redução da taxa de crescimento do produto per capita e da produtividade do trabalho.

Outro aspecto metodológico importante ligado ao “programa de pesquisa” pós-keynesiano, pelo menos no que tange ao programa da sua segunda vertente (keynesianismo fundamentalista), consiste em desenvolver analiticamente a visão de mundo proposta por Keynes em sua Teoria Geral e demais escritos acadêmicos. Nas palavras de Carvalho:

Os pós-keynesianos têm como programa precisamente desenvolver a nova visão, a de uma economia monetária. Este é o conceito unificador que organiza o paradigma pós-keynesiano e permite superar a impressão muito comum [...] de que esta escola está mais unida pelos argumentos que refutam do que por princípios positivos da teoria em reconstrução (CARVALHO, 1992, p. 37-38, tradução nossa).

De acordo com Oreiro (2011), da verbalização da visão de mundo, realizada, dentre outros, por Carvalho (1992), resultaram os seis princípios teóricos fundamentais, que definem o conceito de economia monetária de produção. Esses princípios constituem à lá Lakatos, o núcleo do programa de pesquisa pós-keynesiano. De acordo com Carvalho (1992), tais princípios são os seguintes:

I) Princípio da produção - esse princípio estabelece que a produção é conduzida por firmas cujo objetivo é obter lucros, que são definidos em termos monetários. Uma firma não existe para gerar utilidade para os seus acionistas, mas unicamente para acumular dinheiro. A função-objetivo da firma é definida, portanto, em termos da riqueza em geral, e não em termos de formas específicas de riqueza. Nas palavras de Keynes (1973, p. 82), “Um empresário está interessado não na quantidade de produto, mas na quantidade de dinheiro que caberá para a sua parte”;

II) Princípio da estratégia dominante - existe uma assimetria entre os agentes econômicos, no que se refere ao poder de tomada de decisão. Para Keynes e pós-keynesianos, são as firmas que tomam as decisões fundamentais numa economia capitalista: tanto o nível de emprego como o nível de poupança depende das decisões das firmas de produzir e investir. Tanto os poupadores como os trabalhadores adaptam-se às decisões tomadas pelas firmas, mesmo quando não percebem essa adaptação. Essa assimetria, por sua vez, baseia-se na ideia de que a distribuição dos recursos produtivos é desigual entre os agentes. O capital é escasso relativamente ao trabalho, e, embora a capacidade de trabalho seja possuída por todos, o controle dos meios de produção não está igualmente disponível;

III) Princípio da temporariedade dos processos econômicos – a produção é um processo que se desenvolve ao longo do tempo calendário. Isso significa que as firmas têm de decidir a respeito do que e quanto produzir com base em expectativas sobre a demanda futura de seus produtos. Dessa forma, elas têm que comprometer recursos para a compra de trabalho e outros insumos antecipadamente à venda de sua produção final no mercado;

IV) Princípio da não ergodicidade - a incerteza que circunda o processo de tomada de decisão nas economias capitalistas resulta da não ergodicidade dos processos econômicos. A não ergodicidade impede o aprendizado por parte dos agentes econômicos e, portanto, que os mesmos sejam capazes de “descobrir” a distribuição de probabilidades objetiva dos eventos futuros;

V) Princípio da coordenação - as economias capitalistas não possuem mecanismos de planejamento central através dos quais os planos dos agentes sejam previamente coordenados. A coordenação é obtida *ex post facto*, através da revelação para o mercado daquelas decisões que estavam certas e daquelas que estavam erradas. As decisões erradas irão impor perdas para os agentes que tomaram as mesmas. Nesse contexto, os tomadores de decisão irão adotar

comportamentos e desenvolver instituições que reduzam a incerteza e os efeitos de tais erros. Dentre essas instituições destaca-se o sistema de contratos em moeda;

VI) Princípio das propriedades da moeda - esse princípio está diretamente relacionado ao anterior, no sentido de que Keynes afirmava que, para que um complexo sistema de contratos em moeda fosse viável, seria necessário que a moeda tivesse algumas propriedades para garantir sua sobrevivência. Essas propriedades se relacionam essencialmente às restrições quanto à sua criação pelos agentes. Para Keynes, a moeda em uma economia monetária de produção seria caracterizada por uma elasticidade zero de produção (o que significa que quando a demanda por dinheiro aumenta, a mão-de-obra não é usada para produzir mais) e uma elasticidade de substituição quase zero ou negligenciável (quando a demanda por dinheiro aumenta, não há substitutos próximos para satisfazer a demanda). Essas propriedades sustentariam a liquidez da moeda, isto é, sua capacidade de liquidar dívidas.

Como foi possível diagnosticar, não há um consenso absoluto sobre qual é o método utilizado pelos pós-keynesianos. Além da abordagem do Realismo Crítico existe outra, que segundo King (2002) não é incompatível com o Realismo, denominada babilônica<sup>28</sup> (modo de pensamento já apresentado no primeiro capítulo dessa tese). De antemão é possível antecipar que, ao contrário do Realismo Crítico que apresenta algumas restrições com a pesquisa empírica no que diz respeito ao uso da econometria, a abordagem babilônica é mais aberta às interações do pós-keynesianismo com outras correntes.

Uma opinião importante sobre a amplitude do pós-keynesianismo é a da metodóloga Sheila Dow (2003a). Para ela, esta dificuldade de agregação é uma característica própria das várias correntes do pensamento econômico, em especial das heterodoxas. Em seus trabalhos sobre metodologia da economia, Dow conceitua as bases ontológicas e metodológicas do pós-keynesianismo como alicerçadas no que chama de “modo de pensar babilônico”. Este termo, babilônico, é usado por Dow (2003a) para designar uma ontologia que entende e estuda o sistema social como um “sistema aberto”. Nas palavras de Stohs:

De acordo com a abordagem babilônica, não existe uma única cadeia lógica de axiomas à teoremas; mas existem vários conjuntos de cadeias paralelas, entrelaçadas e que se reforçam mutuamente, de modo que nenhum axioma em particular é logicamente básico. (STOHS, 1983 apud DOW, 2003a, p. 11, tradução nossa).

---

<sup>28</sup> Davidson (2005) apresenta sérias críticas ao emprego da ideia de “modo de pensar babilônico” para definir o que é a corrente pós-keynesiana; na presente tese, entretanto, este modo de pensar é visto simplesmente como uma característica que faz parte do pós-keynesianismo desde a sua origem (Dow 2003a) e não como um critério capaz de individualizar tal corrente.

### 3.2.6. Ideologia e objetivos políticos

A teoria PK em si é, em princípio, compatível com uma ampla gama de ideologias ou objetivos. Para exagerar um pouco, por um lado, a EPK pode ser uma estrutura analítica de um político socialista que deseja superar o capitalismo ou, por outro, pode ser uma ferramenta para um banqueiro de investimentos pró-capitalista analisar o ambiente econômico que ele se encontra. O fato é que a EPK se presta a diferentes ideologias, já que seu principal objetivo é entender a dinâmica dos sistemas capitalistas do ponto de vista macroeconômico, independentemente de alguém querer manter ou superar o capitalismo. No entanto, todo acadêmico tem uma ideologia específica que ele emprega na avaliação de uma teoria. Como pontua Lavoie (2014), a ideologia é o elemento crucial que separa a maioria dos economistas ortodoxos da maioria dos economistas heterodoxos.

O pós-keynesianismo não tem sido exclusivamente (ou fortemente) associado a nenhum grande movimento político. No entanto, é seguro dizer que os PK's em geral não desejam eliminar o capitalismo, mas desejam dominá-lo e vislumbram um sistema econômico que constituiria um meio termo entre liberalismo e socialismo. Portanto, alguns fundamentos ideológicos centrais e objetivos políticos de muitos economistas PK's também podem ser encontrados no desenvolvimento histórico do pensamento social-democrata e na ênfase correspondente sobre as perspectivas de um jogo de soma diferente de zero, ou seja, em um capitalismo cooperativo de classe. No entanto, muitos PK's discordam fortemente dos programas políticos apresentados pelos partidos socialdemocratas dos países capitalistas ocidentais após a mudança neoliberal para a "terceira via" na década de 1990.

Ao justificar a busca pelo capitalismo socialmente progressista, muitos economistas PK's afirmam encontrar precedência histórica para essas perspectivas na Era de Ouro ou no regime fordista do capitalismo, das décadas de 1950 a 1970. Esse período destacou, em países capitalistas avançados, crescimento econômico estável, distribuição de renda mais igualitária, pleno emprego (ou quase pleno), rede de segurança social mais forte, maior regulamentação do setor financeiro e um estado intervencionista mais ativo na gestão da demanda agregada do que se observou na "era neoliberal" subsequente. As características desta época podem ser vistas como algum tipo de modelo para o tipo de sistema econômico que os PK's advogam. Para chegar lá, o objetivo político abrangente é mudar a eficácia do estado e do sistema político-econômico. A questão de como isso pode ser alcançado no domínio social e político não é frequentemente respondido diretamente na literatura PK.

Embora existam algumas tentativas na EPK que investigam a questão dos fatores socioeconômicos e sócio-políticos que podem levar a determinadas mudanças nos regimes econômicos ou capitalistas, pode-se argumentar que essas questões não são a principal preocupação da literatura acadêmica PK. Pelo contrário, a EPK afirma o que precisa ser alcançado no nível macroeconômico, a fim de evitar as instabilidades e/ou fragilidades estruturais persistentes relacionadas ao capitalismo. Estes incluem estagnação, inflação ou deflação excessiva, recessões, crises financeiras e econômicas, entre outros. Por exemplo, muitos PK's argumentam que uma distribuição mais uniforme da renda entre capitalistas e trabalhadores aumentará a demanda e o crescimento agregados e, portanto, poderá resultar no aumento dos lucros brutos da classe capitalista. Isso enfatiza o fato de que, para a EPK, não há um *trade-off* fundamental entre coesão social, como objetivo político, e crescimento, como meio econômico para manter altos níveis de emprego e melhorar as condições de vida. No entanto, como a análise dos desenvolvimentos sociais que levam à mudança política é uma preocupação menor em relação às recomendações específicas de políticas econômicas na EPK, pode-se facilmente ter a impressão de que a abordagem PK para a política tem certa afinidade com a tecnocracia. Isso ocorre apesar de muitos PK's estarem bem cientes dos desafios sociopolíticos que impedem a implementação de suas recomendações "técnicas".

A maioria dos economistas PK's adotaria a ideia de alcançar um sistema socialmente mais justo, com pleno emprego, baixos níveis de desigualdade de renda e altos níveis de liberdade individual. Embora hoje muitos economistas PK's reconheçam que o crescimento infinito é problemático do ponto de vista ambiental, ele continua sendo o instrumento central para alcançar o pleno emprego e, portanto, pode ser visto como um objetivo principal da EPK.

A EPK favorece uma combinação de políticas macroeconômicas com um papel ativo da política fiscal para estabilizar a economia no curto e no longo prazo. A política monetária deve ter como alvo baixas taxas de juros para proporcionar estabilidade no setor monetário, financeiro e real. Outras políticas para estabilizar a economia poderiam ser alcançadas com rigorosa regulamentação do mercado financeiro por meio de controles de crédito, exigências de reservas baseadas em ativos, entre outras. Além disso, considera-se importante que os bancos centrais atuem como credores de última instância. As políticas de salários e rendimentos devem levar a um crescimento nominal constante do custo unitário do trabalho, em linha com a taxa de inflação desejada. Os economistas PK's geralmente apoiam os sindicatos, pois exercem uma influência importante na coordenação da negociação salarial e, portanto, na estabilidade de preços. Em relação às políticas econômicas internacionais, a EPK

não considera o livre comércio benéfico para os países mais pobres, enquanto não os ajude a construir seus próprios setores manufatureiros competitivos. Para conseguir isso, os PK's recomendam os controles de capital, as taxas de câmbio administradas e a proteção da indústria nascente (HEIN, 2016).

### 3.2.7. Debates e análises atuais

Existem diferentes áreas de debates e análises nas quais a pesquisa PK tem se concentrado. O foco que é colocado em diferentes problemas e áreas de pesquisa é fortemente influenciado pelo desenvolvimento de economias e sociedades, por modismos e costumes, pelo avanço da tecnologia da computação e, é claro, por eventos históricos.

Uma área em que muitas contribuições foram feitas recentemente está no uso de estudos econométricos que tentam determinar se um país é liderado por salário ou por lucro. Enquanto nos países liderados por salários, um aumento na participação salarial leva a uma demanda agregada mais alta, há uma redução na demanda agregada, quando um país é liderado por lucros. Em extensões a essa abordagem, estão sendo pesquisados os efeitos da desigualdade de renda pessoal, financeirização, questões de economia aberta, política fiscal e outros fatores sobre o crescimento.

Além disso, a noção de financeirização deu origem recentemente a uma rica literatura que descreve e analisa mudanças estruturais em muitas economias, visando uma maior importância e domínio do setor financeiro. As contribuições neste campo vão desde análises institucionais e descritivas no nível micro e meso até estudos econométricos e modelos macroeconômicos formais. As contribuições PK's ao debate da financeirização destacam seus efeitos negativos no investimento, na distribuição de renda e na estabilidade financeira; vale ressaltar o estudo de Bruno e Caffe (2017) sobre as consequências do processo de financeirização sobre o desenvolvimento brasileiro. No entanto, ainda existem *puzzles* a serem resolvidos, como por exemplo a relação da financeirização com o neoliberalismo.

Com o evento histórico da Crise Financeira Global (CFG), o interesse na hipótese de instabilidade financeira de Hyman Minsky<sup>29</sup> foi renovado, na tentativa de entender melhor a complexa conexão entre o setor real e o financeiro e a tendência para crises. Isso está sendo

---

<sup>29</sup> Hyman Philip Minsky foi um economista americano pós-keynesiano. É conhecido por seus estudos sobre as crises financeiras e sua ligação com o ciclo econômico.

feito especialmente com a ajuda de modelos dinâmicos que buscam lançar as ideias de Minsky em uma estrutura formal mais rigorosa (MARCATO, 2014).

A conscientização geral sobre os problemas ecológicos e, em particular, as mudanças climáticas também influenciaram a EPK. No entanto, deve-se dizer que, tradicionalmente, os PK's não empregavam muito tempo pensando em questões ambientais, mas se concentravam mais em alcançar o pleno emprego pelo crescimento econômico. No entanto, o foco nas restrições ambientais recebeu muito mais atenção nos últimos anos. Os economistas PK's veem a Economia Ecológica como tendo fortes bases microeconômicas, mas se baseando demais na macroeconomia neoclássica, e, portanto, tentam introduzir a macroeconomia PK na análise (SAES; ROMEIRO, 2018).

Finalmente, houve um forte aumento na diversidade de métodos de modelagem usados pelos economistas PK's. Por exemplo, a CFG em geral reafirmou a insistência pós-keynesiana no importante papel do dinheiro e do financiamento para a atividade econômica. Isso deu outro impulso à modelagem consistente do fluxo de estoque. Modelos SFC de larga escala estão sendo desenvolvidos para descrever uma economia nacional inteira, enquanto modelos de economia aberta de vários países analisam o comércio e as finanças internacionais. Outro campo de avanço é a modelagem baseada em agentes para entender como as interações complexas no nível microeconômico podem afetar os resultados macroeconômicos. Isso ainda está nos estágios iniciais, pois os PK's começaram recentemente a trabalhar com esses modelos. Outros autores enfocam questões como desequilíbrios, instabilidade e como a economia se move de um equilíbrio para outro ao longo do tempo. Esta área de pesquisa emprega modelos cada vez mais complexos com dinâmica não linear, que geralmente requerem técnicas de computador para simular numericamente diferentes soluções possíveis para o modelo. Esses modelos fornecem uma visão dos processos de ajuste às vezes caóticos que acontecem no mundo real e, portanto, têm um “sabor” muito diferente dos modelos de equilíbrio geral *mainstream*, “tranquilos” e harmoniosos.

### **3.2.8. Delineamento: ramificações, outras teorias econômicas e outras disciplinas**

A escola pós-keynesiana é composta por várias ramificações, cada uma com ênfase em diferentes fenômenos, embora todas concordem ao mesmo tempo com importantes noções-chave: primeiro, que variáveis monetárias são essenciais para a compreensão da economia; segundo, a demanda efetiva impulsiona a economia no curto e no longo prazo;

terceiro, o futuro é fundamentalmente incerto e, portanto, é impossível aplicar probabilidades a diferentes futuros possíveis; quarto, a economia é dependente da trajetória, e é por isso que não há equilíbrio predeterminado no futuro ao qual a economia possa se ajustar; e, finalmente, quinto, todos consideram os conflitos distributivos muito influentes no desenvolvimento macroeconômico geral no curto e no longo prazo.

Depender demais de Keynes como o pai fundador intelectual também tem suas desvantagens, pois pode levar a discussões estereis sobre o que Keynes realmente disse ou o que Keynes realmente disse de verdade. As contribuições de Keynes foram, em parte, baseadas em fundamentos neoclássicos, pois ele era aluno de Alfred Marshall. Portanto, alguns economistas afirmam que Kalecki – que publicou antes mesmo de Keynes, mas apenas em polonês a princípio – foi de certa forma o verdadeiro fundador da EPK, pois sua análise foi menos inspirada na teoria neoclássica.

O próprio nome da Economia Pós-keynesiana obscurece as contribuições de vários autores diferentes e influentes. Os chamados fundamentalistas baseiam sua teoria principalmente no próprio Keynes e se concentram sobre os temas da economia de produção monetizada e da fragilidade financeira. A análise dessa vertente ofereceu grandes contribuições para a compreensão da crise financeira global (LAVOIE, 2014).

Os Kaleckianos estão interessados principalmente em produção e emprego, ciclos de negócios, teoria do crescimento e questões de preços, em particular a ligação entre *mark-ups* e crescimento, e conseqüentemente distribuição de renda. Os Sraffianos se concentraram mais na determinação de preços relativos e escolhas de técnicas, dentre outras questões. Os institucionalistas abrangem autores que analisam o cenário institucional da economia. Isso inclui Minsky (pelo menos em partes), economistas comportamentais da tradição pós-keynesiana, bem como teóricos monetários modernos, que se concentram muito intensamente na estrutura institucional dos governos, bancos e bancos centrais. Os Kaldorianos se concentram principalmente no crescimento de longo prazo e destacam as restrições<sup>30</sup> que as economias abertas precisam enfrentar em relação ao crescimento e como a estrutura econômica é importante para o desenvolvimento (LAVOIE, 2014).

A EPK possui ligações com várias outras escolas heterodoxas de pensamento, principalmente com o marxismo e a Economia Institucional, que também rejeitam a

---

<sup>30</sup> Como as restrições da balança de pagamentos ou a identificação fundamental que vincula a poupança financeira privada, o déficit público e o saldo da conta corrente (LAVOIE, 2014).

Economia *Mainstream*. O objeto de análise do marxismo e da EPK é a economia capitalista, onde a relação entre empregadores e empregados, bem como a busca do lucro, são de fundamental importância. Para os marxistas e a EPK, a moeda é um elemento central para a análise das economias capitalistas inerentemente instáveis. Além disso, ambas as escolas de pensamento rejeitam a lei de Say, embora alguns marxistas a façam apenas no curto prazo. No entanto, também existem pontos importantes de desacordo entre os dois paradigmas. É importante ressaltar que a maioria dos economistas PK's rejeita a teoria do valor-trabalho marxista ou, pelo menos, a considera um conceito inútil. A ideia marxista de uma tendência da queda da taxa de lucro é outra discordância. Ambos os exemplos estão relacionados a diferenças nas visões e crenças metodológicas, ontológicas e epistemológicas de ambas as escolas.

Os vínculos entre a EPK e a Economia Institucional também são muito fortes e talvez até mais fortes que os do marxismo. A EPK e a Economia Institucional enfatizam a importância de normas sociais, convenções e formação de hábitos no comportamento individual. De fato, a EPK faz um ótimo uso da análise de questões microeconômicas e sócio-políticas que podem ser encontradas na Economia Institucional. No entanto, novamente existem algumas diferenças importantes entre as duas escolas, principalmente em relação à metodologia. Por exemplo, muitos economistas institucionais rejeitam as abordagens de modelagem formal e econométrica que podem ser encontradas na EPK.

A seguir, o quadro 4 abaixo tenta recapitular os principais temas abordados por cada vertente, bem como os autores que inspiraram os autores atuais que trabalham dentro de determinada vertente, estabelecendo um tipo de quem é quem na Economia Pós-keynesiana, embora inevitavelmente omita alguns colaboradores importantes.

**Quadro 4** - Vertentes pós-keynesianas e seus principais temas e autores

<b>Vertente</b>	<b>Temas principais</b>	<b>Inspiração</b>
Fundamentalista	Incerteza fundamental Economia de produção monetizada Instabilidade financeira Metodologia	J.M. Keynes Hyman Minsky Joan Robinson, mais velha Sidney Weintraub
Kaleckianos	Modelos de renda e distribuição A transição ( <i>the traverse</i> ) Demanda efetiva Conflito de classe Preços ( <i>Pricing</i> )	Donald Harris Michal Kalecki Joan Robinson, mais jovem Joseph Steindl

Continuação

Vertente	Temas principais	Inspiração
Sraffianos	Preços relativos Escolha técnica Sistemas de produção multissetoriais Teoria do Capital Produção conjunta Posições de longo prazo	Krishna Bharadwaj Pierangelo Garegnani Luigi Pasinetti Pierro Sraffa
Institucionalistas	Preços ( <i>Pricing</i> ) Teoria da Firma Instituições monetárias Economia Comportamental Economia do Trabalho	Alfred Eichner John Kenneth Galbraith N. Georgescu-Roegen Abba Lerner Thorstein Veblen
Kaldorianos	Crescimento Econômico Regimes de produtividade Restrições da economia aberta Nexo real-financeiro	Wynne Godley Richard Goodwin Roy Harrod Nicholas Kaldor

Fonte: Baseado em Lavoie (2014, p. 43)

### 3.2.9. Delineamento a partir do *mainstream*

Resumindo o que foi mencionado acima, a EPK e a Economia *Mainstream* diferem em relação a sua epistemologia e ontologia, seu entendimento da racionalidade, seus métodos e seu núcleo econômico e político.

Primeiro, enquanto a EPK enfatiza a importância do realismo – tentando relatar acontecimentos relevantes sobre a economia, com base em fatos reais – a Economia *Mainstream* segue a visão do instrumentalismo – que não se importa com o grau de realidade refletido em suas suposições, desde que permita previsões precisas. Os economistas *mainstream*, portanto, usam o conceito de um agente otimizador perfeito. Também conhecido como *homo economicus*, esse conceito permite que eles façam previsões aparentemente precisas sobre o futuro da economia, sem levar em consideração que os indivíduos não se comportam como esse agente na realidade. Por outro lado, a EPK usa o conceito de *satisficing agents*. Como seres humanos reais, eles seguem regras práticas e tomam decisões que se adaptam a um ambiente com incerteza fundamental.

O método da EPK segue o holismo, reconhecendo que os seres humanos são seres sociais que vivem em um complexo sistema de instituições, gênero, cultura etc. Nesta visão, o comportamento sensato de indivíduos no nível micro pode levar a consequências não intencionais no nível macro (veja os paradoxos, anteriormente relatados, como exemplos). A Economia *Mainstream* segue a ideia do individualismo, onde o comportamento individual é

simplesmente agregado para formar uma medida do nível macroeconômico, descartando qualquer paradoxo micro-macro de antemão.

O núcleo econômico da Economia *Mainstream* é a escassez de recursos, ou seja, capital e trabalho. Portanto, os economistas *mainstream* concentram-se na alocação desses recursos e, dessa forma, veem os preços como um indicador de escassez. Por outro lado, a EPK considera evidências empíricas e, além disso, que a economia geralmente está operando abaixo da capacidade total. Isso configura sua visão de pleno emprego da economia. Logo, a principal preocupação da EPK é como empregar todo o trabalho e capital ociosos. Em vista disso, entende os preços como indicadores dos custos unitários de produção.

Finalmente, o núcleo político da Economia *Mainstream* se baseia na crença de que mercados não regulamentados levam a uma alocação ótima de recursos escassos. A EPK, embora reconheça os efeitos empresariais como positivos, suspeita muito de mercados livres, tendendo, assim, muito mais a uma regulamentação rígida.

### **3.3. A Economia Evolucionista**

#### **3.3.1. Elementos Centrais**

Os economistas evolucionistas examinam como e por que a economia sofre mudanças. Essa ênfase na natureza mutável do capitalismo parece ser a característica crucial que os distingue de seus pares não evolucionistas. Destarte, as áreas de pesquisa de maior interesse incluem crescimento econômico, mudança estrutural, processos e sistemas de inovação, mudança tecnológica, mudança institucional e desenvolvimento econômico. Tais tópicos não são específicos dos economistas evolucionistas, uma vez que, por exemplo, modelos neoclássicos da economia também podem incorporar elementos dinâmicos, como as dependências da trajetória (*path dependencies*). Os defensores da Economia Evolucionista, no entanto, investigam esses fenômenos sob um ângulo diferente. Cerqueira (2002) observa que o objetivo dos economistas evolucionistas não é a historiografia específica de um caso, mas a busca por princípios gerais de mudança econômica. De acordo com Herrmann-Pillath (2013), uma teoria da evolução econômica deve ser capaz de explicar tanto a mudança (por exemplo, inovação) quanto a estabilidade (por exemplo, processos de aprisionamento via atratividade). Além disso, o próprio domínio da Economia Evolucionista compreende várias abordagens diferentes, que variam em particular na interpretação do termo "evolucionário". Ulrich Witt (1994) sugeriu os seguintes elementos como os principais pilares comuns da Economia Evolucionista:

a) Primeiro, há um foco na dinâmica econômica. A dinâmica, no entanto, não é concebida como movimentos entre estados de equilíbrio devido à circunstâncias exógenas. Em vez disso, existem processos contínuos, nos quais novas condições são geradas endogenamente à partir do disparo (*out of*) do sistema econômico.

b) Um outro elemento é o conceito de tempo histórico irreversível. Isso significa que o desenvolvimento econômico também é influenciado por desenvolvimentos passados, que têm uma direção irreversível (dependência da trajetória). Isso não implica que eventos históricos sejam vistos como fatores determinantes.

c) Um último elemento é o foco em explicar inovação e difusão.

### **3.3.2. Terminologia, análise e concepção da Economia**

No que diz respeito à concepção da economia, há várias abordagens diferentes na Economia Evolucionista. Dopfer e Potts (2009) desenvolveram um quadro teórico no qual eles distinguem entre os níveis micro, meso e macro da economia, que servirá como princípio organizador para esta seção. Essa perspectiva micro-meso-macro é apenas um possível ângulo da Economia Evolucionista. Hermann-Pillath (2013), por exemplo, destaca a estrutura de rede do sistema econômico.

#### **a) Nível Micro**

Uma diferença essencial à partir da Economia Neoclássica está relacionada à concepção da economia no nível micro. Seguindo Dopfer e Potts (2009), a Economia Evolucionista lida essencialmente com o crescimento e a coordenação de conhecimentos economicamente relevantes. O conhecimento é entendido como uma rotina ou uma combinação de rotinas (HERMANN-PILLATH, 2013). A noção de rotinas foi cunhada por Nelson e Winter (1982), enquanto Dopfer e Potts (2009) usou o termo “regras” para um conceito semelhante. Rotinas são regras de tomada de decisão, repetidas regularmente e que representam o comportamento comum adquirido pelos atores; tais regras ou rotinas compreendem fenômenos tão diversos quanto tecnologias e instituições sociais.

Além disso, pode ser feita uma distinção entre rotinas dinâmicas e estáticas. Rotinas dinâmicas compreendem, por exemplo, regras para o projeto de novos produtos ou a estrutura organizacional formal. As rotinas estáticas, por outro lado, permitem a repetição de atividades passadas e representam as atividades cotidianas de uma organização ou agente. O conhecimento é concebido como integrado em entidades que incorporam as respectivas

rotinas (indivíduos, organizações, firmas etc.) e redes. Como tal, ele determina o comportamento dessas entidades e permite que elas executem certas ações, como transações de produção ou de mercado. O foco da análise evolucionista é a criação, adoção, retenção e coordenação de regras que são – em contraste com a Economia Neoclássica – consideradas maleáveis.

#### b) Nível Meso

A adoção de uma rotina dentro de uma população é analisada principalmente no nível meso. Nas teorias evolucionistas é frequentemente assumido que vários atores formam uma população. As características dos atores variam entre as populações e dentro delas. Dependendo do objeto da pesquisa, os participantes do mercado, as indústrias ou as regiões de um país são percebidas como populações.

Para explicar a mudança econômica, o darwinismo oferece um conceito explicativo especificamente evolutivo, o qual assume que a mudança é impulsionada pelos mecanismos de variação, seleção e retenção (VSR). A principal premissa desse paradigma chamado VSR é que as populações são compostas por atores heterogêneos. Esses atores diferem entre si em suas rotinas adquiridas (variedade), que por sua vez podem variar ao longo do tempo (por exemplo, por aprendizado e inovação). Essas rotinas estão sujeitas à pressões de seleção, enquanto que as rotinas com maior sucesso reprodutivo proliferarão dentro de uma população. Geralmente, o principal critério de seleção é o grau em que uma rotina permite o uso eficiente dos recursos que são importantes para a reprodução.

Portanto, como na Economia Neoclássica, a escassez desempenha um papel central, pois pressupõe-se que a competição por recursos escassos leve à pressão por seleção. Rotinas melhor ajustadas são assim reproduzidas com mais frequência. Como consequência, rotinas que permitem produtos ou métodos de produção mais eficientes do que as rotinas concorrentes têm maior probabilidade de se afirmar no mercado. O resultado desse processo pode ser entendido como adaptação ao ambiente de seleção (HERMANN-PILLATH, 2013).

Outro conceito evolucionário crucial é a dependência da trajetória (*path dependency*). Os defensores desse conceito enfatizam que o ponto de partida de um desenvolvimento – eventos passados, sua sequência histórica específica e coincidências – tem um impacto importante no resultado final das atividades econômicas (GARUD; KARNOE, 2001). Assim, os desenvolvimentos atuais nunca são independentes de sua história (HERMANN-PILLATH, 2013).

### c) Nível Macro

O nível macro é composto por muitas regras e várias populações. Como tal, não é uma simples agregação do nível micro, mas é definido pela auto-organização de populações e estruturas no nível meso. Isso significa que os processos no nível macro só podem ser explicados por meio do nível meso, ou seja, pela análise de populações em vez de atores individuais (DOPFER; POTTS, 2007).

Em resumo, a mudança é explicada principalmente no nível meso e pode ser integrada ou limitada por estruturas nos níveis micro e macro (DOPFER; FOSTER; POTTS, 2004).

### 3.3.3. Ontologia

Enquanto a Economia *Mainstream* lida principalmente com o uso ótimo de recursos escassos para satisfazer as necessidades individuais, os economistas evolucionistas sugerem que o conhecimento é o fenômeno crucial. Assim, a incerteza e a ignorância fundamental, ou seja, a falta de conhecimento ou ainda a possibilidade dele se mostrar falho, são considerados os principais problemas econômicos. Isso significa que os fundamentos ontológicos da Economia Evolucionista divergem fundamentalmente da Economia *Mainstream*. Do ponto de vista evolucionista, tanto o conhecimento quanto os indivíduos são considerados fenômenos reais (ontologicamente existentes). Herrmann-Pillath (2013) considera isso uma ontologia bimodal. Metodologicamente, a Economia Evolucionista assume que a interação dos indivíduos leva à formação de novas entidades, cujas características não podem ser reduzidas ao nível individual. Este postulado também é conhecido como emergentismo.

Quanto ao papel do conhecimento em um sistema ontológico, Herrmann-Pillath (2013) observa que a premissa ontológica fundamental da Economia Evolucionista é que em sistemas complexos de compartilhamento de conhecimento apenas o conhecimento individual e disponível subjetivamente é praticamente relevante, enquanto o desempenho de todo o sistema é determinado pelo nível efetivo geral de conhecimento. Assim, este último tem seu próprio status ontológico em termos de ser uma causa independente de fenômenos econômicos.

Consequentemente, a análise se concentra em mecanismos econômicos que são apenas racionalmente limitados em vez de focar em agentes racionais e maximizadores de utilidade. Esses mecanismos econômicos não são capazes de discernir todas as ações

possíveis nem de avaliar seus custos e utilidade e, portanto, são incapazes de calcular um curso de ação ótimo. Em vez disso, supõe-se que as decisões dos mecanismos econômicos sejam baseadas em heurísticas. Ao se envolver na tomada de decisões com base em uma heurística, não há busca por uma solução ótima, mas as alternativas são examinadas até que seja detectada uma possibilidade que atenda ao objetivo pretendido ou permita a passagem de um certo limite para atingir um objetivo (“nível de aspiração”). Para descrever esse comportamento, Herbert Simon (1957) cunhou o termo "satisfatório".

No entanto, o conceito de racionalidade limitada – assim como o conceito neoclássico de comportamento com sua hipótese de otimização – falha em explicar a ideia de criar novas oportunidades de ação. O conceito de racionalidade limitada explica apenas como as decisões são tomadas, com base em um conjunto de alternativas bem definidas. No caso da Economia Neoclássica, esse processo de tomada de decisão é considerado perfeito, enquanto na Economia Evolucionista é concebido como imperfeito. Portanto, o objetivo dos economistas evolucionistas é transcender a ideia de processos de tomada de decisão adaptativos e conceber um modelo cognitivo criativo, a fim de realmente dar conta de ações inovadoras. Joseph Schumpeter (1883-1950), considerado um dos pais fundadores da Economia Evolucionista, viu o processo de inovação como a principal força motriz do desenvolvimento econômico. Ele concebeu inovações como novas combinações de conhecimento disponível. Witt (2001) enfatiza que os seres humanos têm a capacidade de imaginar situações que ainda não existem. Dessa forma, eles criam novas possibilidades de ação, testam e as executam (WITT, 2001).

#### **3.3.4. Epistemologia**

A suposição de ignorância fundamental significa que o conhecimento pode sempre se mostrar imperfeito. Portanto, cada afirmação sobre o mundo é hipotética. Essa premissa está associada à epistemologia evolucionista do realismo hipotético. Consequentemente, nem todo conhecimento emerge *a priori* de dentro do indivíduo. Além disso, os atores não têm acesso a todo o conhecimento, mas percebem diferentes partes do conhecimento geral, razão pela qual o individualismo metodológico não pode fornecer uma explicação suficiente do sistema. O conhecimento pode aparecer como conhecimento subjetivo ou como um fenômeno emergente das interações entre os atores de uma rede. O conhecimento geral é, portanto, maior que a soma do conhecimento subjetivo individual.

A epistemologia evolucionista enfoca o surgimento e a disseminação do conhecimento, em vez de tratar a questão da verdade do conhecimento. De acordo com essa epistemologia, apoiada principalmente por Konrad Lorenz, Donald T. Campbell, Gerhard Vollmer e Rupert Riedl, há pelo menos uma realidade que é independente do ser humano. Essa realidade tem uma estrutura com relações causais objetivamente existentes, que são, pelo menos em parte, discerníveis (WUKETITS, 1986).

### **3.3.5. Metodologia**

Em contraste com a abordagem estática comparativa da Economia Neoclássica, a Economia Evolucionista lida com a dinâmica dos sistemas econômicos no tempo histórico. Os economistas evolucionistas realizam pesquisas dedutivas e indutivas (BOSCHMA; FRENKEN, 2006). No entanto, eles nem sempre visam à generalização. Em vez disso, reconhece-se que o conhecimento pode ser limitado a um contexto específico de espaço e tempo.

Além disso, a Economia Evolucionista não se baseia apenas no individualismo metodológico (reduccionismo), nem no coletivismo metodológico. Em vez disso, existem mecanismos de seleção tanto no nível das rotinas quanto dos indivíduos e das entidades superordenadas (BOWLES, 2009). Somado a isso, modelos formalizados e métodos empíricos quantitativos são utilizados, bem como métodos qualitativos. A Economia Evolucionista é, em si mesma, muito interdisciplinar, pois não apenas aplica conceitos e termos (por exemplo, da Biologia), mas também métodos de outras disciplinas (por exemplo, Análise de Redes Sociais – ARS).

Juntamente com as técnicas de regressão bem estabelecidas, a Economia Evolucionista usa a ARS para investigar a evolução das redes; modelagem computacional baseada em agentes; e teoria evolucionária dos jogos. Esse conjunto de métodos é complementado por pesquisas e métodos qualitativos, como entrevistas. Desse modo, a Economia Evolucionista aborda a aspiração de uma metodologia pluralista – alinhada com o “vale tudo” de Paul Karl Feyerabend (1924-1994). Portanto, os métodos que se prestam à análise de desenvolvimentos e dinâmicas são os mais amplamente utilizados.

### **3.3.6. Ideologia e objetivos políticos**

A interpretação categórica de inovação e mudança pode ser considerada como um aspecto ideológico da Economia Evolucionista. Da mesma forma, a economia inovadora e

adaptativa pode ser interpretada como um ponto de referência normativo, uma vez que o desenvolvimento econômico factual é atribuído à capacidade de inovar e de se adaptar (à mudança) ao ambiente tecnológico e econômico. Consequentemente, é atribuída grande importância às políticas de pesquisa, inovação e tecnologia. Pode-se interpretar como ideológico que a inovação seja percebida como um princípio norteador e que os fatores determinantes da inovação, derivados das teorias da Economia Evolucionista, sejam usados como base para o aconselhamento de políticas. Por outro lado, o ideal neoclássico de mercados Pareto-eficientes tende a ser rejeitado. As teorias evolucionistas não implicam que o bem-estar agregado seja maximizado por mercados perfeitos com concorrência perfeita ou que uma estratégia econômica-política deva visar a criação desses tipos de mercados competitivos.

Por conseguinte, a política econômica deve não apenas abordar o mercado, mas referir-se à totalidade e complexidade das redes e suas dimensões nas quais os processos que ela pretende influenciar estejam incorporados (HERMANN-PILLATH, 2013). Por exemplo, os pesquisadores da abordagem do sistema de inovação argumentam que, de maneira análoga à falha do mercado, pode ocorrer uma falha do sistema nacional de inovação, mas essa falha pode ser evitada pelo Estado e, assim, justificar intervenções políticas. No entanto, não há acordo sobre como uma economia adaptativa e inovadora deve ser organizada, ou seja, como deve ser evitada uma falha no sistema de inovação. Como nenhum ator político tem conhecimento perfeito, as intervenções políticas também podem falhar. Além dessa capacidade cognitiva limitada dos atores, os problemas a serem resolvidos são complexos. Assim, processos racionais ou dedutivos de tomada de decisão tendem a ser rejeitados. Em vez disso, processos indutivos baseados em experimentos são endossados. Nesse contexto, enfatiza-se a importância das experiências passadas e do conhecimento disponível para a tomada de decisões (METCALFE, 1994).

Por exemplo, as teorias evolucionistas chegaram às políticas regionais da União Europeia, as quais, entre outras coisas, buscam o objetivo de aumentar a atividade de pesquisa e desenvolvimento (P&D) nas próprias regiões europeias. Um exemplo é a chamada estratégia de “especialização inteligente”, que visa tornar a Europa uma área econômica inovadora. Embora tenha sido cunhada de “especialização inteligente”, a estratégia é realmente sobre diversificação. A novidade dessa estratégia é que as decisões sobre diversificação devem ser orientadas de perto pelo conhecimento disponível da região, ou seja, novos setores econômicos devem estar relacionados aos antigos, pois isso permite a transferência de

conhecimento e aumenta a probabilidade de diversificação e inovação bem-sucedidas. Além disso, a decisão sobre novas diversificações deve emergir de um discurso social (“descoberta empreendedora”) que inclua as partes interessadas relevantes (BOSCHMA; GIANELLE, 2014).

### **3.3.7. Debates e análises atuais**

Um debate central diz respeito à aplicabilidade do darwinismo à evolução econômica como um fenômeno social. A hipótese universal darwinista de mudança, seleção e herança geralmente não é aceita pela comunidade de economistas evolucionistas. Em particular, os oponentes afirmam que a evolução dos sistemas econômicos carece de um mecanismo que possa ser concebido como hereditariedade. Em vez disso, a evolução econômica segue suas próprias regras, pois, como parte da evolução cultural, está sujeita a desenvolvimentos significativamente mais rápidos. Isso é chamado de hipótese de continuidade. Além disso, a formação da inovação no campo socioeconômico não é apenas pura coincidência, como é o caso da genética (TANIGUCHI, 2009).

### **3.3.8. Delineamento: ramificações, outras teorias econômicas e outras disciplinas**

É difícil definir claramente as ramificações da Economia Evolucionista, mas elementos específicos de diferentes teorias podem ser identificados. Algumas abordagens referem-se mais ou menos a termos e conceitos da biologia evolucionista, enquanto outras se concentram nos conceitos de dependência da trajetória (*path dependency*), auto-organização de sistemas complexos ou mudança institucional-cultural.

O darwinismo universal concebe a evolução econômica como uma mudança direcionada que emerge da formação, seleção e conservação de novas rotinas (conhecimento). Essa mudança requer diversidade, mas a própria mudança também cria diversidade. Segundo Hodgson e Knudsen (2010, apud Essletzbichler, 2012, p. 129, tradução nossa), “o darwinismo universal é um quadro teórico para entender a evolução em sistemas populacionais complexos”. As populações de entidades heterogêneas evoluem interagindo entre si e com o meio ambiente, que elas também moldam. O darwinismo universal é inspirado na genética e compreende a “hereditariedade das instruções dos replicadores por entidades individuais, uma variação de replicadores e interatores e um processo de seleção dos interatores em uma

população” (HODGSON; KNUDSEN, 2010, apud ESSLETZBICHLER, 2012, p. 129, tradução nossa)<sup>31</sup>.

A variação é gerada pela transformação endógena e pelo surgimento de novas características, tanto por coincidência quanto pela busca deliberada de atores intencionais por melhorias. O termo biológico fenótipo corresponde ao termo “interator” na Economia Evolucionista. Essletzbichler (2012, p. 133, tradução nossa) define um interator como uma “entidade que interage diretamente com seu ambiente como um todo coeso (...)”. Para cada interator, há um intervalo de replicadores. O termo “replicador” corresponde ao termo biológico “genótipo”. Replicadores são certas características dos interatores (principalmente suas rotinas), que são consideradas seus genes. Indivíduos, organizações, mas também países ou regiões podem ser interatores. Eles são considerados os “portadores” de replicadores (ou seja, de rotinas). Informações sobre a adaptação bem-sucedida de interatores (fenótipos) são transmitidas pelos replicadores (genótipos) ao longo do tempo. Estes últimos impedem a adaptação imediata às mudanças no ambiente. Desse modo, é garantido que existam diferentes tipos de variação, que é uma condição necessária para a seleção ocorrer. A seleção resulta em taxas de sobrevivência mais altas para os interatores que melhor se ajustam ao contexto local e histórico específicos. Isso significa que os fenótipos transmitem seus genótipos com uma taxa mais alta (ESSLETZBICHLER, 2012).

Para os neo-schumpeterianos, o conceito de seleção é o elemento central da Economia Evolucionista. Isso inclui a abordagem de Nelson e Winter em *An Evolutionary Theory of Economic Change* (CORDES, 2014; NELSON; WINTER, 1982). Eles importaram conceitos biológicos para a economia de uma maneira bastante metafórica, enquanto, por exemplo, Metcalfe (1994) aplica diretamente um modelo de seleção natural à competição econômica. Em parte, a abordagem dos sistemas de inovação (LUNDVALL, 2010) pertence à tradição neo-schumpeteriana.

Os conceitos naturalistas da Economia Evolucionista assumem que a hereditariedade biológica dos seres humanos tem um impacto duradouro em seu comportamento atual e limita a evolução econômica (CORDES, 2014). Segundo Cordes (2014), a teoria da mudança institucional de Thorstein Veblen (1898) pertence a essa vertente (embora ele também seja citado como um institucionalista americano). Esse tipo de mudança institucional também é discutido por Friedrich von Hayek (1899-1992) e Douglas North (1920-2015). Também o

---

<sup>31</sup> Ver mais em Luz (2013).

domínio da “bioeconomia”, estabelecido por Nicholas Georgescu-Roegen (1906-1994), pode ser atribuído aqui. Este último destacou os limites de longo prazo da evolução econômica devido à evolução biológica (CORDES, 2014).

As teorias da dependência da trajetória (*path dependency*) não usam necessariamente termos e conceitos biológicos. Os proponentes dessa abordagem enfatizam a importância da gênese de um fenômeno, a fim de explicar seu desenvolvimento subsequente e suas características presentes. Garud e Karnoe (2001) complementaram o conceito de dependência da trajetória com o conceito de “criação de trajetória” (“*path-creation*”). Com a noção de criação de trajetória, eles se referem aos mecanismos pelos quais novas trajetórias econômicas e tecnológicas emergem e ganham impulso.

Até certo ponto, as teorias da complexidade também estão associadas à Economia Evolucionista. Isso inclui especialmente as abordagens da Economia da Complexidade, que surgiram da cooperação interdisciplinar de, entre outros, físicos, biólogos e economistas do Instituto Santa Fe em Santa Fe, Novo México (EUA). Essa cooperação foi iniciada por Kenneth Arrow (1921-2017). Os representantes atuais são Brian Arthur ou Samuel Bowles. Os economistas da complexidade usam conceitos como dinâmico, sistemas abertos, auto-organização e a causação cumulativa de processos socioeconômicos (*feedbacks* positivos). Além disso, dependências da trajetória e processos de seleção geralmente desempenham um papel importante.

### **3.3.9. Delineamento a partir do *mainstream***

A posição da Economia Evolucionista nas ciências econômicas é controversa. Alguns proponentes simplesmente a veem como uma vertente que está preocupada com a inovação, o empreendedorismo e a mudança tecnológica. Dentro dessa definição bastante restrita, as premissas neoclássicas ou *mainstream* não são necessariamente rejeitadas. Dessa forma, a Economia Evolucionista é considerada uma vertente dentre outras, como a Economia Ambiental. Outros a veem como uma abordagem fundamentalmente diferente para a pesquisa sobre economia (HERMANN-PILLATH, 2013).

### **3.4. *Framework* Pluralista: a construção de uma metaparadigma estilizado**

Conforme já relatado na introdução deste trabalho de tese, utilizou-se da coceituação de Popper (1994) para definir o que se entende por *framework*. Para este autor o *framework* é um arcabouço que abrange um conjunto de conceitos de base intelectual que permite a ação,

podendo ser compreendido como um arranjo que detém elementos pertinentes ou, ainda, uma agregação de fundamentos e princípios orientadores que amparam um raciocínio.

Antes de apresentarmos a construção do metaparadigma a partir do *framework* pluralista, convém lembrar que boa parte da literatura sobre pluralismo na Economia tem buscado integrar as escolas de pensamento sob uma espécie de “guarda-chuva” pluralista comum. O que se percebe é um esforço para construir uma base intelectual comum para o desenvolvimento das pesquisas ou até mesmo a tentativa de integração da Economia Heterodoxa. Autores como Bigo e Negru (2008) propuseram reflexões ontológicas, já Dow (2004, 2008a) relata semelhanças metodológicas, e Colander, Holt e Rosser (2004), bem como Dequech (2007-2008), argumentam sobre mudanças no *mainstream*. Estas reflexões seriam pedras angulares comuns do pensamento heterodoxo e, portanto, serviriam como pilares fundamentais para a tentativa de uma Economia pluralista.

O que se pleiteia é que um metaparadigma pluralista possa sintetizar a diversidade conceitual e metodológica das abordagens dissidentes em uma estratégia de pesquisa comum, Assim, a ideia central por trás de tal metaparadigma pluralista é que as idiosincrasias específicas de um paradigma poderiam ser substituídas de forma consciente e sucessiva por princípios pluralistas. Portanto, o objetivo é que estes princípios possam ser formulados de maneiras não dogmáticas e ecumênicas e, portanto, adequados para contribuir e orientar futuras pesquisas econômicas. Entretanto, é preciso chamar a atenção para o fato de que o que se pretende com o metaparadigma não é um novo dogmatismo, pois como bem pontua Dow (2004) o dogmatismo e o pluralismo são ideias fundamentalmente antagônicas. De acordo com Dow:

Mais uma vez, o ponto de partida é um reconhecimento da diferença que pode ser construído a partir da comunicação – um exercício de hermenêutica. Assim, a crítica entre paradigmas é possível e pode ser frutífera. O incentivo para se envolver em tal comunicação é estar exposto a novas ideias, novos argumentos e novas perspectivas sobre o próprio paradigma (DOW, 2004, p.279, tradução nossa).

Também convém salientar, de forma preliminar à construção do metaparadigma, as razões científicas que subjazem o pluralismo na Economia, além de diferenciá-lo em três tipologias.

### **3.4.1. As razões que justificam uma abordagem pluralista**

No que tange as razões para o pluralismo, como pode ser constatado ao longo dessa tese, há uma variedade de tentativas de subsidiar e estimular uma conduta mais pluralista na

pesquisa econômica e até mesmo no ensino. Os argumentos apresentados neste contexto podem ser classificados em três categorias: epistemológicas, ontológicas e metodológicas.

Em relação ao argumento epistemológico, ao assumir que a ciência visa fornecer um tipo de conhecimento de alguma forma superior a religião ou conversa informal, resulta que a ciência irá enganjar-se em algum tipo de classificação ou ordenação, isto é, tentará distinguir quais são as melhores explicações, mesmo reconhecendo que qualquer explicação é falível. Embora isso denote ausência de dogmatismo, deve-se atentar para a noção de que uma avaliação séria de explicações concorrentes exige que elas sejam mais ou menos uniformemente representadas e consideradas no discurso acadêmico (POPPER, 2002 [1935]). Segundo foi considerado no capítulo dois em Dobush e Kapeller (2009), essa uniformidade não é apurada na análise de citações, onde a mesma revela que os periódicos acadêmicos associados ao *mainstream* ignoram sistematicamente as contribuições heterodoxas. Essa constatação deve motivar propostas eticamente mais inclinadas para a liberdade de pensamento acadêmico, visando um pluralismo intelectual sob a forma de tolerância acadêmica, que também se baseie em considerações epistemológicas mais gerais.

Já no que diz respeito ao argumento ontológico, essa perspectiva enfatiza que os preconceitos dos pesquisadores em relação à natureza do assunto, da mente e da realidade, atua sobre como eles percebem e descrevem os objetos de pesquisa com os que operam nesses domínios (algumas vezes confusos e sobrepostos). A partir dessa convicção, é possível ter a consciência de que a realidade social é multifacetada e, portanto, compreender que a mesma requer uma variedade de perspectivas para ser adequadamente descrita e explicada (uma posição que também é fundamental para a abordagem babilônica de Sheila Dow [2005]).

O filósofo da ciência, Ronald Giere (1999), interpreta essa multiplicidade da realidade como um indicador da necessidade de uma diversidade de “mapas” para diferentes propósitos – como caminhar, dirigir um carro ou dirigir um barco, novamente apoiando a necessidade de uma perspectiva pluralista. Com efeito, pode ser que teorias, aparentemente diferentes e rivais, sejam, de fato, neutras ou contenham conjuntos complementares de afirmações, ao mesmo tempo em que respondem a questões diferentes. Nesse caso, uma luta cega por uma melhor resposta única levaria os pesquisadores a um erro, já que essencialmente implicaria em comparar “alhos com bugalhos”. A sensibilidade ontológica é, portanto, também um componente necessário de qualquer tentativa séria de diferenciar entre melhores ou piores explicações.

Quanto ao argumento metodológico, é fato que a plêiade dos métodos empregados nas investigações das áreas de ciências sociais como um todo revela o potencial de diversificação nas estratégias de pesquisa. Assim sendo, cada problema de pesquisa é único e exige seu próprio modo de ser estudado, uma vez que, em geral, o problema deve determinar o método, e não o contrário (DOW, 2008a; DAVIS, 2012). Entretanto, a prática demonstra que é muito mais fácil para os pesquisadores escolher uma estratégia apropriada entre um amplo conjunto de projetos metodológicos existentes, em vez de enfrentar novamente a seleção do melhor método a cada novo projeto de pesquisa.

Portanto, diante das razões expostas acima, argumenta-se que o pluralismo é um modo preferível de conduta científica por razões epistemológicas, ontológicas e metodológicas. Para concluir as observações preliminares à construção do metaparadigma pluralista, a seção seguinte distinguirá três tipologias diferentes do pluralismo na Economia.

### **3.4.2. As tipologias do Pluralismo**

A partir de uma perspectiva com maior abstração é possível refletir sobre três tipologias básicas do pluralismo, onde a distinção adviria do posicionamento das escolas de pensamento em relação a forma em que o pluralismo é delineado, o qual seria observado em níveis discursivos e teleológicos mais gerais. Assim sendo, denota-se as três tipologias da seguinte forma: a) pluralismo autocentrado; b) pluralismo despretenso e; c) pluralismo comprometido

À princípio existem várias formas de “pluralismo autocentrado”, onde o pluralismo no pensamento econômico é conceituado como uma solução transitória – um estado de questões aceitáveis em um determinado momento, mas que são julgadas como inferiores a uma abordagem onde a tradição teórica preferida possui influência paradigmática.<sup>32</sup> Aqui, o pluralismo é um tipo de veículo retórico projetado para assegurar a sobrevivência de um paradigma particular, mas não para alcançar um discurso ecumênico ou qualquer tipo de integração teórica. Tal compreensão “oportunista” do pluralismo (que tem sido criticada por uma variedade de autores, dentre eles Holcombe [2008] e Van Bouwel [2005]) enxerga outras tradições dissidentes como “aliadas temporárias” contra a Economia *Mainstream*. Eventualmente, entretanto, ainda as perceberia como paradigmas concorrentes, de modo que

---

<sup>32</sup> Alguns autores chamam a atitude que incluiu-se no pluralismo “autocentrado” de “pluralismo estratégico” (De Langhe, 2010; Sent, 2006; Van Bouwel, 2005).

sua interação principal com outras tradições dissidentes toma a forma de crítica mútua (na maioria dos casos, de maneira respeitosa).

A segunda tipologia, rotulada de “pluralismo despretenhioso” (ou “pluralidade”, em Bigo e Negru [2008]) pode ser caracterizado como um modo de coexistência entre diferentes tradições teóricas ou escolas de pensamento. Uma vez que tal compreensão incorpora uma determinada tolerância analítica com abordagens teóricas e metodológicas divergentes, ela também defende a coexistência de diferentes paradigmas dentro de uma determinada disciplina.

Esse tipo de pluralismo também é praticado em outras ciências sociais e, de acordo com Morgan e Rutherford (1998), foi incorporado à disciplina econômica durante os anos entre guerras. Disciplinas como a sociologia ou aquelas ligadas a área de gestão abrigam uma grande variedade de abordagens teóricas, em que os pesquisadores interagem principalmente com colegas que conduzem pesquisas na mesma tradição analítica. Portanto, outras abordagens teóricas são toleradas e criticadas apenas ocasionalmente, mas não há ambição de maior interação entre elas, ou mesmo para a integração de diferentes escolas. Da mesma forma, pesquisadores com um perfil mais tolerante, porém desinteressados (“despretenhosos”), carecem de ambições para conquistar certa disciplina por meio de uma luta paradigmática mais enfática, já que a sobrevivência da abordagem de sua preferência parece ser suficiente garantida pela continuação do *status quo*.

Por fim, a terceira abordagem, denominada “pluralismo comprometido” – incorpora um esforço por interação construtiva entre diferentes tradições teóricas, a fim de chegar a um conjunto melhorado e expandido de declarações explicativas relevantes. Pode-se, portanto, encontrar dentro dessa abordagem uma série de sugestões para intensificar a interação entre diferentes tradições econômicas, enfatizando a importância do aumento da conscientização e respeito interparadigmático (HOPKINS, 2010), a necessidade de integração teórica (LAVOIE, 2006), ou a necessidade de estabelecer um concorrente paradigmático único (ou pelo menos unificado) para a Economia Neoclássica (DOBUSCH; KAPPELLER, 2009). Identificar os pontos fortes e fracos relativos das diferentes abordagens – assim como suas complementaridades potenciais – também se enquadra nessa categoria.

**Quadro 5** - Três tipologias do Pluralismo na Economia

<b>Tipos de Pluralismo</b>	<b>Nível do Discurso</b>	<b>Nível Teleológico</b>
Autocentrado	Crítica regular	Dominância e/ou sobrevivência
Despretensioso	Crítica ocasional e/ou engajamento construtivo	Continuação do <i>status quo</i>
Comprometido	Engajamento	Integração e diversificação “ecumênicas”

Fonte: Elaboração própria.

Cabe aqui algumas observações. Do ponto de vista conceitual, uma diferença que chama a atenção entre as duas últimas tipologias é que o “pluralismo despretensioso” pode constituir uma estratégia de pesquisa adequada para disciplinas como a sociologia ou aquelas ligadas a área de gestão, onde parecem não existir paradigmas dominantes, mas sim um “guarda-chuva” disciplinar que une uma variedade de paradigmas. Já o “pluralismo comprometido” pode ser capaz de unir diferentes abordagens teóricas sob um “guarda-chuva” comum, gerando, assim, não um pluralismo de paradigmas, mas um metaparadigma pluralista.

O Quadro 5, acima, resume as três tipologias forjadas para o pluralismo na Economia. Por várias razões apenas a tipologia do “pluralismo comprometido” representaria uma abordagem adequada e viável para a Economia Heterodoxa, em particular, e para os economistas dissidentes da ortodoxia (que atuam nos limiares da Economia), de uma maneira geral. Compreende-se que essa tipologia é a mais compatível com todas as diferentes razões para o pluralismo até aqui discutidas, onde os argumentos dependem de uma interação consciente entre diferentes abordagens e, portanto, concordam menos com qualquer tipo de tolerância ou ausência de pretensão.

Existem outros dois aspectos que fortalecem a argumentação a favor de uma maior aceitação do “pluralismo comprometido”, especialmente no âmbito da Economia Heterodoxa. Ambos argumentos se referem aos diferenciais de poder inerentes aos conflitos entre paradigmas. Primeiro, a literatura sobre lutas paradigmáticas sugere que o número de concorrentes que desafiam um paradigma dominante é a variável mais decisiva para sua sobrevivência. Quanto mais concorrentes um paradigma dominante enfrentar, mais facilmente ele manterá sua posição superior, já que seus concorrentes estariam preocupados em lutar entre si em vez de confrontar seu oponente mais forte (e unido) (STERMAN; WITTENBERG, 1999).

Embora essa última afirmação decorra de uma abordagem bastante formal, baseada em técnicas de simulação, parece coincidir com as práticas econômicas heterodoxas contemporâneas descritas e criticadas por Lavoie (2006). Quanto mais os economistas dissidentes são fragmentados e dispersos, menos poderosa é sua posição nas dimensões acadêmica e não acadêmica das lutas paradigmáticas.

Em segundo lugar, conforme argumentado no segundo capítulo, os economistas heterodoxos praticam principalmente o pluralismo da primeira e segunda tipologias, pois as contribuições da terceira são relativamente raras. Isso parece ser confirmado pela análise de citações em periódicos, a qual demonstra que a maioria das tradições heterodoxas se comunica ativamente com o *mainstream* citando muitas contribuições desta última, mas que os artigos *mainstream* praticamente negligenciam as vozes heterodoxas. Além disso, o *mainstream* pratica um tipo de “pluralismo interno”, onde os artigos citados vêm de origens altamente diversificadas, enquanto a interação entre escolas é muito mais rara na Economia Heterodoxa, onde os acadêmicos aparentemente se preocupam principalmente com suas próprias tradições. Isso faz com que as redes heterodoxas de citações pareçam “porosas” em comparação com as redes de citação da Economia *Mainstream* (DOBUSCH; KAPPELLER 2009).

Em termos de análise de citações, a Economia Heterodoxa oscila entre o pluralismo “autocentrado” e “despretensioso”, enquanto o envolvimento com a tipologia “comprometido” se colocando de uma forma atípica. As avaliações dos periódicos, baseadas em citações, por sua vez, tendem a fortalecer ainda mais o poder das posições *mainstream* em termos de acesso a publicações e financiamento de pesquisa. Dada a importância crescente dos *rankings* dos periódicos na avaliação de atividades de pesquisa, o fortalecimento da interação entre economistas dissidentes de todos os tipos (ortodoxos e de escolas heterodoxas) parece ser uma condição *sine qua non* para uma sobrevivência acadêmica de longo prazo para eles.

Portanto, o imperativo para esses economistas dissidentes é produzir “pluralismo comprometido” (ou seja, um metaparadigma pluralista), em vez de promover o “pluralismo despretensioso” (isto é, um pluralismo de paradigmas). Diante do estado atual da ciência econômica, defende-se que apenas o primeiro detém o potencial para o sucesso da integração e diversificação. Além disso, adianta-se que apenas um metaparadigma pluralista parece ser totalmente compatível com as razões mais gerais para uma atitude pluralista na produção de conhecimento, incluindo a pesquisa em Economia. A próxima seção delinea alguns

princípios centrais de criação e sustentação de um metaparadigma pluralista através de um *framework* para o “pluralismo comprometido” na Economia.

### 3.4.3. O metaparadigma pluralista

Conforme já discutido no capítulo anterior, esta tese parte da ideia de que paradigmas são construções sociais (BERGER; LUCKMANN, 1966), ou seja, uma construção dos agentes econômicos que serve como instância para descrever, categorizar e avaliar todos os tipos de acontecimentos factuais ou mesmo processos. Isto permite reavaliar o uso do construto paradigma, eivado de preconceitos, pressuposições e, até mesmo, prejuízos.

Com relação ao termo “metaparadigma”, ele representa uma tentativa de mapear parâmetros gerais de uma disciplina científica e concentra-se nos esforços da construção de uma teoria do conhecimento na busca por uma melhor compreensão da realidade. Os metaparadigmas podem incluir vários paradigmas concretos e específicos para pesquisadores (MELEIS, 2011). A interpretação de metaparadigmas e as declarações fundamentais da razão de sua utilização facilita uma compreensão mais profunda das atitudes dos profissionais e fornece uma melhor apreciação do escopo das revistas científicas e de seus artigos (KIM, 2000).

A partir dessas considerações faz sentido reavaliar conscientemente a postura paradigmática corrente, que carrega uma pesada bagagem de preconceitos e pressuposições. O objetivo maior do metaparadigma pluralista é reverter tal situação e tornar este novo balizamento uma mudança sem empecilhos na prática. Logo, almeja-se substituir o conceito limitado de diferentes escolas de pensamento por uma concepção mais ecumênica de ciência na qual o entendimento mútuo tem prioridade no discurso científico. Esta concepção se apoia em Dow (2008a, p. 81, tradução nossa), “o cerne de um conjunto de fundamentos capaz de guiar a prática”, o que caracteriza as necessidades básicas de qualquer metaparadigma. Então, um metaparadigma nada mais é que um instrumento para exploração conceitual, um *framework*.

O Quadro 6, abaixo, ilustra como a concepção de metaparadigmas permite comparar diferentes escolas de pensamento ao longo das dimensões paradigmáticas destacadas no item 3.1. Por motivos de limitações dessa tese, optou-se pela escolha de três escolas de pensamento, o que não exclui a possibilidade do *framework* ser estendido para as demais

escolas da Economia. Pelo mesmo motivo concentrou-se na utilização de algumas dessas dimensões paradigmáticas já abordadas.

**Quadro 6 - Framework:** comparação conceitual estilizada de três paradigmas econômicos

<b>Dimensões paradigmáticas</b>	<b>Paradigma neoclássico</b>	<b>Paradigma evolucionista</b>	<b>Paradigma pós-keynesiano</b>
Características Teóricas dos Paradigmas (“estilos” de pensamento)			
Problema Central	escassez	escassez mudança incerteza	Incerteza desemprego
Ontologia	individualismo metodológico	emergentismo	Holismo
Epistemologia	instrumentalista	realista hipotético	realista (relativo)
Metodologia	sistema fechado	sistema aberto	sistema aberto
Ideologia e objetivos políticos	liberal	inovação	social-democracia
Delineamento: ramificações, outras teorias econômicas e outras disciplinas	Economia Ambiental e de Recursos Teoria dos Jogos Economia da Informação Nova Economia Institucional Economia Comportamental	Darwinismo universal Neo-schumpeterianos Bioeconomia Economia da Complexidade	Fundamentalista Kaleckianos Sraffianos Institucionalistas Kaldorianos

Fonte: elaboração própria.

Reitera-se que apresentar um *framework* para a prática do pluralismo (“comprometido”) é importante e útil, porque resolve uma série de questões, como as levantadas por Robert Garnett:

O que exatamente nós defendemos como economistas heterodoxos? Quais são as nossas principais prioridades intelectuais? Somos guerreiros de paradigma, acima de tudo? Ou somos pluralistas, buscando promover tolerância e engajamento crítico entre diversos pontos de vista? (GARNETT, 2006, p. 521-522, tradução nossa)

Por um lado, permite responder as duas últimas questões em sentido afirmativo (o que normalmente seria considerado inconsistente, mas, se o próprio pluralismo é o prêmio pelo qual o “guerreiro-paradigma” luta, essas questões desaparecem). Por outro lado, o *framework* pluralista fornece respostas relativamente claras sobre as duas primeiras questões, sem impor qualquer visão teórica e metodológica específica sobre qualquer pesquisador.

Ao todo, a proposta de um metaparadigma pluralista de modo algum sugere uma postura relativista ou pós-modernista (BIGO; NEGRU, 2008; DE LANGHE, 2010; DOW, 2008a). Muito pelo contrário, a concepção de pluralismo aqui delineada contradiz a arbitrariedade pós-moderna de pelo menos três perspectivas.

Primeiro, rejeita a ideia de “vale tudo” (do ponto de vista epistemológico); nas palavras de Marqués e Weismann (2008, p. 117, tradução nossa) “o pluralismo deve respeitar a lógica, a consistência e a estabilidade dos significados dentro dos argumentos. [Eu] deveria cumprir as regras mínimas de boa argumentação: não vale tudo”. De fato, propõe-se uma busca sistemática por conhecimento, seja na forma de fatos ou regularidades.

Segundo, a consciência ontológica não implica aceitar certas proposições sem crítica, mas requer que os pré-requisitos para compreender e avaliar trabalhos com diferentes fundamentos ontológicos sejam atendidos.

Terceiro, tolerar hipóteses alternativas à preferida não exige um ponto de vista relativista. A premissa geral do falibilismo, isto é, reconhecer a possibilidade de que qualquer afirmação pode estar errada, deve assegurar um discurso tolerante, mesmo que leve apenas a discordância. A necessidade de polidez e respeito mútuo pode ser considerada uma premissa oculta neste argumento. No entanto, a proposta dessa tese pretende permitir que a “armada” mista de escolas de pensamento de diversas origens e importância, transportando suas cargas divergentes, navegue em segurança nas turbulentas “águas” da pesquisa econômica, evitando tanto “a Scylla dos vínculos da cosmovisão modernista e mecânica quanto o Charybdis do relativismo e subjetivismo da alternativa desconstrucionista” (NELSON, 2003, p. 50, tradução nossa).

Um esclarecimento importante diz respeito ao papel de um *framework* tão pluralista vis-à-vis à Economia *Mainstream* atual. A concepção de pluralismo apresentada nesta tese é, por definição, oposta à dominância paradigmática da Economia Neoclássica, mas, por sua própria natureza, também incorpora abordagens neoclássicas. Portanto, ela aceita pesquisas neoclássicas dentro de seus limites (SAMUELS, 1998), mas não a dominância institucional e teórica de qualquer abordagem única sobre toda a disciplina; assim sendo, é potencialmente aceitável tanto para dissidentes heterodoxos quanto para dissidentes *mainstream*. Desse modo, as “distorções causadas pelo uso de modelos centrados em torno do comportamento de escolha de agentes individuais, autônomos e egoístas” (NELSON, 2003, p. 49, tradução nossa) são primariamente um resultado do monismo ontológico. Dentro de um cenário

pluralista é mais fácil, portanto, complementar ou desafiar tais abordagens, mas não excluí-las à priori.

A proposição apresentada de um metaparadigma pluralista não implica, por exemplo, quaisquer mudanças importantes no tratamento heterodoxo do *mainstream* atual, exceto um. Já foi observado anteriormente que os periódicos heterodoxos citam excessivamente os periódicos econômicos *mainstream*, ignorando em grande parte seus pares heterodoxos, especialmente àqueles que não pertencem ao seu próprio “subgrupo” (DOBUSCH; KAPPELLER, 2009). O objetivo do metaparadigma pluralista é mudar isso.

Assim sendo, a recomendação para os pesquisadores é dedicar menos tempo à Economia *Mainstream* (Ortodoxa) e, ao invés disso, dedicar esse tempo a outras escolas de pensamento, dissidentes. Pelo menos no que tange os economistas heterodoxos (inclusive também para alguns dos “dissidentes *mainstream*”), recomenda-se realocar o tempo de estudo do *mainstream* para o estudo das tradições heterodoxas; este seria um imperativo estratégico em face do impacto institucional dos *rankings* de citação. A heterodoxia deve criar uma rede de citação mais restrita ou arriscar-se a ser simplesmente superada em um futuro muito próximo. De uma perspectiva pluralista, parece bastante natural que a Economia Neoclássica receba tanta atenção quanto qualquer outra abordagem, mas não como acontece desproporcionalmente em relação a outras tradições.

Outro aspecto digno de nota nesta tese diz respeito à pergunta: como exatamente o “pluralismo competido” (metaparadigma pluralista) poderia incorporar a Economia Neoclássica? Sobre essa questão específica, David Colander e seus coautores, bem como Robert Garnett, como editor (COLANDER; HOLT; ROSSER, 2004; GARNETT, 2006), fizeram uma contribuição importante para uma concepção pluralista da Economia, enfatizando que um diálogo entre diferentes escolas deve ser educado e, pelo menos, parcialmente construtivo. De uma perspectiva pluralista, deve-se tratar a teoria neoclássica como qualquer outra teoria, mesmo que tal imparcialidade seja difícil para muitos economistas heterodoxos implementarem, já que enfrentam contínuas e árduas batalhas com o atual *mainstream* (SAMUELS, 2000).

Por outro lado, alguns economistas dissidentes estão trabalhando fora da esfera heterodoxa. Esses economistas dissidentes do *mainstream* provavelmente acolheriam com agrado a possibilidade de ampliar as agendas de pesquisa por meio da diversificação do pensamento econômico, conforme previsto no *framework* proposto. E, a partir de uma postura

pluralista consistente, não há base para uma exclusão ou degradação a priori de argumentos neoclássicos (embora, “oximoronicamente”, muitos autores proponham tanto em suas concepções de pluralismo) (DOW, 2008a; LAWSON, 2006).

Além disso, certamente é preciso admitir que nem todos os elementos do pensamento neoclássico estão necessariamente errados, perigosos ou inaplicáveis (KING, 2012). Outra questão é que ideias divergentes podem influenciar a prática ortodoxa, como tem sido evidenciado, pelo menos na visão de alguns, pela introdução da regra de Taylor na política monetária, em que os bancos centrais tentam controlar a taxa de juros em vez da oferta monetária (KING, 2012). Parece provável que tal influência seja mais eficaz quando aplicada de maneira educada e construtiva, e quando formulada em uma linguagem que facilite a compreensão mútua. Tem-se aqui, a partir das ideias de Colander *et al.* (2010), que a busca por um discurso a nível da política econômica poderia se mostrar mais frutífero (e também mais pluralista) do que a abordagem “clássica” de invocar debates teóricos fundamentais. Ainda assim, isso não será abordado nessa tese.

### **3.5. Integração, diversificação, comparação e intercâmbio a partir do *framework* pluralista: operando o metaparadigma**

Conforme o subitem 3.4.2, enquanto o “pluralismo despretenhoso” implica abordagens fragmentadas e divergentes, é possível associar a tipologia do “pluralismo comprometido” à integração de diferentes escolas de pensamento (BIGO; NERU, 2008). Mas o que uma busca pela integração implica para a prática da pesquisa, em geral, e pesquisadores individuais, em particular? Apesar de desenvolver o conceito de um metaparadigma pluralista a partir de uma perspectiva empiricamente descritiva, essa questão tem implicações além da esfera normativa. A viabilidade de qualquer *framework* para o “pluralismo comprometido” também depende de sua capacidade de informar a conduta prática de indivíduos e grupos de pesquisa dentro da disciplina econômica, levando em conta as restrições institucionais existentes para um pluralismo.

Assim sendo, irá se discutir uma possível via de empreender o metaparadigma pluralista, recorrendo-se às taxonomias aplicadas por Dobusch e Kapeller (2012) para uma aplicação no *framework* pluralista projetado no subitem 3.4.3. As aplicações se baseiam nas diferenças e semelhanças destacadas nas dimensões desse *framework* entre as escolas de pensamento que foram recortadas. No entanto, em teoria, os mesmos argumentos também se aplicam a outras escolas de pensamento.

À luz da posição de Frederic Lee (2010, p. 19, tradução nossa) de que o pluralismo implica “engajamento em diferentes abordagens heterodoxas”, argumenta-se que esse engajamento poderia ser realizado de forma mais produtiva no nível das dimensões propostas no *framework* pluralista. Entretanto, pensando de forma mais abrangente do que expôs Lee (2010), as taxonomias abordadas por Dobusch e Kapeller (2012) permitem a comparação das dimensões paradigmáticas entre diferentes paradigmas da Economia. Isso admitiria que práticas pluralistas fossem interpretadas como estratégias complementares de pesquisa, cuja orientação depende das relações entre diferentes dimensões paradigmáticas que caracterizam diferentes escolas de pensamento econômico.

Dependendo da relação entre tais dimensões paradigmáticas, podemos classificá-las conforme o Quadro 7, abaixo. Onde determinadas dimensões não diferem em substância e são, portanto, (1) idênticas, ou lidam de maneira teoricamente (2) convergente com fenômenos complementares, tentar (a) integração teórica parece ser a estratégia lógica a ser seguida. William Waller (2010, p. 54, tradução nossa), referindo-se à integração teórica sob o rótulo de “convergência”, enfatiza até mesmo que “diferentes vertentes do pensamento econômico tomam emprestadas umas das outras o tempo todo” e enumera várias instâncias para a integração (potencial) entre diferentes paradigmas heterodoxos.

**Quadro 7** - Estratégias para comparar as dimensões paradigmáticas de diferentes paradigmas da Economia

#	Comparação entre dimensões paradigmáticas	Práticas de pesquisa pluralistas – estratégias
(1)	→ ← Idêntico	(a) Integração
(2)	↗ ↖ Convergente	
(3)	↑ ↑ Compatível	
(4)	○ ○ Neutro	(b) Divisão do Trabalho
(5)	↖ ↗ Divergente	(c) Diversificação
(6)	← → Contraditório	
		(d) Teste de hipóteses conflitantes

Fonte: Adaptado de Dobusch; Kapeller (2012)

Com relação às dimensões paradigmáticas: problema central, ontologia, epistemologia, metodologia e delineamento, destaca-se que os aspectos ligados a essas dimensões no que concerne aos paradigmas evolucionista e pós-keynesiano, se encaixam nas três primeiras taxonomias, quais sejam (1) idêntica, (2) convergente e (3) compatível. Ainda

assim, em alguns casos algumas das dimensões citadas podem não se (a) integrar, levando nesse caso a uma (b) divisão de trabalho entre essas escolas de pensamento.

Em relação a ideia de divisão do trabalho, essa estratégia também se aplica quando as dimensões lidam com fenômenos completamente não relacionados e são, portanto, (4) neutras em relação umas às outras. Esse seria o caso da dimensão problema central entre os paradigmas neoclássico e evolucionista, especificamente no que tange aos aspectos da “escassez” e “mudança”. Assim sendo, demonstra-se como uma dimensão intrinsecamente “neutra”, quando comparada entre duas escolas, pode ser utilizada como complementar através da divisão do trabalho, o que eventualmente leva a uma (c) diversificação de conceitos teóricos e metodológicos. Nesses casos, é fácil ver como, em muitos aspectos, diferentes tradições econômicas são muito mais complementares do que competitivas.

Incompatibilidade entre dimensões paradigmáticas, por outro lado, pode vir em (5) formas divergentes ou (6) contraditórias. No primeiro caso, dimensões que se julgam complementares são (aparentemente) incompatíveis, e – como na comparação de dimensões neutras – explorar aspectos divergentes pode promover a diversificação teórica (c) através da recombinação de enunciados extraídos de diferentes contextos teóricos.

Obviamente, também é necessário algum trabalho para reconciliar dimensões contraditórias, como é o caso da epistemologia empregada pelo paradigma neoclássico e aquela empregada pelos paradigmas evolucionista e pós-keynesiano.

Entretanto, compreende-se que integrar as posições dessas escolas de pensamento é uma tarefa árdua. Suas posições parecem divergentes na terminologia oferecida. No entanto, uma investigação completa da questão pode resultar em uma diversificação de ideias ou em uma imagem mais aparente da relação exata entre os pressupostos teóricos de cada tradição.

Finalmente, as dimensões quando divergentes e contraditórias poderiam ser operacionalizadas na forma de um (d) teste empírico de hipóteses conflitantes. Robert de Langhe (2010) menciona a possibilidade de um pluralismo antagônico em que diferentes pontos de vista são sempre percebidos como afirmações opostas, negligenciando a possibilidade de integração construtiva. No entanto, pode-se argumentar que tal “acordo para discordar” poderia ser produtivo para a pesquisa se as alegações de diferentes tradições fossem claramente antagônicas e, por sua vez, colocadas em um teste empírico.

No geral, defende-se o reconhecimento de relações antagônicas, especificamente onde é nitidamente demonstrado que duas afirmações são contraditórias e onde evidências

empíricas podem, pelo menos, guiar um julgamento justo. No entanto, nota-se que a maioria das disputas internas dentro da comunidade da própria heterodoxia não é desse tipo.

### 3.6. A instrumentalização do metaparadigma pluralista

Nesta seção apresenta-se uma proposta de prática para o *framework* abordado anteriormente no item 3.4.3, primeiro através da filosofia da linguagem de Wittgenstein, utilizando o conceito de finitude de significados. Em seguida, será apresentado o conceito de espaço vital de Lewin, que busca dar contornos ao comportamento do indivíduo (bem como, de forma resumida, a abordagem de Deutsch, discípulo de Lewin, que elenca algumas variantes da análise do conflito). E, por fim se desenvolverá a teoria do discurso em Habermas, com a teoria do agir comunicativo. Utilizar-se-á a denotação “Santa Trindade”, quando se referir aos três teóricos citados de maneira conjunta.

#### 3.6.1. A Filosofia da linguagem de Wittgenstein

Uma das propostas para instrumentalizar o *framework* proposto é operar com a filosofia da linguagem, especificamente o conceito de finitude de significados. Este conceito permite estudar o conteúdo de expressões de difícil denotação unívoca. Tem como origem a filosofia de Ludwig Wittgenstein (1994a) onde as coisas por si só não tem sentido, pois ganham significado quando relacionadas com outras coisas. Do *Tractatus Logico-Philosophicus*<sup>33</sup> (WITTGENSTEIN, 1994b [1918]) tem-se que, da mesma forma que não é possível pensar algo fora do espaço e do tempo, também não é possível pensar em nenhum objeto fora da possibilidade de seu vínculo com outros. Para que algo possa possuir significado é necessário que ocorra incluído em uma relação com outros objetos em um determinado estado de coisas. Estar ligado a um estado de coisas é, concomitantemente, a condição *sine qua non* para que um objeto possa surgir e ser pensado.

O mesmo ocorre com as palavras. Adquirem conhecimento unicamente quando inseridas em uma afirmação, pois só estas podem possuir o *status* de verdadeiras ou falsas. Contudo, só é possível dicotomizar uma proposição se a mesma não correspondesse à estrutura do mundo. Como representar a estrutura do mundo? Havendo uma correspondência entre o mundo, o pensamento e a linguagem, ou melhor, uma relação entre a figuração do mundo na linguagem e o próprio mundo afigurado. Nestas duas representações deve haver

---

<sup>33</sup> Único livro de filosofia publicado por Wittgenstein em vida.

algo do idêntico (como afirmar eu sou você amanhã?), de modo que possa haver, em um contexto geral, uma figuração do outro.

O que determina a verdade ou a falsidade é se a conexão entre as palavras na proposição é igual (não basta ser similar) à conexão entre os objetos no mundo. Logo, deve haver uma identidade entre a estrutura das coisas e a estrutura do pensamento. Mas, atenção: a forma lógica que partilha a correspondência é a condição para a possibilidade de afiguração. Obviamente, há problemas filosóficos em aberto com esta abordagem. Mas, em sendo a linguagem uma construção social (BERGER; LUCKMANN, 1966), cada palavra ou expressão ganha o sentido que a sociedade lhe atribui ao longo do tempo. Este é um posicionamento que caracteriza a significação como determinista (há querelas tendo em vista que não se definiu a dimensão temporal). Para Wittgenstein (1994a) é o olhar sobre o uso de uma proposição na sociedade que lhe confere significação.

Como recomenda Klaes (2004), no caso do *framework*, as proposições possuem conotação técnica, o que pressupõe um recorte na sociedade, definindo a comunidade científica dos economistas, particularizando-se, as três escolas de pensamento consideradas. Fornece, também, um exemplo ilustrativo. Considere dois arquivistas que, de uma plêiade de arquivos escolhem três, obedecendo a uma lógica de consenso. Determinam, então, o conjunto de arquivos {#1, #2, #3}. Um novo arquivista surge e ao mesmo é solicitado escolher um quarto arquivo. A escolha deve ser criteriosamente explicitada buscando inclusão na lógica de consenso anterior. Observa-se que o conhecimento do novo arquivista é unicamente em função dos arquivos já selecionados, não lhe sendo fornecida a lógica do par. Este quarto arquivo é submetido ao escrutínio do par e, desde que, forneça o *nihil obstat*, o arquivo escolhido #4 passa a fazer parte do conjunto. Têm-se, aqui, duas influências: o poder de veto do par e a capacidade de persuasão do novo arquivista. O resultado é uma concordância social (*social agreement*). *Mutatis mutandis* o processo pode ser repetido, definindo uma classe de objetos, onde há ou não inclusão de novos objetos, sob a égide de uma concordância social.

Na situação do *framework* resultariam perguntas como: quais os artigos que os pares aceitam em determinado periódico? Quais novos conceitos podem ser aceitos? Posso comparar conceitos de Escolas distintas? Seria possível pensar na gênese de uma dada Escola a partir do periódico que lhe fosse inerente?

É importante frisar que o procedimento apresentado é contínuo (porque não poderia ser discreto?). Fica patente que a negociação é árdua com o consenso nem sempre sendo obtido, o que acarreta exclusão de determinadas significações (seria aqui possível utilizar o arcabouço de Imre Lakatos?). É razoável admitir que periódicos científicos constituam recorte relevante da sociedade no qual se constrói o significado da proposição em julgamento. A forma como a educação econômica é ministrada é também um *locus* do pensamento econômico, com suas distintas manifestações. No contexto desta tese, que aborda a problemática do pluralismo, opta-se por construir uma taxonomia com um número definido de categorias (vide o tópico anterior), onde possíveis contradições são consideradas e um guia de busca pelo consenso é explicitado.

Relembrando o item 3.5 desta tese: afirmações teóricas podem ser (1) idênticas, (2) convergentes, (3) compatíveis, acarretando uma (a) integração; (4) neutra, que concomitante com a integração remete a (b) divisão de trabalho; (5) divergentes, (6) contraditórias, acarretando um (d) teste de hipóteses conflitantes; agora, considerando (b) e (d), obtém-se (c) diversificação. Ficam, portanto, patentes as estratégias e práticas de uma pesquisa pluralista, fruto de um metaparadigma.

Outra abordagem é conhecer o significado de proposições que denotam determinada escola de pensamento, o que pode se concretizar através da visualização do conjunto de objetos no qual determinada proposição está inserida. De acordo com a finitude de significados uma Escola de pensamentos pode ser considerada como um aglomerado de termos interligados (não plenamente coerentes, nebulosos). Além disso, não é necessariamente um corpo teórico monolítico. Portanto, a definição relevante dos termos que permitem a denotação de uma Escola de pensamento aparece como agregação das proposições que são utilizadas pelos integrantes de uma dada comunidade econômica.

Opta-se, em geral, por considerar a ocorrência de correlação com palavras e utilizar uma técnica multivariada como o Escalamento Multidimensional. Todavia, a visualização bibliométrica de redes usa a técnica VOS que incorpora a Aglomeração, sendo aplicada no pacote VOSViewer, o qual é de fácil acesso. A visualização traz à baila, a dificuldade em operar com distintas plataformas como SCOPUS, JSTOR e outras, assim como a problemática de qual pacote computacional escolher ou desenvolver (o que envolve expertise bem específica). Uma exposição para os objetivos desta tese é realizada no tópico 3.7 onde se fornece exemplos para a palavra pós-keynesiano, presente na dissertação Mapeando o Pós-

Keynesianismo: uma abordagem cientométrica de Dammski (2014)<sup>34</sup>. Apesar do tema ser relevante, não se vai enveredar por suas ideias por não ser fundamental para a visualização nem para o *framework* proposto.

Ao unir a finitude de significados com a ocorrência de correlação de palavras no VOSviewer obtém-se um mapeamento que facilita o uso do *framework* no contexto de Wittgenstein, contemplando mais um ramo da Santa Trindade.

### 3.6.2. O espaço vital de Lewin

Tem-se que toda e qualquer ocorrência psicológica depende do estado do indivíduo e concomitante do meio ambiente apesar da influência das partes serem relativas ou até mesmo distintas. Kurt Lewin (1973) constrói o “espaço vital psicológico” ou espaço de vida dos indivíduos para indicar a totalidade dos acontecimentos que, em um momento determinado, explicitam o pleno comportamento de um indivíduo. Também denota a totalidade como “situação” o que permite colocar o comportamento como função da situação.

Como representar tal espaço? Não há um método específico para fazê-lo. É necessária uma descrição de como os diferentes fatos no ambiente de um indivíduo se relacionam entre si e com o próprio. Quer no contexto teórico como em um posicionamento prático o primordial da situação é definir o que é ou não viável. O ponto de mutação (o *turning point* de Capra) torna eventos possíveis em inviáveis e vice-versa.

É possível especular com um inventário e com sistemas de comportamento. A “situação” é na realidade o total de possibilidades. Torna-se, então, primordial entender a razão de um único comportamento ocorrer. Vem que as distintas espécies de comportamento, uma *Gestalt*, que ocorrem em dada situação pertencem a um sistema (na conotação de Bertalanffy) coeso de acontecimentos viáveis os quais, na totalidade, constituem fiel representação das características independentes e específicas de tal situação.

Lembrar que o comportamento inclui ação, pensamento, desejo, busca, valorização, realização ou, até mesmo, qualquer forma de ocorrência mental (LEWIN, 1965). Mais: o “espaço vital” não é um espaço físico, mas, sim, da mente de um indivíduo. Além disso, para influenciar um comportamento não é necessário que os fatos existam na realidade física, mas devem estar presentes na mente da pessoa. Suponha a situação de um indivíduo que acredita

---

<sup>34</sup> Para um melhor entendimento do que é cientometria veja *A Review of Theory and Practice of Scientometrics* de John Mingers e Loet Leydesdorff em 2015 (o primeiro autor é um dos propugnadores da Soft System Methodology e o segundo possui amplo conjunto de artigos na Scientometrics).

estar sendo perseguido, porém efetivamente não está; se sabe que está sendo perseguido, isto afeta seu comportamento, se desconhece, não. Neste último caso, o “espaço vital” não comporta a perseguição. A existência psicológica dos acontecimentos é um dos princípios da “teoria de campo” de Lewin.

As sínteses básicas utilizadas para representar a “situação” devem contemplar conceitos deriváveis, não ambíguos, acontecimentos factíveis ou não. Ao invés de usar acontecimentos classificatórios utiliza acontecimentos construtivos que possuam vínculo com regras. Todas as formas de comportamento que realmente ocorrem podem ser derivadas da representação. A ênfase na derivação da totalidade de casos factíveis é validade quer para o comportamento do indivíduo na situação como para as possíveis mutações do indivíduo ou da situação.

Agora, almeja-se caracterizar o método da aproximação que significa boa e fraca abstração. Ao se proceder a análise, inicia-se com o “espaço vital” como um todo. A representação e investigação de cada caso singular é tarefa infinita em si mesmo. Toda representação de um caso é atividade incompleta e simplificada. Para sobrepujar tal dificuldade há duas possibilidades: via abstração, do singular para o geral desconsiderando as peculiaridades individuais ou do geral ao particular no qual a estrutura do “espaço vital” é pré-definida o que evita simplificação.

Qual o conteúdo do “espaço vital psicológico”? Qual sua extensão? É a dicotomia sob conotação cognitiva, da aparência versus realidade. Necessário representar tudo existente para o indivíduo em um contexto cognitivo. Outro princípio da teoria de campo que condiciona a seleção dos fatos considerados como parte do espaço vital é o da “contemporaneidade”. Ou melhor, o comportamento em determinado momento fica unicamente influenciado pelos fatos inerentes ao momento. Fatos passados e até futuros, tais como expectativas, esperanças e aspirações podem ser incluídos no espaço vital desde que existam para o indivíduo no instante do comportamento em pauta. Não se deve esquecer que a situação do indivíduo é a justaposição de ocorrências de duas procedências diferentes: pessoa e meio ambiente. Este ponto se vincula ao terceiro princípio da teoria de campo: a “interdependência”, isto é, os acontecimentos do espaço vital se autoinfluenciam.

Os acontecimentos quase físicos devem apenas ser incluídos no espaço vital na medida e na forma como afetam o indivíduo em seu estado momentâneo. Os acontecimentos quase sociais possuem o mesmo procedimento anterior. Já os acontecimentos quase

conceituais definem a estrutura do ambiente cognitivo no qual o indivíduo tem sua mobilidade, no qual enfrenta as dificuldades e executa tarefas determinadas. Os acontecimentos quase físicos e quase sociais no espaço vital não tem razão em ser uma representação necessária dos acontecimentos objetivos físicos ou sociais. No entanto, a estrutura de tais acontecimentos cognitivos é dependente, em grau elevado, dos acontecimentos ditos objetivos. O resultado de uma alteração objetiva no ambiente físico é uma mutação nos acontecimentos quase físicos no espaço vital.

O espaço vital ser influenciado de modo exógeno acarreta dois casos: primeiro, a influência pode ocorrer por intermédio de um procedimento conceitual, em geral resultando em uma mutação da estrutura cognitiva do campo, com referência ao objeto em pauta; segundo a influência pode ser de natureza somática grosseira. O espaço vital pode ter todos os seus aspectos alterados se os procedimentos da percepção, assim como as influências tiverem tal intenção.

Acontecimentos cognitivos são obtidos por inferência remontando-se à gênese de sua relação dinâmica. O conceito de causa está implícito nesse procedimento acarretando dois significados cognitivos distintos. É importante conhecer a regra, ou melhor, a função unívoca que relaciona o comportamento com a situação.

Alguns conceitos da teoria de campo de Lewin devem ser explicitados. O conceito de “Força” se refere aos acontecimentos dinâmicos considerados como razões do comportamento. As propriedades da “Força” são: direção, intensidade e ponto de aplicação. As configurações: impulsionadoras e frenadoras. Correspondentes às necessidades: individuais, induzidas e impessoais. A propriedade que uma região possui de atração ou repulsão de um indivíduo é denotada como “Valência”. Atenção: “*Valência*” não é uma “Força”. A Força correspondente a uma Valência aumenta ou diminui em concordância com a mutação na intensidade da necessidade, mas depende também da distância do indivíduo da meta que se almeja alcançar.

A organização da ação do indivíduo em campos tematicamente estruturados permite descrever situação na qual, a meta a ser atingida, faz com que o indivíduo deva obrigatoriamente passar por metas secundárias. Lewin utiliza o termo “trilha” como direção do comportamento. Com isso o comportamento pode se referir a uma situação ou uma multiplicidade, podendo conduzir para dentro de uma situação assim como para fora da mesma. Resultam então quatro tipos de comportamentos:

- 1) “Comportamento consumatório”, que conduz a uma situação na qual o indivíduo permanece. Dá satisfação a uma necessidade, às exigências de um instinto, de uma tendência e determina seu desaparecimento;
- 2) “Comportamento de aproximação instrumental” realiza a mutação da situação do indivíduo; uma das situações é meio ou instrumento para a outra;
- 3) “Comportamento de fuga” leva o indivíduo para longe de uma situação;
- 4) “Comportamento evasivo” na qual o indivíduo se encontra em uma situação e evita ir para outra.

Tomando por fundamentação as diferentes “Forças” que podem agir sobre o indivíduo Lewin desenvolve uma taxonomia de conflitos:

- 1) “Conflito de apetência” na qual o indivíduo se sente atraído por dois objetos positivos. Tal tipo de conflito é muito raro em sua forma pura, encontra-se em um equilíbrio instável: quanto mais próximo de um dos objetos, maior se torna seu efeito de atração; a diferença entre as Forças de atração dos dois objetos conduz a uma solução do conflito;
- 2) “Conflito de aversão” onde o indivíduo sente repulsa por dois objetos, tidos como igualmente desagradáveis. Tal conflito gera uma imutabilidade entre os dois objetos tendo em vista que quanto mais próximos um do outro, maior se torna a Força repulsiva, com o indivíduo se tornando prisioneiro no ponto no qual há igualdade de “Forças”;
- 3) “Conflito de apetência e aversão” neste caso há concomitância de atração e repulsão. A dinâmica deste tipo de conflito é dada por: em uma situação distante do objeto a Força atrativa é superior à repulsiva fazendo com que o indivíduo se aproxime cada vez mais. Com a proximidade do objeto, ambas as Forças se tornam mais intensas; todavia, a Força repulsiva aumenta de modo mais rápido que a atrativa, o que faz com que em um determinado ponto, se torne dominante, o indivíduo então se afasta do objeto. Ao haver igualdade de Forças o indivíduo, como no caso anterior passa a ser prisioneiro;
- 4) “Conflito duplo de apetência e aversão” esta forma de conflito é proposta de N.E. Miller para complementar o arcabouço de conflitologia de Lewin. O indivíduo, agora, se encontra entre dois objetos, cujas características são ambivalentes, tanto positivas como negativas. Quanto maior for a aproximação de um objeto maior sua Força repulsiva e maior a Força atrativa do outro objeto. O indivíduo fica então preso entre as duas opções.

Obviamente, a escolha de Kurt Lewin como partícipe da Santa Trindade da Linguagem no *Framework*, é pessoal. Outras trajetórias possíveis seriam a Pirâmide da Hierarquia das Necessidades de Abraham Maslow, a Grade Gerencial do Comportamento de Robert Blake e Jane Mouton com seus cinco estilos específicos de comportamento auferidos perante duas dimensões ortogonais em concordância com a maior ou menor assertividade e, também, a maior ou menor atuação em conjunto, resultando a cooperação, a evitação, o compromisso e/ou colaboração em uma situação de conflito, a Escola de Harvard de negociação por interesses com sua Zona de Possível Acordo, o Modelo de Dupla Preocupação de Dean Pruitt e Jeffrey Rubin.

Opta-se por complementar esta limitada abordagem com uma modesta visão de *The Resolution of Conflict* de Morton Deutsch (1973), discípulo de Lewin que elenca algumas variantes da análise do conflito. São variáveis que alteram o curso do conflito determinando a construção ou destruição como consequências:

- 1) Alteram as características das partes incluindo valores e motivações, aspirações e objetivos, recursos físicos, intelectuais e sociais, crenças em relação ao conflito, estratégias e práticas assim como relações de poder;
- 2) O relacionamento anterior, o qual inclui atitudes, crenças e expectativas, em relação a si e sobre o outro, forma de explicitar o nível de polarização e a confiança;
- 3) A natureza da questão que originou o conflito, incluído o escopo, significado motivacional, rigidez do posicionamento periodicidade, e outros;
- 4) O ambiente social no qual o conflito ocorre incluindo restrições, incentivos e dissuasões, normas sociais, processos institucionais de moderação de conflitos (equivalente à mediação presente no enfoque de Habermas na Santa Trindade, que se observará adiante);
- 5) As audiências (podem ser *workshops*, seminários, congressos e outros) incluindo suas relações com as partes e entre si, seus interesses e suas características;
- 6) As estratégias e táticas empregadas pelas partes, incluindo a legitimidade ou não das mesmas, a utilização de incentivos pró ou contra, como promessas e recompensas ou ameaças e punições (mesmo com a recomendação no texto de respeito mútuo), uso de coerção versus liberdade de escolha (o metaparadigma comprometido pugna pelo não dogmatismo);

7) As consequências do conflito para cada um dos partícipes e as demais partes interessadas, incluindo ganhos e perdas imediatos (exclui-se o jogo de soma nula), precedência estabelecida, efeitos de curto prazo versus de longo, efeito sobre a reputação das partes.

Deutsch (1973) possui uma tipologia de conflitos própria, a qual não será aqui delineada, remetendo-se ao livro citado. Contudo vale a pena citar tal tipologia: conflito vertical, conflito contingente, conflito deslocado, conflito erroneamente atribuído, conflito latente e falsos conflitos.

O problema maior é que, em geral, os conflitos não são analisados no contexto técnico, o outro sendo considerado *a priori* o inimigo (e não meramente o oponente de outra Escola de Pensamento). Não há dúvidas de que há situações nas quais o conciliador ou mediador pode fazer com que os envolvidos possam alterar seus interesses, quer por razões motivacionais exógenas, ou por aceitar que o pluralismo é a melhor forma de abordar as ideias econômicas. A linguagem, a comunicação não violentas, quer verbal ou não, eficaz, a escuta ativa (o respeito ao posicionamento do outro) mostram-se primordiais para a coleta de dados e a análise da forma mais eficiente para dirimir o conflito.

Não se poderia terminar este tópico sem citar o livro Psicologia Estrutural em Kurt Lewin de Luiz Alfredo Garcia-Roza (1972), uma referência essencial à literatura de Lewin, claro, objetivo e didático. Outro tópico é a gênese (possível?) das ideias de Lewin com a Pesquisa-Ação. O artigo de Armando Sergio Emerenciano de Melo e outros (2016) fornece um escopo abalizado, mas é importante citar os textos de René Barbier, A Pesquisa-Ação (2000) e de Michel Thiollent, Pesquisa-Ação nas Organizações (1998) e Metodologia da Pesquisa-Ação (2000). A constatação é de que determinados conhecimentos e a própria atuação em conflitos só se revelam, *a fortiori*, a partir da interação humana. Daí decorre o consenso no contexto dos teóricos da pesquisa qualitativa (mas também de parte da quantitativa) de considerar o pesquisador o principal sujeito no processo de observação, de diagnóstico, de mediação e de intervenção. Os fatos sociais, só se revelam aos pesquisadores quando estão dispostos a se engajarem de modo pessoal, sem subterfúgios, fruto da observação, com explicação coerente e podendo intervir no mecanismo de pesquisa (LEWIN, 1965). Ou melhor, os indivíduos pertinentes ao pesquisado são parte significativa do processo, podendo interagir e modificar posicionamentos, assim como auxiliar na solução (especificamente em casos de conflito) e ter sua inclusão efetiva na comunidade pesquisada.

### 3.6.3. Habermas e a teoria do agir comunicativo

Para Jürgen Habermas, as sociedades atuais, complexas, estão estruturadas em condições não plenas de integração social, arranjos que potencializam os conflitos, dificultam a formação de unidades axiológicas e impedem a emancipação do conhecimento. Em meio a esse cenário, os indivíduos dirigem suas ações por critérios de racionalidade instrumental, voltado à busca de interesses próprios, espelhados através de cálculos de vantagens e posicionamentos arbitrários. Atua-se sobre o outro e não com o outro, isto é, um agir racional teleológico, meramente estratégico (mas que pode conter um viés ideológico).

Para Habermas (1989, p.79), as interações comunicativas são aquelas em que:

[...] as pessoas envolvidas se põem de acordo para coordenar seus planos de ação, o acordo alcançado em cada caso medindo-se pelo reconhecimento intersubjetivo das pretensões de validez. No caso de processos de entendimento mútuo linguísticos, os atores erguem com seus atos de fala, ao se entenderem uns com os outros sobre algo, pretensões de validez, mais precisamente, pretensões de verdade, pretensões de correção e pretensões de sinceridade, conforme se referam a algo no mundo objetivo (enquanto totalidade dos estados de coisas existentes), ou a algo no mundo social comum (enquanto totalidade das relações interpessoais legitimamente reguladas de um grupo social) ou a algo no mundo subjetivo próprio (enquanto totalidade das vivências a que têm acesso privilegiado). Enquanto no agir estratégico um atua sobre o outro para ensejar a continuação desejada de uma interação, no agir comunicativo um é motivado racionalmente pelo outro para uma ação e adesão – e isso em virtude do efeito ilocucionário de comprometimento que a oferta de um ato de fala suscita.

A teoria da ação comunicativa e ética discursiva de Habermas busca entender a moralidade no contexto de uma visão filosófica, sociológica e psicológica, apresentando a ética discursiva como sendo parte da ação comunicativa, que com a mesma se justapõe.

Sales (2004, p.171), analisando esta teoria habermasiana, afirma que:

A Teoria da Ação Comunicativa, de Jürgen Habermas (*Theorie des Kommunikativen Handels*), procura um conceito comunicativo de razão e um novo entendimento da sociedade, ou seja, sociedade na qual os indivíduos participam ativamente das decisões individuais e coletivas conscientemente, ensejando-lhes a responsabilidade por suas decisões. Essa teoria entende o indivíduo como ente participativo que antes de agir avalia as possíveis consequências, tendo em vista, por exemplo, as normas e sanções apresentadas pelo ordenamento jurídico do país. Não age, portanto, mecanicamente.

A ética discursiva tem a linguagem como o instrumento que possibilitará as interações necessárias entre as três dimensões acima identificadas (filosofia, sociologia e psicologia), ou seja, a que propiciará a unidade na interdisciplinaridade (agregando a economia).

A perspectiva sociológica da teoria da ação comunicativa diz respeito a dois tipos de ação, identificadas como: ação instrumental e ação comunicativa.<sup>35</sup> As sociedades que possuem locais onde há a prevalência da ação instrumental são identificadas pelo filósofo como mundo sistêmico e aquelas nas quais a prevalência é da ação comunicativa a identificação é de mundo vivido ou mundo da vida.

Cittadino (2004, p. 108), contextualizando Habermas, afirma em sua publicação que “a ação comunicativa por facilitar o diálogo acaba por trazer uma melhor decisão para os indivíduos e, diferentemente do mundo sistêmico, o mundo da ação comunicativa é o mundo vivido ou o mundo da vida”.

A ação comunicativa “[...] modifica a relação entre os indivíduos, transformando o subjetivo em intersubjetivo, possibilitando maior compreensão do individual, do coletivo e do bem-estar social, permitindo a organização social, a elaboração e a validação de normas [...]” (SALES, 2004, p. 175).

O indivíduo para a teoria do agir comunicativo é possuidor de capacidade de autorreflexão e crítica, pois antes de iniciar o seu agir, irá avaliar as consequências de suas ações, atuando, portanto, com mais consciência, o que possibilitará uma modificação de sua visão do mundo. Com isso, Habermas, “[...] amplia o conceito de racionalidade e designa como racionais os indivíduos que, frente aos seus padrões valorativos, tem a capacidade de adotar uma atitude reflexiva e, portanto, crítica [...]”. (CITTADINO, 2004, p.108).

Assim, Habermas (1999), fazendo uma ponte com a psicanálise e a atuação do terapeuta (na visão freudiana), acredita que há pessoas que se comportam irracionalmente, pois acabam se enganando no seu autoconhecimento, enquanto que existem pessoas que conseguem ter uma atitude reflexiva sobre sua subjetividade e através da autorreflexão tem condições de se liberarem de suas ilusões e fantasias as quais foram adquiridas através da

---

<sup>35</sup> Sales (2004, p. 173) discorre sobre estas ações, afirmando que: “A ação instrumental representa a ação técnica, na qual são aplicados os meios para a obtenção dos fins. A ação comunicativa, por sua vez, representa o diálogo entre as partes, buscando através da linguagem as melhores decisões para os indivíduos e para a sociedade. As sociedades modernas, tomadas pelo dinheiro e pelo poder, utilizam-se da ação instrumental. No sistema político, o poder substitui a linguagem e, no sistema econômico, a linguagem (diálogo) tem sido substituída pela ação técnica, quando os fins justificam os meios. Nesses sistemas não há espaço para ação comunicativa. A ação comunicativa prevalece em esferas da sociedade onde existe a inferação linguisticamente mediada, ou seja, comunicação entre os membros da sociedade voltada para o entendimento e harmonia entre seus membros. A interação por meio do diálogo busca o entendimento e o bem estar de cada um. Na ação comunicativa, o dinheiro e o poder, determinantes na ação instrumental, são substituídos pela linguagem, pela comunicação. O espaço da sociedade em que ainda existe a ação comunicativa é o chamado por Jürgen Habermas, de mundo vivo ou mundo da vida (*Lebenswelt*)”.

própria vivência.<sup>36</sup> Portanto, fica clara a necessidade de se ultrapassar o processo comunicativo característico do mundo da vida para se ingressar no processo de racionalidade reflexiva e crítica, ou seja, a argumentação.

Neste sentido, os sujeitos têm capacidade de linguagem e ação e podem estabelecer práticas argumentativas, através das quais há uma garantia intersubjetiva de compartilhamento de um contexto comum, de um “mundo da vida”. Com isso, há um despertar para o indivíduo quanto às suas responsabilidades como membro da sociedade, e em decorrência deste despertar, desta mutação, surge uma compreensão não só das manifestações individuais, mas também daquelas ocorridas no mundo à sua volta; o que acaba possibilitando o entendimento, a cooperação e a solidariedade, permitindo, portanto, uma compreensão maior dos fenômenos individuais, propiciando uma melhor percepção dos sentimentos entre os envolvidos.

Nesta perspectiva de interação, “[...] há desta forma uma inter-relação entre sujeito e sociedade, que se processa através de estruturas linguísticas, formando aquilo que Habermas designa por intersubjetividade” (CITTADINO, 2004, p.91), sendo esta o direcionamento para o qual se volta à ética discursiva.

Temos, portanto, a construção de relações sociais apoiadas no princípio da reciprocidade. Os processos se legitimam quando há o entendimento dos cidadãos acerca das regras de sua convivência, o que somente é possível quando há comunhão de valores, ecumenismo. Neste caso, temos todos os interessados atuando ativamente, falando, agindo, intervindo, fazendo afirmações, trazendo problemas, apresentando novas declarações e tudo sempre nas mesmas condições de igualdade e com liberdade de comunicação; condições estas totalmente favoráveis ao diálogo e que Habermas identificou como sendo uma ética discursiva. Para o propósito desse trabalho, identificou-se como pluralismo.

As pessoas se valem da argumentação para buscar o entendimento, e justamente esta argumentação racional tem a condição de fazer com que as partes possam se convencer

---

<sup>36</sup> *Quien sistemáticamente se engaña sobre sí mismo se está comportando irracionalmente, pero quien es capaz de dejarse ilustrar sobre su irracionalidad, no solamente dispone de la racionalidad de un agente capaz de juzgar y de actuar racionalmente con arreglo a fines, de la racionalidad de un sujeto moralmente lúcido y digno de confianza en asuntos práctico-morales, de la racionalidad de un sujeto sensible en sus valoraciones y estéticamente capaz, sino también de la fuerza de comportarse reflexivamente frente a su propia subjetividad y penetrar las coacciones irracionales a que pueden estar sistemáticamente sometidas sus manifestaciones cognitivas, sus manifestaciones prácticomorales y sus manifestaciones práctico-estéticas.* (HABERMAS, 1999, p. 41).

mutuamente da veracidade das afirmações e declarações mútuas. O entendimento entre as pessoas depende da argumentação entre elas (SALES, 2004).

Como já afirmado, a formação discursiva da vontade, que permite a interação comunicativa com a utilização do melhor argumento, propiciará aos sujeitos a possibilidade de promoverem mudanças sobre algumas de suas convicções e com isso encontrarem razões objetivas para seus atos. Assim, os próprios sujeitos orientarão suas ações alcançando a “situação ideal de fala” proposta por Habermas.

Portanto, Habermas propõe uma teoria crítica da sociedade, que tem no agir comunicativo o principal mecanismo de realização de entendimentos entre sujeitos, os quais formam uma consciência moral dirigida por princípios de justiça, com igual respeito por cada um dos integrantes do corpo social e consideração dos interesses de todos, orientados pela ideia de reciprocidade e pluralidade. Assim, formam-se consensos com base nesses ideais de justiça e solidariedade social.

Esta forma de restabelecer o consenso, com o uso de argumentos sobre o qual se constrói uma razão comunicativa nos moldes propostos por Habermas, tem como fundamento a existência de uma sociedade fraterna, que possui como pilares a amizade e a solidariedade, permitindo que as partes possam decidir suas próprias lides, promovendo o diálogo e a cooperação entre si.

Várias são as acepções para o conceito de conflito, pois este pode ser social, político, familiar, religioso etc., entretanto, o sentido que será considerado é o de conflitos sociais enquanto desequilíbrio de uma relação harmônica entre duas pessoas, dois grupos ou duas Escolas de Pensamento no interior de um mesmo contexto social. Deste modo, a origem está na existência do conflito e a forma de sua interpretação e administração na sociedade na busca de uma realidade plural na Economia.

O conflito ocorrerá sempre que houver resistência do outro, uma vez que consiste na tentativa de predominância de uma posição sobre a outra como forma de solução, que pode ocorrer com o uso da argumentação (direta ou indireta) ou da ameaça (física ou psicológica). Há uma incompatibilidade entre atos que se originam ou não da vontade dos envolvidos, sendo certo que cada uma das partes tem o conhecimento da não viabilidade de posições comuns, ainda assim, tentando impor seus argumentos, gerando uma dominância. Por isso, para que haja conflito é preciso, em primeiro lugar, que as forças confrontantes sejam

dinâmicas, contendo em si mesmas o sentido da ação, reagindo umas sobre as outras; posição também presente nas ideias de Kurt Lewin.

O conflito quer seja ele coletivo ou individual é normalmente oriundo da complexidade das relações sociais, envolvendo pessoas que geram os acontecimentos. Não há como evitá-los, uma vez que ocorrem onde há discordância de interesses e rompimento da comunicação, o que acaba gerando uma anulação na percepção da vontade de um dos envolvidos e, conseqüentemente, uma sobreposição da vontade de um sobre o outro. Desta superposição de vontades, resulta muitas vezes a submissão de um aos anseios do outro, de tal forma que se pode denotar um ganhador, aquele que se sobrepõe, e um perdedor, aquele cujos anseios são sublimados pelo outro, como em um jogo de soma nula. Em nosso caso é a dominância de uma Escola por outra.

É nítido que no conflito há um aspecto negativo que conduz a uma interpretação como um fator de desagregação e obstáculo e que, diante da possibilidade de gerar perdas, a solução encontrada e que perdurou durante muito tempo (e que ainda perdura) é de que deverá ser controlado, removido/exterminado da sociedade. Entretanto, o conflito também pode ser analisado sob outro enfoque, o positivo, uma vez que dele pode-se deflagrar um processo de autoconhecimento. É um fator de amadurecimento das relações humanas, proporcionando um crescimento dos envolvidos, sendo salutar para o crescimento e desenvolvimento da personalidade, por gerar vivências e experiências valiosas para o indivíduo em seu ciclo de vida ou para uma Escola de Pensamento ao longo de sua evolução.

Desta forma, em decorrência da complexidade de alguns litígios, da explosão da dominância e conseqüentemente da crise do Pensamento Econômico no âmbito mundial, o Pluralismo aponta que a solução é a utilização de meios que resolvam o conflito de forma consensual, solidária e fraterna, sem máculas para quaisquer das partes; e que esta venha a ser a alternativa encontrada para se obter uma transformação do paradigma do litígio para o do consenso, no sentido de trazer uma aproximação entre as partes, facilitando o diálogo e alcançando uma decisão equilibrada, pacífica e harmônica.

Qual o objetivo da mediação? O diálogo é o caminho que deve ser seguido para se alcançar essa solução. O diálogo deve ter como fundamento a visão positiva do conflito, a cooperação entre as partes e a participação do mediador como facilitador dessa comunicação. O mediador é, portanto, o agente do agir comunicativo de Habermas.

### 3.7. A ocorrência correlacionada entre palavras

A ideia de visualizar redes bibliométricas, também denotada como mapeamento da ciência tem recebido cada vez maior atenção. É sem dúvidas um instrumento potente para analisar diferentes tipos de redes, estudando desde variações de citações entre diferentes periódicos até rede de relações entre coautores e, especificamente, ocorrência correlacionada entre palavras ou afirmações. Uma rede bibliométrica consiste de nós e arestas. Os nós podem ser publicações, jornais, pesquisadores ou palavras chave. As arestas indicam relações entre pares de nós. As redes bibliométricas são, em geral, redes ponderadas. É importante mencionar que as redes de ocorrência correlacionada de palavras-chave são imprescindíveis para os propósitos do *framework*. Palavras-chave podem ser retiradas tanto dos títulos como dos resumos dos periódicos, assim como dos próprios artigos presentes ou das listas de publicações de pesquisadores com *site* (tanto pessoal quanto de sua instituição de origem). Observe que, ao trabalhar a linguagem em suas diferentes configurações (relembrando: de Wittgenstein, de Habermas e de Lewin), comparar o sentido de determinadas palavras (ou conceitos) para as distintas Escolas de Pensamento Econômico impõe o uso conjunto de palavras para as quais a correlação é fundamental para aquilatar a possibilidade de incrementar o pluralismo (mesmo em suas diferentes facetas)<sup>37</sup>. Obviamente a parca análise aqui abordada não contempla a miríade de situações nas quais o tema se faz presente.<sup>38</sup>

Várias abordagens diferentes foram propostas para a visualização de redes bibliométricas. As três mais comuns são: a baseada em distância, a baseada em grafos e a baseada na linha do tempo. A baseada em grafos possui representação bidimensional sendo mais utilizada para redes de pequeno porte; a baseada na linha do tempo leva em consideração que cada nó está vinculado a um determinado ponto no tempo. Ambos os enfoques não se adaptam ao tema desta tese. Os artigos de Leydesdorff e Rafols (2009, 2011a, 2011b) e Chen (1999, 2006) apresentam escopo mais amplo.

Na abordagem baseada em distância os nós são posicionados de modo que a distância entre dois nós indique, aproximadamente, o parentesco entre os mesmos. Em geral, quanto menor a distância entre dois nós maior o parentesco entre eles. A representação se faz em um espaço euclidiano no qual as arestas não estão presentes. O método mais comum para a localização dos nós é o escalamento multidimensional pertencente ao cabedal das técnicas

---

<sup>37</sup> Para maior detalhamento do tópico vide Peters e Van Raan (1993).

<sup>38</sup> Consultar Ying Ding, Ronald Rousseau e Dietmar Wolfram (2014).

multivariadas (BORG; GROENEN, 2005). Um método alternativo é a técnica VOS utilizada no pacote VOSviewer (Van Eck *et al.*, 2010).

Para produzir a ocorrência de correlação entre palavras é possível utilizar o VOSviewer o qual utiliza a técnica VOS que compatibiliza alocação e conglomerado de palavras através do Mapeamento por Visualização por Semelhança.

A breve descrição das técnicas utilizadas pelo programa VOSviewer a ser apresentada foi construída com base nos seguintes artigos: Van Eck e Waltman (2011), Waltman, Van Eck e Noyons (2010), Van Eck e Waltman (2007), Van Eck e Waltman (2010). Fonecidas  $n$  palavras relevantes e considerando que duas palavras quaisquer com ocorrência de correlação entre as mesmas, quando aparecem juntas em um mesmo documento, geram a força de associação entre as palavras  $i$  e  $j$ , dada por:

$$s_{ij} = \frac{2mc_{ij}}{c_i c_j} \quad (1)$$

Onde  $s_{ij}$  representa a força de associação entre palavras;  $m$  é o total de ocorrência com correlação entre todas as palavras;  $c_{ij}$  é o número de vezes em que há ocorrência com correlação entre as palavras  $i$  e  $j$ ;  $c_i$  corresponde ao número total de ocorrência com correlação da palavra  $i$  com outras palavras e  $c_j$  ao número total de ocorrências com correlação da palavra  $j$  com outras palavras. Portanto,  $c_i$  e  $m$  são dadas por:

$$c_i = \sum_{i \neq j} c_{ij} \quad \text{e} \quad m = \frac{1}{2} \sum_i c_i \quad (2)$$

Deste modo, em concordância com a equação (1), as palavras que aparecem em uma plêiade de documentos, mas poucas vezes em conjunto possuem uma força de associação,  $s_{ij}$ , reduzida, enquanto palavras que aparecem em poucos documentos, mas sempre em conjunto, têm uma força de associação,  $s_{ij}$ , elevada.

A partir da equação (1) constrói-se uma matriz  $S = (s_{ij})$  que satisfaça as seguintes condições:  $s_{ij}$  maior ou igual a zero,  $s_{ii}$  nula e  $s_{ij} = s_{ji}$  para todas as palavras  $i, j$  pertinentes a  $\{1, \dots, n\}$ . Esta matriz é denotada como matriz de semelhanças, pois cada um de seus componentes caracteriza uma similaridade existente entre duas palavras, isto é, o fato de ocorrerem em um mesmo documento (ou no contexto de uma afirmação conjunta).

As  $n$  palavras relevantes são posicionadas em um espaço euclidiano bidimensional, levando em consideração a matriz de semelhanças, cuja denotação é mapa de ocorrência com correlação. Neste mapa a localização de cada palavra é representada por um vetor  $x_i = (x_{i1}, x_{i2})$

em  $R^2$  de tal forma que o conjunto de todos os vetores forma uma matriz  $X$  de dimensão  $(n \times 2)$  que contém as coordenadas de todas as palavras. Tais coordenadas devem representar da melhor maneira possível a força de associação existente entre as palavras, de modo que aquelas que possuem um  $s_{ij}$  elevado ocorram próximas e as com  $s_{ij}$  reduzido sejam representadas distantes uma das outras.

De modo a localizar tais coordenadas o método do Mapeamento por Visualização por Semelhança utiliza a minimização da soma ponderada do quadrado das distâncias euclidianas, sujeita a uma restrição que impeça soluções nas quais todas as palavras sejam alocadas em um mesmo ponto. Este método permite construir conglomerados de afinidade entre as palavras, com isto facilitando a identificação de temas de pesquisa. O problema de otimização minimiza a seguinte função objetivo:

$$E(X; S) = \sum_{i < j} s_{ij} d_{ij}^2 - \sum_{i < j} d_{ij} \quad (3)$$

Onde  $d$  representa a distância euclidiana entre dois pontos, cuja representação bidimensional no mapa é dada por:

$$d_{ij} = \|x_i - x_j\| = \left( \sum_{k=1}^2 (x_{ik} - x_{jk})^2 \right)^{1/2} \quad (4)$$

No caso do conglomerado  $d$  corresponde a seguinte regra de corte:

$$d_{ij} = \begin{cases} 0 & \text{se } x_i = x_j \\ 1/\gamma & \text{se } x_i \neq x_j \end{cases} \quad (5)$$

Quanto a construção do conglomerado é importante frisar que se trata simplesmente em agrupar palavras obedecendo a força de associação entre as mesmas. O número de conglomerados é determinado pelo valor atribuído ao parâmetro de resolução  $\gamma$ . Pode-se afirmar que, quanto maior for o valor escolhido pelo pesquisador para este parâmetro, maior é o número de conglomerados que serão construídos. A regra é realizar inspeção visual e testar diferentes valores até que se obtenha um resultado satisfatório ao pesquisador (na língua de “Tio Sam”, a *rule of thumb*).

Além do mapeamento e da construção de conglomerados, o VOSviewer representa por um círculo proporcional ao número de artigos a ocorrência de correlação entre palavras. Em síntese, o Mapa de Visualização por Semelhança permite identificar tanto o conjunto de tópicos relevantes de uma dada escola de pensamento assim como explicitar quais os termos

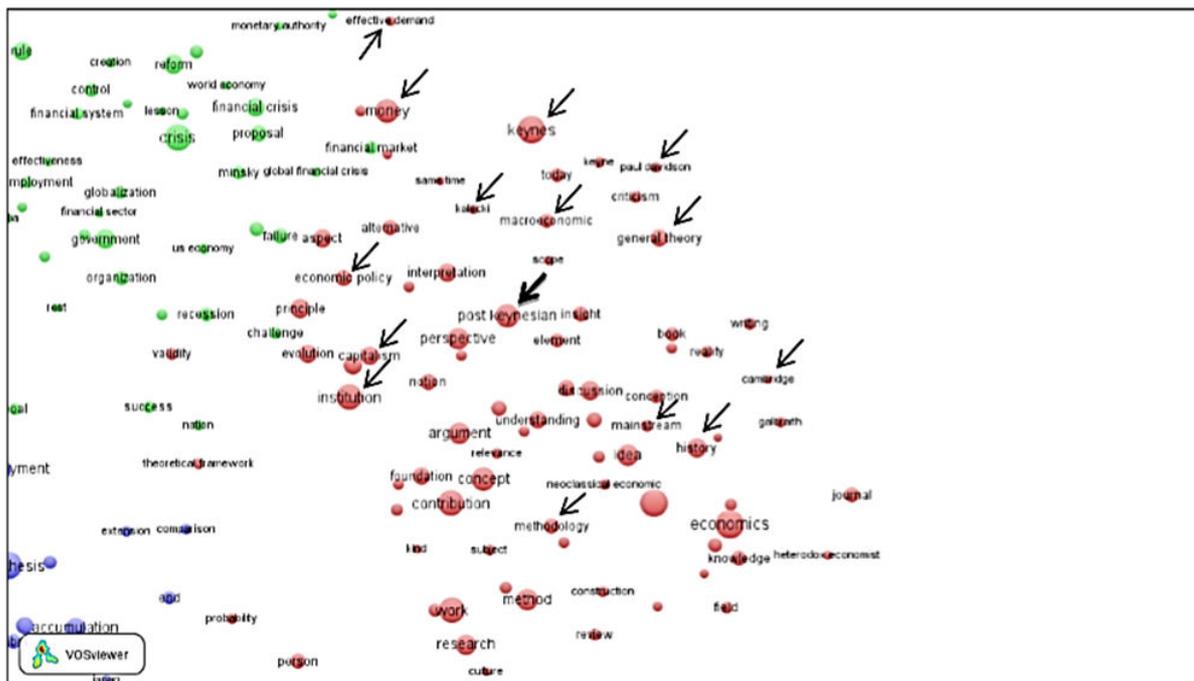
primordiais utilizados pela comunidade acadêmica vinculada a cada escola. Este processo emula a configuração de objetos na ilustração do finitismo de significados presente na vertente de Wittgenstein da “Santa Trindade”. Contudo é nossa crença ao propor o *framework* que o processo também pode ser complementar às vertentes de Lewin e Habermas. Volta-se a reiterar a importância da base de dados na Web escolhida pelo pesquisador.

Qual o resultado de uma aplicação do VOSviewer? A dissertação de Bruno Roberto Dammski, Mapeando o Pós-Keynesianismo: uma abordagem cienciométrica, defendida em 2014 na UFPR fornece escopo bem amplo de uma das Escolas de Pensamento. Todavia sua preocupação era mais historiográfica não contemplando os aspectos ontológicos, metodológicos e outros presentes como nos subitens 3.1, 3.2 e 3.3 dessa tese, assim como não explorou aspectos do Pluralismo. A cienciométrica se apoiou no artigo de Bernard Dachs *et al.* (2001) de uma forma canhestra, sem obedecer, *in totum*, os cânones da metodologia, além de que o pacote utilizado era o BibTechMon e o site bibliométrico, o EconLit (*edition* 12/2000). O artigo em tela abordava outra escola, a Economia Evolucionária, mas ficou patente a dificuldade em comparar os resultados obtidos em função da metodologia distinta dos pacotes computacionais e dos sites escolhidos: JSTOR *versus* EconLit. Não há na literatura, até o momento, estudo que permita a comparação de pacotes ou sites.

Todavia vale a pena apresentar os exemplos contemplados nas figuras 5, 6 e 7, abaixo, dos resultados dos dois autores citados em relação à ocorrência de correlação em palavras para a Economia Evolucionária e a Economia Pós-keynesiana.



**Figura 7** - Representação do conglomerado vermelho da figura 6 ampliado.



Fonte: Dammski; Cavaliere; Pinto (2015).

## CONCLUSÃO

Como debatido exaustivamente nessa tese, apelos por uma Economia pluralista tem ocorrido há mais de quatro décadas, entretanto, algumas críticas tentam justificar as dificuldades para que esse pluralismo ocorra, como por exemplo, a ambiguidade sobre o que exatamente se entende por pluralismo (por exemplo, pluralismo disciplinar, teórico, metodológico ou paradigmático, para citar apenas algumas variações possíveis). Portanto, isso pode ser tão impeditivo que uma tentativa de implementar essa demanda na forma de uma estratégia de pluralização necessariamente iria não vingar devido à falta de uma base comum e de objetivos claramente definidos.

Por conseguinte, essa tese buscou iluminar caminhos para que esse pluralismo pudesse ser operacionalizado, de forma a responder as críticas que tanto acumulou. Para isso, foi apresentado em seu primeiro capítulo uma revisão de três autores, julgados aqui como os mais relevantes, para uma compreensão da gênese do pluralismo na ciência econômica.

Através das perspectivas de Bruce Caldwell e sua proposta denominada de pluralismo crítico foi possível observar uma primeira discussão sobre o papel do trabalho metodológico na era pós-positivista. Com o fito de melhorar a compreensão do que é a ciência econômica, Caldwell defende que é somente através de um choque constante de uma diversidade de ideias que é possível ter posições nitidamente definidas, inteligíveis e compreendidas. Suas prescrições aos metodólogos que atuam no pluralismo compreendem a reconstrução racional do conteúdo metodológico das teorias e dos programas de pesquisa, a apresentação dos pontos fortes e fracos do conteúdo e a avaliação crítica dos pontos fortes e fracos do conteúdo revelado. Enfim, a ausência de um critério epistemológico de julgamento sobre as posições metodológicas fez Caldwell admitir o pluralismo e crer que a coexistência de teorias e métodos diferentes é benéfica para o desenvolvimento da ciência. Ou seja, ele assume uma posição metametodológica.

Em seguida, Sheila Dow distingue o pluralismo através de diferentes níveis filosóficos, o denominando como pluralismo estruturado. Ela entende que a compreensão do que está implícito no pluralismo metodológico e no pluralismo do método tem sido dificultada pela falta de referência aos fundamentos epistemológicos e ontológicos, e que eles podem ser caracterizados a partir de sistemas abertos e fechados. Portanto, embora Dow concorde que a tentativa de diferentes metodologias em seus próprios termos deva promover um debate mais construtivo entre os economistas, ela ressalta que o escopo dessa

compreensão é sempre condicional à própria posição ontológica e epistemológica do metodólogo. Assim sendo, a contribuição de Dow está em assimilar o pluralismo metodológico como um meio de melhorar o conhecimento, que ao ser compreendido como um sistema aberto faria esse pluralismo plenamente justificado.

Em resumo, Dow oferece duas possibilidades excludentes no nível ontológico: ou não existe uma única realidade, sendo essa plural e, por consequência exigindo uma pluralidade epistêmica e metodológica, ou a verdade existe e é real, porém, essa conclusão por si só não é suficiente, permitindo diferentes possibilidades no nível epistêmico e metodológico. Além disso, a distinção entre sistemas fechados e abertos passa a ser primordial para Dow quando se assume a existência de uma única verdade.

Dow também destacou o papel das escolas de pensamento. Sua ideia está consubstanciada na linguagem como papel crucial para o conhecimento. Ou seja, a maneira como entendemos palavras e conceitos está enraizada em nossa ontologia, e esses entendimentos, por sua vez, têm consequências reais para a construção do conhecimento. Por sua vez, o processo de construção do conhecimento implica em demarcações ou recortes, o que justifica a importância das escolas de pensamento na consecução de determinados modos de pensamento. Para demonstrar a importância das escolas de pensamento na sua compatibilidade com o pluralismo, destacando o papel da crítica e a comunicação, Dow recorre a uma leitura atenta da incomensurabilidade paradigmática de Thomas Kuhn. Portanto, para Dow as categorizações das escolas de pensamento são compatíveis com a proposta pluralista, além de servirem como ferramentas que permitem construções de pontes ou conexões entre as diversas linguagens das diferentes abordagens.

Encerrando o primeiro capítulo, o terceiro autor abordado foi Tony Lawson. A exploração de sua abordagem, através do Realismo Crítico, lançou luz sobre a problemática envolvida na relação entre teoria e realidade, demonstrando a importância da ontologia na compreensão da realidade social, bem como da adoção da proposta de um pluralismo metodológico esclarecido, compreendendo os limites das opções metodológicas disponíveis.

Lawson, inspirado no Realismo Crítico de Roy Bhaskar, criticou os métodos da Economia *Mainstream*, argumentando que os mesmos sofrem de uma inadequação ontológica, não condizente com a realidade social, e por isso os economistas falham, de forma recorrente, na ação de prever ou explicar os fatos econômicos.

O centro da crítica de Lawson sobre a Economia *Mainstream* repousa no tratamento dado por seus métodos, já que os mesmos pressupõem uma realidade social suscetível a fechamentos. Ou seja, Lawson, a partir das ideias do Realismo Transcendental de Bhaskar, o qual denota a natureza como um sistema aberto, entende que a sociedade possua a mesma configuração, isto é, a realidade social seria caracterizada pela agência humana, em outras palavras, pela capacidade do ser humano fazer escolhas intencionalmente.

Em suma a crítica de Lawson se concentrou nas premissas da teoria econômica *mainstream*, que se sustentam no dedutivismo e exigem dessa forma uma ontologia (compreensão do objeto de estudo) social particular, ou seja, a ubiquidade de fechamentos. Esse tipo de ontologia não conjuga dos ideais do Realismo Crítico, os quais demonstram a inadequação dos métodos utilizados pela corrente *mainstream* da teoria econômica. Essa inadequação parece ser a causa das recorrentes falhas dos economistas ao tentar prever e explicar o mundo real.

Portanto, foi possível concluir que um dos elementos-chave da metodologia realista crítica é o pluralismo do método. A partir do raciocínio de que a realidade que se busca compreender é inacessível, nenhum método pode gerar um verdadeiro conhecimento dela. Se o mundo social real é um sistema aberto, ele está sujeito a complexas influências internas e externas. Em particular, tal sistema não se presta à representação por um sistema axiomático dedutivo singular, uma vez que tal sistema requer que os axiomas sejam verdadeiros para que as conclusões sejam verdadeiras. Em vez disso, o Realismo Crítico defende o pluralismo, envolvendo o recurso a uma série de métodos destinados a construir o conhecimento de maneiras diferentes, tomando diferentes pontos de partida.

No segundo capítulo, à partir das argumentações feitos pelos movimentos e apelos por reforma e pluralismo na ciência econômica nos últimos anos; das observações sobre a complexidade das classificações das áreas de pesquisa diante dos limiares nem sempre tão bem identificados; da influência de vários elementos dentro de um processo de *path dependence* para explicar a dominância institucional do *mainstream*; da investigação sobre a reivindicação de pluralismo por parte do *mainstream*; e das perspectivas de Mäki, que distingue pluralismo de pluralidade, e de Ouriques, através dos estudos de Psicopolítica com vistas a construção de uma cultura de comunicação, foi possível justificar a construção de um arcabouço para um metaparadigma pluralista, ou seja, a busca por interação construtiva entre diferentes tradições teóricas para chegar a um conjunto melhorado e expandido de declarações

explicativas relevantes para o desenvolvimento deste metaparadigma, através de um *framework* pluralista.

O terceiro e último capítulo demonstrou ser possível sustentar a tese de um *framework* pluralista que apoie a gênese de um metaparadigma contemplando as diversas escolas de pensamento da ciência econômica. Através da eleição de três escolas de pensamento, neoclássica, pós-keynesiana e evolucionista, além do recorte de algumas dimensões paradigmáticas (escolhas essas por questões de limitação de tempo da pesquisa), apresentou-se um *framework* pluralista. Esse metaparadigma sintetizou a diversidade conceitual e metodológica dessas escolas de pensamento, onde a ideia central por trás é que as idiossincrasias específicas de um paradigma podem ser substituídas de forma consciente e sucessiva por princípios pluralistas. Dessa forma, estes princípios podem ser formulados de maneira não dogmáticas e ecumênicas, na qual o entendimento mútuo tem prioridade no discurso científico, e com isso orientar futuras pesquisas da ciência econômica, buscando encontrar de fato um diálogo entre as suas escolas de pensamento.

Outra conclusão a que se chegou foi que ao comparar as dimensões paradigmáticas das três escolas de pensamento encontrou-se a possibilidade de suas afirmações teóricas serem idênticas, convergentes ou compatíveis, acarretando em um processo de integração teórica. Outra possibilidade é que suas afirmações fossem neutras, o que concomitantemente com a integração remeteria a divisão do trabalho e, por conseguinte, a diversificação. Ainda assim, as afirmações podem ser divergentes ou contraditórias, o que acarretaria em um teste de hipóteses conflitantes e, em seguida, levaria a diversificação. Portanto, ficam patentes as estratégias e práticas de uma pesquisa pluralista, fruto de um metaparadigma. Essas estratégias visam empreender o metaparadigma através do uso do *framework* pluralista.

Por fim, demonstrou-se uma proposta de prática para o *framework* pluralista oferecido nesta tese. Nesse sentido, uma das formas apresentadas de operacionalizar esse *framework*, incorporando os aspectos ontológicos, epistemológicos e metodológicos, foi enveredar pelos caminhos da linguagem. A solução obtida foi através da denominada Santa Trindade, com a linguagem de Wittgenstein, a subjetividade de Lewin e a ação em Habermas. Subjacente à escolha da linguagem está a pesquisa-ação de Thiollent, tema não abordado na tese por sua aplicação *ex post*.

Fundamental em Wittgenstein é o conceito de finitude de significado, no qual os objetos só obtêm significado quando relacionados entre si. Seguindo o argumento observado

por Klaes, no caso do *framework*, as proposições têm conotação técnica, representação da realidade econômica e concordância social. Resulta que determinada escola de pensamento pode ser tomada como um agrupamento de termos (ou melhor, palavras) interligados, uma plêiade de proposições. Assim sendo, há uma correspondência entre as palavras o que permite buscar uma correlação entre as mesmas e procurar por um *lócus* que as represente; são as singularidades presentes na composição das escolas de pensamento.

A melhor forma de proceder com essas correlações de palavras é através de uma abordagem visual. Portanto, apontou-se que este é um problema que encontra sua solução no Escalamento Multidimensional. Para o contentamento dos pesquisadores existe o pacote computacional VOSViewer, que contempla o enfoque citado e o completa com uma técnica de Aglomeração, a VOS. Tem-se, então, uma representação gráfica das singularidades (as aglomerações), onde as distâncias representam as correlações entre palavras; quanto menor a distância, maior a coesão. Traduzindo, esse processo emula a configuração de objetos na ilustração do finitismo de significados presente na vertente de Wittgenstein da Santa Trindade.

Vinculado às ideias de Lewin está a configuração, a *gestalt* entre as palavras, o que explicita uma Topologia e, conseqüentemente, permite que a metodologia anterior seja aplicada ou se aplique técnicas de *metadesign* (mera sugestão). A abordagem via Habermas atua via conflito e fornece o arcabouço necessário para a pesquisa-ação (também, mera sugestão). O que foi apresentado buscava incorporar a mediação jurídica como instrumento do agir comunicativo. O importante a frisar é que a visualização é possível para a Santa Trindade, fazendo com que a metodologia proposta via VOSViewer seja válida, com adaptações, para os componentes da mesma

É importante afirmar que a construção do *framework* pluralista para a concepção do metaparadigma proposto obviamente não foi testado na prática, o que se coloca como problemática para estudos futuros. A inclusão de outras vertentes na Santa Trindade é uma possibilidade sem quaisquer dúvidas, assim como as ideias mais contemporâneas quanto ao conflito. A complementaridade da visualização em rede e seu mapeamento deve ser implementada, usando novas ocorrências de correlação de palavras e comparando os dois pacotes computacionais citados, VOSViewer e BibTechMon. Da mesma forma, vale a pena utilizar a técnica de Escalamento Multidimensional isoladamente, sem conglomerados, para analisar os temas presente no quadro do *framework*.

Por fim, também pode-se citar como problemática para futuras pesquisas uma recente tendência de junção do Direito com a Economia, gerando a Economia do Direito em suas distintas conotações, em que a Economia Marxista e a Escola de Chicago apresentam um conflito bem definido. Mais, no âmbito do Direito há um conceito de paradigma distinto do econômico, que coloca como problemática a existência de um pluralismo único ou a multiplicidade de pluralismos.

## REFERÊNCIAS

AKERLOF, George. The Market for “lemons”: quality uncertainty and the market mechanism. **The Quarterly of Economics**, v. 84, n. 3, p. 488-500, 1970.

AKERLOF, George A.; KRANTON, Rachel E. Economics and Identity. **Quarterly Journal of Economics**, v. 115, n. 3, p. 715–753, 2000.

ARCHER, Margaret; DECOTEAU, Claire; GORSKI, Philip; LITTLE, Daniel; PORPORA, Douglas; RUTZOU, Timothy; SMITH, Christian; STEINMETZ, George; VANDENBERGHE, Frederic. What is Critical Realism? **Perspectives** 38, n. 2, p. 4-9, Fall 2016.

ARNSPERGER, Christian; VAROUFAKIS, Yanis. What Is Neoclassical Economics? The three axioms responsible for its theoretical oeuvre, practical irrelevance and, thus, discursive power. **Panoeconomicus**, v. 53, n. 1, p. 5-18, 2006.

ARROW, Kenneth J.; DEBREU, Gerard. Existence of Equilibrium for a Competitive Economy. **Econometrica**, v. 22, p. 265-290, 1954.

ARTHUR, Brian W. Competing Technologies, Increasing Returns, and Lock-in by Historical Events. **The Economic Journal**, v. 99, p. 116-131, 1989.

ASPROMOURGOS, T. On the origin of the term ‘neoclassical’, *Cambridge Journal of Economics*, 10, pp. 265-270, 1986.

ASSIS, J. P. Kuhn e as ciências sociais. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 7, n. 19, p. 133-164, dez. 1993.

BACKHOUSE, Roger E. A Suggestion for Clarifying the Study of Dissent in Economics. **Journal of the History of Economic Thought**, 26, 2, p. 261-271, 2004.

———. The Rise of Free Market Economics: Economists and the Role of the State since 1970. **History of Political Economy**, v. 37, p. 355-392, 2005.

BARBIER, René. **A Pesquisa-Ação**. Liber Livro. Brasília, 2000.

BEDEIAN, Arthur G. The Manuscript Review Process: The Proper Roles of Authors, Referees, and Editors. **Journal of Management Inquiry**, v. 12, p. 331-338, 2003.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **The Social Construction of Reality: A Treatise in the Sociology of Knowledge**. New York: Doubleday, 1966.

BHASKAR, R. **The Possibility of Naturalism**. Harvester Press, Hemel Hempstead, 1979.

BHASKAR, R. **Reclaiming Reality: A Critical Introduction to Contemporary Philosophy**. London, Verso, 1989.

———. **A Realist Theory of Science**. 1<sup>a</sup> ed., Routledge: Verso, [1975] 2008.

BIANCHI, Ana Maria. Muitos métodos é o método: a respeito do pluralismo. **Revista de economia política**, v. 12, n. 2, p. 135-142, 1992.

BIGO, Vinca; NEGRU, Ioana. From Fragmentation to Ontologically Reflexive Pluralism. **Journal of Philosophical Economics**, v. 1, n. 2, p. 127-150, 2008.

BLAUG, Mark. **La Metodología de la Economía o Cómo explican los Economistas**, Alianza Editorial, Madrid, 1985.

———. The Formalist Revolution of the 1950s. **Journal of the History of Economic Thought**, v. 25, n. 2, p. 145–156, 2003.

BOLAND, Lawrence. A Critique of Friedman's Critics. **Journal of Economic Literature**. Vol. 17, n. 2, p. 503-522, jun, 1979.

———. **The Foundations of Economic Method**, London, George Allen & Unwin, 1982.

BORBA, E. **O pluralismo enquanto alternativa ao monismo metodológico na economia**. Florianópolis, 2013. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas), 65f. Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina.

BORG, I.; GROENEN, P. J. F. **Modern multidimensional scaling**. New York: 2. ed., Springer, 2005.

BOSCHMA, R., FRENKEN, K. Why is economic geography not an evolutionary science? Towards an evolutionary economic geography. **Journal of Economic Geography**, 6, p. 273–302, 2006.

BOSCHMA, R.; GIANELLE, C. Regional branching and smart specialization policy. **JRC technical reports**, (06/2104), 2014.

BOWLES, S. **Microeconomics: behavior, institutions, and evolution**. Princeton University Press, 2009.

BRUNNERMEIER, Markus K.; SANNIKOV, Yuliy. A macroeconomic model with a financial sector, **American Economic Review**, v. 104, n. 2, p. 379–421, 2014.

BRUNO, M. CAFFE, R. A economia como objeto socialmente construído nas análises regulacionista e da Economia Social de Mercado. **Revista de Economia Política**, v. 37 (1), p. 23-44, 2017.

———. Estado e financeirização no Brasil: interdependências macroeconômicas e limites estruturais ao desenvolvimento. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 26, número especial, p. 1025-1062, dez. 2017.

CALDWELL, B. J. A Critique of Friedman's Methodological Instrumentalism. **Southern Economic Journal**, vol. 47 (October 1980), pp. 366-74.

———. The case for pluralism. In De Marchi, Nei. (org.). *The Popperian Legacy in Economics. Papers Presented at a Symposium in Amsterdam*, december 1985. Cambridge: Cambridge University Pres, pp. 231-44, 1988.

———. Post-Keynesian methodology: an assessment. **Review of Political Economy**, v. 1 (1), March, p. 43-64, 1989.

———. Does methology matter? How should it be practiced? **Finnish Economic Papers**, v. 3, n. 1, p. 64-71, 1990.

———. Clarifying Popper. **Journal of Economic Literature**, 29 (1), pp. 1–33, 1991.

———. **Beyond positivism: economic methodology in the twentieth century**. London: Routledge, [1982] 1994.

———. Varieties of Pluralism: Comment on Samuels and Dow. In A. Salanti and E. Screpanti, eds. **Pluralism in Economics: new perspectives in history and methodology**, p. 100-104, Cheltenham, UK: Elgar, 1997.

CARVALHO, F. C. **Mr Keynes and the post keynesians: principles of macroeconomics for a monetary production economy**. Aldershot: Edward Elgar, 1992.

CAVALIERI, Marco Antônio Ribas. Sobre os porquês do pluralismo em Economia: aproximações de uma alternativa historicista. **Pesquisa & Debate**, volume 20, n. 1, p. 165-187, 2009.

CERQUEIRA, Hugo. A economia evolucionista: um capítulo sistêmico do pensamento econômico? **Análise Econômica**, v. 20, p. 55-79, 2002.

CHEN, C. Visualising semantic spaces and author co-citation networks in digital libraries. **Information Processing and Management**, v. 35, n. 3, 401-420, 1999.

CHEN, C. CiteSpace II: Detecting and visualizing emerging trends and transient patterns in scientific literature. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 57, n. 3, p. 359-377, 2006.

CHICK, V. Order Out of Chaos in Economics, in S. C. Dow and J. Hillard (eds), **Keynes, Knowledge and Uncertainty** (Aldershot: Edward Elgar), 1995.

CHICK, V.; DOW, S. C. Formalism, Logic and Reality: A Keynesian Analysis. **Cambridge Journal of Economics**, 25, 6, p. 705-721, 2001.

CITTADINO, Gisele. **Pluralismo, direito e justiça distributiva**. 3.ed., Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2004.

COLANDER, David, HOLT, Richard P.; ROSSER, J. Barkley. The death of neoclassical economics. **Journal of the History of Economic Thought**, v. 22, n. 2, p. 127-143, 2000.

———. The Changing Face of Mainstream Economics. **Review of Political Economy**, v. 16, n. 4, p. 485-499, 2004.

———. Live and Dead Issues in Economic Methodology. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 30, 2, p. 303-312, 2007–2008.

———. How to Win Friends and (Possibly) Influence Mainstream Economists. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 32 (3), p. 397-408, 2010.

COMIM, F. The Scottish Tradition in Economics and the role of Common Sense in Adam Smith's Thought. **Review of Political Economy**, 14, 1, p. 91-114, 2002.

CORAZZA, G. Aspectos metodológicos do pensamento de Keynes. **Anais do XXXVII Encontro Nacional de Economia**. Foz do Iguaçu: ANPEC, 2009.

CORDES, C. The application of evolutionary concepts in evolutionary economics. **Papers on Economics and Evolution**, n. 1402, Philipps University Marburg, Department of Geography, Marburg, 2014.

CROTTY, J. Post keynesian economic theory: an overview and evaluation. **American Economic Review**, v. 70, n. 2, 1980.

DACHS, B.; ROEDIGER-SCHLUGA, T.; WIDHALM, C.; ZARTL, A. Mapping evolutionary economics: A bibliometric analysis. In: **EUROPEAN MEETING ON 89 APPLIED EVOLUTIONARY ECONOMICS**, 2001, Viena. p. 1-16. Disponível em: <<http://widhalm.factlink.net/fsDownload/MappingE.pdf?v=1&id=160165&forumid=256>> Acesso em: 17/10/2019.

DAMMSKI, B.R. **Mapeando o pós-keynesianismo: uma abordagem cienciométrica**. 2014, 97f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Federal do Paraná (UFPR), Paraná, 2014.

DAMMSKI, B. R.; CAVALIERI, M. A. R.; PINTO, J. S. P. Mapeando o pós-keynesianismo: uma abordagem cienciométrica. **Working Papers, Departamento de Economia FEA-USP**, n. 2015-36, Universidade de São Paulo, 2015.

DAVID, Paul. Clio and the Economics of QUERTY. **American Economic Review**, v. 75, p. 332-337, 1985.

DAVIDSON, P. **Money and the real world**. 2. ed. London: Macmillan, 1978.

DAVIDSON, P. Reviving Keynes's revolution. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 6, n. 4, p. 561-575, Summer, 1984.

———. Responses to Lavoie, King, and Dow on what Post Keynesian is and who is a Post Keynesian. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 27, n. 3, p. 393-407, Spring 2005.

DAVIS, J. Samuels on Methodological Pluralism in Economics. **Department of Economic, Working Paper 2012-01, Marquette University, Milwaukee**, 2012.

DE LANGHE, Robert. How Monist Is Heterodoxy? **Cambridge Journal of Economics**, v. 34, n. 4, p. 793-805, 2010.

DEQUECH, David. Neoclassical, Mainstream, Orthodox, and Heterodox Economics. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 30, n. 2, p. 279-302, 2007-2008.

DEUTSCH, Morton. **The Resolution of Conflict**. Yale University Press, 1973.

DING, Y.; ROUSSEAU, R.; WOLFRAM, D. **Measuring scholarly impact: Methods and practice**. Berlin: Springer, 2014.

DOBUSCH, Leonhard; KAPPELLER, Jakob. Why Is Economics Not an Evolutionary Science? New Answers to Veblen's Old Question. **Journal of Economic Issues**, 43, 4, p. 867-898, 2009.

———. Heterodox United vs. Mainstream City? Sketching a Framework for Interested Pluralism in Economics. **Journal of Economic Issues**, 46, 4, p. 1035-1057, 2012.

DOMAR, E. Capital expansion, rate of growth and employment. In: SEN, A. (Org.). **Growth economics**. Middlesex: Penguin Books, 1970.

DOPFER, K.; FOSTER, J.; POTTS, J. Micro-meso-macro. **Journal of Evolutionary Economics**, 14(3), p. 263-279, 2004.

DOPFER, K.; POTTS, J. **The General Theory of Economic Evolution**. Routledge, 2007.

———. On the Theory of Economic Evolution. **Evolutionary and Institutional Economics Review**, n. 6 (1), p. 23-44, 2009.

DOW, Sheila C. Beyond Dualism. **Cambridge Journal of Economics**, v.14(2), 143–58, 1990a.

———. Post Keynesianism as Political Economy: A Methodological Discussion. **Review of Political Economy**, 2 (3), pp. 345–58, 1990b.

———. Mainstream economic methodology. **Cambridge Journal of Economics**, v. 21 (1), p. 73–93, 1997a.

———. Methodological pluralism and pluralism of method. In: SALANTI, A.; SCREPANTI, E. (Eds). **Pluralism in Economics: New Perspectives in History and Methodology**. Aldershot: Edward Elgar, p. 89-99, 1997b.

———. Prospects for the Progress of Heterodox Economics. **Journal of the History of Economic Thought**, 22, 2, p. 157-170, 2000.

———. Modernism and Postmodernism: A Dialectical Analysis. In: S. Cullenberg, J. Amariglio and D. F. Ruccio (eds), **Postmodernism, Economics and Knowledge**, London, Routledge, p. 61-76, 2001.

———. **Economic Methodology: An Inquiry**. Oxford: Oxford University Press, 2002a.

———. Historical Reference: Hume and Critical Realism, **Cambridge Journal of Economics**, 26, 6, p. 683-95, 2002b.

———. Babylonian Mode Of Thought. In J. E. King. **The Elgar Companion To Post Keynesian Economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 2003.

———. Critical Realism and Economics. In: Downward P (ed.). **Applied Economics and the Critical Realist Critique**. Routledge INEM Advances in Economic Methodology, Ch. 2, London: Routledge, p. 12-26, 2003.

———. Structured Pluralism. **Journal of Economic Methodology**, v. 11, 3, p. 275-290, 2004.

DOW, Sheila C. Axioms and Babylonian Thought: A Reply. **Journal of Post Keynesian Economics**, 27, 3, p. 385-391, 2005.

———. Plurality in Orthodox and Heterodox Economics. **Journal of Philosophical Economics**, 1, 2, p. 73-96, 2008a.

———. A Future for Schools of Thought and Pluralism in Heterodox Economics, in J.T. Harvey and R.F. Garnett, Jr. (eds.) **Future Directions for Heterodox Economics**, p. 9-26. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2008b.

———. Methodological Pluralism and Pluralism of Method. In: **Foundations for New Economic Thinking**. Palgrave Macmillan, London, 2012.

ESSLETZBICHLER, J. Generalized Darwinism, group selection and evolutionary economic geography. **Zeitschrift für Wirtschaftsgeographie**, 56 (3), p. 129-146, 2012.

FERNANDEZ, R. V. G. A metodologia com argumento para uma economia pluralista in: **16º Encontro Nacional de Economia Política/ SEP**, Uberlândia (MG), 2011.

FINE, Ben; MILONAKIS, Dimitri. **From economics imperialism to freakonomics: the shifting boundaries between economics and other social sciences**. London: Routledge, 2009.

FLECK, Ludwik. **The Genesis and Development of a Scientific Fact**. Chicago: University of Chicago Press, [1935] 1979.

FRIEDMAN, Milton. The Methodology of Positive Economics. In **Essays in Positive Economics**. Chicago: University of Chicago Press, p. 3-43, 1953.

FULLBROOK, Edward. **The crisis in economics - the post-autistic economics movement: the first 600 days**. London; New York: Routledge, 2003.

———. Economics and Neoliberalism. In **After Blair: Politics after the New Labour Decade**, (ed.) Gerry Hassan, p. 160-171. London: Lawrence and Wishart, 2007.

———. **Pluralist Economics**. London, UK: Zed Books, 2009.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. **Psicologia Estrutural em Kurt Lewin**, Vozes 1972.

GARNETT, Robert. Paradigms and Pluralism in Heterodox Economics. **Review of Political Economy**, 18, 4, p. 521-546, 2006.

GARNETT, Robert; OLSEN, Erik K.; STARR, Martha. **Economic Pluralism**. London: Routledge, 2010.

GARUD, R.; KARNØE, P. Path Creation as a Process of Mindful Deviation. In R. Garud; P. Karnøe (Eds.), **Path Dependence and Creation**. Mahwah, N.J.: Lawrence Erlbaum Associates, p. 1-40, 2001.

GIERE, Ronald N. **Science without Laws**. Chicago: Chicago University Press, 1999.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

———. **Teoria de la Accion Comunicativa**. Tomo I, Madrid, Taurus Ediciones, 1999.

HAMLIN, Cynthia Lins. Realismo crítico: um programa de pesquisa para as Ciências Sociais. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 00, 2000. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582000000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582000000200006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 11 de jun. de 2019.

HANSEN, L.P.; SARGENT, T.J. **Wanting Robustness in Macroeconomics**. Unpublished manuscript, University of Chicago and New York University, 2000. Disponível em: <<http://home.uchicago.edu/~lhansen/wanting.pdf>>. Acesso em: 25 de ago. de 2019.

HARROD, R. An essay in dynamic theory. In: SEN, A. (Org.). **Growth economics**. Middlesex: Penguin Books, 1970.

HAUSMAN, Daniel M. El realismo crítico y las teorías de sistemas abiertos. **Argumentos de Razón Técnica**, nº 3, pp. 61-92, 2000.

HAYEK, Friedrich A. Von. **The Road to Serfdom**. Chicago: University of Chicago Press, 1944.

HEER, Burkhard; MAUSSNER, Alfred. **Dynamic General Equilibrium Modelling: computational methods and applications**. Springer: Berlin, 2005.

HEIN, E. Post-Keynesian macroeconomics since the mid-1990s – main developments. **Institute for International Political Economy Berlin. Working Paper n. 75/2016**, p. 1-43, 2016. Disponível em <[https://www.boeckler.de/pdf/v\\_2016\\_10\\_20\\_hein\\_paper.pdf](https://www.boeckler.de/pdf/v_2016_10_20_hein_paper.pdf)>. Acesso em 20 de set. de 2019.

HEISE, Arne. Pluralism in Economics: Inquiries into a Daedalean Concept. **ZÖSS Discussion Paper**, 51, p. 1-32, 2016. Hamburg: Universität Hamburg, Fak. Wirtschafts- und Sozialwissenschaften, FB Sozialökonomie, Zentrum für Ökonomische und Soziologische Studien (ZÖSS). Disponível em <<https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-59885-6>>. Acesso em 01 de set. de 2019.

HEPBURN, Cameron; BOWEN, Alex. Prosperity with growth: economic growth, climate change and environmental limits, **Centre for Climate Change Economics and Policy, Working Paper** n. 109, 2012.

HERRMANN-PILLATH, Carsten. **Foundations of economic evolution: a treatise on the natural philosophy of economics**. Edward Elgar, 2013.

HICKS, John R. "Mr. Keynes and the Classics: a suggested interpretation. **Econometrica**, v. 5, p. 147-159, 1937.

HICKS, J.R. **Value and Capital**. Oxford: Oxford University Press, 1939.

HODGSON, Geoffrey; MÄKI, Uskali; MCCLOSKEY, Donald. A Plea for a Rigorous and Pluralistic Economics. **American Economic Review**, v. 82, n. 2, p. xxv, 1992.

HODGSON, Geoffrey M.; ROTHMAN, Harry. The Editors and Authors of Economics Journals: A Case of Institutional Oligopoly? **The Economic Journal**, v. 109, p. F165-F186, 1999.

HODGSON, Geoffrey; SAMUELS, Warren; TOOL, Marc R. **The Elgar Companion to Institutional and Evolutionary Economics**, vol. 2, Edward Elgar Publishing, 1994.

HOLCOMBE, Randall G. Pluralism versus Heterodoxy in Economics and the Social Sciences. **The Journal of Philosophical Economics**, v. 1 (2), p. 51-72, 2008.

HOPKINS, Barbara. The Institutional Barriers to Heterodox Pluralism. **Review of Radical Political Economics**, v. 42, 3, p. 338-343, 2010.

KALECKI, M. Esboço de uma teoria do ciclo econômico. In KALECKI, M.; **Crescimento e ciclo das economias capitalistas: ensaios selecionados e traduzidos por Jorge Miglioli**, Hucitec, [1933] 1977.

KEYNES, J. M. **The General Theory of Employment, Interest and Money**. Amherst, NY: Prometheus Books, 1936.

———. **The Collected writings of John Maynard Keynes**. Cambridge: Macmillan, 1973.

KHALIL, E.L. Rules. In: Hodgson, G.M.; Tool, M.; Samuels, W.J. (eds.), **The Elgar companion to institutional and evolutionary economics, L-Z**. Aldershot, UK: Edward Elgar, 1994.

KIM, H. S. An integrative framework for conceptualizing clients: A proposal for a nursing perspective in the new century. **Nursing Science Quarterly**, v. 13, n. 1, p. 37-40, 2000.

KING, John E. Labor and unemployment. In Holt, R.P.F.; Pressman, S. (eds), **A New Guide to Post-Keynesian Economics**. London and New York: Routledge, 2001.

———. **A History of Post Keynesian Economics since 1936**. Cheltenham e Northampton, Edward Elgar, 2002.

———. Post-Keynesians and Others. **Review of Political Economy**, v. 24 (2), p. 305-319, 2012.

KLAES, M. Evolutionary Economics: In Defence Of 'Vagueness'. **Journal of Economic Methodology**, v. 11, n. 3, p. 359-376, 2004.

KLIMOVSKY, Gregorio. **Las Desventuras del Conocimiento Científico**: una introducción a la epistemología, Editorial AZ, 2005.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 8ª ed. São Paulo: Perspectiva, [1962] 2003.

LAKATOS, I. **La metodología de los programas de investigación científica**. Madrid: Alianza, [1978] 1989.

LAVOIE, Marc. **Post-Keynesian Economics: New Foundations**. Cheltenham: Edward Elgar, 2014.

LAWSON, Tony. Why Are So Many Economists Opposed to Methodology? **Journal of Economic Methodology**, 1(1), p. 105–34, 1994a.

———. The Nature of Post Keynesianism and Its Links to Other Traditions: A Realist Perspective. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 16, 4, p. 503-38, 1994b.

———. **Economics and Reality**, London, Routledge, 1997.

———. **Reorienting Economics**. 1ª ed., New York: Routledge, 2003.

———. Do Heterodox Theories Have Anything in Common? A Post-Keynesian Point of View. **Intervention – Journal of Economics**, v. 3, 1, p. 87-112, 2006.

LAWSON, Tony. The Nature of Heterodox Economics. **Cambridge Journal of Economics**, v. 30, n. 4, p. 483-505, 2006.

———. The Current Economic Crisis: its Nature and the Course of Academic economics. **Cambridge Journal of Economics**, v. 33, n. 4, p. 759-788, 2009.

———. What is this ‘school’ called neoclassical economics? **Cambridge Journal of Economics**, v. 37, n. 5, p. 947–983, 2013.

LAWSON, Clive. Realism, Theory, and Individualism in the Work of Carl Menger. **Review of Social Economy**, Vol 54, Nº 4, p. 445-464, 1996.

LEE, Frederic S. To Be a Heterodox Economist: The Contested Landscape of American Economics, 1960s and 1970s. **Journal of Economic Issues**, v. 38, 3, p. 747-763, 2004.

———. **Pluralism and Contested Scientific Inquiry**: The Case of Mainstream and Heterodox Economics. Presented at ICAPE Conference, June 2007.

———. A Case for Ranking Heterodox Journals and Departments. **On the Horizon**, v. 16, n. 4, p. 241-251, 2008.

———. Pluralism in Heterodox Economics. In **Economic Pluralism**, (eds) Robert Garnett; Erik K. Olsen; Martha Starr, p. 19-35. London: Routledge, 2010.

LEWIN, Kurt. **Principios de Psicología Topológica**. Cultrix, 1973.

LEWIN, Kurt; CARTWRIGHT, Dorwin. **Teoria de Campo em Ciência Social**. Pioneira, 1965.

LEYDESDORFF, L. Betweenness centrality as an indicator of the interdisciplinarity of scientific journals. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 58, v. 9, p. 1303-1319, 2007.

LEYDESDORFF, L.; RAFOLS, I. A Global Map of Science Based on the ISI Subject Categories. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 60, n. 2, p. 348-362, 2009.

———. Local emergence and global diffusion of research technologies: an exploration of patterns of network formation. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 62, n. 5, p. 846–860, 2011a.

———. Indicators of the interdisciplinarity of journals: Diversity, centrality, and citations. **Journal of Informetrics**, v. 5, n. 1, p. 87-100, 2011b.

LEYDESDORFF, L.; KUSHNIR, D.; RAFOLS, I. Interactive overlay maps for US Patent (USPTO) data based on International Patent Classifications (IPC). **Scientometrics**, v. 98, n. 3, p. 1583-1599, 2014.

LEYDESDORFF, L.; RAFOLS, I.; CHEN, C. Interactive overlays of journals and the measurement of interdisciplinarity on the basis of aggregated journal-journal citations. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 64, n. 12, p. 2573–2586, 2013.

LEYDESDORFF, L.; ROTOLO, D.; RAFOLS, I. Bibliometric perspectives on medical innovation using the medical subject Headings of PubMed. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 63, n. 11, p. 2239–2253, 2012.

LEYDESDORFF, L.; CARLEY, S.; RAFOLS, I. Global maps of science based on the new web-of-science categories. **Scientometrics**, v. 94, n. 2, p. 589–593, 2012.

LOASBY, Brian J. Loasby Closed models and open systems. **Journal of Economic Methodology**, v. 10, 3, p. 285-306, 2003.

LUCAS, Robert Jr. Econometric policy evaluation: A critique. **Carnegie-Rochester Conference Series on Public Policy**, Elsevier, vol. 1(1), p. 19-46, January, 1976.

LUNDEVALL, B. A. **National systems of innovation**: Toward a theory of innovation and interactive learning (Vol. 2). Anthem Press, 2010.

LUZ, M. R. S. Darwin's conjecture: the search for general principles of social and economic evolution. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 577-582, ago. 2013.

MÄKI, U. The one world and the many theories In: Salanti e Scarpanti (Org.) **Pluralism in Economics**: new perspectives in history and methodology. Cheltenham: EAEPE & Edward Elgar, p.37-47, 1997.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia**: Princípios de Micro e Macroeconomia. Rio de Janeiro, Campus, 2001.

MARCATO, Marília Bassetti. Microfundamentos: Hyman P. Minsky e os modelos de fragilidade financeira. **Revista de Economia**, v. 40, n. 2 (ano 38), p. 39-58, mai/ago, 2014.

MARQUÉS, Gustavo. **De la mano invisible a la economía como proceso administrado**. Ediciones Cooperativas, UBA, Buenos Aires, 2004.

MARQUÉS, Gustavo; WEISMAN, Diego. Not anything goes: a case for a restricted pluralism. **The Journal of Philosophical Economics**, v. 2 (1), p. 115-136, 2008.

MARQUÉS, Gustavo; WEISMAN, Diego. Is Kuhnean Incommensurability a Good Basis for Pluralism in Economics? In **Economic Pluralism**, (eds.) Robert Garnett; Erik K. Olsen; Martha Starr, p.74-86. London: Routledge, 2010.

MASTERMAN, Margaret. The Nature of a Paradigm. In **Criticism and the Growth of Knowledge**, (eds) Imre Lakatos; Alan Musgrave, p. 59-89. London: Cambridge University Press, 1970.

MAYER, T. **Truth Versus Precision in Economics**. Aldershot: Edward Elgar, 1993.

MELEIS, Afaf Ibrahim. **Theoretical nursing: Development and progress** (5th ed.). Philadelphia, PA: Lippincott Williams & Wilkins, 2011.

MELO, Armando Sergio Emerenciano; MAIA FILHO, Osterne Nonato; CHAVES, Hamilton Viana. Lewin e a Pesquisa-Ação: gênese, aplicação e finalidade, **Fractal**, v. 28, n. 1 p. 151-159, 2016.

METCALFE, J. S. Evolutionary economics and technology policy. **The economic journal**, v. 104, n. 425, p. 931-944, 1994.

MINGERS, J.; LEYDESDORFF, L. A review of theory and practice in scientometrics. **European Journal of Operational Research**, 246(1), p. 1-19, 2015.

MINSKY, H. P. **Can “it” happen again?** New York: Sharpe, 1982.

———. **Stabilizing an unstable economy**. New Haven: Yale Univ., 1986.

MORGAN, Mary; RUTHERFORD, Malcolm. From Interwar Pluralism to Postwar Neoclassicism. Annual Supplement to Volume 30. **History of Political Economy**. Durham: Duke University Press, 1998.

NAGEL, Ernest. Assumptions in Economic Theory. **American Economic Review**, N° 53, p. 211-19, 1963.

NELSON, Julie A. Confronting the Science/Value Split: notes on Feminist Economics, Institutionalism, Pragmatism and Process Thought. **Cambridge Journal of Economics**, v. 27 (1), p. 49-64, 2003.

NELSON, R., WINTER, S. **An evolutionary theory of economic change**. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

NORGAARD, Richard B. The Case for Methodological Pluralism. **Ecological Economics**, v. 1, 1, p. 37-57, 1989.

NORTH, Douglass C. **Institutions, Institutional Change, and Economic Performance**. The Political Economy of Institutions and Decisions. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1990.

O'HARA, Philip. Principles of Institutional-Evolutionary Political Economy – Converging Themes from the Schools of Heterodoxy. **Journal of Economic Issues**, v. 41, 1, p. 1-42, 2007.

———. Can the Principles of Heterodox Political Economy Explain its Own Re-Emergence and Development? **On the Horizon**, v. 16, 4, p. 260-278, 2008.

OREIRO, J. L. Incerteza, comportamento convencional e surpresa potencial. **Ensaio FEE**, v. 32, n. 2, p. 283-312, nov. Porto Alegre, 2011.

OURIQUES, E. V. A psicopolítica como renovação da teoria social e da filosofia. In: ROJAS, Carlos Del. Valle; ECHETO, Víctor Silva. (Eds.). **Crisis, comunicación y crítica política**. Quito: Ciespal, Cap. 3, p. 310-341, 2017.

PETERS, H.P.F.; VAN RAAN, A.F.J. Co-word-based science maps of chemical engineering. Part I: Representations by Direct Multidimensional Scaling. **Research Policy**, v. 22, n. 1, p. 23-45, 1993.

PIERSON, Paul. Increasing returns, path dependence, and the study of Politics. **The American Political Science Review**, v. 94, n. 2, p. 251-267, jun. 2000.

PLEHWE, Dieter. The Making of a Comprehensive Transnational Discourse Community: The Mont Pèlerin Society of Neoliberal Intellectuals (and think tanks). In: **Paper presented at the 23rd EGOS Colloquium**. July 5-7, 2007, Vienna.

POPPER, K. R. **The Poverty of Historicism**. London: Routledge, 1957.

———. The Myth of the Framework: In **Defence of Science and Rationality**. Routledge: London, 1994.

———. **The Logic of Scientific Discovery**. London: Routledge, [1935] 2002.

PORPORA, Douglas. **Restructuring Sociology**. New York: Cambridge University Press, 2015.

PRIGOGINE, I.; STENGERS, I. **Order out of Chaos: Man's New Dialogue with Nature**. London: Heinemann, 1984.

QUAAS, Friedrun; QUAAS, Georg. Der Identitätswandel des Volkswirtes. In: **Powision Identität**, p. 54–56, 2010.

ROBINSON, J. A model of accumulation. In: SEN, A. (Org.). **Growth economics**. Middlesex: Penguin Books, 1970.

RODRIK, Dani. **Economics Rules: the rights and wrongs of the dismal science**. New York: W. W. Norton & Company Incorporated, 2015.

RORTY, R. **Philosophy and the Mirror of Nature**. Princeton: Princeton University Press, 1979.

ROSEN, Sherwin. Austrian and Neoclassical Economics: Any Gains From Trade? **Journal of Economic Perspectives**, v. 11, n. 4, p. 139-152, 1997.

RUTZOU, Timothy. Reimagining Social Science. **Journal of Critical Realism**, v. 15(4), p. 327-41, 2016.

SAES, B.M.; ROMEIRO, A.R. O debate metodológico na economia ecológica: indefinição ou pluralismo? **Nova Economia**, v. 28, n.1, p. 127-153, 2018.

SALES, Lilia Maia de Moraes. **Justiça e mediação de conflitos**. Belo Horizonte: Editora. Del Rey, 2004.

SAMUELS, Warren J. Methodological Pluralism. In **Handbook of Economic Methodology**, (eds.) John B. Davis; D. Wade Hands; Uskali Mäki, p. 300-303. Cheltenham (UK): Edward Elgar, 1998.

———. Institutional Economics after One Century. **Journal of Economic Issues**, v. 34 (2), p. 305-315, 2000.

SAMUELSON, Paul A. **Principles of Economics**. 1st Edition. New York: McGraw-Hill, 1948.

———. Problems of Methodology – Discussion. **American Economic Review**, n. 53, p. 231-36, 1963.

———. **Fundamentos da análise econômica**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova cultural, [1947] 1986.

SAMUELSON, Paul A.; NORDHAUS, William D. **Economia**. Tradução: Elsa Fontainha, Jorge Pires Gomes – 19 ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.

SARGENT, T.J. **Bounded Rationality in Macroeconomics**. Oxford: Clarendon Press, 1993.

SARQUIS, Alexandre Manir Figueiredo; OREIRO, José Luís. Um modelo macrodinâmico pós-Keynesiano de consistência entre Estoques e Fluxos para uma Economia aberta. **Revista de Desenvolvimento e Políticas Públicas**, v. 0, n. 1, 2015.

SAYER, Andrew. Características-chave do Realismo Crítico na prática: um breve resumo. Estudos de Sociologia. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE**, v. 6, n. 2, p. 7-32, jul./dez., 2000.

SCHUMPETER, J. A. **History of economic analysis**. New York: Oxford Univ., 1954.

SCREPANTI, Ernesto; ZAMAGNI, Stefano. **An Outline of the History of Economic Thought**. Oxford: Clarendon Press, 1995.

SENT, Esther-Mirjam. Pleas for Pluralism, In **Real World Economics: a Post-Autistic Economics Reader**, edited by Edward Fullbrook, p. 177-184. London, 2006.

SIMON, Herbert A. **Models of Man, Social and Rational: Mathematical Essays on Rational Human Behavior in a Social Setting**. New York: John Wiley and Sons, 1957.

SMULDERS, Sjak. Economic Growth and Environmental Quality. In: Folmer, H.; Gabel, L. (Orgs.) **Principles of environmental and resource economics: a guide for students and decision-makers**. Cheltenham, UK; Northampton, MA, USA: Edward Elgar, 2000.

SMULDERS, Sjak; TOMAN, Michael; WITHAGEN, Cees. Growth Theory and "Green Growth". **OxCarre Working Papers**, n. 135. Oxford Centre for the Analysis of Resource Rich Economies, University of Oxford, 2014.

SOLOW, Robert. L'économie entre empirisme et mathématisation. **Le Monde**, January 3 2001.

STERMAN, John D.; WITTENBERG, Jason. Path Dependence, Competition, and Succession in the Dynamics of Scientific Revolution. **Organization Science**, v. 10, 3, p. 322-341, 1999.

STIGLITZ, J.E. Information. **The Library of Economics and Liberty**, c1999-2019. Disponível em: <<https://www.econlib.org/library/Enc/Information.html>>. Acesso em: 26 de out. de 2019.

SYDOW, Jörg; SCHREYÖGG, Georg; KOCH, Jochen. Organizational Paths: Path Dependency and Beyond. **Paper presented at the 21st EGOS Colloquium**. June 30 - July 2, 2005, Berlin.

TANIGUCHI, K. A Thought on the Continuity Hypothesis and the Origin of Societal Evolution. In: Terano T., Kita H., Takahashi S., Deguchi H. (eds) **Agent-Based Approaches in Economic and Social Complex Systems V**. Agent-Based Social Systems, vol 6, p. 81-91. Springer, Tokyo, 2009.

THALER, Richard H. Behavioral Economics: past, present, and future. **American Economic Review**, v. 106, n. 7, p. 1577-1600, 2016.

THIOLLENT, Michel. **Pesquisa-Ação nas Organizações**. Atlas, São Paulo, 1998.

———. **Metodologia da pesquisa-ação**. Cortez São Paulo, 2000.

ULRICH, Peter. **Integrative economic ethics: Foundations of a civilized market economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

VAN BOUWEL, Jeroen. Towards a Framework for Pluralism in Economics. **Post Autistic Economics Review**, n. 31, 2005.

VAN DER PLOEG, Frederick/ WITHAGEN, Cees. Growth, renewables and the optimal carbon tax. In: **International Economic Review**, v. 55, n. 1, p. 283–311, 2014.

VAN DER PLOEG, Frederick; DE ZEEUW, Aart. Climate tipping and economic growth: precautionary saving and the social cost of carbon. **CEPR Discussion Papers**, 9982, 2014.

VAN ECK, N.J.; WALTMAN, L. VOS: a new method for visualizing similarities between objects. In: LENZ, H. J.; DECKER, R. **Advances in Data Analysis: Proceedings of the 30th Annual Conference of the German Classification Society**. Berlin: Springer, p. 299-306, 2007.

———. Software survey: VOSviewer, a computer program for bibliometric mapping. **Scientometrics**, v. 84, n. 2, p. 523-538, 2010.

———. Text mining and visualization using VOSviewer. **ISSI Newsletter**, v. 7, n. 3, p. 50-54, 2011.

VAN ECK, N.J., WALTMAN, L., DEKKER, R.; VAN DEN BERG, J. A comparison of two techniques for bibliometric mapping: Multidimensional scaling and VOS. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 61, n. 12, p. 2405-2416, 2010.

VANDENBERGHE, F. Obituário: Roy Bhaskar (1944-2014). **Polifonia**, Cuiabá-MT, v. 23, n. 33, p. 170-182, jan-jun, 2016.

VEBLER, Thorstein. Why is economics not an evolutionary science? **The Quarterly Journal of Economics** v. 12 (4), p. 373-397 1898.

———. The Preconceptions of Economic Science. **The Quarterly Journal of Economics**, vol. 14, n. 2, p. 240–269, 1900.

VERNENGO, Matias. Conversation or Monologue? On Advising Heterodox Economists. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 32, 3, p. 389-396, 2010.

VON NEUMANN, J. On the Theory of Games of Strategy. (English translation of [von Neumann, 1928]) in A. W. Tucker; R. D. Luce (eds.) **Contributions to the Theory of Games**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, p. 13–42, 1959.

VON NEUMANN, J.; MORGENSTERN, O. **Theory of Games and Economic Behavior**. Princeton: Princeton University Press, Princeton, 1944.

WALLER, William T. Is Convergence among Heterodox Schools Possible, Meaningful, or Desirable? In **Economic Pluralism**, Robert Garnett, Erik K. Olsen and Martha Starr (eds.), p. 48-60. London: Routledge, 2010.

WALPEN, Bernhard. **Die offenen Feinde und ihre Gesellschaft: eine hegemonietheoretische Studie zur Mont Pèlerin Society**. Hamburg: VSA, 2004.

WALTMAN, L.; VAN ECK, N.J.; NOYONS, E.C.M. A unified approach to mapping and clustering of bibliometric networks. **Journal of Informetrics**, v. 4, n. 4, p. 629-635, 2010.

WEBER, Roberto; DAWES, Robyn. Behavioral Economics. In Richard Swedberg; Neil J. Smelser. **The Handbook of Economic Sociology**, 2010.

WEINTRAUB, E.R. Methodology Doesn't Matter, But the History of Economic Thought Might'. **Scandinavian Journal of Economics**, v. 91, p. 477–93, 1989.

WHALEN, Charles J. A Reason to Look Beyond Neoclassical Economics: Some Major Shortcomings of Orthodox Theory. **Journal of Economic Issues**, v. 21 (1), p. 259-280, 1987.

WILLIAMSON, Oliver F. **The Economic Institutions of Capitalism**. New York: The Free Press, 1985.

WITT, Ulrich. Evolutionary economics. In: Peter J. Boettke (ed.), **The Elgar Companion to Austrian Economics**, chapter 78, Edward Elgar Publishing, 1994.

———. Learning to consume – A theory of wants and the growth of demand. **Journal of Evolutionary Economics**, v. 11(1), p. 23-36, 2001.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. Petrópolis: Vozes, 1994a.

———. **Tractatus Logico-Philosophicus**. Repr. 1994b. Editora USP, 1918.

WONG, Stanley. The 'F-Twist' and the Metodology of Paul Samuelson. **American Economic Review**, Vol. 63, N° 3, p. 312-325, 1973.

WRAY, L. Randall. Money and Inflation. In Holt, R.P.F.; Pressman, S. (eds), **A New Guide to Post-Keynesian Economics**. London and New York: Routledge, 2001.

WUKETITS, Franz M. Evolution as a cognition process: Towards an evolutionary epistemology. **Biology and Philosophy**, v. 1(2), p. 191–206, 1986.

ZORN, N. The post-Keynesian approach: an introduction. International Economic Policy Institute. **Working Paper, n. WP-2016-01**, 2016.